

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA**

EMILLY DE ASSIS MARQUES

**AGRICULTURAS FAMILIARES E SUAS ESTRATÉGIAS REPRODUTIVAS:
comparando as realidades dos Sítios Serra do Maracajá e Almeida – PB**

**RECIFE
2020**

EMILLY DE ASSIS MARQUES

**AGRICULTURAS FAMILIARES E SUAS ESTRATÉGIAS
REPRODUTIVAS: comparando as realidades dos Sítios Serra do Maracajá e
Almeida - PB**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Processos Sociais Rurais e Novas Tendências na Agricultura.
Área de concentração: Mudança Social

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eliane Maria Monteiro da Fonte.

RECIFE
2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M357a Marques, Emilly de Assis.

Agriculturas familiares e suas estratégias reprodutivas : comparando as realidades dos Sítios Serra do Maracajá e Almeida – PB / Emilly de Assis Marques. – 2020.

233 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliane Maria Monteiro da Fonte.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2020.

Inclui referências, apêndice e anexo.

1. Sociologia. 2. Agricultura familiar. 3. Produção agrícola. 4. Política pública. I. Fonte, Eliane Maria Monteiro da (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

(BCFCH2021-177)

EMILLY DE ASSIS MARQUES

AGRICULTURAS FAMILIARES E SUAS ESTRATÉGIAS REPRODUTIVAS:
COMPARANDO AS REALIDADES DOS SÍTIOS SERRA DO MARACAJÁ E
ALMEIDA – PB

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em: 28/10/2020.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte (Presidente/Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Russell Parry Scott (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes (Suplente Externa)
Universidade Federal de Campina Grande

Dedico essa Tese a todos os que, direta ou indiretamente, que me ajudaram a escrevê-la, em especial aos agricultores familiares dos Sítios Serra do Maracajá e Almeida, que me mostraram a força e a riqueza da agricultura familiar brasileira, e às minhas filhas, Renally e Lyanna, nas quais busquei forças para continuar. Que esse trabalho possa inspirá-las um dia a entender melhor as minúcias da agricultura familiar.

AGRADECIMENTOS

Dentre todos os que me ajudaram durante esse longo percurso, é imprescindível agradecer. Agradeço, primeiramente, à professora Eliane Maria Monteiro da Fonte, por todas as contribuições e por toda paciência, que foram imperativos na construção dessa Tese. Sempre uma voz de conforto, uma luz guia em todos os momentos.

Aos professores que aceitaram participar da banca de defesa, meus sinceros agradecimentos.

A todos os professores e à Coordenação do PPGS/UFPE, que fizeram parte da minha jornada acadêmica, em especial às professoras Nazareth Wanderley, que me orientou no início dessa jornada, e à professora Josefa Salette Cavalcanti, que deu início a novas reflexões e aprofundou outras tantas já constituídas em uma disciplina sobre agricultura, ambas mostrando o peso e a importância de bons pesquisadores para o fortalecimento da ciência.

Agradeço também ao professor Remo Mutzenberg, que me orientou durante o Estágio Supervisionado, mostrando-se um exemplo de profissional e de pessoa e que me fez refletir sobre o papel do professor em nossa sociedade, representando na prática a importância da educação enquanto libertadora, como colocaria o professor Paulo Freire.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo auxílio financeiro.

Agradeço imensamente a todos os agricultores familiares cujos caminhos cruzei e que foram de extrema importância para a elaboração dessa Tese, especialmente à família Maciel, que me inseriu em suas vidas e confiou sem titubeio.

A toda a equipe do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca e de Puxinanã, assim como às equipes que compõem a EMPAER dessas duas cidades, sempre tão solícitos e prestativos.

À minha mãe, por todos os sacrifícios que fez por mim durante toda a minha vida e sem a qual eu não poderia nem ao menos ter começado essa grande aventura.

Ao meu pai, que desenvolveu por muitos anos a agricultura e que visitou todos os sítios da Serra ao meu lado, ajudando-me a entender melhor a complexidade da agricultura familiar brasileira; sem o seu auxílio e inspiração, esse trabalho não teria sido possível.

Ao meu marido, pelo apoio incondicional em todos os momentos e pelas contribuições diretas e indiretas durante toda minha vida acadêmica. Seriam necessários mil anos para retribuir todo o amor, carinho e atenção.

Às minhas irmãs Rosa e Elisângela, que me ajudaram das mais diversas formas e que muitas vezes escutaram os impasses da pesquisa.

Aos meus colegas de doutorado, pelo companheirismo e troca de saberes, especialmente à minha companheira de viagens e aventuras, Jessica Sobreira, uma amiga sincera e fiel que sempre me apoiou e com a qual sempre pude contar.

E, por fim, mas não menos importante, aos amigos que a vida me presenteou: Bruna, Ana, Arthur e Raphael, que sempre entenderam os momentos de reclusão e de renúncia durante todo o processo acadêmico.

RESUMO

No Brasil, existe uma infinidade de formas de exercer e viver a agricultura familiar, com diferentes estratégias e processos organizativos. Esta tese busca refletir de que forma essas diferentes estratégias reprodutivas adotadas, incluindo-se aqui os diferentes mecanismos de reprodução, organização e representação social, a exemplo dos laços sociais, redes de interação, entre outras estratégias utilizadas por agricultores familiares, lhes permite superar as situações de adversidade. O presente estudo teve como objetivo geral compreender como as famílias agricultoras dos Sítio Serra do Maracajá e Almeida (comunidades rurais onde prevalece a agricultura familiar, que foram selecionadas como estudos de caso) organizam suas dinâmicas sociais e enfrentam as adversidades, revelando as semelhanças, assim como também as particularidades de cada comunidade. Os objetivos específicos da pesquisa foram: identificar quais as estratégias produtivas utilizadas por esses agricultores familiares; elencar os pontos catalizadores ou limitantes que atuam no exercício dessas atividades agrícolas; e investigar quais são as políticas públicas acessadas através das instituições atuantes nos lócus de pesquisa. Para atingir estes objetivos, a pesquisa utilizou, em conjunto, métodos qualitativos e quantitativos e foi dividida em três momentos, segundo os instrumentos de pesquisa escolhidos: pesquisa documental e análise de dados secundários, seguido da aplicação de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas. Foram aplicados 94 questionários (sendo 47 em cada um dos sítios selecionados) e realizadas 12 entrevistas com agricultores familiares. Os resultados apontaram cinco principais problemas enfrentados por essas famílias no exercício da agricultura, sendo eles: (1) acesso e/ou manutenção da terra em quantidade e com qualidade; (2) inserção nos mercados enquanto vendedores; (3) acesso às políticas públicas que considerem suas particularidades; (4) acesso às ferramentas de trabalho e infraestruturas; e (5) o distanciamento, seja ele físico ou potencial, que se refere ao isolamento ou à marginalização econômica, social e política infligidas a essas famílias agricultoras. Como respostas a tais adversidades, foram percebidas estratégias como migração, estabelecimento de relações recíprocas e de ajuda mútua, busca por políticas públicas, busca pelo acesso à água e à terra, inserção em estratégias produtivas agroecológicas, entre outras.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Estratégias Produtivas; Condições de vida; Políticas Públicas.

ABSTRACT

In Brazil, there is a multitude of ways to exercise and live family farming, with different strategies and organizational processes. This thesis seeks to reflect how these different reproductive strategies adopted, including here the different mechanisms of reproduction, organization and social representation, such as social ties, interaction networks, among other strategies used by family farmers, allow them to overcome the adversity situations. The present study had the general objective to understand how the farming families of Sítio Serra do Maracajá and Almeida (rural communities where family farming prevails, which were selected as case studies) organize their social dynamics and face adversities, revealing similarities, as well as well as the particularities of each community. The specific objectives of the research were: to identify which productive strategies are used by these family farmers; list the catalytic or limiting points that act in the exercise of these agricultural activities, investigate what are the public policies accessed through the institutions operating in the locus of research. To achieve these objectives, the research used qualitative and quantitative methods together and was divided into three moments, according to the research instruments chosen: documentary research and analysis of secondary data, followed by the application of questionnaires and the performance of semi-structured interviews. A total of 94 questionnaires were applied (47 in each of the selected sites) and 12 interviews were conducted with family farmers. The results pointed out five main problems faced by these families in the exercise of agriculture, namely: (1) access and / or maintenance of land in quantity and with quality; (2) insertion in the markets as sellers; (3) access to public policies that consider their particularities; (4) access to work tools and infrastructure; and (5) the distance, be it physical or potential, that refers to the isolation or economic, social and political marginalization inflicted on these farming families. As responses to such adversities, strategies such as migration, establishment of reciprocal relations and mutual help, search for public policies, search for access to water and land, insertion in agroecological productive strategies, among others.

Key words: Family Farming; Productive Strategies; Life conditions; Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Modelos de agricultores familiares a partir das variáveis orientação para o mercado e organização familiar	30
Figura 2 -	Mapa da Microrregião de Campina Grande – PB.....	48
Figura 3 -	Localização do Município de Puxinanã – PB.....	49
Figura 4 -	Feira de Gado do Município de Puxinanã – PB.....	51
Figura 5 -	Feira Central do Município de Puxinanã – PB.....	51
Figura 6 -	Feira de Troca do Município de Puxinanã – PB.....	52
Figura 7 -	Feira de orgânicos do Município de Puxinanã – PB	52
Figura 8 -	Localização do Município de Lagoa Seca – PB.....	60
Figura 9 -	Feira Central do Município de Lagoa Seca – PB.....	62
Figura 10 -	Feira de orgânicos do Município de Lagoa Seca – PB.....	62
Figura 11 -	Mapa das regiões do município de Lagoa Seca.....	63
Figura 12 -	Croqui do Sítio Serra do Maracajá, estradas, casas e açude.....	78
Figura 13 -	Imagem de satélite do Sítio Serra do Maracajá.....	79
Figura 14 -	Tanque de pedra no Sítio Serra do Maracajá.....	80
Figura 15 -	Esquema de organização espacial dos sítios no Sítio Serra do Maracajá.....	81
Figura 16 -	Agricultor do Sítio Serra do Maracajá mostrando sisal extraído de seu sítio.....	93
Figura 17 -	Sisal extraído no Sítio Serra do Maracajá.....	93
Figura 18 -	Gravura na parede de uma casa – Sítio Serra do Maracajá.....	117
Figura 19 -	Croqui do Sítio Almeida.....	122
Figura 20 -	Esquema de organização espacial dos sítios no Sítio Almeida.....	123
Figura 21 -	O microtrator.....	127
Figura 22 -	Agricultor familiar no Sítio Almeida mostrando a captação de água de poço.....	130
Figura 23 -	Irrigação de horta no Sítio Almeida.....	130
Figura 24 -	Imagem de satélite da cidade de Lagoa Seca – PB.....	133
Figura 25 -	Distância entre os Sítios Almeida e Serra do Maracajá.....	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Produção de mandioca no município de Puxinanã nos últimos cinco anos.....	55
Gráfico 2 -	Produção de banana no município de Lagoa Seca nos últimos cinco anos.....	64
Gráfico 3 -	Distribuição dos membros das famílias entrevistadas por faixa etária – Sítio Serra do Maracajá.....	83
Gráfico 4 -	Infraestrutura para atividade pecuária no Sítio Serra do Maracajá.....	87
Gráfico 5 -	Tipo de pecuária exercida no Sítio Serra do Maracajá.....	96
Gráfico 6 -	Distribuição por faixa etária – Sítio Almeida.....	125
Gráfico 7 -	Infraestrutura para atividade pecuária no Sítio Almeida.....	128
Gráfico 8 -	Tipo de pecuária exercida no Sítio Almeida.....	140
Gráfico 9 -	Principais atividades produtivas desenvolvidas comparadas.....	169
Gráfico 10 -	Tipo de pecuária desenvolvida comparada.....	178
Gráfico 11 -	Infraestrutura para atividade pecuária comparada.....	180
Gráfico 12 -	Porcentagem de plantio comparado de acordo com o gênero alimentício...182	
Gráfico 13 -	Quantidade colhida comparada (em sacos).....	183
Gráfico 14 -	Quantidade vendida comparada (em sacos).....	184
Gráfico 15 -	Perdas agrícolas comparadas por família (em porcentagem).....	185
Gráfico 16 -	Percentual comparado de compra dos itens que compõem a cesta básica.....	186
Gráfico 17 -	EBIA Comparada.....	188
Gráfico 18 -	Assistência técnica para produção agrícola e pecuária comparada (em porcentagem).....	191
Gráfico 19 -	Financiamento para pecuária comparado (em porcentagem).....	192
Gráfico 20 -	Porcentagem comparada de famílias que responderam sim para as perguntas objetivas.....	199

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Produto Interno Bruto do município de Puxinanã no ano de 2016 (em reais x 1000).....	50
Quadro 2 -	Produção de mandioca (em toneladas) no município de Puxinanã por tipo de produção.....	56
Quadro 3 -	Lavoura Temporária (em toneladas) – Puxinanã (PB).....	57
Quadro 4 -	Lavoura Permanente - Itens mais produzidos (toneladas).....	57
Quadro 5 -	Atividade Pecuária no Município nos Últimos 05 anos (cabeças).....	58
Quadro 6 -	Produto Interno Bruto do município de Puxinanã no ano de 2016 (em reais x 1000).....	60
Quadro 7 -	Produção de banana (em toneladas) por tipo de produção – Lagoa Seca.....	64
Quadro 8 -	Lavoura Temporária (em toneladas) – Lagoa Seca (PB).....	65
Quadro 9 -	Lavoura Permanente - Itens produzidos (toneladas) – Lagoa Seca (PB).....	66
Quadro 10 -	Atividade Pecuária no Município nos Últimos 05 anos (cabeças) – Lagoa Seca (PB).....	66
Quadro 11 -	Pessoas e famílias entrevistadas.....	76
Quadro 12 -	Principais atividades desenvolvidas no Sítio Serra do Maracajá.....	89
Quadro 13 -	Fontes de renda não-agrícola entre membros das famílias do Sítio Serra do Maracajá.....	102
Quadro 14 -	Gêneros alimentícios no Sítio Serra do Maracajá.....	106
Quadro 15 -	Por que se considera feliz na agricultura? – Sítio Serra do Maracajá.....	113
Quadro 16 -	Como poderia viver melhor? – Sítio Serra do Maracajá.....	115
Quadro 17 -	Qual a mudança? – Sítio Serra do Maracajá.....	116
Quadro 18 -	Por que não deseja migrar? – Sítio Serra do Maracajá.....	116
Quadro 19 -	Por que gostaria que os filhos trabalhassem na agricultura? – Sítio Serra do Maracajá.....	118

Quadro 20 -	Dificuldades que encontra devido à vida na agricultura – Sítio Serra do Maracajá.....	119
Quadro 21 -	Elencar facilidades/vantagens que encontra devido à vida na agricultura – Sítio Serra do Maracajá.....	120
Quadro 22 -	Principais atividades produtivas desenvolvidas no Sítio Almeida.....	131
Quadro 23 -	Fontes de renda não-agrícola no Sítio Almeida.....	147
Quadro 24 -	Gêneros alimentícios cultivados no Sítio Almeida.....	149
Quadro 25 -	Por que se considera feliz na agricultura? – Sítio Almeida.....	156
Quadro 26 -	Como poderia viver melhor? – Sítio Almeida.....	158
Quadro 27 -	Qual a mudança? – Sítio Almeida.....	158
Quadro 28 -	Por que não gostaria de migrar? – Sítio Almeida.....	159
Quadro 29-	Por que gostaria que os filhos trabalhassem na agricultura? – Sítio Almeida.....	160
Quadro 30 -	Dificuldades encontradas devido à vida na agricultura – Sítio Almeida.....	161
Quadro 31 -	Elencar facilidades/vantagens que encontra devido a vida na agricultura – Sítio Almeida.....	162

LISTA DE SIGLAS

ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
BN	Banco do Nordeste
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENTRAC	Centro de Ação Cultural
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária
EMPASA	Empresa Paraibana de Serviços Agrícolas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEAGRO	Feira do Produtor Agrícola
FNE	Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não-Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Secretarias de Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences

STR	Sindicato dos trabalhadores rurais
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
1.1	Apresentação do objeto e problema da pesquisa.....	18
1.2	Estrutura e organização da tese.....	26
2	AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: A REPRODUÇÃO DE UM MODO DE VIDA.....	28
2.1	Conceitos de agricultura familiar no debate acadêmico.....	28
2.2	Solidariedade e reciprocidade.....	35
2.3	Pobreza e instabilidade: outras facetas da agricultura familiar.....	37
2.4	Políticas públicas para a agricultura familiar: limites e potencialidades.....	39
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	47
3.1	Caracterização da microrregião de campina grande e dos municípios de Puxinanã e de Lagoa Seca.....	47
3.1.1	Caracterização do Município de Puxinanã.....	48
3.1.2	Caracterização do Município de Lagoa Seca.....	59
3.2	A escolha dos Sítios Serra do Maracajá e Almeida como locais de estudo.....	68
3.3	Metodologia, instrumentos de coleta e descrição da pesquisa de campo.....	71
4	“A GENTE AINDA PLANTA UMA COISINHA” – ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO SÍTIO SERRA DO MARACAJÁ – PB.....	78
4.1	Estratégias produtivas dos agricultores familiares no Sítio Serra do Maracajá: cenários de trabalho e geração de renda.....	78
4.1.1	Infraestrutura dos sítios e condições de produzir.....	86
4.1.2	Acesso à água.....	87
4.1.3	O cenário das estratégias produtivas e de geração de renda.....	89
4.1.3.1	Formas de cultivo.....	91
4.1.3.2	Produtos cultivados e extração vegetal.....	92
4.1.3.3	A atividade pecuária na Serra do Maracajá.....	95

4.1.4	Solidariedade e reciprocidade.....	98
4.2	Trabalho, braços e renda monetária.....	101
4.3	Organização do trabalho, o tempo e o projeto familiar.....	103
4.4	Produção e autoconsumo.....	106
4.5	Consumo e acesso aos mercados.....	108
4.6	Instituições e políticas públicas acessadas: serviços, assistência técnica, crédito e formas de associação.....	109
4.7	Necessidades, objetivos e desejos: uma reflexão acerca da vida no campo....	113
5	“PLANTAR PARA NÃO FALTAR O QUE COMER” - ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO SÍTIO ALMEIDA – PB.....	121
5.1	Estratégias produtivas dos agricultores familiares no Sítio Almeida: cenários de trabalho e geração de renda.....	121
5.1.1	Infraestrutura dos sítios e condições de produzir.....	126
5.1.2	Acesso à água.....	129
5.1.3	O cenário das estratégias produtivas e de geração de renda.....	131
5.1.3.1	Produtos cultivados.....	132
5.1.4	Solidariedade e reciprocidade.....	141
5.2	Trabalho, braços e renda monetária.....	146
5.3	Organização do trabalho, o tempo e o projeto familiar.....	148
5.5	Consumo e acesso aos mercados.....	151
5.6	Instituições e políticas públicas acessadas: serviços, assistência técnica, crédito e formas de associação.....	153
5.7	Necessidades, objetivos e desejos: uma reflexão acerca da vida no campo....	155
6	AS VÁRIAS FACES DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE COMPARATIVA.....	164
6.1	Semelhanças e particularidades de cada lócus.....	164
6.1.1	Clima, vegetação e organização espacial dos sítios.....	164
6.1.2	Perfil das famílias agricultoras.....	167
6.1.2.1	Braços para o trabalho, renda monetária e atividades desenvolvidas.....	168
6.1.3	Infraestrutura dos sítios e condições de produzir.....	173
6.1.3.1	Acesso à água.....	177
6.1.3.2	A atividade pecuária.....	177

6.1.4	Estradas, assistência médica e transporte.....	181
6.1.5	Produção, autoconsumo e acesso aos mercados.....	182
6.1.6	Instituições e políticas públicas acessadas: serviços, assistência técnica, crédito e formas de associação.....	189
6.2	Restrições e potencialidades: um balanço.....	193
6.3	Lógicas sociais e racionalidades: resiliência, resistência e adaptabilidade da agricultura familiar.....	199
6.3.1	Felicidade e a vida na agricultura.....	199
6.3.2	Resistência e adaptabilidade da agricultura familiar: uma luta por autonomia.....	202
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
	REFERÊNCIAS.....	213
	APÊNDICE A QUESTIONÁRIO 1: CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR AGROPECUÁRIA.....	220
	ANEXO A QUESTIONÁRIO 2: EBIA - ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	231

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do objeto e problema da pesquisa

A importância da agricultura familiar é um assunto que ganha força a cada ano e estimula os mais diversos pesquisadores a desenvolverem suas pesquisas tendo como foco a agricultura e os agricultores familiares. No Brasil, o Censo Agropecuário de 2006 afirmou que o agricultor familiar seria a peça-chave para a segurança alimentar nacional, seja através do autoconsumo ou mesmo ao fornecer cerca de 70% dos alimentos básicos consumidos pelo brasileiro. Esses dados reforçaram a imagem dos agricultores familiares brasileiros como um símbolo da luta a favor da segurança alimentar nacional e da luta por uma vida sustentável e contra os agrotóxicos¹ (GRISA, SCHNEIDER, CONTERATO, 2014).

Nesse processo, eles passam a ser reconhecidos como os responsáveis por uma produção sustentável, preocupada com o bem-estar do consumidor e com o manejo sustentável dos recursos. Mesmo diante de um contexto de inúmeras adversidades, como baixo ou nenhum grau de tecnificação, escassez de recursos básicos, como água, ou de matéria-prima, como sementes e insumos, muitos desses agricultores familiares ainda conseguiriam produzir levando em conta suas tradições e saberes, por isso, o incentivo à agricultura familiar resulta também no incentivo e valorização de uma herança cultural. É possível afirmar que essa crescente importância dada à agricultura familiar no Brasil e no mundo é fruto de diversos fatores, a exemplo do aumento pelo interesse por práticas que buscam uma vida saudável conquistada através de uma alimentação saudável e da preocupação com as relações de trabalho envolvidas na produção de alimentos (BENDINI, CAVALCANI, FLORES, 2006; MAYZOER e ROUDART, 2010).

O *boom* dos alimentos orgânicos e agroecológicos é fruto, também, de um crescente debate sobre o manejo consciente dos recursos naturais dos quais dispomos hoje. Os consumidores, desejosos por saber sob quais condições os alimentos que chegam a sua mesa

¹ Em um artigo lançado pelo Escritório Regional da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) para a América Latina e o Caribe em 2014, cujo título foi “A agricultura familiar é a chave para a segurança alimentar da América Latina e Caribe”, foram explicitados os dados do Censo Agropecuário de 2006 de forma a demonstrar o papel e a importância da agricultura familiar. Para mais informações ver: <http://www.fao.org/americas/pt/>.

foram produzidos, atestam, através do rastreamento dos mesmos, os critérios de qualidade em jogo nesse processo, procurando entender as relações de trabalho e os critérios de preservação ambiental que guiaram a produção desses alimentos. Dessa forma, a agricultura familiar aparece de forma idealizada aos olhos ansiosos dos consumidores, mas não apenas deles. A agricultura familiar passa a ser vista como a solução para os problemas entendidos como típicos do agronegócio, a exemplo do uso abusivo de agrotóxicos, manejo pouco eficiente da terra e outros recursos naturais, imposição de condições precárias de trabalho ou mesmo utilização do trabalho escravo. Dessa forma, a agricultura familiar passa a ter mais visibilidade e, por isso mesmo, ganha relevância no debate sobre a soberania alimentar do planeta (BENDINI, CAVALCANI, FLORES, 2006).

É fato que, no Brasil, essa agricultura familiar idealizada não diz respeito a todas as formas de agricultura familiar. Existe, na verdade, uma infinidade de formas de exercer e viver a mesma, que podem se afastar ou se aproximar desse modelo. Aquém dessa idealização, encontramos uma agricultura familiar que é marcada, muitas vezes, por uma condição de vida difícil e precária, cujos atores encontram-se expropriados de uma série de direitos sociais básicos, como direito à saúde e condições de vida digna, através do acesso médico-hospitalar, saneamento básico, direito à moradia, alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, entre muitos outros problemas, evidenciando que o agricultor familiar brasileiro enfrenta diariamente uma luta pela sobrevivência, resultando na dificuldade ou mesmo na impossibilidade de execução da agricultura (CASTRO, 2011).

Dificuldades de comercialização, de inserção em mercados e de escoamento de mercadoria, assim como instabilidade climática, pouco ou nenhum acesso a ferramentas de trabalho mais modernas e eficientes e a concentração de terras são alguns dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares brasileiros. As raízes desses problemas são, em parte, fruto das políticas encabeçadas após o Golpe de 1964, quando se instaura a ditadura militar no Brasil. Entre as primeiras medidas de inteira autoria dos militares esteve a Lei 4504, conhecida como o Estatuto da Terra, que tinha como intuito frear os movimentos camponeses que haviam crescido durante o governo de João Goulart. O Estatuto da Terra tinha como proposta um projeto de reforma agrária que visava promover uma melhor distribuição de terras, através da extinção tanto dos latifúndios quanto dos minifúndios e promover o crescimento da “empresa agrícola” através da tecnificação. No entanto, na prática, o Estatuto da Terra foi uma ferramenta para marcar a legitimação ideológica promulgada na Ditadura Militar de que “para ser moderno seria necessário ser grande, a escala se transformando numa das exigências do desenvolvimento” (WANDERLEY, 2009, p.10). Assim, latifúndio transforma em “empresa

rural”, tendo sua existência justificada pela produção, num contexto em que as questões sociais são postas de lado (MEDEIROS, 1989, p. 84; WANDERLEY, 2009).

A Modernização Conservadora da agricultura no Brasil, outra proposta que surge após o Golpe Militar de 1964, pretendeu modernizar o rural brasileiro, contudo, essa modernização proposta também privilegiou apenas os grandes proprietários, afirmando que só eles teriam as condições necessárias para se beneficiar das benesses do Estado. Essa medida se deu através da implementação de modelo produtivista sob um modelo anterior entendido como atrasado, predatório dos recursos naturais e socialmente excludente, entretanto, não elimina tais características e, em muitos aspectos, as reproduz.

Tais medidas terminaram por aumentar o abismo social e econômico entre os grandes e os pequenos proprietários de terras. Em ambos os projetos, o pequeno agricultor familiar encontrou-se alijado das benesses do Estado. Enquanto aos grandes produtores agrícolas foram destinadas as verbas que impulsionaram o seu crescimento, aos pequenos agricultores restou o rótulo de incapazes de gerar essa modernização, o que resultou no aumento do abismo entre pequenos e grandes produtores agrícolas, cristalizando o predomínio da propriedade sobre o produtor (MEDEIROS, 1989; WANDERLEY, 2009).

Para Nazareth Wanderley (2009, p. 11): “A concentração de terras foi e continua sendo a peneira social que distingue os que serão ou não reconhecidos como capazes de promover o desenvolvimento”. Entre outros fatores, a carência ou a insuficiência de recursos como a terra terminou por descaracterizar esses agricultores familiares como tal e a condição de agricultor tornou-se sinônimo dos resultados de sua produção, levando a afirmação de que no Brasil a modernização conservadora pode ter modernizado muito, mas isso não aconteceu com os agricultores familiares, aos quais faltariam, entre diversos fatores, escolaridade para sustentar um modelo calcado em conhecimentos científicos e racionalizados.

Atualmente, a terra ainda é uma necessidade para a maioria dos agricultores familiares no Brasil. Em 2006, através do Censo Agropecuário, foram contabilizados 5,175 milhões de estabelecimentos agropecuários, sendo que 84% desses são classificados como familiares, de acordo com a definição legal de agricultura familiar. Os mesmos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2006, mostram que esses agricultores familiares ocupam apenas um quarto da área total dos estabelecimentos pesquisados, mas, mesmo assim, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor da produção, ou seja, R\$ 54,4 bilhões desse total. Mesmo tendo se apropriado de uma área menor, e por isso mesmo cultivando em menores proporções, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do

país, produzindo os alimentos da cesta básica consumida pelos brasileiros (IBGE, 2006; WANDERLEY, 2009).

Apesar disso, não nos é permitido esquecer que a fome é um problema que também assola o mundo rural, uma mão forte que nos arrasta para os cenários mais desoladores e preocupantes e que também afeta os agricultores familiares. Cerca de 40,2% da população rural brasileira está em situação de insegurança alimentar de algum tipo e pelo menos 8,4% dessa população está em situação de insegurança alimentar grave. No Nordeste brasileiro, esses números aumentam e pelo menos 40,3% de sua população convive com algum tipo de insegurança alimentar, sendo que 9,2% da população nordestina sofre com a forma mais grave. A Paraíba é responsável por 41,3% de domicílios que convivem com algum tipo de insegurança alimentar. Os mesmos agricultores familiares que, em tese, deveriam ter acesso a pelo menos uma alimentação digna, encontram-se também em situação de miséria e de insegurança alimentar grave (Amostra de Domicílios, 2009).

Sobreviver, principalmente em um contexto marcado pela globalização, não tem se mostrado fácil para boa parte dos agricultores familiares, especialmente os nordestinos, que lutam para se adaptar às constantes mudanças, sejam elas de natureza tecnológica, ambiental ou social. Para garantir sua reprodução diante desse cenário, os atores do mundo rural têm que desenvolver as mais variadas formas de estratégias que muitas vezes incluem a subordinação. As influências da globalização no mundo rural geraram – e têm gerado ainda hoje – novas relações entre a natureza e a sociedade. As consequências disso aparecem, por exemplo, através do surgimento de novas configurações do trabalho no campo, assim como diferentes configurações na produção e consumo de alimentos (BENDINI; CAVALCANI; FLORES; 2006).

Entre as mudanças acarretadas por essas novas formas de trabalho e produção fomentadas pela globalização estão o declínio do emprego agrícola, novos usos do espaço rural e mudanças em relação aos gastos destinados ao setor pelo Estado. Entretanto, as consequências desse processo de globalização no rural não são aceitas passivamente. A história da agricultura familiar brasileira é também uma história de lutas e de conquistas, e foi graças aos esforços desses indivíduos que questões como reforma agrária, luta contra a pobreza generalizada, direitos dos trabalhadores do campo e de preservação ambiental no rural são trazidas ao debate nacional. O fruto desse esforço foi refletido através da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano 2000 através do Decreto nº 3.338/2000, posteriormente revogado pelo Decreto nº 4.723/03, e, dentro dele, das Secretarias de Agricultura Familiar (SAF) e de Desenvolvimento Territorial (SDT) e de políticas públicas

como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BENDINI, CAVALCANI, FLORES, 2006; WANDERLEY, 2009).

As conquistas dos agricultores familiares, todavia, ainda são lentas e frágeis. Em 2019, dentre as pautas do então presidente eleito Jair Bolsonaro, havia a proposta de um novo ministério que somaria os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e o do Meio Ambiente, o que representaria um retrocesso em relação às conquistas de direitos de vários setores da sociedade, como agricultores familiares, indígenas, quilombolas, comunidades pesqueiras, entre outros, e um grande prejuízo para o meio ambiente. Devido às pressões sociais, essa proposta foi retirada, permanecendo como dois ministérios separados, mas com denominações e responsabilidades diferentes.

Em se tratando da agricultura familiar, uma das questões que surgem é de como criar condições que favoreçam o aproveitamento de recursos, de forma a diminuir a dependência e por isso mesmo aumentar a autonomia. Nesse sentido, Arilson Favareto e Paulo Seifer (2012), apoiam a discussão sobre as formas de se exterminar a pobreza e, conseqüentemente, a fome no Brasil, propondo ações que poderiam mudar a realidade do rural pobre brasileiro. Segundo esses autores, ao proporcionar a descentralização das atividades econômicas, o incentivo à conexão entre as áreas rurais, a valorização da economia do mundo rural e a paridade entre as regiões urbanas e rurais, entre outras ações, alcançaríamos uma relação de equidade entre as duas regiões, não apenas em termos econômicos, mas em qualidade de vida (FAVARETO; SEIFER, 2012).

As dificuldades que ainda são vistas no mundo rural brasileiro, em especial no Nordeste rural, deixam bem claro que, apesar das muitas conquistas, ainda estamos muito longe de chegarmos a um ponto comum de igualdade e desenvolvimento. A pobreza, a desnutrição, ou, de forma mais genérica, a fome de indivíduos que teoricamente deveriam ter a chance de compor os ingredientes básicos de sua própria dieta alimentar, incita-nos a refletir de que forma as estratégias encabeçadas por esses indivíduos é capaz de ajudá-los a garantir a reprodução dos seus grupos familiares.

É diante de contextos tão diversos que passamos a refletir de que forma as diferentes estratégias de reprodução, organização e representação social impactam a vida dessas famílias agricultoras de forma a lhes permitir superar situações de sujeição. Para isso, foram escolhidos

dois Sítios² onde prevalece a agricultura familiar, mas que comportam diferentes formatos e diferentes condições; um deles comporta um modelo que poderíamos denominar de “globalizado³”, onde foi possível a uma parcela dos agricultores familiares ali residentes exercerem uma agricultura voltada para a produção de legumes e verduras tendo em vista o mercado, e que consegue garantir a reprodução do grupo familiar através de uma agricultura agroecológica, como é o caso do Sítio Almeida, localizado na cidade de Lagoa Seca – PB. Os agricultores familiares ali residentes conseguiram inserir-se em políticas públicas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), entre outras, recebendo também uma assessoria mais significativa de instituições como a EMPAER (Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária) e a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa).

O Sítio Almeida fica aproximadamente a 18 quilômetros do centro de Campina Grande-PB, trecho normalmente percorrido em 18 minutos através da BR-104, principal acesso, e fica a 10 quilômetros do centro de Lagoa Seca, só podendo ser acessado por uma estrada de terra. É necessária quase meia hora, saindo de Lagoa Seca, para percorrer essa distância devido às más condições da estrada. Existe uma linha de transporte público que faz a rota pelos Sítios circunvizinhos, incluindo o Sítio Almeida, que costuma fazer esse percurso de hora em hora.

Conta com mais de 250 propriedades que vão de 0,5 hectares até no máximo 22,5 hectares, com média de 2,62⁴ hectares, sendo pelo menos 75% desses estabelecimentos dedicados à agricultura majoritariamente familiar. Muitas famílias costumam plantar hortaliças para o mercado, especialmente algumas espécies de alface e coentro. Além de hortaliças, as famílias agricultoras plantam feijão, fava, milho, macaxeira, mandioca, batata-doce e ocasionalmente até mesmo cana-de-açúcar para o consumo da família. Desses itens, parte é comercializada e parte é consumida. Alguns moradores do Almeida estão inscritos no Programa Paraíba (Polo Borborema), iniciativa encabeçada pela AS-PT.

² Entendemos por Sítio um conceito similar à Gomes (2005), que se refere a uma categoria analítica que significa espaço de trabalho e vida na roça e que é propriedade do grupo doméstico que a habita. Além disso, dispomos aqui a utilização de *sítio* para denotar cada lote de terra, e de *Sítio*, iniciando a palavra com letra maiúscula, para denominar o conjunto de sítios que formam a área denominada de Serra do Maracajá ou Almeida.

³ Utilizamos nessa tipologia os escritos de Wanderley (2009), que elenca um continuum para a agricultura familiar onde ficariam em cada uma das extremidades o camponês em seu sentido tradicional e o moderno produtor familiar, que produz tendo em vista o mercado. Ainda que essa temática venha a ser trabalhada mais adiante, já adiantamos que tais caracterizações fazem referência a tipos ideais e que, por isso mesmo, desenham modelos abrangentes.

⁴ Essa média se refere aos 47 sítios pesquisados no Sítio Almeida.

No que tange à paisagem, a vegetação do Sítio Almeida é formada por vegetação típica do agreste⁵, possuindo poucas formações rochosas aparentes. Os caminhos que ligam as propriedades formam um emaranhado de linhas, lembrando em muito as veias do corpo humano. Os sítios geralmente são cercados por arame farpado, o que lhes fornece um limite visível, possuindo fruteiras, sendo as mangueiras as mais presentes. Todas os sítios possuem pelo menos uma cisterna para armazenamento de água da chuva construída com financiamento público e muitos contam com poço artesiano construído, o que é favorecido pelo fato de a área ser propícia à formação de lençóis, os chamados “veios de água”.

A outra localidade a ser estudada, o Sítio Serra do Maracajá, localizado no município de Puxinanã - PB, comporta uma outra forma de agricultura familiar que exerce uma agricultura menos voltada para o mercado e mais voltada para o consumo do grupo familiar, que denominamos como mais tradicional ou camponesa. O Sítio Serra do Maracajá fica a cerca de 20 km do centro de Campina Grande, distância normalmente percorrida em 30 minutos através da BR-230 – PB-115 e dista dois km do centro de Puxinanã.

A Serra do Maracajá, que recebeu esse nome devido à altitude e a presença marcante do gato-maracajá⁶, é formada por estabelecimentos familiares, num total de 80 residências habitadas, e corresponde a um conjunto de 94 famílias, com sítios que variam de 0,5 ha até 32 ha, com uma média de 5,2 hectares por estabelecimento familiar. As famílias agricultoras da Serra do Maracajá plantam, geralmente, milho, feijão, macaxeira, mandioca e batata-doce. O Sítio possui duas casas para fabricação de farinha, sendo uma particular e outra de uso comunitário, e um posto de saúde, que recebe um médico uma vez ao mês. O acesso ao Sítio é feito através da rodovia PB-115, principal acesso à Serra do Maracajá, assim como também pelas estradas de terra que recortam o Sítio. O acesso ao local só é possível por veículo particular, já que não há nenhuma empresa de transportes que faça o trajeto, entretanto, o ônibus escolar, de propriedade da Prefeitura Municipal de Puxinanã, cruza o Sítio de segunda a sexta, levando os estudantes para a zona urbana nos três turnos.

O Sítio Serra do Maracajá tem em sua composição espacial muitas rochas, cuja dimensão varia enormemente e que caracteriza todo o entorno. Como o subsolo é rico em rochas de baixa permeabilidade (denominadas cristalinas), a formação de aquíferos subterrâneos é bastante limitada, a penetração da água no subsolo é também dificultada pelo regime de chuvas rápidas

⁵ Floresta subcaducifólia e formações florestais.

⁶ Gato-maracajá: felino de pequeno porte cuja pelagem assemelha-se a da onça.

e fortes, porém inconstantes⁷. Essas rochas também possuem uma faceta benéfica em relação à sua utilidade para a população, pois servem de reservatórios naturais para água da chuva, que é escassa na maior parte do ano. Em anos de seca, a chuva que deveria ser abundante nos meses de maio, junho e julho cai modestamente e até mesmo a água de beber se torna difícil. O papel desses reservatórios naturais é de extrema importância, pois se tornam um meio fácil e com baixo custo financeiro para captar água da chuva. A preocupação com a quantidade de pedras na Serra do Maracajá foi repetida e assinalada por muitos dos interlocutores durante a aplicação dos questionários, já que o seu excesso pode dificultar outras atividades, como assinala uma das entrevistadas, quando indagada sobre o tamanho da área destinada à agricultura: *“Aqui é difícil encontrar lugar até para fazer casa, quem dirá para plantar? As casas que nós temos são todas em cima das pedras, porque senão não sobra nada para a agricultura.”*

A flora de ambos os sítios em muito se parece. Tanto no Almeida quanto na Serra do Maracajá, a paisagem é composta pela vegetação típica da caatinga, que cede lugar à casa de morada dos sítiantes, assim como a área destinada aos roçados e quintais. Os pés de caju, manga e acerola são as principais espécies que dão colorido a essa paisagem no período de estiagem, quando normalmente só se pode ver o amarelo escuro de uma vegetação seca e retorcida. Todavia, quando chega o período das chuvas é possível ver uma série de mudanças, não apenas na vegetação, mas principalmente no rosto dos agricultores familiares que ali residem: o inverno significa bem mais que cisterna cheia e gado gordo, significa fartura e promessa de melhores condições de vida. No inverno, mesmo que as chuvas não sejam abundantes, não falta quem plante milho e feijão e, aqui e acolá, batata, macaxeira e mandioca, que logo estarão no fogão ou armazenadas em depósitos para serem consumidas ao longo do ano. Sem dúvida, para esses agricultores o acesso à água é fundamental para garantir a sobrevivência do grupo e trazer um pouco mais de alegria em suas vidas.

Diante de duas comunidades agriculturas que comportam diferentes modos de fazer agricultura e de ser agricultor familiar no Brasil, propomos o questionamento sobre o que diferenciaria estas duas realidades, buscando, para isso, entender seus projetos produtivos e suas práticas cotidianas, assim como suas tradições e estratégias para permanecerem como agricultores familiares em um contexto que não lhes é favorável. Assim, buscamos responder a seguinte questão de pesquisa: como e em que aspectos os diferentes mecanismos de reprodução e organização social, a exemplo dos laços sociais, redes de interação, entre outras estratégias

⁷ Dados obtidos em: <http://www.bibliotekevirtual.org/simposios/8SBCMAC/8sbcmac-a054.pdf>. Acessado em: 21/01/2014

utilizadas por esses agricultores - incluindo-se aí também o aporte do aparato institucional (ONGs, técnicos, associações, políticas públicas, etc.) – influenciam a satisfação de suas necessidades e lhes permite sua reprodução?

O presente estudo tem como objetivo geral compreender como duas comunidades rurais onde prevalece a agricultura familiar organizam suas dinâmicas sociais e enfrentam as adversidades, revelando as semelhanças assim como também as particularidades de cada comunidade.

Para tanto, foram colocados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar quais as estratégias produtivas utilizadas por esses agricultores familiares;
- Elencar os pontos catalizadores ou limitantes que atuam no exercício dessas agriculturas familiares;
- Investigar quais são as políticas públicas acessadas e quais são as instituições atuantes nos lócus de pesquisa;

1.2 Estrutura e organização da tese

Para dar conta dos objetivos da pesquisa, além dessa introdução, a presente tese está estruturada em cinco capítulos e um capítulo com as “Considerações Finais”. O conteúdo desses capítulos é detalhado a seguir.

O primeiro capítulo, intitulado *Agricultura familiar no Brasil: a reprodução de um modo de vida*”, tem como proposta conceituar a agricultura familiar utilizada nesta tese, tendo como base o debate dos principais autores do tema. Este capítulo tem também como proposta situar a agricultura familiar no Brasil, através de um apanhado geral sobre as transformações nas suas relações, tanto com o próprio rural quanto com a sociedade, que foram construídas ao longo do tempo, buscando compreender quem são esses sujeitos segundo a literatura específica. Ainda nesse capítulo foram abordadas as principais políticas públicas para agricultura familiar, com um breve apanhado histórico de como essas políticas passaram a visualizar e a pensar na agricultura familiar como um braço importante da economia nacional.

No segundo capítulo, intitulado *Percurso Metodológico*, são apresentados os locais selecionados para estudo e o delineamento metodológico adotado na pesquisa de campo. A primeira parte começa por caracterizar a microrregião à qual pertencem os municípios onde se encontram os Sítios estudados, buscando descrever as suas características gerais e as características mais específicas de cada município, fornecendo, assim, dados sobre clima, vegetação, qualidade do solo e sobre suas populações e economias. Aqui, além dos métodos

utilizados e das técnicas e procedimentos de coleta e de análise dos dados, estão descritos o processo de inserção no campo e as relações estabelecidas com os sujeitos participantes da pesquisa.

No terceiro capítulo, que tem como título “*A gente ainda planta uma coisinha*” – *Estratégias produtivas dos agricultores familiares no Sítio Serra do Maracajá*, são descritas as estratégias produtivas dos agricultores familiares situados nesta localidade a partir dos dados empíricos. Aqui, são detalhadas algumas características mais objetivas acerca desses agricultores familiares, como fontes de renda, condições de moradia, entre outros, assim como questões mais subjetivas, a exemplo dos seus desejos para o futuro e a satisfação de suas necessidades.

Do mesmo modo que no capítulo anterior, no quarto capítulo, intitulado “*Plantar para não faltar o que comer*” – *Estratégias produtivas dos agricultores familiares no Sítio Almeida*, são descritas as estratégias produtivas dos agricultores familiares situados no Sítio Almeida – PB, a partir da análise dos dados empíricos. Aqui, também são detalhadas algumas características mais objetivas acerca desses agricultores familiares, como fontes de renda, condições de moradia, entre outros, assim como questões mais subjetivas, a exemplo dos seus desejos para o futuro e a satisfação de suas necessidades. Esses dois capítulos foram organizados separados para que possamos abordar de maneira detalhada os mesmos aspectos em ambas as localidades, possibilitando, assim, uma comparação dos agricultores familiares das duas localidades estudadas no capítulo que se segue.

No penúltimo capítulo, intitulado *As várias faces da agricultura familiar no Brasil: uma análise comparativa*, são trabalhadas as particularidades e contrastes dos agricultores familiares e dos Sítios que foram lócus da pesquisa, com o intuito de perceber de que forma questões como qualidade do solo e acesso à água, por exemplo, assim como as instituições e as políticas públicas acessadas por esses agricultores, moldam as suas estratégias de sobrevivência e as escolhas produtivas na busca da satisfação de suas necessidades, assim como seus graus de satisfação frente ao modo de vida adotado.

E por fim, com as “*Considerações Finais*”, é apresentada uma síntese dos principais achados da pesquisa, a partir do resgate das análises feitas nos capítulos anteriores. Também são desenvolvidas algumas reflexões sobre as implicações teóricas e práticas, assim como as novas questões que emergiram dos resultados encontrados do processo de pesquisa teórica e empírica que configurou este trabalho de tese.

2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: A REPRODUÇÃO DE UM MODO DE VIDA

A percepção das diferentes estratégias reprodutivas utilizadas por duas comunidades de agricultores familiares deu origem aos questionamentos levantados nesse trabalho. Até onde os diferentes mecanismos de reprodução, organização e representação social, a exemplo dos laços sociais, redes de interação, entre outras estratégias utilizadas por esses agricultores - incluindo-se aí também o aporte do aparato institucional (ONGs, técnicos, associações, políticas públicas, etc.) – influenciam a satisfação das suas necessidades e lhes permite superar as situações de adversidade? O presente trabalho aparece como a possibilidade de trazer uma visão diferente sobre a agricultura familiar e mostrar que mesmo com todos os avanços que vêm sendo explicitados pelo discurso governamental, embasados principalmente nos dados revelados pelo Censo Agropecuário de 2006, ainda há muito para ser feito por essas famílias agricultoras, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Nesse primeiro capítulo, temos como proposta conceituar a agricultura familiar utilizada nesta tese, tendo como base o debate dos principais autores do tema. Porém, não há pretensão de esgotar a temática, tendo em vista não ser possível fazer referência a todos os autores que trabalham esse tema.

2.1 Conceitos de agricultura familiar no debate acadêmico

A primeira questão que se coloca aqui é: por que utilizar o termo *agricultores familiares* e não *camponeses*, para denominar os indivíduos estudados? Ambas as nomenclaturas caberiam aqui, contudo, uma série de motivos levou-nos a adotar um em detrimento do outro. O primeiro deles é o próprio autorreconhecimento que esses sujeitos fazem de si mesmos. Durante toda a pesquisa, pudemos presenciar inúmeras ocasiões em que esses sujeitos se denominavam como agricultores familiares, nesse ponto a questão é de fugir do etnocentrismo que carregamos conosco, apesar de todo o esforço de despirmo-nos dele, e legitimar a voz e a identidade que esses sujeitos construíram e ainda constroem cotidianamente, ainda que saibamos que o próprio conceito de agricultor familiar tomado para si por esses sujeitos não seja livre de influências das mais diversas origens, afinal, vivemos em uma sociedade global cuja fina membrana que nos distingue enquanto grupos específicos é muito mais permeável do que costuma parecer.

Ademais, o conceito de agricultor familiar encaixou-se melhor aqui por fazer referência justamente a um sujeito mais próximo da sociedade global em relação ao camponês no sentido

que tomamos. Para Nazareth Wanderley (2003) o conceito de agricultor familiar faz referência à união entre a unidade produtiva e consumidora. Trata-se, então, de um modo de vida mais globalizado, contrariamente ao conceito de camponês, que estaria relacionado a um modo de vida particular em uma sociedade com singularidades e características mais tradicionais. Entretanto, os agricultores familiares são sujeitos que ainda guardam traços do campesinato, como a adesão a uma lógica produtiva voltada para as necessidades do grupo familiar, havendo, no entanto, a tentativa de se ajustar às exigências do mercado. Poder-se-ia dizer que essa ideia justifica a tese de que em cada agricultor familiar haveria um camponês adormecido, sem que, com isso, os agricultores familiares estejam fadados à reprodução do campesinato tradicional. O fundamental aqui é considerar que o agricultor familiar mantém alguns aspectos da lógica camponesa, enquanto outros são próprios do ser agricultor. O camponês clássico produz apenas para garantir a subsistência familiar, enquanto os agricultores familiares modernos levam em consideração também o mercado. Enquanto o camponês clássico valoriza e enfatiza o passado e as tradições, o agricultor familiar moderno se concentra no futuro (WANDERLEY 2003).

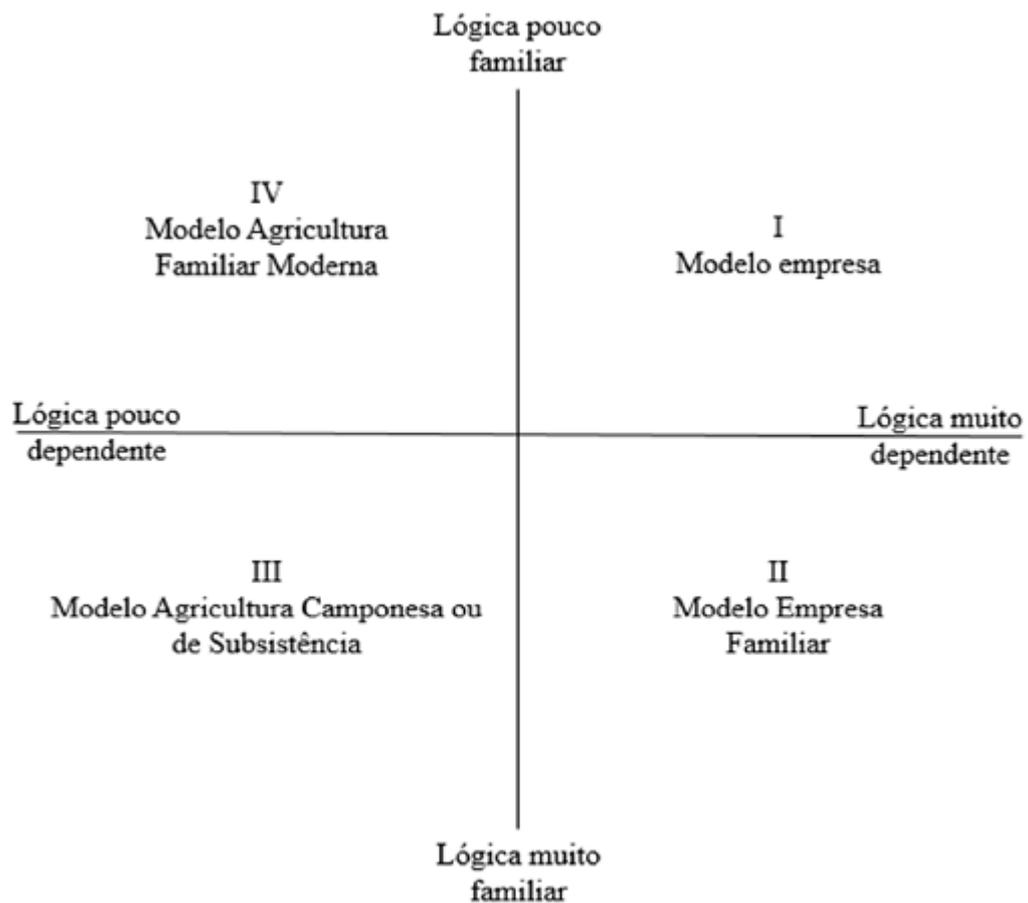
Esses personagens são resultado de um *continuum*, que, segundo Wanderley (2009), coloca em polos distintos o camponês clássico e o moderno agricultor familiar que produz com vistas ao mercado, entre esses há uma infinidade de sujeitos que se afastam ou se aproximam dos camponeses “puros”. Devido a essa particularidade, tomamos ora características atribuídas ao campesinato, ora características atribuídas a agricultura familiar para construir o conceito que utilizamos para descrever os sujeitos que são objeto dessa tese. No entanto, o conceito de agricultura familiar que adotamos passa a assumir uma racionalidade diferente do campesinato em seu sentido clássico, num contexto em que o mundo rural deixa de ser um espaço parcial e se torna totalmente integrado à sociedade nacional (WANDERLEY 2009).

A pesquisa comparativa internacional que fora organizada por Hugues Lamarche (1993), realizada em cinco países e com colaboração de vários pesquisadores, buscou identificar a dispersão geográfica das formas familiares da agricultura em países como Brasil, Tunísia, Polônia e Canadá, a fim de determinar as características comuns a agriculturas familiares tão diversas. Essa pesquisa, inovadora em seu tempo, mostrou que a agricultura do tipo familiar está presente em todo o mundo. Para Lamarche (1993, p. 15): “A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão iminentemente ligados à família”.

Na Europa, o passado feudal possibilitou o surgimento do campesinato, porém, esse autor mostra que esse não é um fator obrigatório para a formação de uma base camponesa em outros lugares do mundo. Na Tunísia, por exemplo, o modelo camponês se dá sobre o modelo do tipo

colonial. Lamarche (1993) afirma que existem modelos de agriculturas familiares e que esses dividem uma base comum denominada de “modelo original”, no entanto, outros modelos surgem a partir dele. O modelo ‘familiar’ tem como objetivo a garantia de reprodução da família e não necessariamente da unidade da produção. Já o modelo de ‘subsistência’ visa a sobrevivência do grupo familiar, enquanto o modelo do tipo ‘empreendimento agrícola’ visa a exploração agrícola organizada, com a utilização de mão-de-obra assalariada, tendo vistas a um ganho máximo. Modelos de funcionamento e classe social definem cada tipo de exploração, assim como grau de interação na economia de mercado. São dois os fatores que organizam as estratégias dessas explorações: memória de sua história e ambições para o futuro (ver Figura 1).

Figura 1: Modelos de agricultores familiares a partir das variáveis orientação para o mercado e organização familiar



Fonte: Lamarche (1998, p. 68)

A variação desses modelos faz visualizar que existem diversas formas de ser agricultor e fazer uma agricultura familiar. A diversidade e a sobrevivência dessas agriculturas devem-se, em grande medida, devido à sua adaptabilidade. Tal diversidade não é consequência apenas da diversidade do meio, mas da força, da resistência e da capacidade para sobreviver mesmo quando as condições não lhes são favoráveis. Apesar de parecer correto, analisar a natureza de um empreendimento agrícola apenas pela natureza do trabalho empregado nele é demasiado simplista, assim como não é suficiente determinar tal critério a partir do tamanho da propriedade.

Essa diversidade de agriculturas familiares é, em grande medida, ocasionada pelo contexto de privações e dificuldades em que se veem esses agricultores familiares, fato que os levou a recorrer a diversas estratégias com o intuito de garantir a sua sobrevivência. Segundo Patrick Caron e Eric Sabourin (2003, p. 23), a diversidade de agriculturas familiares em todo o mundo, mas principalmente do Nordeste, são explicadas como um mecanismo de sobrevivência que lhes possibilitou a reprodução de seus modos de vida ao longo dos séculos “(...) as mutações constituem, ao mesmo tempo, respostas às transformações do meio ambiente e formas originais e inovadoras de organização, implementadas por agricultores familiares, na maioria pequenos camponeses”. Nesse contexto, entender e interpretar tais mutações leva o pesquisador a adaptar-se também, de forma que aceitar sua diversidade e especificidade é o primeiro passo para entender a complexidade das formas familiares de agricultura familiar, tendo em mente que essa diversidade da agricultura familiar brasileira é uma das qualidades que mais a caracteriza e tentar compreendê-la é o primeiro passo para a construção de um desenvolvimento igualitário.

A agricultura familiar brasileira possui características próprias, mas é possível encontrar na literatura internacional possibilidades para entendê-la. Nos escritos de Henri Mendras (1969), clássico da Sociologia Rural, é possível encontrar uma reflexão sobre o campesinato tradicional francês estabelecendo cinco particularidades para caracterizá-lo, são elas: (1) autonomia relativa face à sociedade global, (2) importância dos grupos domésticos, (3) sistema econômico de autonomia relativa, (4) sociedade de interconhecimentos e (5) função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e global. Essas cinco características são importantes para entender os agricultores familiares de hoje, apesar de Mendras (1969) estar se referindo ao campesinato em meados dos anos 1960, na França, num contexto bastante diferente do atual. A aproximação entre o campesinato retratado por esse autor e a agricultura familiar atual pode ser explicada tendo em vista que a agricultura familiar que temos hoje é, em parte, herança de um modelo que se desenvolve a partir de um campesinato que muito se aproximava daquele tratado por Mendras (1969) e que possui em comum alguns elementos básicos, como a importância do

trabalho familiar, a valorização da vida em comunidade, o uso conjunto e familiar da terra, entre outros (MENDRAS, 1969).

A autonomia relativa diz respeito ao fato do agricultor familiar ser, ao mesmo tempo, o dono da força de trabalho e dos meios de produção, o que impacta a forma como são organizadas suas estratégias produtivas. A gestão e organização do tempo de trabalho, a alocação de recursos e outras formas de organizações têm como base a autonomia do agricultor, que leva em consideração o seu desgaste físico e emocional no momento de definir suas estratégias. Além disso, essa autonomia refere-se à capacidade de prover o grupo doméstico em dois planos: a subsistência imediata do seu grupo familiar e a reprodução das gerações subsequentes através de todo material de trabalho adquirido, beneficiamentos realizados na propriedade ou mesmo alocação de mais terras que podem ser transmitidas para as gerações seguintes. Essa autonomia é relativa, entretanto, devido ao fato desses indivíduos estarem integrados à sociedade externa e dependerem dela.

A importância dos grupos domésticos ou o *uso conjunto e familiar da terra*, como é denominada tal característica por Ricardo Abramovay (2007, p.101) faz referência ao caráter familiar da produção e o impacto dessa característica na forma como esses indivíduos se organizam econômica e socialmente, demonstrando a importância e o papel da família, tanto como fornecedora da força de trabalho utilizada, quanto também por ser o foco da organização e direcionamento da produção. Podemos afirmar, assim, que a agricultura familiar é a união entre a unidade de produção e a unidade de consumo. Nesse ponto, chamamos atenção para a indissociabilidade entre esses dois elementos, nas palavras de Garcia e Heredia (2009, p. 223): (...) ressalta-se a indissociabilidade entre a unidade de produção e a de consumo, pois tanto uma como a outra fazem apelo dos mesmos membros da família e estão regidos pelos mesmos padrões de autoridade doméstica.

Dessa forma, é justamente essa relação entre trabalho, propriedade, recursos produtivos e família que define a agricultura como familiar. Além disso, essa mesma relação entre trabalho, propriedade, recursos produtivos e família é responsável pelo equilíbrio econômico dessa agricultura, já que a produção é pensada tendo em vista a quantidade de consumidores e não a quantidade de trabalhadores. O ponto fundamental é compreender que a agricultura familiar não possui uma estrutura fixa que torna possível sua existência e reprodução, assim como também a ideia que as estratégias de adaptação não seguem uma trajetória linear, essas reflexões percebem as formas de ser agricultor e de viver a agricultura como não cristalizadas e sim como estando em constante fluxo de mudança e adaptação, entregando a complexidade devida a esses sujeitos (LAMARCHE, 1993).

A terceira e quarta características apontadas por Mendras (1969), sistema econômico de autonomia relativa e sociedades de interconhecimento, fazem referência à ideia do rural enquanto uma autarquia econômica, um lugar que possui formas particulares de troca, produção e interação, remontando ao rural enquanto lugar de vida, de trabalho e de sociabilidades. Essas características implicam mudanças relevantes do que tange a organização social e econômica desses indivíduos, entre elas está a reciprocidade, da qual trataremos mais adiante. A função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e global faz referência ao papel de liderança que esses indivíduos assumem ao representar suas comunidades frente a sociedade global, seja em busca dos seus direitos, seja como forma de buscar seus objetivos (WANDERLEY, 2009; MENDRAS, 1969).

De maneira geral, é preciso compreender que agricultura familiar é um conceito genérico e que comporta muitos sujeitos, situações e contextos, em diferentes modos de viver e de produzir, sendo o campesinato um deles. Apesar de considerarmos que os conceitos de campesinato e agricultura familiar se entrelaçam em vários pontos, decidimos utilizar, nesse trabalho, o conceito de agricultura familiar e não de campesinato, pois consideramos ser esse o que mais se adequa aos atores pesquisados. Desse modo, construímos um conceito de agricultor familiar que, apesar de conter traços de um campesinato em seu sentido clássico, se mostra muito mais voltado para o conceito de agricultor familiar.

Esse conceito de agricultor familiar que procuramos retratar aqui diz respeito a indivíduos que tiveram que se adaptar aos novos contextos globais. Essa adaptação, no entanto, não provoca uma ruptura completa entre as diversas formas que o conceito de agricultura familiar abriga, mas fornece características próprias. Sendo assim, tendo em vista que a agricultura familiar não é simplesmente uma ocupação, mas um *modo de vida* (WANDERLEY, 1996) consideramos que além das características trabalhadas por Mendras (1969), o uso conjunto e familiar da terra, uma gestão que privilegia o trabalho familiar e que se orienta tendo em vista os projetos para o futuro da família, assim como a existência de práticas que se configuram como recíprocas, são critérios importantes na definição de uma agricultura como familiar, e mais ainda, entendemos que o conceito de agricultura familiar envolve elementos estruturais e seria caracterizado pela presença ou adoção de um *habitus*, no sentido bourdieusiano da palavra, próprio desse modo de vida, entendido aqui como *estruturas estruturadas* que tendem a funcionar como *estruturas estruturantes*, ou seja, um conhecimento adquirido que fornece as respostas para as questões da vida cotidiana e mesmo fora dela e uma *hexis*, que (...) “indica a disposição incorporada, quase postural -, mas sim o de um agente em ação.” (BOURDIEU, 2007, p. 61)

Adicionamos aqui que os esquemas mentais que são internalizados por esses indivíduos nos levam a crer que esse “modo de vida camponês”, seja ele herdado pela tradição familiar ou aprendido por uma escolha pessoal, são de suma importância para caracterizar tais indivíduos enquanto agricultores familiares. Esses esquemas mentais que compõem o *habitus* desses indivíduos, que são transmitidos aos seus descendentes, e estruturam e solidificam o seu modo de vida, nos aparecem como uma característica da agricultura familiar, de tal forma que podem ser considerados como agricultores familiares indivíduos que, por um motivo ou por outro, não exerçam a agricultura há alguns anos.

Esse potencial adormecido, muitas vezes encontrado junto a uma enorme vontade de voltar a exercer a agricultura “quando os tempos melhorarem” e “quando as oportunidades existirem”, nos leva a crer que exercer a atividade agrícola é apenas uma das características que definem a agricultura familiar. Desse modo, rejeitamos definições imediatistas e puramente práticas que conceituam o agricultor familiar como o “sujeito que se encontra no campo com uma enxada nas mãos” e abrimos um leque de possibilidades que torna possível a existência de um agricultor familiar que o é porque carrega consigo essa *hexis*, abandonando, por isso mesmo, os conceitos mercantilizados do agricultor familiar enquanto fruto da sua produção, já que enxergamos nesses indivíduos mais do que um mero produtor agrícola: um produtor de “cultura”, por assim dizer; uma cultura rica e vasta de significados, estratégias e formas de vida que precisam ser compreendidas em seus contextos e em seus processos de diferenciação.

Destarte, entendemos como estratégias reprodutivas as ações lançadas por essas famílias agricultoras com a finalidade de garantir a sobrevivência e a reprodução do grupo familiar. Assim, como coloca Alexander Chayanov (1985):

En su organización, cualquier empresa agrícola es descripta por su sistema. De acuerdo con la definición clásica de Lyudogovskii, por sistema debe entenderse “la manera de combinar cuantitativa y cualitativamente la tierra, la fuerza de trabajo y el capital”. Desarrollando esta definición, podemos trazar un esquema de los elementos básicos que forman cualquier empresa agrícola (CHAYANOV, 1985, p. 96).

Além da combinação de estratégias que levem em consideração a quantidade de terra, mão de obra e capitais disponíveis, a família agricultora leva em consideração também a quantidade de consumidores e os riscos de cada estratégia reprodutiva lançada tendo em vista seus benefícios em potencial. A adoção de tais estratégias reprodutivas visa ao equilíbrio entre os recursos produzidos e consumidos e, por isso, muitas vezes só podem ser compreendidas se analisadas dentro do contexto experimentado por cada família agricultora.

2.2 Solidariedade e reciprocidade

O termo reciprocidade é utilizado aqui em referência ao contexto das relações de trabalho, especialmente no meio rural. Esse termo, que geralmente está ligado ao cuidar, à dependência mútua e à solidariedade, tem por intuito revelar o caráter recíproco entre o agricultor e seus meios de trabalho, assim como com outros indivíduos com quem ele se relaciona. Longe de possuir uma conotação mercantil, o conceito de reciprocidade na Sociologia Rural refere-se ao “dar e receber de volta” (SABOURIN, 2011, p. 11). A agricultura familiar é uma atividade que está constantemente envolta na reciprocidade. Esse dar e receber inicia-se com o cuidado com a terra e a dedicação diária ao solo é o que torna possível colher os frutos desse trabalho. No entanto, a reciprocidade na agricultura familiar ou camponesa não se resume à relação entre o agricultor e a terra, mas também às relações dentro da família, entre gerações, entre vizinhos e entre os mercados, sendo essa última uma combinação que se mostrou estratégica para as famílias agricultoras.

A reciprocidade é uma das características mais fortes da agricultura familiar, já que esses indivíduos orientam seus princípios a partir das suas necessidades, tendo como pilar fundamental a troca, seja ela simbólica ou material. A alocação de recursos dentro dos critérios que Eric Saborin (2011) entende por reciprocidade não envolvem as lógicas de concorrência ou competitividade, mas caminha para um entendimento de reciprocidade análogo às contribuições de Marcel Mauss e de Claude Lévi-Strauss, sendo, por isso, uma contribuição e uma proposta de diálogo entre a sociologia e a antropologia, dando origem a um conceito socioantropológico, que pode aparecer de várias formas e que se distancia da lógica do lucro e se aproxima do prestígio e da moral. Para Mauss (1950, p. 52), os critérios importantes em seu estudo sobre a dádiva são aqueles que envolvem (...) “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e todavia forçado e interessado por essas prestações”. Além das questões de honra e prestígio, nas quais a reciprocidade está profundamente imersa, Mauss (1950) analisa como essas práticas estruturam as ações, moldam os costumes e modificam a vida dos indivíduos estudados. A importância de dar e retribuir vai muito além das questões econômicas, já que emoldura todo um código moral referente aos valores, assim como também adentra o âmbito religioso e espiritual.

Dessa forma, o conceito de reciprocidade envolveria quatro elementos básicos, são eles: (1) caráter socioantropológico; (2) flexibilidade de formas; (3) posse de uma estrutura; e de (4) níveis. A reciprocidade pode ser real, simbólica ou imaginária, além disso ela pode ser

simétrica, quando realizada entre iguais, como por exemplo as prestações mútuas de trabalho alimentares, trabalhos coletivos entre famílias de mesma posição social, ou entre a família e a comunidade, ou assimétrica, como por exemplo a relação de uma família camponesa e seu empregador, ou entre famílias de diferentes classes sociais. Nesses casos, ainda permanece o respeito mútuo e a amizade, no entanto, aquela cuja posição é mais privilegiada socialmente exerce certa dominação sob a família mais fraca, que deve obediência e submissão àqueles que lhes são superiores. Segundo Mayer (2002 apud SABOURIN 2011), nessa situação, que é também de exploração, não há só um ganhador. Nessas circunstâncias, se encontram aquelas famílias rurais que precisam vender sua força de trabalho para garantir a reprodução do grupo. A relação mercantil entre aquele que vende a sua força de trabalho e aquele que a compra, como o intuito de ajudar o próximo, demonstra uma diferente faceta da reciprocidade, que se mostra ora mercantil, ora como uma prática recíproca. Apesar da imagem inicial da venda de força de trabalho ser negativa, pois implica a sujeição do agricultor, ela também é um dos mecanismos utilizados por esses sujeitos para conseguir garantir a reprodução do grupo familiar e assim possibilitar a sua permanência no campo, mostrando-se um ato de resistência (SABOURIN, 2011).

A reciprocidade pode também sofrer um processo de institucionalização com o intuito de legitimar essa prática, o que acontece principalmente no manejo de recursos coletivos. O aparato legal oferece uma regulamentação das práticas acordadas, além de possibilitar deixar claras, ou mesmo modificar as normas e regras daquela gestão, facilitando a aceitação de tais relações pela sociedade global. A confiança necessária para se construir uma relação que seja recíproca é fundada, inicialmente, em um valor ético, que verifica a reputação com o intuito de medir o grau de “reconhecimento público dos valores do outro” (SABOURIN, 2011, p. 131).

O manejo de recursos comuns, como água, terra, pastos ou mesmo ferramentas de trabalho são também formas de reciprocidade. As normas e os valores presentes nas situações nas quais há reciprocidade são compartilhadas e internalizadas pelos indivíduos, que podem também estar sujeitos a sanções quando essas são burladas, dessa forma, incentiva-se o compartilhamento e a cooperação entre esses atores. Para Elinor Ostrom (1998), a noção de reciprocidade é central, sendo uma norma social universal. Contudo, não há reciprocidade sem cooperação, por isso os atores envolvidos procuram identificar nos outros atores tal característica, de forma a evitar que a relação se torne desvantajosa (OSTROM, 1998).

Essa relação constrói-se sob a confiança de que o outro irá corresponder às expectativas criadas para ele. Dessa forma, a reciprocidade seria equivalente a uma norma moral internalizada e um princípio de intercâmbio social, caracterizada pela vontade de cooperar.

Portanto, essas relações recíprocas só funcionaram enquanto tal num contexto de mutualismo, troca de saberes, aprendizagens, valorização da solidariedade e da responsabilidade (OSTROM, 1998).

Essa cooperação entre indivíduos é marcada por uma série de questões, como o grau de acesso às informações acerca dos contextos que envolvem suas escolhas. Quando assimétrica, essa distribuição de informações pode influenciar a ação, já que impede ou dificulta os indivíduos de calcular quais os riscos envolvidos na escolha da ação. Além da assimetria em relação às informações, a mudança de contexto pode também modificar a ação ou a cooperação. Dessa forma, mostra-se importante avaliar os contextos nos quais as situações de reciprocidade se inserem, quais as informações são necessárias e quais os critérios em jogo para que os indivíduos possam agir de maneira recíproca.

2.3 Pobreza e instabilidade: outras facetas da agricultura familiar

A agricultura familiar no Brasil é marcada, na maioria das vezes, por uma condição de vida difícil e precária, evidenciadas pelas dificuldades de comercialização e acesso a mercados, assim como pela expropriação de uma série de direitos, como direito à saúde e condições de vida digna, através do acesso médico-hospitalar, saneamento básico, direito à moradia, alimentação de qualidade e em quantidade suficiente.

As raízes dessas desigualdades remontam, principalmente, mas não apenas, das modificações no padrão técnico das atividades implementadas no campo. Diferenças de produtividade entre os estabelecimentos agrícolas amparados pelas inovações tecnológicas trazidas pelas Revoluções Agrícola e Verde e os estabelecimentos que dispõem apenas de ferramentas manuais é de 500 para 1 atualmente. Mesmo assim, em média 60% dos agricultores de regiões como a África, a Ásia e América Latina ainda trabalham com ferramentas manuais, limitando sua produtividade e conseqüentemente a garantia de sua sobrevivência. Segundo pesquisadores da área, o empobrecimento e o êxodo rural desses agricultores ainda não chegaram a níveis estáveis, e tendem a aumentar com o tempo. Somado a isso, o inchaço das cidades aumenta os índices da pobreza urbana, já que as altas demandas de força de trabalho alavancam a desvalorização da mão-de-obra e diminui os salários pagos, conduzindo esses indivíduos a uma subsistência (MAZOYER e ROUDART, 2010).

São indivíduos que vivem no limite da sobrevivência e só o fazem graças à sua constante adaptabilidade. Para Antônio Candido (1989, p. 181) “Para conseguir a estreita margem de lucro que lhe permite sobreviver, o pequeno sítiante e o parceiro se veem obrigados a reduzir drasticamente a satisfação das necessidades”. Abre-se, aqui, a possibilidade de existência de categorias de agricultores que equilibram uma infinidade de formas de garantir a sua permanência no campo e viabilizar sua condição de produtores agrícolas. Esses estabelecimentos não deveriam existir sob uma lógica racional dominante, entretanto, eles existem mesmo assim.

No Brasil, o índice de indivíduos que sofrem com alguma forma de insegurança alimentar é de cerca de 30,2%, sendo que 5,8% da população convive com o pior tipo de insegurança alimentar⁸. Quando se refere à população rural em situação de insegurança alimentar, esse número sobe para 40,2% e pelo menos 8,4% de sua população está em situação de insegurança alimentar grave. No Nordeste, esses números aumentam e pelo menos 40,3% de sua população convive com algum tipo de insegurança alimentar, sendo que 9,2% da população nordestina sofre da forma mais grave com o referido problema. A Paraíba é responsável por 41,3% de domicílios que convivem com algum tipo de insegurança alimentar (IBGE, 2009).

No Brasil, uma alimentação ideal envolve o consumo de alimentos produzidos localmente⁹, mas a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários é um dos fatores que levaria a deterioração alimentar, assim como o baixo índice de famílias que fazem cultivo de hortas e pomares, levando esses indivíduos a se abastecerem nos mercados¹⁰. O aumento do consumo de produtos industrializados pelas famílias agriculturas da zona rural demonstra não apenas a influência dos produtos industrializados, mas que essas famílias estão buscando no mercado produtos que elas mesmas poderiam produzir se tivessem a possibilidade de uma execução plena da agricultura. Tal fato pode estar transformando a organização dos valores do que é saudável e seguro para se comer no campo. Pesquisa realizada por Islândia Texeira e

⁸ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2009 tomou por base para a verificação da segurança/insegurança alimentar no país o questionário EBIA, o mesmo questionário utilizado pelo presente trabalho. Segundo os critérios do EBIA, existiriam três tipos de insegurança alimentar: a leve, que é “Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos”. A moderada: “Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos”. E a forma mais grave de insegurança alimentar, que se refere à “Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos)”. Essas definições podem ser encontradas em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf

⁹ Temática trabalhada por Josué de Castro (2011)

¹⁰ Texeira e Gomes da Silva (2008).

Aldenor Gomes da Silva (2008), demonstra que em alguns lugares do Nordeste brasileiro, 52% dos agricultores familiares obtém do supermercado todos os produtos que irão compor sua alimentação. Na Paraíba, essa porcentagem é pouco menor, 46%. A questão da penosidade pode estar diretamente relacionada a esses números; na lógica de cada grupo familiar os custos de produzir determinados produtos são levados em consideração na hora da decisão final, se é muito custoso, tanto financeiramente como temporalmente, a compra pode se mostrar como uma escolha mais adequada (TEXEIRA e GOMES DA SILVA, 2008).

2.4 Políticas públicas para a agricultura familiar: limites e potencialidades

Segundo Thoenig (1993 apud NEVES, 2014), uma política pública apresenta-se sob a forma de programas de ação e para que uma política seja considerada como pública devem estar presentes uma série de decisões interligadas, englobando um programa de ação governamental. Políticas públicas envolvem atores, instituições, projetos, marcos regulatórios, descobertas científicas e desafios postos pela sociedade. (NEVES, 2014).

Dentre as principais consequências esperadas através da aplicação das políticas públicas, está a possibilidade de gerar ou garantir o bem-estar social. Segundo Luísa Costa e Carlos Pereira (2007, p. 74): “Uma pessoa com balanço positivo entre o afeto positivo e o afeto negativo seria considerada feliz.”. Apesar da felicidade ser considerada como uma categoria de análise subjetiva, é possível buscar explicações e fazer reflexões sobre a felicidade e o bem-estar subjetivo. Nesse contexto, tomamos como sendo a felicidade a representação mais perceptível do bem-estar subjetivo, assim: “De acordo com Diener, Oishi e Lucas (2003) o Bem-Estar Subjetivo (BES) seria o que os leigos chamam de felicidade, prazer ou satisfação com a vida.” (COSTA, PEREIRA, 2007, p. 74). Assim:

O estudo de bem-estar subjetivo é de substancial importância aplicada. Quando políticos procuram entender como melhorar a qualidade de vida das populações, medidas de bem-estar subjetivo são necessárias para complementar as medidas objetivas como os índices econômicos. Quando somente indicadores sociais objetivos (por exemplo, renda per capita e índices de violência) são medidos, indicadores de aspectos da vida como relacionamentos interpessoais não são captados. (GIACOMONI, 2004, p.49)

Segundo Renata Ferraz *et al.* (2007), os critérios econômicos só são positivos na conquista do bem-estar subjetivo até certo ponto. Depois de alcançados limiares dignos de subsistência, o aumento da renda para de influenciar os níveis de felicidade, isso acontece

porque, geralmente, essas pessoas param ou diminuem drasticamente os seus momentos de lazer, o que torna o exercício de trabalhar ainda mais cansativo e desmotivador. Por isso, para que se possa garantir o bem-estar social é necessário que sejam garantidos vários direitos sociais que vão além dos critérios econômicos.

Para que possamos caminhar para uma sociedade mais justa e igualitária, é necessário que tenhamos, primeiramente, paridade entre a sociedade civil e o poder público de forma a trazer a sociedade para dentro do Estado, principalmente em relação às camadas sociais marginalizadas da sociedade, oferecendo a possibilidade de construção de um diálogo e a participação ativa nas decisões públicas. De forma geral, políticas públicas são criadas justamente para atender demandas da população, seja com o intuito de combater a pobreza e diminuir as desigualdades sociais, ou mesmo de propor novas maneiras de ação. O ponto central em uma política pública é fomentar o debate e promover igualdade, incorporando segmentos periféricos da mesma, tendo em vista que as populações mais vulneráveis estão mais desorganizadas e ausentes das esferas de decisão. A proposta em questão é, portanto, dar voz àqueles que por algum motivo estariam mudos (CAVALCANTE et al., 2014a).

Ressaltamos que o Brasil da década de 1980, marcado pela efervescência política e num cenário de restauração da democracia, eleições diretas, elaboração da nova Constituição de 1988, abrigava um rural esquecido do poder público, marcado por determinantes históricos de pobreza e desigualdade, como concentração de terras, mandonismo, clientelismo político, pouco ou nenhum acesso aos meios de produção, carência de serviços e equipamentos sociais. No entanto, os atores desse rural empobrecido não estavam passivos, a década de 1980 é também palco para conquistas através de inúmeras lutas. Entre as conquistas está a fundação do MST, que reivindica novos rumos para as políticas públicas destinadas para a agricultura. Nesse contexto, são formuladas novas concepções de desenvolvimento rural baseados em reforma agrária, combate à pobreza, fortalecimento da agricultura familiar e reconhecimento das comunidades tracionais e uma nova visão que rejeita o rural enquanto sinônimo do patrimônio fundiário e reconhece a parcela da população que fora excluída no processo de desenvolvimento gerido até então (MEDEIROS, 1989).

Nessa conjuntura, é levantada a questão: o que fazer diante de uma agricultura empobrecida e não incluída pelas políticas públicas geridas até então? É justamente para amenizar os problemas das populações excluídas dos projetos de desenvolvimento que surge o PRONAF, em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto nº 1.946, de 28 de Junho do ano citado, tendo como referência experiências internacionais, principalmente francesas (onde a agricultura familiar de pouco a pouco tornou-se um modo de

produzir valorizado na pauta da gestão pública), entre outros aspectos, por ser este um modelo que abrigaria a maior parte da população ativa no campo e por agregar valores como preocupação com o meio ambiente, uma gestão atenta em produzir segundo os critérios de segurança alimentar do país, entre outros.

O PRONAF tornou-se um marco para a agricultura familiar brasileira pois legitimava a agricultura familiar enquanto produtora de excedentes e, por isso mesmo, lançava luz sobre uma parte do rural brasileiro. Além disso, o PRONAF é considerado um divisor de águas para a agricultura familiar brasileira tanto pelos desdobramentos dessa política quanto também por ter inspirado outras políticas públicas para a agricultura familiar. Com a criação do MDA, os anos 2000 são marcados pelo *boom* de políticas públicas para a agricultura familiar, a exemplo do Programa Territórios Rurais de Identidade, Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, Programa Territórios da Cidadania, Programa do Leite, Programa 1 milhão de Cisternas, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos, entre outros (ZANONI, 2014).

O PRONAF foi uma vitória para a agricultura familiar brasileira, porém, várias questões devem ser colocadas. Em 24 julho de 2006, foi criada a Lei nº 11.326, que regulamentou e caracterizou o que é a agricultura familiar. A Lei nº 11.326 sofreu várias mutações ao longo dos anos, mas, de forma resumida, a agricultura familiar passou a ser definida da seguinte maneira:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. (Censo Agropecuário de 2006).

É a Lei nº 11.326 que serve de base para definição dos agricultores familiares que deverão ser enquadrados nas principais políticas públicas surgidas e redefinidas a partir de 2006. Além disso, a Lei nº 11.326 definiu a categoria analítica de agricultura familiar adotada para as finalidades de realização do Censo Agropecuário de 2006, o primeiro a trazer dados específicos sobre a agricultura familiar e a não familiar tendo uma classificação legal para tanto. Tal definição agrega vários modos de fazer agricultura familiar e ser agricultor familiar, tanto silvicultores quanto pescadores, ou mesmo extrativistas.

Até o ano de 2011, segundo a definição legal, o agricultor deixa de ser familiar quando obtém 51% de sua renda fora do seu estabelecimento. É apenas em 2011 que esse requisito é substituído e, ao invés de uma renda majoritariamente agropecuária, passa-se a admitir que o agricultor tenha pelo menos um “(...) percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo¹¹”.

O PRONAF passou por diversos estágios desde seu surgimento em 1996, mas um dos primeiros problemas nos anos iniciais desse programa foi a concentração dos recursos em alguns estados, assim como também a concentração de renda nos grupos de famílias mais bem estruturadas. Tanto econômica como produtivamente, esses indivíduos já estariam bem integrados ao mercado e produziram quantitativa e qualitativamente boa parte dos artigos da produção familiar de todo o país, além disso, os produtos financiados para esses agricultores familiares seriam aqueles que as instituições bancárias consideraram economicamente rentáveis. Nesse momento, o PRONAF ainda financiava majoritariamente a aquisição de insumos e tecnologias voltadas para as produções consideradas como responsáveis pela fragilização da agricultura familiar, a exemplo da soja (MÜLLER, 2007).

Com o desenvolvimento do PRONAF, ao longo dos anos passa-se a admitir que são familiares aqueles estabelecimentos que possuem até dois empregados contratados. Em 1999, o programa passou a incluir também assentados de reforma agrária e aqueles agricultores familiares de menor renda, sendo dividido em cinco categorias de acordo com a renda,

¹¹ Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art39. Acessado em 27/09/2013

denominadas de A, B, C, D e E.¹² Os investimentos do grupo A foram destinados aos agricultores dos assentamentos rurais; para o estabelecimento familiar ser considerado como pertencente ao grupo B, a renda não poderia ultrapassar os R\$ 3 mil ao ano. Esse grupo é mais numeroso e também o mais empobrecido grupo da agricultura familiar brasileira, os quais 64,89% desses indivíduos encontram-se no Nordeste (IBGE, 2006). Já em 2008, o PRONAF promove outras mudanças em suas diretrizes e extingue os grupos C, D e E. Segundo Aquino *et al* (2014):

Os 1.810.458 estabelecimentos potencialmente enquadráveis no Grupo B do PRONAF localizados na região Nordeste e em Minas Gerais eram dirigidos, em sua maioria, por homens de idade avançada, 20% dos quais com mais de 65 anos, que apresentavam um elevado índice de analfabetismo e pouca participação em entidades de classe e cooperativas. Estes produtores foram historicamente marginalizados e, no limiar do século XXI, enfrentam várias barreiras socioambientais para continuar vivendo e trabalhando no meio rural. (AQUINO *et al*, 2014, p. 87).

Os Pronafianos do tipo B na Paraíba possuem o quarto pior índice do Nordeste em relação à área dos seus estabelecimentos, uma média de 7,9 hectares por estabelecimento:

Neste contexto, além das externalidades climáticas e das características naturais adversas dos ecossistemas locais, infere-se que o produtor familiar que habita os espaços territoriais pesquisados é limitado ou por não possuir terra ou pela pequena quantidade disponível deste ativo indispensável para desenvolver suas atividades produtivas. (Aquino *et al.*, 2014, p. 87).

A proposta inicial do PRONAF era financiar, através do crédito, setores da agricultura até então invisibilizados pelas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. A expressão *agricultura familiar* visava, então visava a distinguir os agricultores em dois grupos (grandes e pequenos). Contudo, passada a euforia do reconhecimento da agricultura familiar pelo PRONAF, vê-se então que a própria política terminava por não dar visibilidade aos agricultores marginais, excluídos da própria agricultura familiar, uma vez que não são atendidos pela política, assim:

(...) o padrão de organização da produção privilegiado pelo Pronaf e a sua função social no desenvolvimento econômico do país estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes, o que resultaria, segundo os formuladores desse programa, em uma contribuição

¹² Em 2013 o PRONAF sofre modificações e passa a se dividir apenas em A, B e V. Esse último faz referência às rendas variáveis.

do setor para a competitividade da economia nacional. (CARNEIRO, 1997, p. 71).

A lógica produtivista na qual se valoriza o saber-fazer mediado pelo uso de tecnologias, visava não apenas a melhoria do rendimento daqueles agricultores privilegiados, mas principalmente o retorno dos investimentos públicos. Mesmo que desconsideremos toda essa camada de agricultores familiares postos de lado pelo PRONAF, e passemos a observar apenas os “capazes” de promover o desenvolvimento dessa outra agricultura, é inevitável refletir sobre todos os problemas implícitos nessa questão, a exemplo de como seria possível a essa agricultura familiar aumentar seus rendimentos sem expulsar boa parte da mão-de-obra ativa, num contexto em que há um limite para sua área de exploração. Nesse sentido, Maria José Carneiro (1997) aprofunda a discussão afirmando que:

(...) não se explicita, no contexto da heterogeneidade própria da agricultura brasileira, qual a forma de produção familiar que teria a capacidade de realizar absorção de mão-de-obra, mantendo ao mesmo tempo a competitividade na economia. Parece contraditório atribuir ao produtor a meta de aumentar a produtividade esperando, simultaneamente, que ele amplie a oferta de emprego, o que nos leva a algumas indagações. (CARNEIRO, 1997, p. 74).

No contexto brasileiro em que surge o PRONAF, a concentração de terras e a ausência de uma política de crédito para a agricultura familiar mostraram-se problemas crônicos a serem enfrentados. Segundo Guanzioli (2007) no PRONAF:

O argumento central era que os produtores familiares, descapitalizados e com baixa produtividade, não estariam em condições de tomar recursos a taxas de mercado para realizar os investimentos em modernização e elevação da produtividade. Pelo menos na etapa inicial do processo de acumulação, seus investimentos não seriam rentáveis nem viáveis se avaliados pela taxa de juros de mercado; seus rendimentos também não seriam compatíveis nem suficientes para reembolsar empréstimos tomados em condições comerciais. (GUANZIOLI, 2007, p.2)

Apesar de todos os cuidados que os formuladores de uma política pública possam vir a tomar, a imprevisibilidade dos resultados da aplicação é uma questão que deve ser seriamente considerada. Essa imprevisibilidade pode ser ocasionada tanto por falhas na concepção dos projetos, dificuldades de operacionalização, obstáculos administrativos e resistências políticas, quanto pela heterogeneidade da sociedade que comporta, sendo esse último ponto um dos

embates principais enfrentados na formulação e aplicação de uma política pública. De acordo com Cavalcante (2014b),

Uma política pública aplica-se, por definição, a uma sociedade global, formada por uma pluralidade de subsistemas sociais, com objetivos e interesses diversificados e as vezes conflitantes; por grupos constituídos conforme critérios híbridos: culturais, históricos, políticos, econômicos – grupos nos quais os atores sociais se distribuem, não de modo único e rígido, mas plural e flexível. (CAVALCANTE et al., 2014b, p. 30).

É praticamente impossível apontar com precisão até onde a influência de uma política pública é positiva para um grupo específico de pessoas, já que esse é um fator complexo, dinâmico e multifacetado. As políticas públicas desenvolvem estratégias complexas para objetivos diversificados, seja a satisfação de necessidades imediatas, melhoria da qualidade de vida ou mesmo acesso a bens de consumo ou a recursos produtivos. Entretanto, dentre as questões mais relevantes quando se busca avaliar uma política pública estão a percepção de quais foram as mudanças significativas na qualidade de vida dos indivíduos em questão, se essa política contribuiu para que esses indivíduos se tornassem atores de sua própria existência e como essas políticas foram capazes de influenciar positivamente a construção do capital social dessas comunidades (RAYNAUT, 2014).

A solução para o problema não está em inviabilizar o acesso às políticas públicas, muito pelo contrário, esses indivíduos necessitam de políticas que permitam sua reprodução social e econômica, políticas sem as quais sua sobrevivência estaria em risco, em virtude das condições difíceis que esse grupo enfrenta para se manter, produzir e reproduzir. Nesse sentido, Aquino *et al.* (2014) relatam mais especificamente sobre a agricultura familiar presente no semiárido nordestino:

Esses agricultores desenvolviam suas atividades em propriedades minúsculas e com acesso precário a fontes fixas de água. Nelas estava ocupado um contingente expressivo de 4,8 milhões de pessoas, a esmagadora maioria com um nível educacional extremamente baixo, que, sem tecnologias de produção, sem crédito adequado e sem assistência técnica, dispunham apenas do braço e da enxada para explorar suas “terras cansadas” após sucessivos anos de uso sem descanso. O resultado, como não poderia ser diferente, vai ser uma baixa produção e produtividade agropecuária registrada em um ano bom de inverno, pondo em xeque a validade do argumento que procura atribuir à seca toda a culpa pela pobreza rural vigente no Semiárido brasileiro. O fato é que, com pouca ou nenhuma produção para comercializar no mercado, os agricultores do Grupo B se tornam totalmente dependentes de outras fontes de renda para sobreviver, com especial destaque para as receitas monetárias originárias das aposentadorias rurais e dos programas sociais do governo. A partir desta constatação básica, os dados do censo revelaram que existe dentro do

segmento uma fração de produtores vivendo em situação mais precária que a média: agricultores familiares pobres sem-terra (sem terra, sem aposentadorias, sem programas sociais, sem educação, sem assistência técnica, sem crédito etc.). (AQUINO et al, 2014, p. 101)

No que tange às chamadas *tecnologias de convivência* (a exemplo da irrigação), que poderiam ampliar as possibilidades de produzir e entrar no mercado, para a maioria dos agricultores familiares nordestinos essa é ainda uma realidade distante. No Nordeste Semiárido, nem todos agricultores familiares se encontram em condições de acessar o crédito do PRONAF e muitos ainda necessitam do básico para sobreviver. Ademais, nem sempre essas agriculturas familiares se pretendem competitivas em relação ao mercado, não por falta de ambição, mas por serem essas agriculturas, em alguns casos, uma forma de reprodução social que está intimamente ligada ao modo de ser e de viver que lhes fora herdado. Nem todo agricultor familiar busca o lucro em primeiro lugar, mas todos eles buscam formas que possibilitem a reprodução de seu grupo familiar. É importante ter em mente que os estabelecimentos familiares são ao mesmo tempo unidade de produção e consumo e que devem ser tratadas como tal. Além disso, na própria lógica do crédito é importante registrar a diferença entre o recurso acessado e as verdadeiras necessidades produtivas dessa população. Segundo Neves (1997), o estabelecimento familiar não pode ser simplesmente reduzido a um empreendimento econômico, de forma que o simples fato de existir, mesmo que não seja economicamente produtivo aos moldes capitalistas, já o torna um importante investimento para as políticas públicas (LAMARCHE, 1993, 1998; GARCIA, HEREDIA, 2009).

Assim:

Portanto, a reprodução simples do patrimônio agrícola pode muitas vezes se apresentar como solução racional ao investimento em várias frentes, de modo que a família não seja reduzida aos interesses da unidade de produção agrícola. (NEVES, 1997, p. 15).

Não se deve negar que algumas famílias agricultoras desejam participar do mercado de forma competitiva, mas essa característica não deve, em nenhum momento, ser generalizada. O lucro não deve ser entendido como o objetivo, e sim, como um devir necessário para a lógica de reprodução desses grupos familiares, já que um aspecto comum às agriculturas familiares é a sua luta incansável pela garantia da reprodução social do extenso grupo, mesmo quando o lucro não está presente.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesse capítulo, apresentamos os locais selecionados para estudo e o delineamento metodológico adotado na pesquisa de campo. A primeira parte começa por caracterizar a microrregião a qual pertencem os municípios onde se encontram os Sítios estudados, buscando descrever as suas características gerais e as características mais específicas de cada município, fornecendo, assim, dados sobre clima, vegetação, qualidade do solo e sobre suas populações e economias. Para tanto, utilizamos dados coletados no IBGE, nas entrevistas realizadas durante a pesquisa e nas Prefeituras e Secretarias de ambos os municípios pesquisados.

Aqui, além dos métodos utilizados e das técnicas e procedimentos de coleta e de análise dos dados, estão descritos também o processo de inserção no campo e as relações estabelecidas com os sujeitos participantes da pesquisa, as dificuldades encontradas e as primeiras impressões acerca das comunidades pesquisadas.

3.1 Caracterização da microrregião de campina grande e dos municípios de Puxinanã e de Lagoa Seca

Os Municípios de Puxinanã e Lagoa Seca estão inseridos na microrregião de Campina Grande, que integra a mesorregião do Agreste Paraibano. Ao todo, 08 municípios fazem parte da microrregião de Campina Grande, sendo eles, além desse município, Puxinanã, Boa Vista, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Queimadas e Serra Redonda, como pode ser visualizado na figura a seguir:

Figura 2: Mapa da Microrregião de Campina Grande - PB



Fonte: Wikipedia (2020)

A Microrregião de Campina Grande possui 519.883 habitantes e uma área total de 2.124,8 km². O clima predominante é tropical semiárido (IBGE, 2013). Possui um PIB de R\$ 9.519.119.000 e PIB *per capita* de R\$ 20.534,71. Em anos de chuvas regulares a média pluviométrica anual é de 760 mm, já em anos de seca essa quantidade reduz para 370mm (IBGE, 2016).

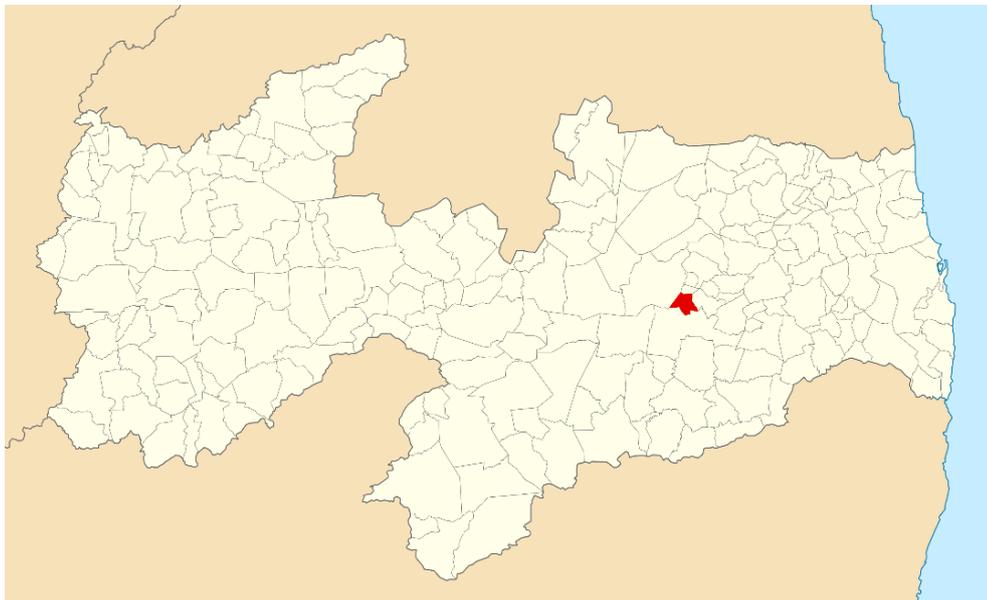
3.1.1 Caracterização do Município de Puxinanã

O Sítio Serra do Maracajá está localizado na zona rural do município de Puxinanã – PB, distante 150 km da capital paraibana, João Pessoa. Foi povoado a partir da construção de uma barragem em 1924, com a chegada de trabalhadores que decidiram constituir moradia no local. Puxinanã, que era distrito da cidade de Campina Grande, passou a fazer parte do município de Pocinhos, nessa época um município recém-criado. É apenas em 1961 que Puxinanã deixa a tutela do município de Pocinhos e se torna um município emancipado. Segundo o Censo realizado pelo IBGE em 2010, possui uma população de 12.923 habitantes e densidade demográfica de 177,81 habitantes por Km². No que tange às suas características físicas, o município possui uma área que abrange cerca de 72,7 km¹³, inseridos na Microrregião de Campina Grande e na Mesorregião Agreste Paraibano, com uma altitude variando entre 650 a 1000 metros acima do mar. A fertilidade dos solos é considerada bastante variada,

¹³ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

predominando entre média para alta. A média pluviométrica anual para o município é de 670 mm¹⁴, possui rios perenes, entretanto, esses são caracterizados como de pequena vazão, sendo o potencial de água subterrânea baixo. A vegetação é formada por Florestas Subcaducifólica e Caducifólica, específicas das áreas agrestes e o clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão tipicamente seco. A estação chuvosa geralmente inicia-se em fevereiro e termina em setembro¹⁵. O município de Puxinanã limita-se com os municípios de Pocinhos a oeste, Montadas ao norte, Campina Grande ao sul e Lagoa Seca a leste, além disso, limita-se também com São José da Mata, um dos distritos de Campina Grande, como é possível visualizar na figura a seguir:

Figura 3: Localização do Município de Puxinanã - PB



Fonte: Wikipedia (2020)¹⁶.

Da população total, cerca de 67,3 % vive no campo, caracterizando-o como um município rural (IBGE, 2013). Possui 20 escolas, sendo 17 de Ensino Fundamental e 3 de Ensino Médio, além da Escola Agrícola, de gestão municipal. Possui também 13 estabelecimentos de Saúde Pública Municipal e uma sede da Prefeitura. Há apenas uma agência bancária localizada no centro da cidade. Não possui cartório eleitoral, possuindo apenas cartório de registro civil. A

¹⁴ Informação Retirada de: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/paraiba/lagoa-seca-42672/>

¹⁵ Os dados foram retirados do Projeto Cadastro de Fontes de abastecimento por Água Subterrânea, disponível em: <http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/PUXI150.pdf>. Acessado em: 01/10/2019.

¹⁶ Para mais informações acessar:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Puxinan%C3%A3#/media/Ficheiro:Brazil_Para%C3%ADba_Puxinan%C3%A3_location_map.svg

população rural com mais de 60 anos representa 8% da população total e cerca de 5% da população total com mais de 18 anos nunca frequentou a escola. Possui 1063 estabelecimentos agropecuários; desses, 833 são familiares e 119 não familiares. Esses estabelecimentos somam um total de 5.014 hectares. O pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com mais de 14 anos totalizou 2.962 pessoas (IBGE, 2010).

O município apresentou um IDHM no ano de 2010 de 0,617 e PIB total de R\$ 89.980.000,00 no ano de 2016. O detalhamento correspondente a cada setor que compõe o PIB total pode ser visualizado a seguir (ver Quadro 1):

Quadro 1: Produto Interno Bruto do município de Puxinanã no ano de 2016 (em reais x 1000)

Agropecuária	9.256
Indústria	3.210
Serviços	17.412
Administração	56.863
Impostos	3.237
PIB per capita a preços correntes	6.597
PIB total	89.980

Fonte: IBGE (2016).

O indicador que mais contribui para a composição do PIB do município vem da Administração, que corresponde aos gastos de defesa, educação, saúde pública e seguridade social, correspondendo aproximadamente 63% do valor total. Já o setor agropecuário é responsável por cerca de 10% do valor total do PIB do município.

A cidade possui três feiras semanais (ver Figuras 4, 5, 6 e 7): a Feira de Gado, que acontece à margem da PB-115, onde são comercializados tanto animais de pequeno porte, como galináceos, quanto animais de médio e grande porte, a exemplo de caprinos, ovinos, suínos e bovinos. As pessoas que comercializam esses animais geralmente são agricultores de Puxinanã e todo entorno, já que essa é a principal feira de gado da microrregião; a Feira Central ocorre em uma das principais ruas na cidade, Rua 28 de Janeiro, nela são encontrados legumes, verduras, cereais, além de roupas e acessórios para casa, entre outros. É em meio a Feira Central que podemos encontrar a Feira de Orgânicos da cidade, uma iniciativa recente em parceria com a CENTRAC (Centro de Ação Cultural) e outras instituições. Além dessas, acontece a Feira de Troca, onde é possível vender ou trocar artigos, em sua maioria usados, que vão desde eletrodomésticos, eletroeletrônicos, bicicletas, motocicletas e outros artigos de utilidade doméstica. Essa última feira não dispõe de local fixo para acontecer, mas em geral ocorre em

pontos centrais da cidade. Todas as feiras ocorrem às segundas-feiras. A cidade possui vários mercados de pequeno e médio porte, que abrem durante toda a semana e possibilitam aos moradores adquirirem alimentos e outros artigos, além de produtos industrializados. Também é possível encontrar um comércio voltado para equipamentos eletrônicos, confecções, açougues, entre outros.

Figura 4: Feira de Gado do Município de Puxinanã - PB



Fonte: Acervo da autora. 21/10/2019.

Figura 5: Feira Central do Município de Puxinanã - PB



Fonte: Acervo da autora. 21/10/2019.

Figura 6: Feira de Troca do Município de Puxinanã - PB



Fonte: Acervo da autora. 21/10/2019

Figura 7: Feira de orgânicos do Município de Puxinanã – PB



Fonte: Acervo da autora (21/10/2019).

Em 2014, encontramos o gerente do escritório da EMPAER em Puxinanã, o Sr. LAF, que nos informou que o município acessou, no ano de 2013, o PNAE, o PRONAF e o Garantia Safra. Desses programas, o Sítio acessou apenas o PRONAF e o Garantia Safra a explicação do gerente da EMPAER no município para a fraca presença dessas políticas, na época, foi a impossibilidade de muitas dessas famílias impossibilidade de retirar a declaração de aptidão ao PRONAF, a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), ele explica:

Tem que pessoas que querem por fim da força ter direito à uma DAP e ele não pode acessar de jeito nenhum essa DAP (...) a renda total do produtor 50% tem que ser da agricultura (...) a gente encontra muita gente... algumas pessoas que moram em Campina Grande, mora em São José da Mata, que tem a terra lá e não tem direito a acessar porque tem renda superior. (...) são pessoas que produzem pouco e tem outras rendas que no final acaba passando os 50% da renda total da família. Porque a DAP, que hoje é um calo grande pra gente, a gente tá tendo dificuldade com isso né? Porque muita gente, como é um benefício ao produtor, então pelo fato da pessoa ter uma propriedade acha que é produtor rural e se enquadra dentro desse programa e as vezes não se

enquadra, tem muita gente que tem propriedade, vive na propriedade mas não se enquadra, mas acha que tem direito (...) todos os programas tem as suas regras e tem que ser cumpridas (...) a gente tá identificando várias pessoas dessa natureza, pessoas que chegou pra gente e deu uma informação e disse: *olhe, eu trabalho*. Realmente ele mora no sítio, trabalha na Alpargatas, trabalha na pedreira lá perto de São José da Mata... ele planta, ele planta, mas a renda que ele tem fora da propriedade é maior que a renda que ele tem na propriedade, então ele não se enquadra de jeito nenhum.

O fato de ter uma produção pequena dentro do sítio em contraposição a uma renda não agrícola maior, termina na exclusão de muitas dessas famílias. A renda, nessa situação, mostra-se como definidora daqueles que estão aptos a receber tais políticas públicas. Por outro lado, essa situação nos chama a atenção para existência de outros grupos de agricultores familiares que ainda não conseguiram ser apoiados por tais políticas, como por exemplo os agricultores sem-terra, moradores, usar entre outros.

Em 2020, estivemos novamente no escritório da EMPAER em Puxinanã e falamos com um dos técnicos, o sr. GM. Segundo ele, o município continua acessando as mesmas políticas públicas de seis anos atrás e os esforços para trazer novos recursos, através de políticas como o PAA, por exemplo, não têm se mostrado prolíficos. Em suas palavras:

GM: O PAA a gente encaminhou a proposta, mas não conseguiu não (...) a gente encaminhou, mas não foi. Porque é meio difícil também o PAA e também tem uns detalhes. Porque esses anos de seca atrapalhou muito e você sabe que para o banco tem que ter produção, né? Tem que ter produção para participar, principalmente do PAA. Aí esses anos têm sido muito sofrido. Esse pessoal que tão fazendo esse ano [o PNAE], é porque eles cavaram, eles têm água aí eles trabalham ainda com um pouco de irrigação, mas se for para tirar feijão, não tem. Batata -doce? Só [tem] para essa região aqui.

Emilly: Tiram só para o consumo de casa?

GM: Só para o consumo. E o ano passado muitos não tiveram nem para o consumo, aí essa daí é uma das coisas que tem prejudicado o produtor. [...] Porque ano passado começou até bem, estava todo mundo até muito animado com o inverno, mas o pessoal plantou, logo em janeiro, fevereiro, perdeu tudinho. Perdeu! Aí fizeram outro plantio em junho... então o pessoal tirou uma quantidade muito pequena.

Emilly: E o PNAE daqui produz o que?

GM: Hortaliça.

Emilly: E o pessoal aqui [do município] planta hortaliça?

GM: Planta, mas é irrigado. Porque pra esse lado aqui... porque Puxinanã são duas realidades, ali [no Sítio Serra] já pega quase cariri, e pra aqui já é [quase] outra região, outra situação.

Emilly: O senhor diria que tá mais pra brejo?

GM: É quase. Dividindo ali pra aquele lado do [Sítio] Genipapo, já é quase Lagoa Seca, aí você vê muito plantio de hortaliças. O pessoal vende nas feiras, vende aqui em Campina Grande.

Emilly: E o pessoal tira água de onde pra irrigar?

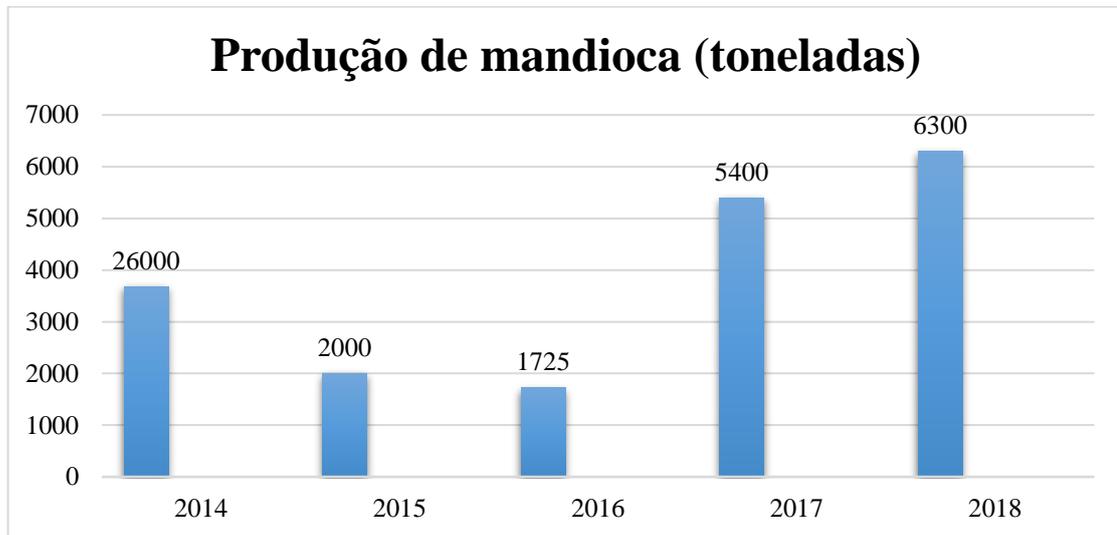
GM: Tem muito Poço (...) a vazão não é boa não, sabe? Mas tem uns poços que a água é até boa.

Segundo a fala do técnico da EMPAER, a falta chuva tem se mostrado como um grande problema para a população rural de Puxinanã e seria isso que estaria impedindo muitos agricultores de acessarem as políticas públicas para o setor. No entanto, nessa mesma fala é colocada a questão da irrigação dos plantios, principalmente de hortaliças, como uma saída que alguns agricultores encontraram para continuar produzindo. Outra dificuldade levantada pelo técnico da EMPAER foi a questão fundiária no município.

Aqui tem um problema muito sério [que é] a questão fundiária. As propriedades são pequenas, 2 hectares, 3 hectares. Aí tem dois, três filhos (...) aí o pai morreu, a mãe morreu (...) aí antes até fazia [empréstimo], sabe? Só era ter o ITR (...) aí hoje o governo mudou. Se tem um casal [proprietário de terra], morreu os dois, o filho não pode mais fazer. (...) Tem pessoas que tem dois, três hectares e tem sete [pessoas] trabalhando, ele vai trabalhar aonde? Que tem que ser no mínimo 0,6 [hectares], ele tá num primeiro andar, que ele tá trabalhando? (GM, técnico da EMPAER – Puxinanã).

Segundo essa fala, além da questão fundiária, foram apontadas como problema as mudanças nas leis que definem quem são os sujeitos aptos a receber as políticas públicas. Para estar apto ao Garantia Safra, por exemplo, é necessário que cada família agricultora tenha pelo menos 0,6 hectares de plantação, o que pode ser dificultado quando a família possui um sítio pequeno, já que nesse cálculo apenas as áreas destinadas às plantações são contabilizadas, excluindo-se os quintais, açudes, tanques naturais ou barreiros que os sítios por ventura possuam. Dessa forma, as famílias agricultoras com quantidades inferiores a 0,6 hectares de área cultivada não podem receber o auxílio do Garantia Safra ou realizar empréstimos, por exemplo.

Nas últimas duas décadas (IBGE 1998 – 2018), o município apresentou produção de abacate, algodão herbáceo, amendoim, banana, batata-doce, batata-inglesa, castanha-de-caju, coco-da-baía, fava, feijão, goiaba, laranja, mamona, mandioca, manga, maracujá, milho, tangerina e tomate. Considerando os últimos cinco anos, os produtos mais cultivados foram: banana, batata-doce, feijão, mandioca e milho. Nesses anos, a cultura da mandioca foi a que mais se destacou, atingindo o auge de sua produção no ano de 2018, quando chegou a 6.300 toneladas. Já no ano de 2015, foi registrada a maior queda na produção, chegando apenas a 1.725 toneladas (ver Gráfico 1).

Gráfico 1: Produção de mandioca no município de Puxinanã nos últimos cinco anos¹⁷

Fonte: IBGE (2014, 2015, 2016, 2017 e 2018).

Em 2017 e 2018, anos em que realizamos a pesquisa em campo, a produção de mandioca no município foi mais do que o dobro em relação ao ano de 2014, com um valor de 6.300 toneladas. É possível visualizar que nos anos de seca¹⁸ - 2014, 2015 e 2016 - há uma menor produção, voltando a crescer em 2017, quando as chuvas começam a acontecer com maior regularidade. Porém, em anos anteriores ao início da seca, a produção de mandioca do município ocorria de maneira mais expressiva, chegando a 26.000 mil toneladas produzidas no ano de 2010, o que nos sugere que essa produção tenderá a aumentar conforme os anos sem estiagem se prolonguem. Além disso, pode sinalizar que parte dos agricultores familiares que migraram durante o período de estiagem ainda não retornaram aos seus sítios.

Em 2018, a produção de mandioca do município correspondeu a 4,5% de toda a produção na Paraíba, que foi de 139,069 toneladas, enquanto a produção nacional foi de 17.644.733 toneladas nesse mesmo ano. No que diz respeito à origem (familiar ou não familiar) dessa produção no município, temos os seguintes dados para o ano de 2017¹⁹ (ver Quadro 2):

¹⁷ Utilizamos os últimos cinco anos por julgar ser suficiente para o leitor compreender o potencial produtivo do município em anos mais recentes, mas também para demonstrar a variação da produção em anos com e sem estiagens prolongadas.

¹⁸ No ano de 2012 iniciou-se uma das piores secas já registradas no Nordeste brasileiro, que se estendeu até o ano de 2015, os anos de 2016 e 2017 são considerados anos de transição. Para mais informações ver: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/801/733

¹⁹ Ano do último Censo Agropecuário

Quadro 2: Produção de mandioca (em toneladas) no município de Puxinanã por tipo de produção

Puxinanã – PB	Total	309
	Familiar – tipo PRONAF B	148
	Familiar – tipo PRONAF V	107
	Familiar - total²⁰	254
	Agricultor não familiar	54

Fonte: Censo Agropecuário de 2017.

Segundo os dados relativos ao ano de 2006, a produção de mandioca no município vem majoritariamente da produção familiar, entretanto, o maior responsável por essa produção é o agricultor familiar do tipo B (com cerca de 58% de toda a produção familiar). Segundo foramos passado pela EMPAER – Puxinanã, a mandioca representa um potencial para o município. Assim, segundo a fala de um dos técnicos dessa instituição:

GM: No município ainda tem [plantio de mandioca], é sofrido por causa da seca, mas é uma cultura que o pessoal ainda... como ela é mais resistente [a seca] ainda tem. (...) a gente tentou entrar no PNAE, chalerei a prefeitura (risos) (...) porque eu vejo que é um potencial que tem no município, é a mandioca. (...) aqui para o lado do [Sítio] Espinheiro e do [Sítio] Antas, ainda tem uma plantação expressiva de Mandioca, porque ela é uma cultura mais resistente a seca, mas aí o preço é muito baixo e o pessoal usa muito na alimentação dos animais. Aí eu insisti para entrar no PNAE, só que houve uma resistência muito grande, porque disseram que o produto era caro e o valor que vem é muito pequeno pros alunos. [...] Todo mundo tem a sua identidade, né? Eu acho que aqui é a mandioca. [...] Já chegou a ter mais de 100 casas de farinha aqui em Puxinanã. [Hoje] são poucas, são poucas.

Emilly: e o que foi que houve?

GM: Uma [das explicações] é a questão do inverno mesmo que foi pouco em muitos casos e outra é que o pessoal tem que se modernizar, né? (...) tem que agregar valor ao produto.

A plantação de mandioca seria uma das tradições do município, no entanto, estaria enfraquecida devido aos consecutivos anos de seca. Outro entrave para a produção de mandioca no município, segundo o técnico da EMPAER, seria a baixa mecanização dos agricultores familiares, o que estaria aumentando os preços de custo da produção e distanciando-os dos preços do mercado.

²⁰ As classificações utilizadas pelo Censo Agropecuário de 2006 têm como referência o PRONAF, ambos se baseiam no conceito de agricultura familiar que consta na Lei 11.326, denominada de Lei da Agricultura Familiar. As separações desses agricultores familiares em subtipos: A, B, C e D foram realizadas pelo PRONAF, tendo como parâmetro a renda da família. O intuito dessa separação foi organizar os tipos de investimentos a serem oferecidos para cada família de acordo com a tipologia em que a mesma se encontra. Infelizmente o único parâmetro de podemos inferir a partir dessa tipificação é a renda da família, ou a origem do sítio, no caso dos agricultores do tipo A, que se refere àqueles oriundos de reforma agrária.

No Quadro 3, apresentamos os itens de lavoura temporária²¹ mais produzidos no Município nos últimos cinco anos, sendo esses a batata-doce, o feijão, a fava, o milho e o tomate:

Quadro 3: Lavoura Temporária (em toneladas) – Puxinanã (PB)

	2014	2015	2016	2017	2018
Batata-doce	270	180	240	350	640
Batata-inglesa	90	10	-	-	16
Fava (em grão)	12	1	1	15	35
Feijão (em grão)	560	24	12	435	372
Milho (em grão)	260	20	2	150	168
Tomate	70	50	120	-	_22

Fonte IBGE 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

O feijão é um produto básico na dieta alimentar do brasileiro, e principalmente no Nordeste²³, porém nos anos de seca (2014, 2015 e 2016), a produção do feijão no município de Puxinanã foi impactada, voltando a aumentar no ano de 2017, ano com índices pluviométricos mais elevados em relação aos anteriores. A dependência de chuvas para assegurar a produção agrícola faz com que esta atividade seja ainda mais instável para esses agricultores: quanto maior for período de estiagem, menor será a produção. Esse dado confirma a extrema dependência hídrica dos agricultores do município, tornando instável a produção agrícola.

Como lavoura permanente, destacam-se, no município de Puxinanã, nos últimos cinco anos as seguintes culturas (ver Quadro 4):

Quadro 4: Lavoura Permanente - Itens mais produzidos (toneladas)

	2014	2015	2016	2017	2018
Abacate	14	14	14	14	14
Banana	72	60	72	36	36
Castanha-de-caju	8	8	6	8	8
Goiaba	44	44	44	44	44
Laranja	30	30	30	18	18
Manga	28	28	28	14	14
Maracujá	-	-	-	-	14

²¹ Os dados fornecidos pelo IBGE já realizam uma pré-caracterização dos cultivos como lavoura permanente ou temporária.

²² Algodão herbáceo, amendoim e mamona não apresentaram produtividade nesses anos

²³ A importância do feijão na dieta alimentar dos agricultores familiares em questão será analisada nos capítulos seguintes.

Tangerina	16	16	16	16	16 ²⁴
------------------	----	----	----	----	------------------

Fonte: IBGE (2014, 2015, 2016, 2017 e 2018).

As lavouras permanentes apresentam pouco ou nenhum impacto em relação ao período de estiagem. Em alguns itens é possível ver um decréscimo na produção a partir do ano de 2017. Já em relação à atividade pecuária no município de Puxinanã nos últimos cinco anos observa-se (ver Quadro 5):

Quadro 5: Atividade Pecuária no Município nos Últimos 05 anos (cabeças)

		2014	2015	2016	2017	2018
Puxinanã - PB	Bovino	3.800	3.200	3.300	3.030	2.950
	Equino	290	300	280	301	360
	Suíno - total	1.000	1.800	2.500	2.450	2.900
	Caprino	550	650	600	531	440
	Ovino	1200	1400	1650	1500	1.650
	Galináceos - total	390.000	375.000	350.000	352.000	330.000

Fonte: IBGE 2014,2015, 2016, 2017 e 2018.

A criação de bovinos destaca-se dentre os animais de grande porte, no entanto a bovinocultura e a caprinocultura têm mostrado queda gradativa desde 2014²⁵. No município, a pecuária bovina está voltada principalmente para a pecuária de leite; no ano de 2018 foram produzidos 420 mil litros de leite, o que corresponde ao valor de R\$ 462.000,00. A criação de galinhas também apresenta decréscimo gradativo nos últimos cinco anos, ainda assim, houve a produção de 230 mil dúzias de ovos, gerando o valor de R\$ 1.035.000,00 (IBGE 2018)²⁶.

*

No município de Puxinanã existe apenas um único trabalho na área de Sociologia, uma dissertação de Mestrado em Ciências Sociais para a Universidade Federal de Campina Grande, de minha autoria, intitulada “**Afinal de que Agricultura Familiar estamos falando? Um estudo sobre as famílias agricultoras do Sítio Serra do Maracajá – Puxinanã – PB.**” (MARQUES, 2015), que analisou as estratégias desenvolvidas pelos agricultores residentes no

²⁴ Coco-da-baía não apresentou produtividade nesses anos.

²⁵ Com exceção do ano de 2016 para a bovinocultura, em que há um ligeiro aumento no número de cabeças.

²⁶ Os resultados do ano de 2018 ainda são preliminares, podendo sofrer alterações.

Sítio Serra do Maracajá – Puxinanã – PB, com o intuito de construir uma analogia entre o perfil desses agricultores e as características da agricultura familiar difundidas nas mídias oficiais.

Desde 2015, não há mais nenhum trabalho publicado a respeito dos dois municípios no Catálogo da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o que evidencia a importância de se analisar esses agricultores familiares e a construção de suas dinâmicas. Além disso, é preciso ressaltar que nenhum dos trabalhos existentes se propôs a estudar o impacto das estratégias produtivas na vida desses agricultores familiares, muito menos de fazê-lo de maneira comparada. Pensar essas agriculturas familiares e o que as tornam diferentes e semelhantes nos dará a possibilidade de enxergar outras estratégias que proporcionem melhores condições de vida para esses sujeitos.

3.1.2 Caracterização do Município de Lagoa Seca

O Sítio Almeida está localizado na zona rural do município de Lagoa Seca – PB, distante 132 km de João Pessoa. O povoamento desse município deu-se a partir do marchante Cícero Faustino da Silva, que comprou alguns lotes de terra à beira da estrada, hoje transformada na BR-104, com o intuito de vender carne aos tropeiros e outros indivíduos que passavam em direção à Campina Grande. Foi apenas em 1964 que recebeu emancipação política, desmembrando-se de Campina Grande e tornando-se município.

Possui uma população de 25.900 habitantes e densidade demográfica de 240,7 habitantes por Km². No que tange às suas características físicas, o município possui uma área que abrange cerca de 107.6 km²²⁷, inseridos na Microrregião de Campina Grande e na Mesorregião Agreste Paraibano, com uma altitude variando entre 650 a 1000 metros acima do mar. Assim como em Puxinanã, em seu relevo predominam vales profundos e estreitos dissecados. A fertilidade dos solos é considerada bastante variada, predominando entre média para alta. A média pluviométrica anual para o município é de 880 mm²⁸, possui rios perenes, entretanto, esses são caracterizados como de pequena vazão, sendo o potencial de água subterrânea baixo. A vegetação é formada por Florestas Subcaducifólica e Caducifólica, específicas das áreas agrestes e o clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão tipicamente seco. A estação chuvosa geralmente inicia-se em fevereiro e termina em setembro²⁹.

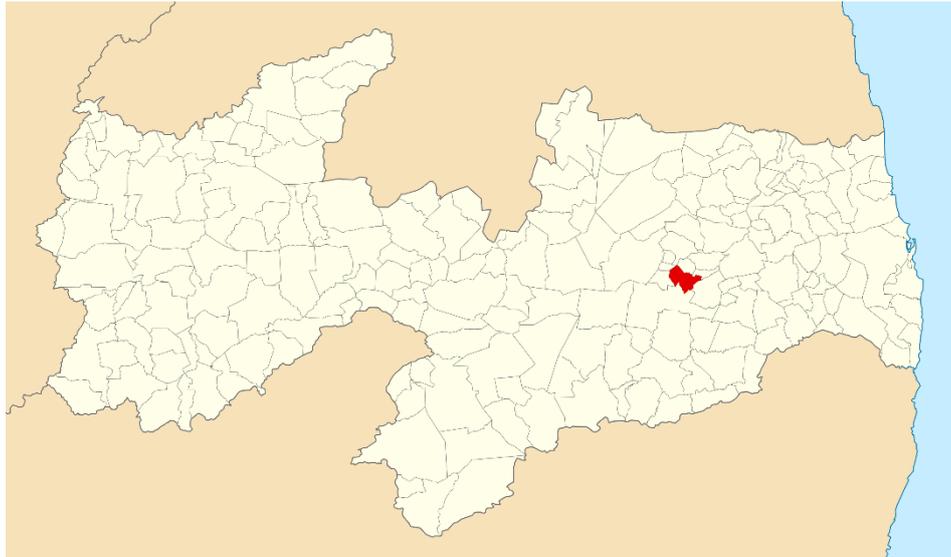
²⁷ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

²⁸ Informação Retirada de: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/paraiba/lagoa-seca-42672/>

²⁹ Os dados foram retirados do Projeto Cadastro de Fontes de abastecimento por Água Subterrânea, disponível em: <http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/PUXI150.pdf>. Acessado em: 21/03/2019

O município de Lagoa Seca limita-se com os municípios de Massaranduba, Matinhas, São Sebastião de Lagoa de Roça, Montadas, Puxinanã, Esperança e Campina Grande, que é também a via de acesso mais utilizada para chegar ao Sítio Almeida, através da BR-104 (ver Figura 8):

Figura 8: Localização do Município de Lagoa Seca - PB



Fonte: Wikipedia³⁰ (2019).

Da população total, cerca de 59,18% vivem no campo, caracterizando-o como um município rural (IBGE, 2010). Possui 36 escolas, sendo 35 de Ensino Fundamental e 1 Ensino Médio, além disso, é sede da Escola Agrícola, de gestão municipal e de um dos campus da UEPB. Possui também 12 estabelecimentos de Saúde Pública Municipal e uma sede da Prefeitura. Além disso, há uma agência bancária em funcionamento localizada no centro da cidade. Possui tanto cartório eleitoral quanto cartório civil.

O município apresentou um IDHM no ano de 2010 de 0,627, e PIB total de R\$ 253.052.000,00 no ano de 2016. O detalhamento correspondente a cada setor que compõe o PIB total segue no quadro a seguir:

Quadro 6: Produto Interno Bruto do município de Puxinanã no ano de 2016 (em reais x 1000)

Agropecuária	37.283
Indústria	18.056

³⁰ Para mais informações ver em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagoa_Seca_\(Para%C3%ADba\)#/media/Ficheiro:Brazil_Para%C3%ADba_Lagoa_Seca_location_map.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagoa_Seca_(Para%C3%ADba)#/media/Ficheiro:Brazil_Para%C3%ADba_Lagoa_Seca_location_map.svg)

Serviços	66.012
Administração	119.684
Impostos	12.015
PIB per capita a preços correntes	9.236
PIB total	253.052

Fonte: IBGE (2018)

O indicador que mais contribui para a composição do PIB do município vem da Administração, que corresponde aos gastos de defesa, educação, saúde pública e seguridade social, correspondendo aproximadamente a 47,9% do valor total, por sua vez, o setor agropecuário é responsável por cerca de 14,7% do valor total do PIB do município.

A cidade possui apenas uma feira semanal (ver Figura 9): a Feira Central, que acontece todos os sábados à margem da BR-104, onde são comercializados legumes, verduras, cereais, carnes, entre outros. Ao lado da Feira Central, ocorre a Feira de Orgânicos de Lagoa Seca (ver Figura 10). No entanto, nos fora informado pela EMPAER que os agricultores familiares de Lagoa Seca participam também da FEAGRO (Feira do Produtor Agrícola)³¹, que realiza feiras semanalmente em Campina Grande, em bairros específicos, todas as segundas, quartas e sextas há cerca de 20 anos. Segundo foi-nos repassado, no início do projeto, a Prefeitura cedia um caminhão para o transporte das mercadorias a serem comercializadas pelos agricultores familiares, todavia, conforme as condições econômicas e produtivas dos agricultores melhoraram, eles mesmos passaram a transportar suas mercadorias em carros próprios.

A cidade também possui vários mercados de pequeno e médio porte, que abrem durante toda semana e possibilitam aos moradores adquirirem alimentos e outros artigos, além de produtos industrializados. No centro da cidade também é possível encontrar um comércio voltado para equipamentos eletrônicos, confecções, açougues, entre outros.

³¹ Segundo site especializado: (...) “a Feagro, Feira do produtor é tida como importante espaço de venda dos produtos agrícolas trabalhados por cerca de oitenta agricultores familiares de dezesseis cidade polarizadas por Campina Grande a exemplo de Queimadas, Aroeiras, Gado Bravo, Boqueirão, Puxinanã, Pocinhos, Lagoa Seca, Alagoa Nova, Lagoa de Roça, Matinhas e Massaranduba. Eles garantem que não trata-se apenas de um espaço de vendas, mas é também importante espaço de exercício de cidadania e de convivência entre o setor rural e urbano já que ao longo desses treze anos a clientela é sempre aquela que repete a visita comercial e solidária todas as sextas-feiras a partir das cinco horas da manhã numa ação de extensão prática desenvolvida pela Empaer Regional Campina Grande.”. Para mais informações ver: <https://www.studiorural.com.br/produtores-garantem-que-feira-melhorou-padrao-de-vida-e-e-espaco-de-cidadania/>.

Figura 9: Feira Central do Município de Lagoa Seca - PB



Fonte: Acervo da autora (19/10/2019)

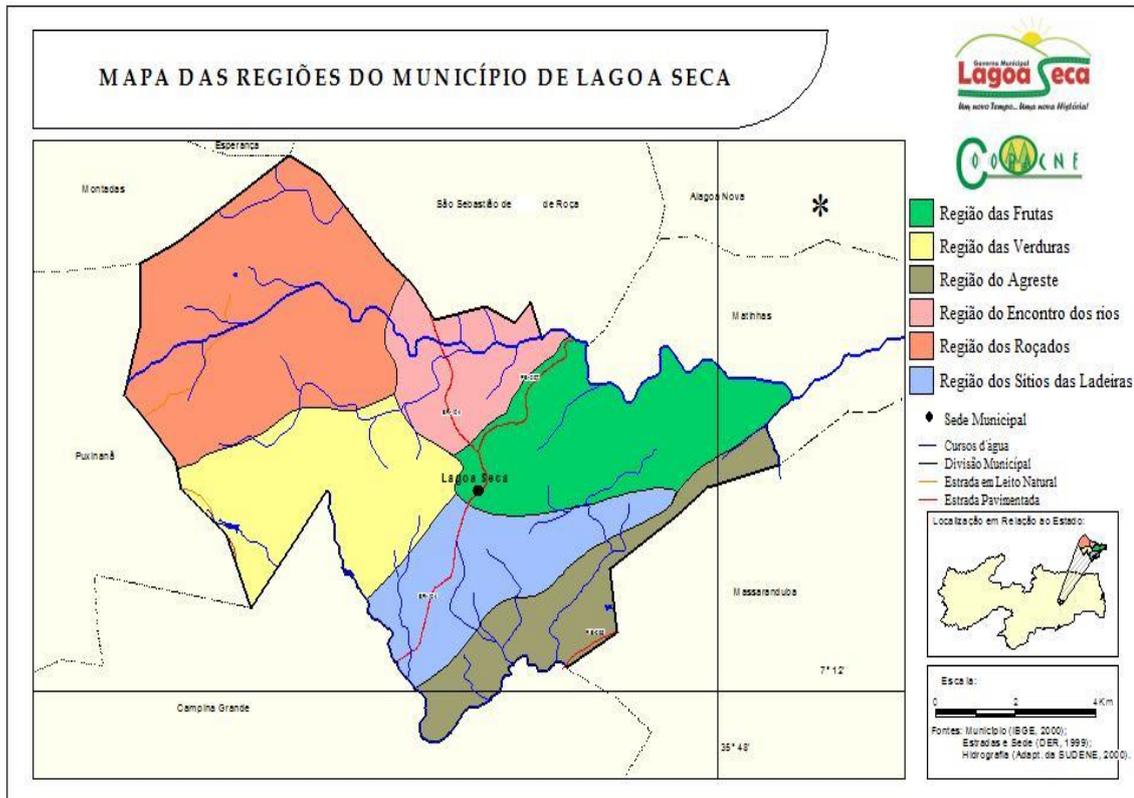
Figura 10: Feira de orgânicos do Município de Lagoa Seca – PB



Fonte: Acervo da autora (28/10/2017)

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca mapeou o município de acordo com a configuração do uso das terras agrícolas e dos aspectos físicos, o que resultou no seguinte mapa (Figura 11):

Figura 11: Mapa das regiões do município de Lagoa Seca

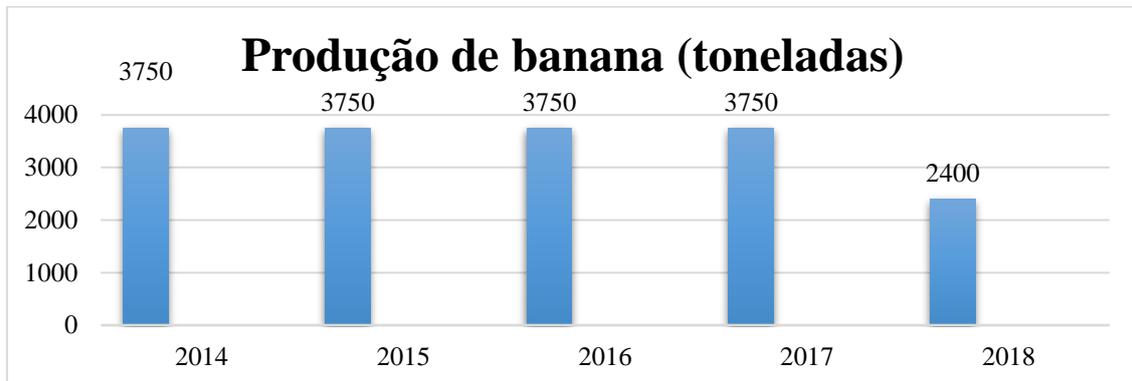


Fonte: COOPACNE e Prefeitura Municipal de Lagoa Seca – PB.

Nesse mapeamento, é possível perceber que o município se divide em 06 “regiões”, sendo elas: “Região das Frutas”, “Região das Verduras”, “Região do Agreste”, “Região do Encontro dos Rios”, “Região dos Roçados”, e “Região dos Sítios das Ladeiras”, sendo o Sítio Almeida localizado entre a “Região das verduras” e a “Região dos roçados”. Segundo fala de uma das técnicas, atuante no município há mais de 40 anos, essa diversificação da agricultura já existia no município quando ela começou sua atuação na EMPAER – Lagoa Seca em 1977.

Nas últimas duas décadas³², o município apresentou produção de abacate, algodão herbáceo, amendoim, banana, batata-inglesa, batata-doce, castanha-de-caju, coco-da-baía, fava, feijão, goiaba, laranja, limão, mamão, mamona, mandioca, manga, maracujá, milho, tangerina e tomate. Considerando os últimos cinco anos, os produtos mais cultivados foram banana, batata-doce, limão, mamão, mandioca e tangerina. Nesses anos, a cultura da banana foi a que mais se destacou (ver Gráfico 2):

³² Segundo dados obtidos no IBGE 1998 – 2018, através do SIDRA.

Gráfico 2: Produção de banana no município de Lagoa Seca nos últimos cinco anos³³

Fonte: IBGE (2014, 2015, 2016, 2017 e 2018).

No ano de 2018, a produção de banana no município mostrou uma queda em relação aos anos anteriores e é superada pela produção de mandioca, que atingiu 4500 toneladas. No entanto, é possível visualizar que os anos de seca - 2014, 2015 e 2016 – não alteram a produção de banana e a sua menor produção em relação à mandioca pode ser explicada pelas alterações de preços desses produtos. Em 2018, a produção do município correspondeu a 1,8% da produção de banana na Paraíba, que foi de 133,200 toneladas, enquanto a produção nacional foi de 6.752.171 toneladas nesse mesmo ano. No que diz respeito à origem (familiar ou não familiar) dessa produção no município, temos os seguintes dados para o ano de 2006 (Quadro 7):

Quadro 7: Produção de banana (em toneladas) por tipo de produção – Lagoa Seca

Lagoa Seca - PB	Total	397
	Familiar - tipo B	106
	Familiar - tipo V	249
	Familiar - total³⁴	355
	Agricultura não familiar	42

Fonte: Censo Agropecuário de 2017

³³ Utilizamos os últimos cinco anos por julgar ser suficiente para o leitor compreender o potencial produtivo do município em anos mais recentes, mas também para demonstrar a variação da produção em anos com e sem estiagens prolongadas.

³⁴ As classificações utilizadas pelo Censo Agropecuário de 2006 têm como referência o PRONAF, ambos se baseiam no conceito de agricultura familiar que consta na Lei 11.326, denominada de Lei da Agricultura Familiar. As separações desses agricultores familiares em subtipos: A, B, C e D foram realizadas pelo PRONAF, tendo como parâmetro a renda da família. O intuito dessa separação foi a de organizar os tipos de investimentos a serem oferecidos para cada família de acordo com a tipologia em que a mesma se encontra. Infelizmente o único parâmetro de podemos inferir a partir dessa tipificação é a renda da família, ou a origem do sítio, no caso dos agricultores do tipo A, que se refere àqueles oriundos de reforma agrária.

Segundo os dados relativos ao ano de 2006 a produção de banana no município vem majoritariamente da produção familiar e o maior responsável por essa produção é o agricultor familiar do tipo A, oriundo de reforma agrária (com aproximadamente 52% de toda a produção e cerca de 60% de toda a produção familiar).

No quadro 8, apresentamos os itens de lavoura temporária³⁵ que apresentaram produção no Município nos últimos cinco anos, sendo eles amendoim, batata-doce, batata-inglesa, fava, feijão, mandioca, milho e tomate (ver Quadro 8):

Quadro 8: Lavoura Temporária (em toneladas) – Lagoa Seca (PB)

	2014	2015	2016	2017	2018
Amendoim	6	-	-	1	-
Batata-doce	1600	500	680	1500	1600
Batata-inglesa	210	15	80	6	-
Fava (em grãos)	18	5	6	18	14
Feijão (em grão)	300	103	160	220	288
Mandioca	2800	1620	2800	2500	4500
Milho (em grão)	60	23	40	33	160
Tomate	30	0	300	450	150 ³⁶

Fonte IBGE 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018

Os três itens mais produzidos na lavoura temporária foram, em ordem de maior quantidade: mandioca, batata-doce e feijão, todos itens básicos na dieta alimentar do brasileiro, e principalmente no nordestino. É possível visualizar que a produção desses itens passa por um aumento gradativo nos anos pós-seca (2017 e 2018), revelando a dependência das chuvas sob essas culturas. A cultura de mandioca foi mais que o dobro em relação a de batata-doce, isso pode ser explicado pela versatilidade que essa possui, podendo ser usada como ração animal e humana ou mesmo na produção da farinha de mandioca.

Como lavoura permanente, destacam-se no município de Lagoa Seca, nos últimos cinco anos, as seguintes culturas:

³⁵ Os dados fornecidos pelo IBGE já realizam uma pré-caracterização dos cultivos como lavoura permanente ou temporária.

³⁶ Mamona não apresentou produtividade nesses anos.

Quadro 9: Lavoura Permanente - Itens produzidos (toneladas) – Lagoa Seca (PB)

	2014	2015	2016	2017	2018
Abacate	64	64	64	64	64
Castanha-de-caju	14	14	4	11	11
Coco-da-baía	64	32	64	64	16
Goiaba	40	40	40	35	35
Laranja	300	300	300	300	300
Limão	350	350	350	315	315
Mamão	375	225	375	375	375
Manga	320	320	320	320	320
Maracujá	315	315	270	200	200
Tangerina	2000	2000	1820	2000	1600

Fonte: IBGE (2014, 2015, 2016, 2017 e 2018)

Boa parte dos produtos da lavoura permanente continuam os mesmos durante vários anos consecutivos ou possuem uma variação muito pequena, a exemplo do abacate, goiaba, laranja, limão, mamão e manga. Essa situação é um indicador que provavelmente essas plantações estão sendo mantidas através da irrigação.

A descrição da atividade pecuária no município de Lagoa Seca nos últimos cinco anos pode ser observada no quadro abaixo:

Quadro 10: Atividade Pecuária no Município nos Últimos 05 anos (cabeças) – Lagoa Seca (PB)

		2014	2015	2016	2017	2018
Lagoa Seca - PB	Bovino	4050	3800	3500	3800	4000
	Equino	300	350	330	370	430
	Suíno – total	850	1200	1400	2500	3000
	Caprino	700	825	800	780	700
	Ovino	2000	2300	2400	5500	3000
	Galináceos - total	400.000	350.000	330.000	150.000	170.000

Fonte: IBGE 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

É possível visualizar que a criação de bovinos se destaca dentre os animais de grande porte. De forma geral, a pecuária manteve-se estável durante esses anos, com exceção da criação de suínos e de galináceos, que apresentaram, respectivamente, aumento e declínio com o passar dos anos. No município, a criação de bovinos está voltada principalmente para a pecuária de leite. No ano de 2018 foram produzidos 630 mil litros de leite, o que corresponde

a R\$ 1.008.000,00 e 140 mil dúzias de ovos de galinha, gerando um valor de R\$ 728.000,00 (IBGE 2018)³⁷.

Segundo informado pela EMPAER– Lagoa Seca, o município acessou em 2019 o PAA, o PNAE, o PRONAF, assim como as políticas públicas derivadas, como o Agroamigo e o Garantia Safra. Em conversa com a Sra. MJS, assistente social responsável pelos projetos de associativismo, fomos informados sobre o funcionamento da EMPAER no município:

Emilly: Como funciona a visita, a assistência técnica?

MJS: Geralmente o agricultor vem aqui e pede nossa assistência

Emilly: Quer dizer que precisa ele vir?

MJS: Não, não é preciso não. Os meninos (em referência aos agricultores) têm projetos, os projetos eles [os técnicos] acompanham aí dão uma assistência, né? Porque tem que acompanhar pra saber se tá executando direitinho, né? E muitos deles vem aqui dizer que tá precisando disso, daquilo outro. E também tem os coletivos, nas associações, que dá assistência coletiva. (...) Eu digo que Lagoa Seca é privilegiada, porque nós temos uma assistência técnica e tem pesquisa.

Assim, de acordo com essa informação, a maior parte das prestações de assistências partem da iniciativa dos agricultores, muito embora a EMPAER faça visitas periódicas aos Sítios do município. A presença de um campus da Universidade Estadual da Paraíba no município é também apontada como um diferencial, já que há a promoção de pesquisa e de cursos em áreas afins da agricultura. Esse campus localiza-se no Sítio Imbaúba, zona rural do município, desde 2007, segundo site da instituição:

O Centro de Ciências Agrárias e Ambientais é formado por ambientes de administração, salas de aulas, biblioteca, laboratórios, instalações zootécnicas, áreas de produção vegetal, almoxarifado, restaurante, galpões para máquinas e equipamentos e o complexo agroindustrial. (...) Mantido pela UEPB, o CCAA comporta dois cursos, um de nível superior (Bacharelado em Agroecologia) e outro de nível técnico (Técnico em Agropecuária).³⁸

No entanto, segundo a sra. MJS, a agricultura do município já fora mais exitosa: “Aqui era melhor porque chovia mais, chovia melhor, tinha mais água, hoje é mais difícil pros agricultores, principalmente pros de verdura”. Nessa fala, é apresentada a instabilidade das chuvas como um problema enfrentado também pelos agricultores de Lagoa Seca.

*

³⁷ Os resultados do ano de 2018 ainda são preliminares, podendo sofrer alterações.

³⁸ Para mais informações ver: <http://centros.uepb.edu.br/ccaa/>.

Na área de Sociologia, o município de Lagoa Seca ainda é pouco pesquisado. No Catálogo de Teses e Dissertações Capes há um número reduzido de trabalhos sobre o mesmo, num total de nove. Desses, sete analisam a zona rural da cidade. O trabalho mais antigo que consta no Catálogo é uma dissertação de Mestrado em Sociologia Rural defendida para Universidade Federal da Paraíba/Campina Grande e intitula-se *O ‘ser’ e o ‘ter’: camponeses, práticas tecnológicas e política (um estudo em Lagoa Seca – PB)*. (1993), de Geovani Jaco Freitas. Após esse trabalho, foi feita uma dissertação de mestrado, para a UFPB, que tratou da comercialização da produção familiar no município, intitulada de *“E o suor que perco todo dia, não vale nada? A Comercialização da Produção Familiar em Lagoa Seca – PB.”* (CAVALCANTI, 1997).

No ano de 1999, foi defendida uma dissertação de Mestrado em Sociologia Rural, intitulada *O Poder do Discurso: As condições sociais de emergência do agricultor familiar como sujeito propositivo*, de autoria de Nerize Laurentino Ramos, que trata dos processos sociais, políticos e econômicos nos quais estão envolvidos os agricultores familiares de Lagoa Seca. Já no ano de 2012, foi produzida a dissertação de mestrado intitulada de: *O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Lagoa Seca – PB: análise das transformações vivenciadas na agricultura familiar* (NETO 2012).

O trabalho mais recente sobre o município de Lagoa Seca disponível no Catálogo de Teses e Dissertações Capes intitula-se *FAMÍLIAS, TERRITÓRIO E ESPIRITUALIDADES: Uma etnocartografia de Caiana dos Crioulos-PB* (SOUZA, 2014), uma tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, que se propôs a analisar o programa de microcrédito Agroamigo do Banco do Nordeste sob a ótica dos beneficiários residentes em algumas comunidades rurais de Lagoa Seca, incluindo o Sítio Almeida.

3.2 A escolha dos Sítios Serra do Maracajá e Almeida como locais de estudo

A escolha do Sítio Serra do Maracajá como locus de pesquisa se deu, primeiramente, em virtude de um contato anterior já estabelecido com os agricultores familiares ali residentes, dos quais meu pai faz parte desde 2007. Esse contato anterior foi o incentivo para a escolha desses indivíduos como objeto de pesquisa para minha dissertação de Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Ramonildes Alves Gomes, na linha de pesquisa “Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas”. Dessa

forma, a utilização do Sítio Serra do Maracajá como lócus de pesquisa mostrou-se como uma oportunidade de dar continuidade ao trabalho realizado durante o Mestrado. As visitas que fiz aos meus pais me levaram a pensar sobre o “modo de vida” que aqueles agricultores levavam, a riqueza dos seus costumes e a resistência de um povo.

Já a escolha pelo Sítio Almeida ocorreu de forma mais complexa. No ano de 2014, fiz uma visita turística a alguns sítios praticantes da agroecologia no município de Lagoa Seca. Essas propriedades pertenciam aos Sítios Lucas e Oiti, onde pude presenciar uma agricultura diferente daquela praticada no Sítio Serra do Maracajá, a exemplo do cultivo irrigado de hortaliças e outras plantas não comestíveis e a reprodução de orgânicas e agroecológicas. A questão que primeiro iniciou as iniciais reflexões levantadas na presente tese foi justamente: como duas comunidades de agricultores familiares tão próximos poderiam praticar agriculturas com estratégias tão diversas?

A minha dissertação de mestrado havia nos fornecidos dados suficientes para saber que o Sítio Serra do Maracajá seria uma boa opção para esse trabalho, contudo, por não conhecer bem as áreas rurais de Lagoa Seca, não pude ter essa mesma certeza sobre o Sítio Oiti e Lucas, Sítios com os quais tive os primeiros contatos. Para adquirir dados iniciais sobre essa localidade, iniciei uma pesquisa exploratória a começar com o estabelecimento de contato com a AS-PTA no início de 2017, através de telefone.

Iniciei, também, contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca. No dia 24/10/2017, obtive sucesso em uma das tentativas de visitas presenciais e consegui me encontrar com alguns representantes do Sindicato, com a intenção de obter informações, mesmo que superficiais, sobre as comunidades praticantes de uma agricultura orgânica/sustentável na cidade de Lagoa Seca. Conversei com a Sra. MP, então vice-presidente do Sindicato, explicando que gostaria de indicações de Sítio em Lagoa Seca que realizassem uma agricultura familiar diferenciada, com a adoção, por exemplo, de práticas agroecológicas, assim como uma produção mais orientada para o mercado. Assim, MP me respondeu que o Sítio mais indicado para a minha pesquisa seria o Sítio Almeida. Ela também me informou que o Sindicato tinha poucos dados sobre essas comunidades e me encaminhou de volta para a AS-PTA.

Munida dessas informações, dirigi-me a AS-PTA, que fica localizada entre as cidades de Esperança e Remígio, a 34 km de Campina Grande, no dia 25/10/2017 e falei com o Sr. WSL e a Sra. MA, funcionários da AS-PTA, aos quais expliquei o motivo da visita e que me passaram o contato do Sr. DFP, também funcionário dessa instituição, mas que não estava presente no momento da minha visita, pois seria ele a pessoa mais capacitada para me ajudar naquele momento, pois ele possuía uma atuação mais marcante na cidade de Lagoa Seca. Entrando em

contato por telefone com o Sr. DFP, marcamos um encontro presencial para o dia 27/10, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, onde o mesmo estaria presente para uma reunião com os agricultores familiares participantes da feira de orgânicos da cidade. Também me foi informado que haveria a possibilidade de estabelecer diálogo com NF e MP, respectivamente presidente e vice do Sindicato.

A reunião, realizada sempre na última sexta-feira do mês, começou às 8:30h da manhã. Quando cheguei, encontrei já presentes DFP, funcionário da AS-PTA, NF, MP, e mais quatro participantes, dentre esses havia duas mulheres que requeriam entrada na feira de orgânicos. Após o início da reunião, mais cinco participantes foram chegando e se instalando gradualmente no círculo de cadeiras de plástico que estavam dispostas no local. Logo de início, como primeira pauta, DFP, que coordenava a reunião juntamente com Marlene, explicou o porquê da minha presença ali e de início expôs suas ressalvas em relação a pesquisadores de fora, já que algumas experiências passadas tinham se mostrado, segundo ele, maléficas para os agricultores. No mesmo ritmo, MP também apresentou suas preocupações, principalmente por nunca ter conhecimento do resultado das pesquisas realizadas com aqueles agricultores. Foi assim com NF e mais alguns agricultores, em que todos expuseram suas preocupações e receios.

A sensação que tive, logo de início, foi a de, numa expressão popular, ser “encostada na parede”. Nesse momento, tive receio de que a realização da pesquisa me fosse negada, o que seria direito dos agricultores, no entanto, depois que pude me explicar, defender meus pontos de vista e, de toda forma, defender a motivação que guiava a pesquisa, senti que tinha gerado um certo grau de confiança. Além disso, comprometi-me a entregar duas cópias da tese quando essa estivesse concluída. Uma para a AS-PTA e outra para o Sindicato. Foi então que DFP tomou mais uma vez a palavra e perguntou aos presentes qual seria o Sítio que eles teriam em mente para me indicar e que ele mesmo já havia pensando em um, mas que gostaria de saber se a resposta dele estaria em concordância com os demais. Nesse momento MP se pronunciou e citou o Sítio Almeida, com o qual todos os presentes concordaram, indicando também a família M, residente no Sítio Almeida, da qual pertenciam dois participantes que se encontravam na reunião, o Sr. OM e seu filho, OMF, cujo papel foi fundamental no sucesso da pesquisa de campo.

3.3 Metodologia, instrumentos de coleta e descrição da pesquisa de campo

Para atingir os objetivos, a pesquisa utilizou em conjunto métodos qualitativos e quantitativos e foi dividida em três momentos, segundo os instrumentos de pesquisa escolhidos: pesquisa documental, especialmente da documentação referente aos dados fornecidos pelos próprios municípios, IBGE e outros, em conjunto, também, com a análise de dados secundários, seguida da aplicação de questionários e a realização de entrevistas.³⁹ Foram aplicados um total de 94 questionários (sendo 47 em cada um dos sítios selecionados), e 12 sessões de entrevistas, com um total de 9 horas de gravação.

Além de quais as técnicas mais adequadas para a situação em questão, a escolha aqui foi sobre como dosar os métodos qualitativos assim como os métodos quantitativos. Ao se delimitar uma pesquisa, é necessário ter em mente quais as melhores formas de se pensar uma ou mais respostas para a questão apresentada. É preciso que se tenha como guia nessa escolha alguns fatores como: tempo e recursos disponíveis ao pesquisador, ajuste dos métodos escolhidos ao objeto de pesquisa e aos pressupostos ontológicos e epistemológicos adotados pelo pesquisador. Assim:

Enquanto participante do processo de construção de conhecimento, idealmente, o pesquisador não deveria escolher entre um método ou outro, mas utilizar as várias abordagens, qualitativas e quantitativas que se adequam à sua questão de pesquisa. Do ponto de vista prático existem razões de ordens diversas que podem induzir um pesquisador a escolher uma abordagem, ou outra. (GÜNTHER, 2006, p. 201).

As abordagens empíricas não precisam ser ora qualitativas, ora quantitativas, é possível, e muitas vezes desejável, a utilização de ambas de forma harmônica, desde que esse arranjo satisfaça a pesquisa em seus questionamentos, como acontece na pesquisa em questão. Foi levando em consideração os fatores tempo, recursos disponíveis e adequação ao objeto pesquisado que fomos levados a essa abordagem multi-método, buscando nos beneficiar tanto do generalismo característico dos métodos quantitativos, quanto da especificidade fornecida pelos métodos qualitativos, possibilitando assim uma visão coerente dos lócus de pesquisa, o

³⁹ No contexto de um estudo de caso, delimitado como a coleta e análise de dados sobre um exemplo individual para definir um fenômeno mais amplo podem-se coletar e analisar tanto dados quantitativos quanto qualitativos (GÜNTHER, 2006).

que torna possível uma análise pormenorizada daquelas características que mais chamaram atenção e, ao mesmo tempo, uma posterior comparação entre os lócus de pesquisa.

Os questionários utilizados foram divididos em duas partes: um questionário geral, contendo questões referentes à estrutura das famílias, atividade agrícola, trabalho e renda, entre outros, e uma segunda parte, em que utilizamos o questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. Considerando que o EBIA sugere uma aplicação por domicílio, decidimos que o questionário geral também deveria seguir este padrão por dois motivos: primeiramente porque não seria viável aplicar dois questionários com formatos diferentes. E em segundo lugar, por questões mais objetivas no que diz respeito à validade da pesquisa, pois não seria possível fazer cruzamento de dados em questionários que não tivessem exatamente o mesmo universo em termos quantitativos. Assim, fizemos uma junção dos dois instrumentos e realizamos apenas uma sessão de perguntas. Em sítios que possuíam mais de um domicílio, apenas um questionário fora aplicado, de forma a agilizar essa primeira etapa da pesquisa. No total, foram aplicados 94 questionários, sendo 47 em cada Sítio.

O questionário geral continha 62 questões, tanto de múltipla escolha quanto questões abertas e foi dividido em seis partes:

- A – Dados sobre a família;
- B – Informações sobre a terra e atividade agrícola;
- C – Atividade pecuária e criação de animais;
- D – Informações sobre trabalho e renda;
- E – Alimentação e dieta;
- F – Satisfação das necessidades e realização na agricultura.

O tópico “A” buscou informações sobre as origens da família e sua trajetória na agricultura, a estrutura de cada sítio, como o tamanho e ferramentas ali existentes. Nesse tópico, foi questionado se a família se consideraria uma família agricultora, sendo a autoafirmação a principal ferramenta utilizada por nós para configurar uma família enquanto tal. No tópico “B” foram listadas as culturas agrícolas em quantidade plantada, colhida e comercializada, organização da família no que se refere ao plantio, acesso à assistência técnica e políticas públicas para agricultura. O tópico “C” trouxe dados sobre criação, comercialização, acesso à assistência técnica e políticas públicas para a pecuária e outras estratégias referentes à pecuária. As informações sobre disponibilidade de braços para o trabalho, uso de força de trabalho não familiar, tempo dedicado à agricultura e outras atividades agropecuárias diziam respeito ao

tópico “D”. No penúltimo tópico, denominado como “E”, estavam contidas informações sobre a dieta da família, acesso a alimentos e autoconsumo.

Por fim, o tópico “F” foi reservado para as questões mais subjetivas do questionário, composto de sete perguntas abertas que tinham como intuito avaliar o quanto essas famílias agricultoras estavam satisfeitas ou realizadas através da agricultura e foram realizadas apenas com as famílias que se consideravam agricultoras. Nesse último tópico, foi possível perceber de forma mais concreta o “modo de ser agricultor” em suas variadas nuances. Para tanto, foram formuladas 07 questões, como consta a seguir:

- 1 – Sente-se feliz/realizado na agricultura?
- 2 – Sente que poderia viver melhor através da agricultura?
- 3 – Aspira a alguma mudança ou transformação (tanto na vida como agricultor quanto na propriedade)?
- 4 – Sente vontade de migrar para outro Sítio ou para a zona urbana?
- 5 – Gostaria que os filhos trabalhassem na agricultura?
- 6 – Consegue elencar dificuldades encontradas no seu dia a dia devido à vida na agricultura?
- 7 – Consegue elencar facilidades/vantagens encontradas no dia a dia devido à vida na agricultura

Para as duas últimas perguntas, havia a opção de não encontrar nenhuma facilidade ou desvantagem e para as cinco primeiras havia a opção de justificar a resposta, independente dessas terem sido sim ou não. Para todas elas havia a opção de não responder, caso essa fosse a vontade da família entrevistada.

A segunda parte do questionário foi composta pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. A aplicação do EBIA possibilitou-nos perceber os índices de insegurança/segurança alimentar nos lócus de pesquisa. O questionário EBIA soma 14 questões e sua aplicação é feita da seguinte maneira: caso o entrevistado responda *não* as quatro primeiras questões, e no domicílio não haja menores de idade, o questionário se encerra ali. Caso responda *sim* a uma das quatro primeiras perguntas, o questionário se estende até a oitava questão. As questões de nove a quatorze são respondidas pelos domicílios em que há menores de idade, independente do que foi respondido nas questões anteriores.

Devido ao tamanho e complexidade dos questionários utilizados, o consideramos como uma pequena entrevista, por isso, referimo-nos às famílias questionadas como “famílias

entrevistadas”, tendo em vista, também, que geralmente mais de um membro da família estava presente no momento de sua aplicação e que o questionário fazia referência a toda a família e não apenas ao(s) indivíduo(s) respondente(s). Todavia, em relação às perguntas associadas ao bem-estar social, contidas no tópico F, devido à subjetividade dessas, acreditamos que fazem referência ao indivíduo respondente e não à totalidade da família.

Os dados coletados nos questionários foram processados com a utilização do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), programa de estatística para as Ciências Sociais.

As entrevistas foram realizadas tendo como orientação um roteiro semiestruturado com questões pertinentes ao tema relacionado à organização dessas famílias agricultoras, suas necessidades, seu cotidiano, etc. Procuramos sempre assegurar que os entrevistados se sentissem confortáveis para colocar suas impressões e pontos de vista, de forma que houvesse espaço para a espontaneidade em nos fornecer suas impressões (FRASER, GONDIM, 2004; FERREIRA, 2014).

*

A inserção nos lócus de pesquisa foi relativamente tranquila. No Sítio Serra do Maracajá, boa parte das pessoas ainda lembrava de mim desde a minha última visita em 2013, durante a coleta de dados para minha dissertação, na verdade, com alguns moradores, esse contado foi mantido até hoje, seja através de visitas minhas ou deles na casa dos meus pais. Quando não havia a lembrança da minha pessoa, seja pelo próprio esquecimento ao qual estamos submetidos com o passar dos anos, seja pelo fato de não ter sido recebida por aquela pessoa em especial no dia do primeiro contato com a família em questão, nesses casos era a presença do meu pai que ajudava nessa nova inserção, conhecido por quase todos os moradores da Serra, lugar no qual ele reside desde 2007.

A presença dele mais uma vez foi fundamental para ganhar a confiança dos moradores da Serra, cuja personalidade desconfiada e tímida mostrou-se, mais uma vez, uma regra com poucas exceções. Dessa forma, foi possível reforçar ou mesmo reestabelecer esse contato de forma que tivemos poucos problemas na aplicação dos questionários e mesmo na colaboração de alguns desses agricultores que foram selecionados para as entrevistas.

No dia 15 de fevereiro de 2018, começamos a aplicação dos questionários, sendo um por sítio, como já fora explicitado, tendo aplicado 47 em toda Serra do Maracajá. Esse número não levou em consideração os conceitos estatísticos de amostragem, mas se deu pelo seguinte motivo: realizamos os questionários em todos os sítios habitados da Serra do Maracajá. Em

algumas situações, não havendo moradores disponíveis no sítio para nos atender e depois de três tentativas, desconsideramos o sítio em questão, o que ocorreu com quatro dos sítios visitados. Esse processo durou cerca de um mês, entre idas e vindas, e a cada visita eu me hospedava na casa dos meus pais, o que me permitiu ter um local para fazer as refeições ao mesmo tempo que poupou do trabalho de me dirigir todos os dias ao Sítio.⁴⁰

No dia 15 de março de 2018, iniciei a aplicação dos questionários no Sítio Almeida, que durou cerca de um mês e meio, tendo aplicado também 47 questionários, de forma a igualar os 47 questionários realizados no Sítio Serra do Maracajá. A experiência, no entanto, foi bastante diferente.

Como não possuía nenhuma casa de apoio, tive que me deslocar diariamente ao Sítio para realizar a aplicação dos questionários. Iniciando as atividades às 7h da manhã, retornando às 11:30h para almoçar e retornando novamente das 13:30h até as 17h, quando encerrava o dia. A falta de uma pessoa que me mostrasse os limites do Sítio, as casas não habitadas e que me introduzisse como alguém de confiança, entre outras coisas, fez grande diferença. Além de gastar uma soma maior de tempo, também tive mais dificuldade em fazer com que os sítiantes do Almeida confiassem em mim. Olhares desconfiados e palavras questionadoras foram as armas dessas pessoas contra o desconforto que sentiam em relação à estranheza que a situação lhes causava. Ainda assim, consegui concluir a aplicação dos questionários. A menção à família M acabou sendo de muita importância já que a família é conhecida e bem vista por todos no Sítio Almeida.

*

⁴⁰ Um dos poucos casos em que tive problemas foi com o recém proprietário de um dos sítios visitados, cujas respostas ríspidas e mal balbuciadas às questões feitas me levaram a acreditar que minha presença não fora bem aceita. Desconheço os motivos que levaram a isso, mas sou levada a acreditar que seria justificado pelo fato do questionado não conhecer a mim ou ao meu pai.

Quadro 11 – Pessoas e famílias entrevistadas

SPB (69 anos) e NPB (64 anos/esposa). O casal possui quatro filhos, dois adultos e uma adolescente (todos solteiros). Criam uma neta de 08 anos filha de outro filho casado e que reside em outra área. O sítio possui 4,5 hectares. O casal é aposentado e, apesar da idade e dos problemas de saúde, ainda trabalha na agricultura. SPB também trabalha “alugado”, nas propriedades vizinhas e é meeiro em uma propriedade próxima. Quando jovem, trabalhou em indústrias na região Sudeste. Herdou o sítio de seus pais. Recebem Bolsa família e Seguro Safra. A renda autodeclarada da família é pouco mais de dois salários mínimos.

JA (64 anos) e IPB (59 anos/esposa). A família é composta por quatro filhos (sendo dois adultos casados e dois adolescentes), dois netos e um sobrinho adolescente. O sítio possui um hectare. Vivem da agricultura e recebem assistências governamentais a exemplo do Seguro Safra e do Programa Bolsa Família. JA herdou o sítio de sua mãe, onde exercem a agricultura há mais de 40 anos. A renda autodeclarada da família é de aproximadamente de 700,00 reais.

RI (60 anos). A família é composta por sua esposa e sua mãe. O sítio possui 1,5 hectare. Possui uma pequena “venda”, onde dispõe dos produtos básicos da alimentação local, como feijão, arroz e outros, além de bebidas. Tem uma criação de aves mais organizada para o comércio. A renda autodeclarada da família é de aproximadamente três salários mínimos.

PI (64 anos). Agricultor desde criança, afirmou fazer parte do Conselho Municipal da cidade de Puxinanã, idealizou a formação da Associação de Moradores da Serra do Maracajá, da qual foi presidente durante 04 anos.

GM (41 anos). Vive na Serra do Maracajá com a mãe desde os sete meses de idade. A mãe teve a Serra como local de nascimento e herdou o sítio onde moram atualmente os pais. Agricultor e adepto da pecuária, cria gado mesmo com menos de 01 hectare de terra, utilizando o “aluguel de cercado”, foi protagonista, também, de relações recíprocas no Sítio Serra do Maracajá. A renda autodeclarada é de três salários mínimos.

AP (78 anos). Morador do Sítio Serra do Maracajá há 13 anos, desempenhou a agricultura e a pecuária durante 10 desses anos, tendo parado por conta de problemas de saúde. Foi protagonista de relações recíprocas juntamente com GM. A renda autodeclarada é de três e meio salários mínimos.

RJL (57 anos). Agricultor, casado e pai de um filho de 14 anos. Residente na Serra do Maracajá durante toda a vida, residindo atualmente no sítio dos pais, que possui 10 hectares. Cria gado e planta nas terras dos seus pais e também nas terras de um sobrinho, que atualmente reside no Guarujá. Foi o único dos 10 filhos que decidiu permanecer no Sítio Serra do Maracajá.

SM (70 anos). Agricultor, trabalhou no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca durante 14 anos. Ajudou a fundar a Associação de Moradores do Almeida, da qual foi presidente durante vários anos. É irmão do Sr. OM e da atual presidente da Associação do Sítio Almeida, todos residentes no Sítio Almeida.

MJS (68 anos) Assistente social que trabalha na EMPAER – Lagoa Seca há mais de 40 anos, onde desenvolve projetos e cursos sobre cooperativismo, associativismo, manejo eficiente de alimentos, cuidado com animais de pequeno porte, entre outros.

LAF e GMF, respectivamente técnico e cooperativista da EMPAER – Puxinanã.

Família M, dentre os entrevistados tivemos OM (67 anos) e OMF (31 anos). Pai e filho, ambos agricultores familiares. O sr. OM se mudou para o Sítio Almeida na década de 1990, deixando sua terra natal, o município de Queimadas – PB, onde afirmou não ter boas perspectivas para o futuro. Comprou 1 hectare de terra com o dinheiro do seu sítio em Queimadas e permanece lá até hoje. Planta milho, feijão, batata-doce, mandioca também possui uma horta com artigos dos mais variados. Apesar de receber aposentadoria, afirmou que viveu toda sua vida através dos rendimentos obtidos com a agricultura. Faz parte do Polo da Borborema, e por isso, mantém uma agricultura agroecológica. Além de comercializar seus produtos na Feira Agroecológica de Lagoa Seca, participa também da FEAGRO, e de outras feiras agroecológicas no entorno. Participa também do PNAE e já participou do PAA. Não soube precisar a renda da família.

MSO (39 anos), agricultora, casada com D. Reside no Sítio Almeida há 23 anos, desde o seu casamento. Atualmente mora nas terras que pertenceram a mãe, já falecida. Além dela e do esposo, também agricultor, moram no sítio seus quatro filhos com idades entre 12 e 19 anos. Devido ao pequeno tamanho do sítio, o qual ela não soube precisar exatamente o tamanho, mas acredita que possua menos de 01 hectare, planta no sistema de meação nas terras dos vizinhos. Afirmou que a renda da família é de R\$ 1200,00 reais.

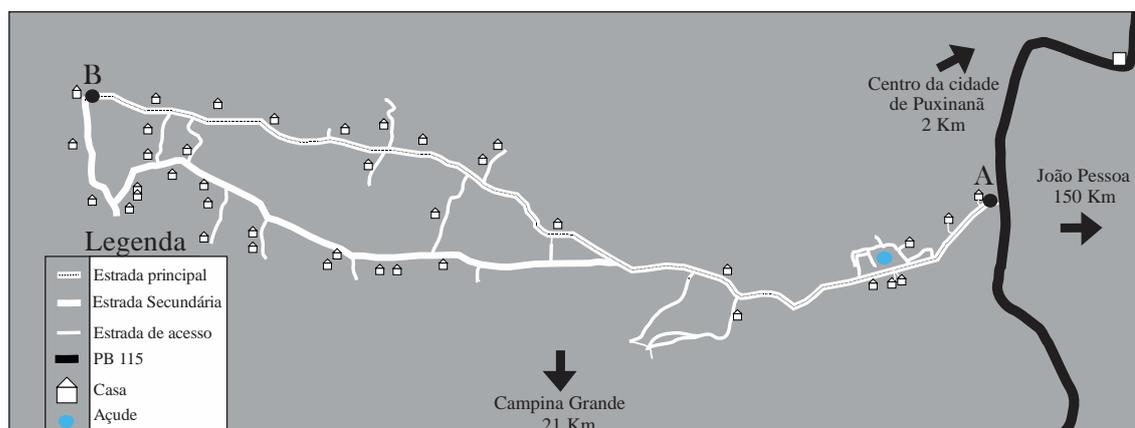
4 “A GENTE AINDA PLANTA UMA COISINHA” – ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO SÍTIO SERRA DO MARACAJÁ – PB

Neste capítulo, são descritas as estratégias produtivas dos agricultores familiares situados no Sítio Serra do Maracajá – PB” a partir dos dados empíricos. Aqui são detalhadas algumas características mais objetivas acerca desses agricultores familiares, como fontes de renda, condições de moradia, entre outros, assim como questões mais subjetivas, a exemplo dos seus desejos para o futuro e a satisfação de suas necessidades. Entre os dados utilizados, estão as informações colhidas através dos questionários que foram inseridas no SPSS. Também foram utilizadas as informações obtidas em entrevistas formais e informais, tanto com os moradores da Serra do Maracajá, quanto com assessores e técnicos da EMPAER. Além disso, utilizamos também as informações fornecidas pela Prefeitura de Puxinanã e suas respectivas Secretarias.

4.1 Estratégias produtivas dos agricultores familiares no Sítio Serra do Maracajá: cenários de trabalho e geração de renda

No que tange à paisagem, a vegetação do Sítio Almeida é formada por vegetação típica do agreste⁴¹, possuindo várias formações rochosas aparentes. Os caminhos que ligam as propriedades formam um emaranhado de linhas, lembrando em muito as veias do corpo humano (ver Figura 12).

Figura 12: Croqui do Sítio Serra do Maracajá, estradas, casas e açude⁴²



Fonte: Croqui elaborado pela autora, 2020.

⁴¹ Floresta subcaducifólia e formações florestais.

⁴² Apenas os principais caminhos do Sítio foram retratados.

A estrada principal, que começa logo após a PB 115, dista 6,2 km do ponto A ao ponto B (ver Figura 12). Como as casas geralmente não se localizam na frente da estrada principal ou das estradas de acesso, torna-se bastante difícil saber como se localizar, especialmente para aqueles que vêm de fora. Os sítios geralmente são cercados por arame farpado, o que lhes fornece um limite visível, possuindo fruteiras, sendo as mangueiras as mais presentes. Todos os sítios possuem pelo menos uma cisterna para armazenamento de água da chuva construída com financiamento público e a maioria não conta com poço artesiano. Isso ocorre devido à dificuldade de obter sucesso na perfuração de um poço, o que nos leva acreditar que a área não seja propícia à formação de lençóis ou “veios de água”.

O Sítio Serra do Maracajá tem em sua composição espacial muitas rochas, cuja dimensão varia enormemente e que caracteriza todo o entorno, como é possível visualizar na figura abaixo (ver Figura 13):

Figura 13: Imagem de satélite do Sítio Serra do Maracajá



Fonte: Imagem obtida através do Google Earth, 2020.

As formações rochosas são visualizadas como pontos acinzentados na Figura 13, devido ao zoom da imagem, apenas as formações rochosas de maior porte podem ser visualizadas. Como o subsolo é rico em rochas de baixa permeabilidade (denominadas cristalinas), a formação de aquíferos subterrâneos é bastante limitada, a penetração da água no subsolo é também dificultada pelo regime de chuvas rápidas e fortes, porém inconstantes⁴³. Essas rochas possuem uma faceta em relação à sua utilidade para a população, de um lado, servem como reservatórios naturais para água da chuva, que é escassa na maior parte do ano (ver Figura 14).

⁴³Dados obtidos em: <http://www.bibliotekevirtual.org/simposios/8SBCMAC/8sbcmac-a054.pdf>. Acessado em: 21/01/2014.

Figura 14: Tanque de pedra no Sítio Serra do Maracajá



Fonte: Acervo da autora, 2013.

Em anos de seca, a chuva, que deveria ser abundante nos meses de maio, junho e julho cai modestamente e até mesmo a água de beber se torna difícil. O papel desses reservatórios naturais é de extrema importância, pois se tornam um meio fácil e com baixo custo financeiro para captar água da chuva. A preocupação com a quantidade de pedras na Serra do Maracajá foi repetida e assinalada por muitos dos interlocutores durante a aplicação dos questionários, já que o seu excesso pode dificultar outras atividades, como assinala uma das entrevistadas, quando indagada sobre o tamanho da área destinada à agricultura: “Aqui é difícil encontrar lugar até pra fazer casa, quem dirá pra plantar? As casas que nós temos são todas em cima das pedras, porque senão não sobra nada pra agricultura.”

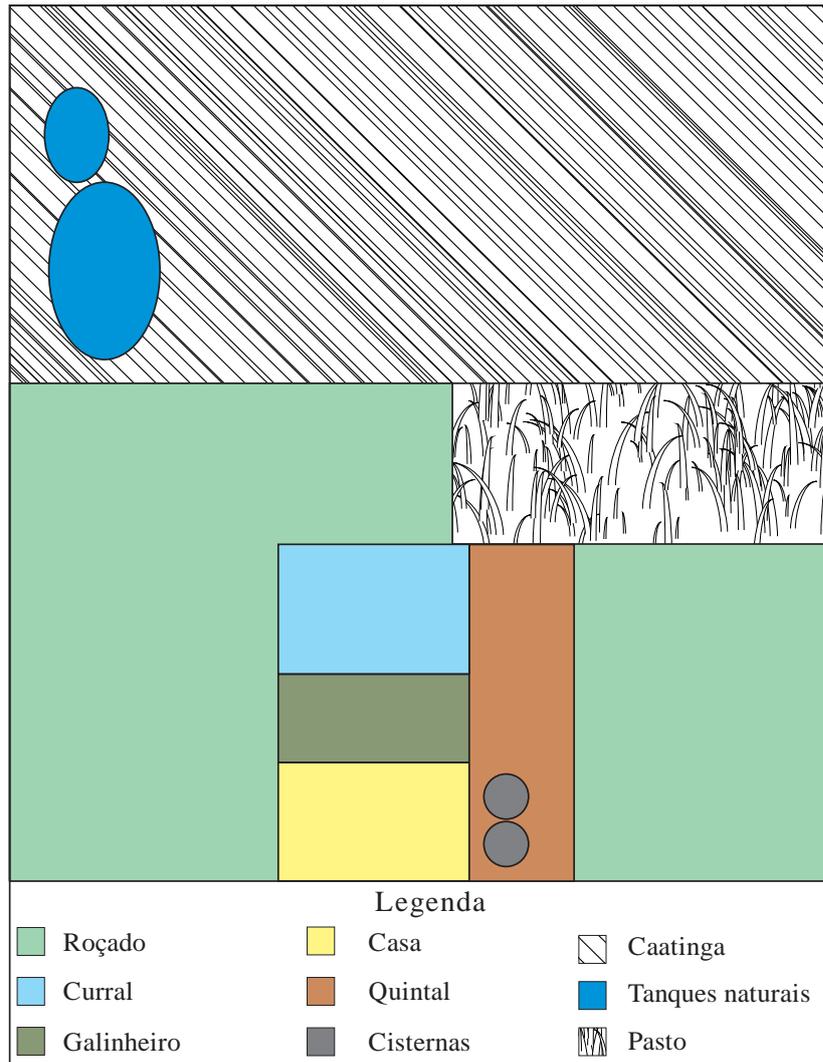
A dificuldade de acesso à água ameaça a reprodução das famílias, além disso, faz com que os agricultores fiquem suscetíveis aos interesses dos políticos locais, que em épocas de seca fazem da água uma espécie de moeda de troca. Os chamados carros-pipa trafegam de um lado para o outro e as pessoas afirmam que votam em *fulano* ou *sicrano* porque *esse* ou *aquele* trouxe água quando esta acabou. Essa necessidade os deixa sujeitos aos caprichos políticos de uma elite fundada no patrimonialista. Os “favores”, no entanto, não se limitam à água, incluindo também remédios, exames médicos e vários outros direitos básicos desses agricultores.

Destarte, a falta de chuvas limita o trabalho na agricultura e, para esses agricultores familiares, que possuem pouca ou nenhuma alternativa de acesso à água, é quase impossível produzir em anos de seca. Em “anos bons de inverno” ainda é possível conseguir o feijão no

prato, mas em anos de seca os agricultores lançam mão de outras estratégias para gerar renda, a fim de garantir a sobrevivência do grupo doméstico.

O esquema de organização espacial dos sítios na Serra do Maracajá ocorre da seguinte maneira (ver Figura 15):

Figura 15: Esquema de organização espacial dos sítios no Sitio Serra do Maracajá



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

A paisagem é composta pela vegetação típica da caatinga, que cede lugar à casa de morada dos sítiantes, assim como a área destinada aos roçados. Os pés de caju, manga e acerola são principais espécies e se concentram principalmente nas áreas dos quintais. Essas espécies dão colorido a essa paisagem no período de estiagem, quando normalmente só se pode ver o amarelo e o cinza de uma vegetação seca e retorcida.

Nos anos em que não há estiagem, o período de chuvas inicia-se em março, sendo o dia 19 de março, dia de São José, um marco para essas famílias. Havendo chuva nesse dia, alguns começam o trabalho nos roçados imediatamente, mesmo os que deixam o início da plantação para abril veem a chuva no dia de São José como um indicativo de que o inverno será generoso. A regularidade das chuvas nos meses de abril e maio é muito importante, pois o período de chuvas dura em torno de 03, 04 meses, indo até agosto ou setembro, a depender do ano. Para que as famílias tenham êxito em suas plantações, é preciso iniciar as lavouras algumas semanas após a queda das primeiras chuvas de inverno, já que o milho leva pelo menos 100 dias de plantio até a colheita e o feijão cerca de 90 dias⁴⁴, não levando em conta o tempo da limpeza, corte e preparo para que a terra esteja em condições de plantio.

O Sítio possui duas casas para fabricação de farinha, uma particular e outra de uso comunitário, e um posto de saúde, que recebe um médico uma vez ao mês. O acesso ao Sítio é feito através da rodovia PB-115, principal acesso à Serra do Maracajá, assim como também pelas estradas de terra que recortam o Sítio. Essas estradas de terra, porém, ficam inviáveis logo que o período de chuvas se inicia, mostrando-se transponíveis apenas para os que transitam a pé. O acesso ao local só é possível por veículo particular, já que não há nenhuma empresa de transportes que faça o trajeto, entretanto, o ônibus escolar, de propriedade da Prefeitura Municipal de Puxinanã, cruza o sítio de segunda a sexta, levando os estudantes para a zona urbana nos três turnos escolares.

Os sítios pesquisados na Serra do Maracajá variam entre 0,5 hectare e 36 hectares⁴⁵, sendo a área média dos estabelecimentos cerca de 5,2 hectares. O tamanho desses estabelecimentos familiares é inferior ao tamanho máximo da área prescrita no conceito de tipo ideal de agricultura familiar que nos é informada através das políticas públicas, tendo como limite máximo para estabelecimentos familiares o valor de 04 módulos fiscais⁴⁶. No município de Puxinanã, um módulo fiscal corresponde a 16 hectares, o que implica dizer que um estabelecimento familiar, para se enquadrar como tal, pode ter até 64 hectares, valor aproximadamente 12 vezes maior do que a média encontrada na Serra do Maracajá. É

⁴⁴ Há variação do tempo de colheita de acordo com a espécie da semente plantada.

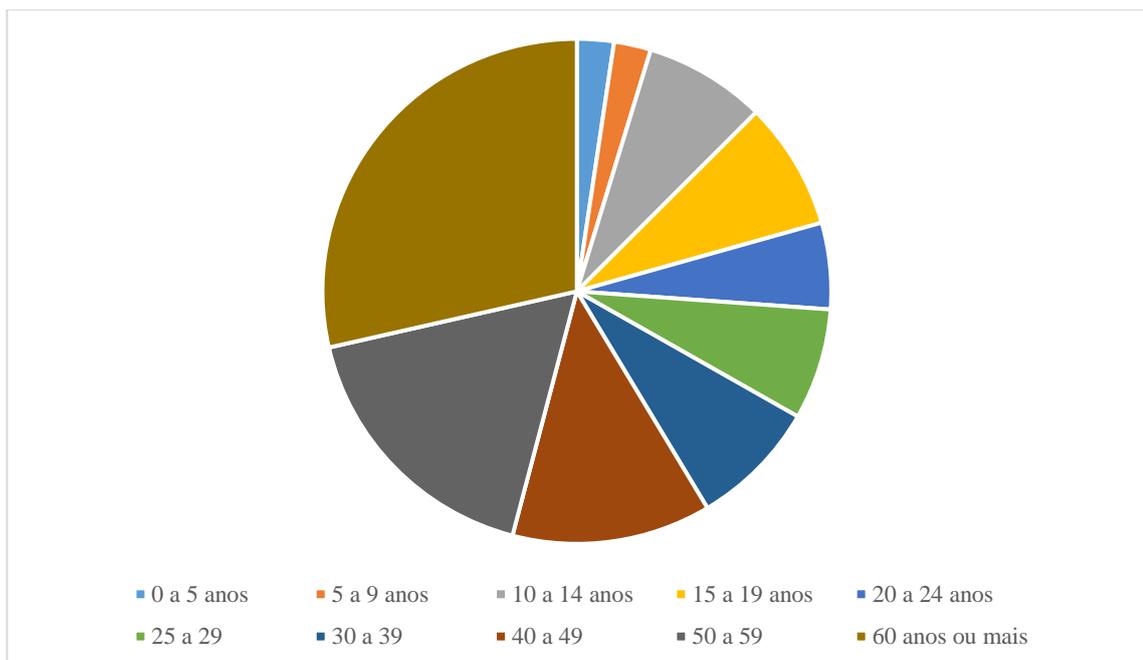
⁴⁵ Ressaltamos aqui que os valores apresentados se referem aos sítios pesquisados e não fazem referência a valores censitários, já que em apenas uma amostra não aleatória os questionários foram aplicados.

⁴⁶ O módulo fiscal varia em cada município com base no Decreto nº84.685 de 06 de maio de 1980. Art. 1º o Módulo Fiscal de cada Município previsto no parágrafo segundo do Art. 50 da Lei 4.504, de 30/11/64, com a nova redação dada pela Lei 6.746, de 10 de dezembro de 1979, e calculado na forma do art. 4 do Decreto nº84.685, de 06 de maio de 1980, será o constante da tabela anexa. Art. 2º A presente Instrução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. (Para mais informações ver: http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_especial/IE20_280580.pdf).

interessante perceber que os valores estabelecidos através dos módulos fiscais se baseiam em cálculos que se consideram ideias, em termos de hectare x produtividade, para que uma família agricultora possa garantir sua reprodução econômica e social. Assim, estar muito abaixo do índice máximo permitido pode significar para um agricultor familiar que suas terras não sejam suficientes para garantir a sobrevivência da família exclusivamente através da agricultura. Por outro lado, tanto os agricultores familiares aqui retratados, cujos estabelecimentos possuem cerca de 5,2 ha, quanto aqueles cujos estabelecimentos possuem os quatro módulos fiscais, são abrigados pelo mesmo guarda-chuva que é a Lei da Agricultura Familiar, isso significa que, em tese, adota-se uma mesma métrica em termos de direitos e deveres para agricultores com possibilidades muito diferenciadas e heterogêneas de garantir sua reprodução.

Os pais de família possuem, em média, 63 anos. 30% deles não possuem instrução formal, 52,5% possuem o Ensino Fundamental incompleto, 7,5% fizeram o Ensino Fundamental completo e cerca de 10% cursaram o Ensino Médio, completo ou incompleto. Já as mães dessas famílias agricultoras tem em média 57 anos, 11,1% não possuem instrução formal, 75% têm o Fundamental incompleto, 2,8% possuem o Fundamental concluído, 8,3% possuem o Médio completo e 2,8% possuem Ensino Superior. 12,8% das famílias são chefiadas por mulheres. A distribuição por faixa etária ocorre da seguinte forma (ver Gráfico 3):

Gráfico 3: Distribuição dos membros das famílias entrevistadas por faixa etária – Sítio Serra do Maracajá



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A maior parte dos moradores do Sítio Serra tem entre 40 ou mais anos de idade, somando 58% de pessoas nessa condição. As pessoas com 60 anos ou mais representam cerca de 29% do total. Em relação à origem e/ou migração dessas famílias, 47,7% dos entrevistados afirmaram que a família nunca residiu em outro lugar. Dentre aqueles que residiram em outro local, 13% afirmaram ter residido na Região Sudeste, e todo o restante residiu em cidades circunvizinhas. Cerca de 80% das famílias entrevistadas têm no Sítio o seu local de origem ou mora lá por conta da família. Cerca de 11% residem no Sítio por gostar do ambiente rural ou porque era melhor que o seu Sítio anterior. Com exceção disso, pudemos encontrar durante a aplicação dos questionários 03 famílias que afirmaram não residir no sítio, utilizando-o apenas lazer nos fins de semana, feriados e férias.

Dentre as famílias entrevistadas, 91,5% afirmaram ser proprietárias ou parentes diretos dos proprietários, apenas 8,5% das famílias residentes afirmaram não estar na condição acima citada. Dentre os não proprietários, pudemos encontrar sitiantes atuando como moradores ou caseiros. Esclarecemos que o objetivo da pergunta não era identificar se o grupo familiar tinha a posse legal do sítio, mas saber qual era a condição de propriedade e trabalho das famílias agricultoras. A importância de ser dono do seu sítio revela-se na narrativa do senhor SPB, em um trecho de entrevista realizada na Serra do Maracajá:

Emilly: O senhor morava com seu pai?

SPB: Quando eu casei?

Emilly: Sim

SPB: Não, morava no que é dos outros... (demonstrando desprezo)

“Morar no que é dos outros” representa estar subordinado à vontade dos outros, como assinala JA, outro morador da Serra, que reside no sítio herdado de sua mãe:

E cada um tem seu lar de viver né? Minha mãe como foi para falecer, ela me entregou isso aqui. Ela disse: J, tu foi criado mais eu, nunca me abandonou pra nada, aqui... faça de conta que aqui é seu. Ninguém aqui vai mandar em nada, só você mesmo. Porque os outros já tem os cantos deles...” (JA, 64 anos, agricultor)

Tendo em vista o pequeno tamanho dos lotes familiares é comum que os pais escolham um dos filhos para passar as terras de forma integral, evitando o fracionamento das terras entre os herdeiros e, por isso mesmo, a impossibilidade de praticar a agricultura. Essa estratégia utilizada no Sítio Serra do Maracajá leva em consideração o interesse dos filhos em exercer a agricultura e a permanência deles no sítio, tanto como colaboradores na reprodução econômica do grupo familiar restante, como também na reprodução social e cultural dessas famílias, já que

são esses filhos remanescentes que reproduzem os ritos e os costumes da família. Não fracionar o sítio, ou mesmo não fracionar para todos os filhos, assegura a sobrevivência pela terra para aqueles que permaneceram, já que se parte do princípio que aqueles que migraram puderam conquistar sua sobrevivência fora do sítio de origem ou mesmo fora da agricultura. No entanto, nem todas as famílias realizam essa prática, uma vez que em várias situações o sítio é dividido igualmente entre todos os filhos. Nesses casos, é comum que os filhos residentes e praticantes da agricultura façam uma poupança, prevendo o falecimento dos pais, para que possam comprar dos irmãos que migraram os lotes de terra divididos, ou mesmo que vendam as suas partes e migrem eles mesmos para outros locais.

A destarte, para aqueles que realizam a agricultura, a propriedade da terra traduz segurança, deixa transparecer um cálculo de vantagens que não pode ser expressa em nenhuma equação matemática, a exemplo do que relata a sr^a IPA:

IPA: É, aí eu não quero sair daqui nunca não, e os filhos ficando ao redor da gente...

Emilly: Ah, é...

IPA: Aí a gente vai sair? Para deixar os pobres aí?

(...)

Emilly: Porque tem gente que diz logo né, “quando eu me aposentar vou embora pra rua”.

IPA: “Vou embora daqui”. É, mas minha fia em não penso nisso não. Negócio quando você chegar na rua só vai queimar com gás, e aqui não, se tiver o gás eu cozinho, e se não tiver eu cozinho. (...) porque eu tenho a lenha.

Emilly: É, pois é. Mas acha muito difícil viver no sítio?

IPA: Eu acho não minha fia. [...] Sabe por quê? Difícil já teve. Que não tinha energia. Quando nós viemos para aqui não tinha energia, não tinha ônibus. Tudo isso já tem agora né? Tudo isso tem agora, nosso filho tem uma motozinha, se for preciso qualquer dia... tá no fim do dinheiro eu boto mais gasolina, eu vou pro Doze⁴⁷, pra Puxinanã. Tá muito fácil agora, difícil teve. Antigamente era tudo com a luz de gás, nera? Luz de gás... sem que agora está difícil porque ainda não tem aposentadoria ainda em casa né? (...) Aí do mesmo jeito que a gente tinha que comprar o gás, tem que ter o dinheiro para pagar energia né? [...] Mas, eu não acho nada difícil não, a pessoa tando com saúde...

Observa-se que IPA registra na sua narrativa a percepção das mudanças ocorridas nos últimos anos, como acesso à energia elétrica e aumento do poder de compra, relata ainda a vontade de continuar em seu sítio e de permanecer como agricultora, mesmo depois de começar a receber a previdência social. Ou seja, a vontade e a satisfação em permanecer no sítio justificam-se por uma racionalidade que envolve a economia de certos gastos, mas também o

⁴⁷ O Doze refere-se ao distrito de São José da Mata e é nomeado assim por conta da quilometragem para se chegar até lá, que é de 12 km.

apego a valores como morar próximo aos parentes e deixar um legado para as próximas gerações do grupo.

Mesmo diante das dificuldades encontradas em tais sociedades, esses indivíduos escolhem ficar. Dentre as várias explicações possíveis, está o fato do sítio de moradia e trabalho garantir o que Antônio Cândido (1989) denominou de ‘mínimos vitais de alimentação’ e ‘mínimos sociais de organização’; segundo ele, esses possibilitam as relações humanas. Assim: “[...] o equilíbrio social depende do mínimo social e o mínimo vital” (CANDIDO, 1989, p:31). Por isso, os meios de subsistência não podem ser entendidos separadamente das formas sociais em que eles se inscrevem.

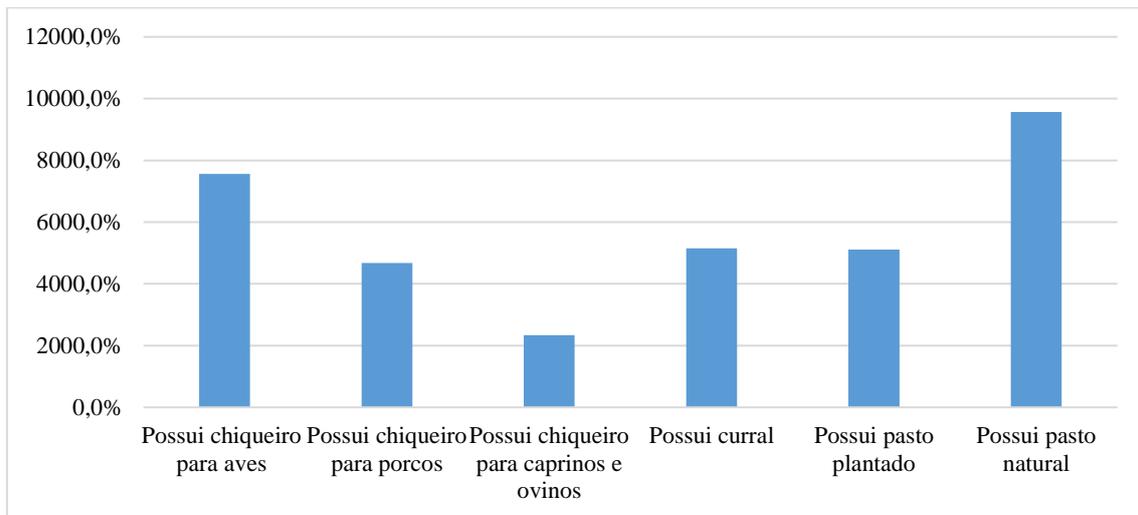
4.1.1 Infraestrutura dos sítios e condições de produzir

No que diz respeito à infraestrutura e às condições necessárias para viabilizar à produção, 91,5% das famílias afirmaram possuir ferramentas de trabalho, essas se resumem a pás, enxadas, foices, carroças de mão etc, sendo que 78,7% dos entrevistados não possuem carroça de tração animal e apenas 01 das famílias entrevistadas afirmou possuir alguma ferramenta motorizada para uso na agricultura.

O fato de não terem acesso a equipamentos e maquinários modernos não implica necessariamente em que os agricultores familiares da Serra do Maracajá sejam improdutivos, mas é preciso assinalar que em uma região cujas características edafoclimáticas são bastante adversas, não dispor de equipamentos, máquinas e tecnologia para desenvolver suas atividades pode prejudicar a autonomia e a instabilidade dessas famílias.

Todas as casas da Serra do Maracajá são de alvenaria, 51,1% dessas casas já existiam no momento de formação da família. No que se refere ao acesso a sementes para plantio, 70,2% das famílias entrevistadas afirmaram que as sementes utilizadas por eles são obtidas a partir da reserva que fazem da produção do ano anterior de modo bastante artesanal; logo após a secagem desses grãos, o armazenamento é feito em silos ou em garrafas pet. As sementes utilizadas não passam por nenhum processo de seleção ou melhoramento genético. Por outro lado, o fato deles próprios adquirirem as sementes para plantar implica dizer que, ao menos nesse aspecto, essas famílias não mantêm uma relação de dependência com agentes externos.

O gráfico a seguir informa a infraestrutura que as famílias dispõem para desenvolver a atividade pecuária (ver Gráfico 4):

Gráfico 4: Infraestrutura para atividade pecuária no Sítio Serra do Maracajá

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

É possível identificar que a infraestrutura para desenvolver atividade pecuária nesses estabelecimentos é bastante modesta, não contando com aprisco, sala de ordenha, curral de manejo, entre outros. Contudo, isso não significa que não exista criação animal, mas que a maior parte das famílias não têm condições financeiras que possibilite construir criatórios ou mesmo conte com uma criação que justifique financeiramente o investimento em tais infraestruturas. Quase 80% dos entrevistados afirmaram possuir em seu estabelecimento chiqueiro para galinhas. Esse número pode ser explicado pela facilidade de construção de um pequeno criatório para esse animal, assim como em virtude do valor desses animais para o consumo, especialmente quando se trata das chamadas galinhas de capoeira, que possuem, entre outros atributos, um sabor bastante diferenciado se comparado aos frangos advindos dos grandes criadouros.

4.1.2 Acesso à água

Depois da terra que possibilita a colheita, a água é o recurso natural mais valioso para essa população. Como não há nenhum tipo de abastecimento regular no sítio, em 82,7% dos domicílios a água para beber vem das cisternas e 16% de tanque natural. Em ambos os reservatórios, a água é captada através das chuvas e armazenada. Apenas 1,2% bebe água mineral. A água armazenada pelas cisternas é considerada mais limpa e mais segura, por isso grande parte dos sítiantes possui cisternas⁴⁸ com esse fim. Além de ser menos suscetível à

⁴⁸ 91,5% dos entrevistados afirmaram possuir ao menos uma cisterna no sítio.

contaminação, é também menos propensa à perda de volume pela evaporação, já que possui uma estrutura de vedação e apenas uma pequena abertura que permite a entrada da água da chuva, que é captada dos telhados através de calhas e levada por um encanamento até a mesma. Como medida profilática, boa parte dos sítiantes afirma abrir a cisterna para a entrada de água apenas após passadas as primeiras chuvas. Essa estratégia tem o intuito de “lavar” os telhados, retirando as sujeiras mais grosseiras. Em alguns casos, utiliza-se também um tecido amarrado à parte final do cano advindo da calha, de forma a reter mecanicamente as sujidades. Os reservatórios para água de beber são próprios em 100% das famílias entrevistadas.

Já a água para o gasto⁴⁹ vem principalmente dos tanques naturais: 63,6% das famílias utilizam apenas essa fonte para a água do gasto. Se somados os usos associados a outras fontes de captação de água, a utilização dos tanques para água de gasto chega a 75%. A água dos tanques, por ficar exposta a animais e em ambiente aberto, não é considerada para outros fins além de atividades relacionadas à limpeza ou uso animal. Além disso, essa água costuma adquirir uma coloração esverdeada por conta da proliferação de algas, adquirindo também sabor, tornando-se, por isso, imprópria para o consumo. Os reservatórios utilizados para retirada da água para o gasto são próprios em 95,5% das famílias entrevistadas e 70,5% afirmaram possuir bomba para retirada da água do gasto.

Os entrevistados afirmaram em várias ocasiões que as terras da Serra do Maracajá não seriam propícias para a construção de poços, várias tentativas frustradas foram relatadas pelos moradores que consideram desperdício de dinheiro investir na obtenção de tal recurso. Apenas um dos estabelecimentos afirmou possuir poço e usufruir dessa água regularmente. O mesmo ocorre com os açudes e barreiros, mas nesse caso os impedimentos são tanto o pequeno tamanho dos estabelecimentos quanto a composição do solo e relevo não propícios para a formação desses. Dessa forma, aos moradores da Serra do Maracajá restou recorrer à construção de tanques e cisternas como formas de captação de água da chuva.

Enfatizamos aqui a importância que o subsídio dirigido para a construção desses modelos de captação de água tem para a segurança hídrica dessas famílias, a exemplo do Programa 1 Milhão de Cisternas, no entanto, é preciso colocar que boa parte dessas políticas tem como fim a garantia da água de beber, e não a água para irrigação. Não encontramos em nenhum estabelecimento pesquisado um reservatório destinado à irrigação. Não dispor de reservatórios que assegure água para plantar e criar dificulta e, em alguns casos, até inviabiliza as estratégias produtivas dessas famílias. As estiagens cíclicas no Nordeste do Brasil, em particular no

⁴⁹ Denominamos para gasto a água utilizada nas atividades diárias, como cozinhar, tomar banho, lavar roupa, entre outros.

semiárido, são um fenômeno secular, mas que ainda limitam as possibilidades de desenvolver estratégias produtivas ligadas à agricultura ou à pecuária para a grande parte dos agricultores familiares, que permanecem dependentes e vulneráveis ao clima. Essa fragilidade em relação à obtenção de água é, em muitos casos, o que explica o receio das famílias agricultoras do Sítio Serra do Maracajá para investir em atividades agropecuárias.

4.1.3 O cenário das estratégias produtivas e de geração de renda

Como já mencionamos, para as famílias da Serra do Maracajá a agricultura é a principal atividade produtiva e geradora de renda, todavia, dentre as respostas fornecidas pelas famílias agricultoras, entre as que são produtivas e geradoras de renda destacamos (ver Quadro 12):

Quadro 12 - Principais atividades desenvolvidas no Sítio Serra do Maracajá

Tipo de atividade	Nº de casos	Porcentagem
Agricultura/Pecuária ⁵⁰	31	70,5
Agricultura/Pecuária/Aposentadoria	8	18,2
Serviço/Comércio	1	2,3
Outras atividades	3	6,9
Não soube ou não respondeu	1	2,3
Total	44⁵¹	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Por questões práticas, foram agrupadas as respostas onde eram fornecidas como atividades principais a agricultura e ou pecuária, comércio/serviços e outras atividades. Somando todas as respostas em que a agricultura e ou a pecuária aparecem, tem-se 88,7% do total das famílias. Isso significa que, nestes, a agricultura/pecuária é uma das principais atividades do grupo familiar. 9,2% das famílias entrevistadas não exercem atividade agrícola ou pecuária, ou não consideram essas atividades um meio importante de obtenção de renda. Na fala de RI, um dos agricultores do Sítio ao narrar detalhes da sua trajetória de vida, deixa transparecer os valores e interesses que explicam sua relação com as atividades desenvolvidas na sua pequena roça. Nascido e criado no Sítio Serra do Maracajá, onde atualmente reside, mudou-se para São Paulo aos 17 anos em busca de melhores condições de vida, retornando

⁵⁰ Agricultura e pecuária estão separados aqui de forma a indicar que a resposta fornecida pode se referir a uma dessas atividades ou mesmo as duas.

⁵¹ Por se tratar de atividades produtivas os entrevistados que responderam ser apenas a aposentadoria a principal atividade da família não foram computados nesses dados.

quase 40 anos depois. Atualmente ele possui uma produção de galinhas com mais de 100 animais. Sobre o trabalho na agricultura seu RI relata:

Emilly: Mas o senhor não planta nada não?

RI: Não. Às vezes... planto esse roçadinho aqui pertinho, mais só pra comer verde né?

Emilly: Não gosta muito da agricultura não?

RI: Não tem futuro...

Emilly: Não tem futuro?

(risos)

RI: Tem não. O cara (em referência a ele mesmo) for pagar pra fazer uma terra, quando lucrar não dá pra pagar o que o cara trabalhou.

(...)

Emilly: E o milho das galinhas? É daqui ou o senhor compra?

RI: Não, eu compro também.

Emilly: Compra de fora né?

RI: Compro.

Emilly: Mas compra daqui dos vizinhos ou...?

RI: Puxinanã.

Emilly: Puxinanã, da feira, é?

RI: Eu compro na... na casa que vende ração. Porque já tem que vir moído...

A fala do senhor RI é exemplar do fato de que há tipos diversos de *agriculturas familiares*. Mesmo tendo este agricultor migrado e vivenciado outras experiências de vida e trabalho, retornando depois ao sítio, faz um cálculo de que trabalhar na roça não é vantagem, pois não produz ao final os resultados esperados. Todavia, dentro da mesma comunidade, encontramos agricultores cujos valores que os prendem ao trabalho na terra são outros, a exemplo do Sr. SPB, de 69 anos, casado, que tira o sustento da sua família da agricultura, apesar de considerar que esta é uma atividade “*sofrida*” reafirma que gosta de plantar:

Emilly: O senhor planta muito ainda?

SPB: Planto, eu gosto de plantar, num é? Agora eu tomo conta daquele terreno lá, de seu J. (em referência a meação com o vizinho) (...) Esse ano eu bati dez sacos de feijão, só não posso vender porque é tudo pro consumo de casa, né?

Ainda analisando os elementos que aproximam ou afastam os agricultores da Serra do Maracajá das características que conceituam a agricultura familiar nos moldes de Wanderley (2009), voltamos à narrativa do senhor RI, que se aproxima muito mais de um conceito de agricultor familiar globalizado, já que o mesmo molda sua produção de acordo com o mercado, através da venda de galinhas, mas não enxerga na agricultura um meio de sobrevivência eficaz, ao menos em relação aos produtos obtidos da agricultura. A expressão utilizada “só para comer verde”, utilizada por ele, denota que o que ele produz é minimamente para a subsistência de

sua família, uma vez que não produz nem mesmo o milho necessário para alimentar as galinhas, mas, mesmo assim, se define como agricultor. Já na fala do Sr. SPB percebemos um agricultor mais voltado para o conceito de agricultor familiar camponês, que planta tendo em vista o consumo familiar não tomando como base as exigências e demandas do mercado. Esse embaralhamento de grupos de famílias que apresentam características diversas sob uma mesma denominação só reforça a complexidade da agricultura familiar brasileira e o pouco conhecimento real que se tem dela.

Durante a aplicação dos questionários, alguns agricultores, mesmo não realizando nenhuma atividade agropecuária, afirmaram que a atividade principal na composição da renda da família seria a agricultura. Supomos para o momento que esta afirmação se deve ao fato de que, para a maioria desses indivíduos, um dos elementos constitutivos da identidade de agricultor é o local de moradia – uma vez que, todas as famílias residiam no próprio sítio – por conseguinte, morar no ambiente rural autoriza esses agricultores a fazer uma relação direta com o trabalho na agricultura, mesmo quando o sustento da família já não advém mais da terra. Essa relação fica perceptível em um trecho da fala do senhor RI: Aí depois que eu cheguei aí... eu botei um negocinho aí né? Aí eu digo: pra criar alguma coisa, tem criar né? Mora no sítio... (RI, 60 anos, agricultor).

O fato de mudar para o sítio e de lá residir até hoje faz com que esse agricultor se sinta na obrigação moral de desenvolver alguma atividade agrícola ou pecuária, já que, para muitos, as áreas rurais seriam tradicionalmente destinadas para criar ou plantar. Essa é uma espécie de associação entre lugar de vida e trabalho, de sociabilidade e confiança, de memórias e história. Outra referência interessante é que o fato de Sr. RI ter migrado e ter retornado, situação comum às famílias agricultoras do semiárido nordestino. Imaginamos que o dispositivo do “saber fazer” acaba sendo um potencial para o trabalho e a vida como agricultor e que pode a qualquer momento ser mobilizado. Além disso, como já fora pontuado no primeiro capítulo, a agricultura familiar que encontramos aqui nos fornece um *habitus* e um *ethos* característicos do ser, do agir e do se sentir agricultor familiar. Esse *habitus* é responsável também pela sensação de pertencimento e de familiaridade com a agricultura.

4.1.3.1 Formas de cultivo

O sistema de cultivo predominante é a policultura⁵², as famílias do Sítio Serra do Maracajá plantam entre as espécies de gênero alimentícios milho, feijão, mandioca, macaxeira,

⁵² Policultura consiste no cultivo de diferentes gêneros em um mesmo espaço com diferentes modos de organização e uso da terra (WANDERLEY, 1996).

jerimum e batata-doce. Geralmente, o milho e o feijão ocupam a mesma área, e essa associação desses gêneros é estratégica, já que o feijão, cujo pé é menor e mais frágil, cresce apoiado aos pés de milhos, sempre mais altos e robustos, sem que um prejudique o outro. Aqueles que também se dedicam ao plantio da mandioca, macaxeira e/ou batata-doce o fazem em uma área distinta da área destinada ao milho e feijão. Contudo, os plantios de mandioca, macaxeira e batata-doce coexistem em um mesmo espaço. Essa associação de cultivos é um exemplo do “saber fazer” herdado no curso da vida dos grupos de família, os quais desenvolvem as estratégias produtivas baseadas na tradição.

4.1.3.2 Produtos cultivados e extração vegetal

Os agricultores familiares da Serra do Maracajá cultivam basicamente os produtos que Garcia e Heredia (2009, p. 233) denominam de *lavouras para o gasto*, ou o que Cândido chama de “triângulo básico da alimentação caipira” (CANDIDO, 1989, p. 64) que são: milho, feijão e mandioca, nesse caso também acrescentamos a macaxeira, a batata-doce e o jerimum. Em referência ao último inverno,⁵³ Cerca de 90,7% das famílias entrevistadas plantaram milho, já o feijão foi cultivado por 83,7% das famílias e a fava por 65,1% das famílias.

A plantação de outros gêneros alimentares é mais sutil. A batata-doce, por exemplo, foi plantada por apenas 23,8% das famílias; a macaxeira e mandioca tiveram, respectivamente 32,6% e 23,8% de famílias que realizaram seu plantio no último inverno. Apenas 16,3% das famílias afirmaram possuir plantio de hortaliças. As razões para o baixo percentual desses plantios podem ser explicadas por vários motivos, entre eles está a grande quantidade de água necessária para manter tais culturas, que necessitam de um solo úmido a maior parte do tempo. A outra explicação é que tal cultura não faz parte da tradição dessas famílias, não apenas alimentar, como também do saber fazer próprio da agricultura familiar.

Uma das estratégias utilizadas pelos sítiantes da Serra do Maracajá nos tempos de seca é a venda do agave para a extração do sisal. O agave, que é uma planta típica da caatinga, é comumente encontrado no meio da vegetação nativa. Dele se extrai o sisal, uma fibra muito utilizada para fabricação de vassouras, espanadores, cordas, tapetes, entre outros produtos. A extração dessa fibra é trabalhosa e exige certo maquinário para tornar o trabalho menos penoso, o que dificulta e muitas vezes impede os agricultores de extraírem eles mesmos o sisal. O que ocorre mais comumente é a venda do agave a terceiros, que cortam as folhas dessa planta e

⁵³ Esses dados levam em consideração o ano de 2017, já que essa parte da pesquisa fora realizada em 2018.

extraem o sisal ainda no sítio que o vendeu, juntando a fibra em montes que posteriormente serão organizadas em fardos e pesados (ver Figuras 16 e 17):

Figura 16: Agricultor do Sítio Serra do Maracajá mostrando sisal extraído de seu sítio



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 17: Sisal extraído no Sítio Serra do Maracajá



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Somente após a pesagem é que o sitiante recebe o seu pagamento. Cada sitiante recebe cerca de 0,50 centavos por quilo da fibra já processada, o baixo valor pago por essa matéria-prima termina por compensar o trabalho da sua extração. Um dos sitiante entrevistados afirmou

ter recebido cerca de R\$ 130,00 reais na última extração, já tendo realizado essa venda outras duas vezes. Essa estratégia aparece como uma saída em tempos de crise ou escassez de água, assegurando a sobrevivência de muitas famílias por mais alguns dias “enquanto a chuva não vem”, como nos fora relatado. No entanto, existem consequências para essa prática, já que explora as pequenas áreas de terras com mata nativa que esses sítios ainda possuem, desabrigando animais e enfraquecendo o solo pelo desmatamento. Entretanto, muitos sítiantes têm conhecimento das consequências dessa exploração e, por isso, é costume que os responsáveis pela extração do sisal deixem a parte reprodutiva da planta intacta (ver Figura 16), dessa forma a planta pode voltar a crescer, reflorestando mais rapidamente a mata e novamente servir como uma reserva para os tempos difíceis.

Outra estratégia identificada foi a venda da castanha-de-caju em natura, relatada como uma oportunidade para complementar a renda da família, devido à grande quantidade de cajueiros nativos presentes no Sítio. Porém, essa estratégia foi grandemente afetada pelas secas que se iniciaram nos anos 2010, como nos fora relato em conversa com dois agricultores da Serra:

PI: Aqui era uma região muito boa de caju.

AP: Eu já cheguei a apanhar muita castanha.

PI: Apanhou?

AP: Apanhei.

PI: Eu tive época... teve ano que eu arrumei R\$ 1000,00 reais, só apanhando castanha.

AP: Eu apanhei 400 kg de castanha quando eu cheguei aqui logo [no ano de 2007].

PI: Foi? Pois hoje a gente não arruma [caju] pra fazer um suco.

AP: Pois [esse ano] eu apanhei 110 kg.

PI: Caramba, então o senhor foi um felizardo, porque eu não arrumei um. Eu tinha [antes da seca] 44 [pés de caju] safrejando, agora não tenho mais de 10 não.

AP: Morreu 70%, 80% dos meus cajueiros.

PI: Aqui também morreu muito.

AP: Não sei que praga foi aquela... a seca

PI: É, foi a seca, o clima.

Devido à seca prolongada que começou entre 2012 e 2013, boa parte dos cajueiros morreu, impedindo alguns agricultores de obter essa renda e diminuindo bastante a quantidade obtida para aqueles que conseguiram manter alguns dos seus cajueiros. Segundo o Sr. AP, os cajueiros do seu sítio que resistiram só o fizeram graças ao fato de terem sido aguados, mesmo que essa prática tenha sido feita esporadicamente, por conta do racionamento de água nesses anos de seca, esse foi um diferencial para esse agricultor, que ainda conseguiu em 2020 o

montante de R\$ 220,00 reais através da venda da castanha de caju em natura. É perceptível, também, que a seca aparece na fala desses agricultores como uma “praga” ou um “castigo”, já que desestabiliza e desorganiza suas relações produtivas e ameaça a reprodução social e econômica dessas famílias. Como coloca Josué de Castro (2011):

Toda a paisagem natural, desde a topografia, as características do solo, a fisionomia vegetal, a fauna, a economia e a vida social da região, tudo traz marcado, com uma nitidez inconfundível, a influência da falta d’água, da inconstância da água nessa região semidesértica.” (CASTRO, 2011, p.159).

Apesar de todas as dificuldades, é a falta da água a dificuldade mais sentida por essas famílias, um problema que os faz enfrentar a fome e sofrer com as incertezas de ter de abandonar as terras das quais eles esperavam conseguir o seu sustento.

4.1.3.3 A atividade pecuária na Serra do Maracajá

A criação animal no Sítio Serra do Maracajá compreende as seguintes espécies: galinhas, bovinos, asininos, equinos, caprinos, ovinos e suínos. No que diz respeito às atividades pecuárias, constata-se que das 47 famílias entrevistadas, 22 afirmaram exercer atividade pecuária no momento da pesquisa, o que representa 50% do total válido⁵⁴. Em relação ao sistema de criação adotado, em nenhum dos estabelecimentos a pecuária é feita de modo intensivo, apenas 3 das 22 famílias que praticam a pecuária fazem isso de maneira mais sistemática⁵⁵, um desses estabelecimentos possui criação de bovinos, em outro destaca-se a criação de ovinos e o terceiro na criação de galinhas para abate. A criação de galinhas é a mais comum no Sítio, cerca de 68% das famílias criam galinhas em seus sítios, com cerca de 502 animais citados no total. Os agricultores apostam na criação de galinhas, porque, além da carne, a galinha também produz os ovos, produtos que fazem parte da dieta alimentar das famílias. Considera-se ainda que, além do alto poder de aproveitamento deste tipo de animal na dieta alimentar das famílias, existem outros fatores que incentivariam a criação desses animais, a exemplo do baixo custo de manutenção e de capital para dar início a essa atividade.

Com relação à pecuária, constatou-se que a criação de bovinos se destaca da criação de animais de outras espécies: 68% das famílias praticam a pecuária bovina; em segundo lugar vem a criação de suínos, com 45,4%. As criações de ovinos e caprinos possuem as menores

⁵⁴ Excluídas desse cálculo as 03 famílias que afirmaram utilizar o sítio apenas para lazer.

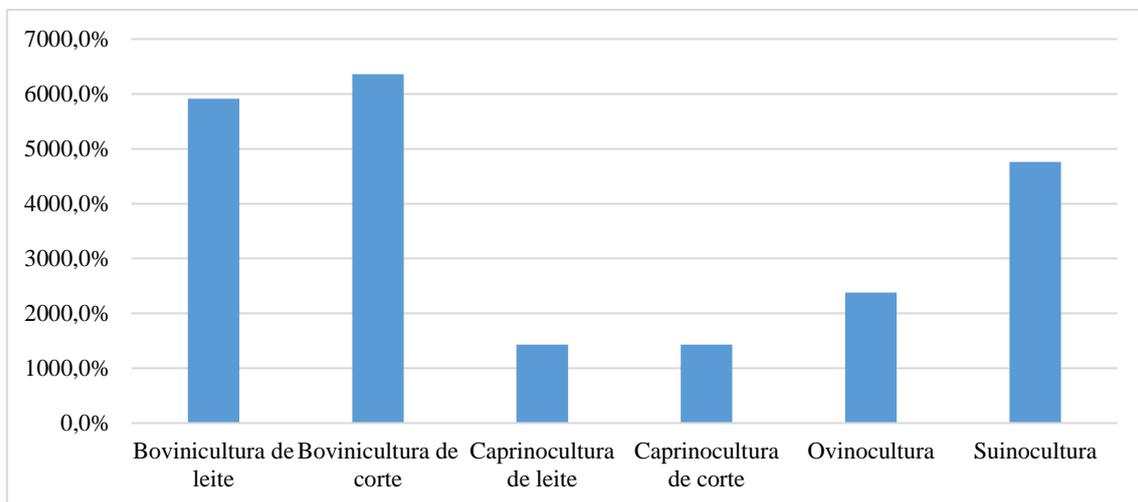
⁵⁵ Entendemos que tais criações são orientadas por uma lógica que envolve investimentos em animais de raça e uma quantidade de animais superior aos demais rebanhos.

porcentagem de criação entre as espécies já mencionadas, com apenas 22,7% e 18% respectivamente⁵⁶. É possível perceber que a pecuária bovina apresenta um número maior de adeptos, isso se deve, em parte, à tradição da bovinocultura presente nessa região do Nordeste, o que é reforçado pelo fato de que 86,4% das famílias que exerciam atividade pecuária, no momento da pesquisa, afirmaram que aprenderam a criar animais com os pais e 95% dessas famílias informaram ter iniciado na pecuária com a criação de gado. No entanto, a criação de bovinos está cedendo lugar à criação de outros animais, como é caso dos suínos, que apresentam maior adaptabilidade às condições encontradas nesses sítios.

No que diz respeito à assistência técnica para a pecuária, 77,3% das famílias afirmaram nunca ter recebido e 13,6% afirmaram já ter recebido, mas não recebe mais⁵⁷. Dentre aqueles que recebem, 66,6% recebem essa assistência da EMPAER ou do Banco do Nordeste. Em relação ao financiamento para a atividade pecuária, 40,9% afirmaram nunca ter recebido e 36,4% afirmaram não receber mais. Dos 13,6% que ainda recebem financiamento, 20% afirmaram ter recebido esse através do Pronaf B e 70% do Banco do Nordeste⁵⁸.

A distribuição do tipo de pecuária entre aqueles que mostraram exercê-la se deu da seguinte maneira (ver Gráfico 5):

Gráfico 5: Tipo de pecuária exercida no Sítio Serra do Maracajá⁵⁹



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

⁵⁶ Mais de uma resposta poderia ser fornecida nessa questão.

⁵⁷ 9,1% das famílias não souberam ou não responderam.

⁵⁸ 10% das famílias não soube ou não responder.

⁵⁹ Mais de uma resposta poderia ser fornecida.

Apesar das adversidades climáticas, secas prolongadas e altas temperaturas, é notória a afinidade das famílias com a criação de gado bovino, seja para corte ou para leite. Contudo, em relação à criação de outros animais de menor porte, a criação de gado demanda mais cuidados sanitários e nutricionais (ração, compostos, vacinação, etc), tratos que por vezes geram um alto custo para o agricultor familiar, especialmente em períodos de estiagem, quando não há mais pastagem natural. Há bastante controvérsia em relação à viabilidade da pecuária como estratégia produtiva e de geração de renda para a agricultura familiar. Os trabalhos de Nunes (2011) e Meneses (2014) inferem que nos últimos anos o semiárido nordestino tem experimentado um processo de (re)pecuarização, sendo esta uma alternativa rentável para as famílias agricultoras, entretanto, no Sítio Serra do Maracajá não constatamos essa tendência, uma vez que o rebanho encontrado no sítio ainda é pouco expressivo para se fazer tal afirmação.

A quantidade de animais por espécie apresenta-se de forma bastante homogênea, com exceção dos equinos e asinos, que apresentam uma criação discreta. A pecuária exercida pela maioria das famílias não é realizada de forma sistematizada, por isso, diversificar nas espécies criadas se apresenta como uma forma de diminuir os riscos da criação, seja pela variação do mercado, propagação de doenças, entre outros. Assim, criar mais de uma espécie é uma forma de assegurar os ganhos da criação. No cuidado diário, os animais não são diferenciados por raça, não recebem ração especial, alimentando-se de capim a maior parte do ano e, na falta dele, recebem palma forrageira, ou milho e/ou torta quando a família tem condições para isso, com exceção dos suínos que são alimentados com restos de comidas, geralmente conseguidos em restaurantes. Nem sempre há um criatório próprio que comporte a criação desses animais e a maioria dos agricultores entrevistados não exercem a pecuária tendo em vista um mercado específico. No momento da decisão da venda, procuram por interessados dentro do próprio Sítio ou vendem a atravessadores/matadouros, a depender da melhor oferta.

No inverno, é comum que os agricultores que fazem criação de gado bovino soltem seus animais para que esses se alimentem soltos. Essa estratégia permite que se utilize o tempo gasto no cuidado desses animais plantando nos roçados, já que o inverno é a época que mais demanda trabalho na agricultura, com também a finalidade de fazer o gado engordar tendo em vista o período de estiagem, momento no qual o alimento destinado aos animais se torna mais escasso. Um das estratégias que os agricultores familiares com poucas terras disponíveis encontram para viabilizar a criação bovina é o “aluguel de cercado”, que é como eles denominam a prática de soltar os animais em outras terras, pagando um preço fixo por cada animal. Essa estratégia pode ser feita realizada em qualquer época, mas é mais comum no inverno. Assim esses agricultores

conseguem conciliar a pecuária bovina com a agricultura. Um dos praticantes dessa estratégia é GM, de 41 anos, agricultor que vive na Serra, como ele explica na fala a seguir:

Emilly: E aqui tava ruim por quê?

GM: Porque aqui é pequeno.

Emilly: Tem quantos hectares aqui?

GM: Tinha quatro e meia, mas foi dividido pros herdeiros.

Emilly: Dividiu pra quantos?

GM: Pra seis.

Emilly: Então ficou menos de um hectare pra cada herdeiro?

GM: É, mas só quem cria aqui sou eu, os outros é tudo fora, né? (...) Eu sempre alugo cercado, aí fico sempre indo olhar. Geralmente uma vez por semana.

Emilly: Ah, é?

GM: Tem quem tome de conta. Alugo, aí pego por mês, sabe? Por cabeça.

Emilly: Por cabeça? Paga quanto?

GM: R\$ 40,00 reais por mês, por cabeça

Emilly: E compensa, ainda assim?

GM: Compensa, né? É melhor do que vender o gado, porque aí acaba, né?

Por conta do pequeno tamanho do sítio essa é uma saída encontrada para conseguir conciliar a criação de gado com a agricultura. Geralmente, os sítios utilizados nessa estratégia são daquelas famílias que não criam gado ou mesmo que não exercem a agricultura. Essa estratégia, muitas vezes, impede a migração para a zona urbana ao viabilizar a pecuária em consonância com a agricultura nos sítios de pequeno tamanho. Outro ponto importante na fala desse agricultor é a organização interna entre os herdeiros da terra, quando ele diz: “É, mas só quem cria aqui sou eu, os outros é tudo fora, né?”. Ele está se referindo aos outros proprietários do sítio que fora dividido, afirmando que apenas ele exerce a pecuária, de forma que consegue utilizar algumas áreas dos sítios sob acordo prévio, visto que apenas ele vive e trabalha na propriedade. O aluguel de cercado empreendido por esse agricultor foi também cenário para relações recíprocas e solidárias, o que será debatido no tópico a seguir.

4.1.4 Solidariedade e reciprocidade

Durante a pesquisa, presenciamos algumas estratégias que entendemos como solidárias e/ou recíprocas. É necessário esclarecer, no entanto, que as estratégias citadas aqui não dizem respeito a todas as estratégias recíprocas que esses indivíduos desenvolvem, mas apenas algumas que foram presenciadas durante a pesquisa de campo. A primeira delas é a contratação do “trabalho alugado”. Apesar de muitas vezes ser vista sob um viés negativo, a contratação do trabalho alugado aparece como uma forma de reciprocidade assimétrica, já que o contratante se encontra numa situação de poder sobre o contratado. Essa relação de poder, porém, não implica

dizer que um se sinta superior ao outro, ou mesmo que tal posição autorize o desrespeito, mas que naquela condição há um lado com mais poder e influência em relação ao outro. A contratação dessa mão de obra possibilita, para ambos, a permanência no sítio e por isso mesmo, a continuidade de suas tradições, sendo benéfica para todos. Foi possível perceber que os moradores da Serra davam prioridade aos trabalhadores residentes ali, tanto como uma forma de ajudar os vizinhos, quanto como precaução em relação aos estranhos, cuja trajetória não é conhecida (SABOURIN, 2011).

A segunda situação presenciada ocorreu entre dois agricultores, o senhor AP e o senhor GM. Por conta da idade avançada e de alguns problemas de saúde, o senhor AP abandonou a pecuária depois de quase 20 anos exercendo essa atividade. Dessa forma, o capim que por anos ele cultivou em suas terras foi deixado intocado durante alguns anos, assim como o curral, a forrageira e toda a infraestrutura da qual ele contava. Com a chegada do inverno, os agricultores que exercem a pecuária têm a possibilidade de engordar o gado e descansar um pouco mais do trabalho que a pecuária bovina demanda no verão, mas para aqueles agricultores que possuem lotes de terra pequenos, a reserva de capim logo acaba e esse descanso e engorda do gado para o período de estiagem nunca ou mal acontece. Foi assim que nasceu a ideia de iniciar o acordo, nas palavras de GM:

Ele [sr. AP,] criava gado antigamente, eu sabia que os cercados lá tavam desocupados. Aí eu falei com E (outro vizinho): Será que seu AP alugava o cercado dele lá? Aí E foi e falou com ele e seu AP disse que eu fosse lá. Aí eu fui lá, falei com ele, aí ele disse: você bota o gado aí e me dá um leite aí por semana, dois litros por semana. Aí eu disse, tá certo. Aí eu fiquei dando dois litros dia sim, dia não e ficou desse jeito, um ajudando o outro. Ficou bom pra mim e ficou bom pra ele.

Foi através de conversas com o vizinho que eles levantaram essa possibilidade: levar o gado de GM para as terras do vizinho, a fim de utilizar o capim para alimentar o gado. GM, que estava na época com dois machos e duas fêmeas recém-paridas, ofereceu uma parte do leite ao vizinho em troca do favor. Esse acordo, firmado apenas “de boca”, como costuma ser chamado um acordo não formal, foi bastante proveitoso para ambos. GM pôde economizar tempo e dinheiro na alimentação dos seus animais e o vizinho dispensou a compra do leite utilizado diariamente na sua alimentação, além disso, voltou a ver o seu curral cheio, o que dava grande alegria, fazendo com que ambos saíssem ganhando.

Foi interessante perceber que apenas alguns pontos foram acordados previamente, GM deixaria o gado livre para se alimentar do capim, mas ficaria responsável por todo o trabalho

que os animais demandassem, para isso, ele iria até o sítio do vizinho todos os dias, duas vezes ao dia. Ao vizinho cabia apenas ceder as terras e o capim, no entanto, pude perceber que essa relação muitas vezes se assemelhava com a dádiva de Mauss (1950) pois a gratidão de ambos era tão grande que um se sentia na obrigação de estar constantemente agradando o outro, o que gerava a obrigação de retribuir o favor de volta. Presenciei algumas dessas retribuições, em uma delas, passando o final de semana no Sítio percebi que o senhor AP estava cuidando dos animais, sabendo que essa não era a sua obrigação questionei o fato, ao qual ele me respondeu: “A tia dele (GM) faleceu ontem e eu me ofereci para cuidar dos animais hoje, já que o enterro vai ser agora pela manhã.”. Não era incomum, todavia, presenciá-lo colocando água para os animais sob a justificativa: “Os animais beberam tudo e ele (GM) só vai voltar à tarde, achei melhor não deixar os bichos com sede.”. Em retribuição, GM oferecia muito mais leite do que o que fora acordado inicialmente e carona até a cidade de Puxinanã. Visto que o senhor AP não podia mais dirigir devido à idade, as caronas se mostraram como um grande favor. Como Mauss (1950) coloca,

De todos estes temas muito complexos e desta multiplicidade de coisas sociais em movimento, não queremos aqui considerar senão um dos aspectos, profundo mas isolado: o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e todavia forçado e interessado por essas prestações. (MAUSS, 1950, p.52)

Apesar de se tratar de acordos voluntários, não se pode negar que existem relações de interesse mútuo e são elas que impulsionam e que tornam tais relações possíveis. Chegado ao fim do inverno, GM levou os animais de volta para casa. Os favores, no entanto, não se enceram aí. GM continuou enviando o leite para o vizinho, mesmo ele não estando mais fornecendo-lhe o capim. O vizinho, desconcertado pela situação, tentou negar várias vezes o leite, mas foi vencido pela insistência de GM. O laço não fora cortado após o fim do acordo e os favores continuaram ainda assim. Mauss (1950), em relação ao *potlatch*, afirma: “A obrigação de receber não é menos constrangedora. Não se tem o direito de recusar o *potlatch*. Agir assim é manifestar que se tem medo de retribuir, é recear ser rebaixado quando não se retribuiu.” (MAUSS, 1950, p. 121). Nesse contexto, a recusa do leite poderia implicar no rompimento da relação, de forma que o fato de um aceitar o favor reiterou a obrigação de retribuir de volta o presente dado, que, nesse contexto, significa ceder novamente as terras no inverno seguinte, mas muito além disso, implica também em manter as relações recíprocas.

Destarte, destacamos o papel da confiança como fator decisivo nas escolhas que esses indivíduos fazem. Segundo Sabourin (2011):

Para a teoria da reciprocidade, a confiança é um valor ético, a reputação também, na medida em que corresponde ao reconhecimento público dos valores do outro, enquanto a reciprocidade é o nome de todas as estruturas de produção dos valores éticos. A principal diferença é que para a teoria da reciprocidade, a confiança, a reputação (o prestígio) são valores éticos produzidos pelas relações de reciprocidade simétrica. (SABOURIN, 2011, p.131)

Sem a confiança mútua, essa relação jamais teria ocorrido, já que a situação implicava compartilhar parte da intimidade e de bens de valor. De um lado estava o senhor AP, que cedeu a GM as chaves do sítio, para que esse pudesse entrar a qualquer hora e dia e do outro estava GM, cuja posse dos animais deixou a vigilância do vizinho. Ambos possuíam informações suficientes sobre o outro para possibilitar esse acordo, que dificilmente teria ocorrido em um lugar onde os laços de confiança e de amizade não fossem estreitos (OSTROM, 2005).

Além dessas situações, percebemos que faz parte das relações de vizinhança no Sítio as trocas de alimentos, uma prática de reciprocidade⁶⁰ que também se assemelha à dádiva. Em geral, os vizinhos agradam uns aos outros com leite, fava, feijão-verde ou jerimum, ovos, macaxeira além de comidas já prontas como as comidas típicas de milho, pamonha e canjica em épocas de colheita, ou mesmo bolos e outros pratos regionais em épocas de festa. Essas trocas são uma forma de reforçar os laços de amizade entre as famílias e vem de uma tradição cujo alimento simbolicamente nutre as amizades, sendo essa uma forma de cativar aqueles que participam de suas vidas e agradecer o bom convívio.

4.2 Trabalho, braços e renda monetária

No sítio Serra do Maracajá, as famílias agricultoras contam com cerca de 2,5 membros em idade produtiva por domicílio, esses indivíduos fazem parte daquilo que denominamos de mão-de-obra potencialmente disponível⁶¹. Essa mão-de-obra se refere também àqueles

⁶⁰ A lógica da reciprocidade faz parte do cotidiano dessas famílias, fazendo referência à práticas solidárias, essa “hibridização” como coloca Sabourin (2011), é uma das formas de inter-relação desses agricultores e é marcada por laços de proximidade, além de valores de solidariedade e economia solidária.

⁶¹ Para esse cálculo utilizamos como referências as pesquisas de HELFAND, Steven M.; MOREIRA, Ajax R. B.; JUNIOR, Edward W. Bresnyan. (2014), que consideram como adultos os maiores de 14 anos e como ½ adulto os que se encontram abaixo dessa idade, sendo indiferente nesse caso homens e mulheres.

indivíduos que por algum motivo não se dedicam integralmente às atividades agropecuárias, dedicando-se a outras atividades de trabalho ou estudo, mas que são utilizadas como solução para momentos em que há pico de trabalho. 47% das famílias afirmaram ter, ao menos, um integrante da família exercendo alguma atividade não agrícola remunerada. Já em relação aos indivíduos envolvidos diretamente nas atividades agrícolas e/ou pecuárias esse número é de 1,7 indivíduos por domicílio. Nesse sentido, é possível inferir que há também quase um indivíduo em cada domicílio que desenvolve alguma atividade não-agrícola. Esse dado é revelador de que cada vez mais surgem outras oportunidades de ocupação para os indivíduos agricultores ou filhos destes, sejam oportunidades de emprego, sejam de estudos.

No que se refere às rendas não agrícolas, obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 13: Fontes de renda não-agrícola entre membros das famílias do Sítio Serra do Maracajá

Fontes de renda não-agrícola	Nº de casos	Percentuais
Aposentadoria	12	27,3
Salário, aposentadoria e Programa Assistencial	3	6,8
Pensão	1	2,3
Programa Assistencial	2	4,5
Salário/ Comércio	7	15,9
Aposentadoria e Programa Assistencial	9	20,5
Salário e Programa Assistencial	6	13,6
Aposentadoria e salário	4	9,1
Total	44	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A média da renda monetária *per capita* citada por esses indivíduos é de R\$ 527,00 reais mensais. As rendas não agrícolas são citadas como de suma importância na geração da renda das famílias. Em nenhum dos domicílios entrevistados foi encontrada uma família que não tivesse renda não-agrícola. Em 27,3% dos domicílios a aposentadoria aparece como a principal fonte de renda não-agrícola da família. Quando somada a outras respostas em que a aposentadoria aparece associada, esse valor sobe para 63,7%. Tal dado revela a importância da previdência social para a agricultura familiar, em particular no Sítio Serra do Maracajá, auxiliando de maneira vital a reprodução do grupo, como nos fora relatado pelo senhor SPB:

Emilly: E nessa vida de agricultura o senhor já passou por muito aperseio?

SPB: Demais! Pelo amor de Deus, passei aperseio demais. A gente pobre né? Olhe, eu vim... eu vim melhorar mais um pouquinho, depois de um ano pra cá, porque eu me aposentei né? Aí as coisas melhoraram mais um pouquinho, é apertado mais a gente passa né? De um jeito ou outro a gente passa né?

Emilly: Pior era sem... sem... (em referência a aposentadoria)

SPB: Era, mais graças a Deus chegou o tempo de se aposentar, nos se aposentamos, o dinheiro da mulher é só de remédio, que ela é doente, sabe? Doente dos ossos. E o meu é pra fazer a feira, dá pra passar o mês apertado...

Segundo a fala do senhor SPB, sem a aposentadoria, a reprodução da família estaria em risco. É com os rendimentos advindos da aposentadoria que a família pode comprar remédios e outros produtos que não consegue obter através da agricultura. Na expressão “*fazer a feira*”, que consta no relato acima, fica evidente a alteração no poder de consumo da família antes e depois da aposentadoria. Além disso, o benefício da aposentadoria funciona como uma espécie de investimento, auxiliando na melhoria dos próprios sítios, seja para fazer uma cerca ou para comprar algum equipamento, ração etc. A aposentadoria para muitas dessas famílias está longe de possuir o significado que é dado na cidade, já que esses indivíduos continuam a desempenhar normalmente suas funções no sítio. As famílias veem na aposentadoria um incremento adicional na composição da renda familiar.

Situação semelhante ocorre com os auxílios governamentais, a exemplo do Garantia Safra e do Bolsa Família e com as rendas obtidas através de salário/comércio, que funcionam como suporte para os tempos mais difíceis ou mesmo quando a organização reprodutiva da família não funciona como o esperado.

Considerando a tese de que as áreas rurais são espaços de vida e trabalho, mesmo que em situações específicas esses espaços venham perdendo as características que os identificam como lugar de trabalho e produção, esses ainda são espaços valorizados pelos atributos naturais que lhes são próprios. Na Serra do Maracajá, encontramos grupos familiares que abandonaram por completo as atividades na roça, mas não deixam o campo como local de residência; é comum ouvir as pessoas que são aposentadas falarem com orgulho e saudosismo do sabor que tem o feijão e o milho que eles mesmos plantaram, ou seja, é como se deixassem de trabalhar na agricultura, mas não abandonassem o *ethos* do agricultor familiar do qual já nos referimos.

4.3 Organização do trabalho, o tempo e o projeto familiar

Sobre a organização do tempo e a distribuição de responsabilidades entre os membros do grupo familiar, identificou-se que o chefe de família exerce a agricultura/pecuária em 78,5%⁶²

⁶² Todas os dados relacionados às atividades rurais desenvolvidas no sítio se referem às famílias que afirmaram desempenhar alguma atividade na agricultura e/ou pecuária.

das famílias, sendo que esses se dedicam mais à agricultura em 74,2% dos casos⁶³. Já a pecuária é a atividade na qual eles mais dedicam seu tempo em 25,8% das famílias⁶⁴. Em relação à mãe de família, observou-se que há um percentual de participação na agricultura/pecuária em 62,9% das famílias. Esta se dedica mais à agricultura do que à pecuária em 86,3% dos domicílios, sendo o restante do tempo dividido entre o cuidado com os quintais, a criação de aves e a pecuária. Em 53,8% das famílias com filhos menores de 18 anos, foi afirmado que esses exerciam a agricultura, pecuária ou o cuidado das aves. Diferentemente do pai, a mãe e os filhos se dedicam a uma série de outras atividades, essa divisão de tarefas tem a intenção de poupar essa força de trabalho das atividades que exigem um maior desgaste físico, a exemplo do trabalho pesado na roça.

São inegáveis as mudanças em termos de acesso à infraestrutura, equipamentos coletivos e programas sociais que às populações do campo têm se beneficiado nos últimos 20 anos. Contudo, por razões diversas, ainda persistem casos de extrema pobreza no campo. São famílias que não conseguem ter acesso aos mínimos necessários⁶⁵ à sobrevivência do grupo familiar, especialmente obter através do trabalho na agricultura. Assim, ainda prevalece como meio de acesso à renda o trabalho de condição, caracterizado como meação⁶⁶. Nesse sentido, pudemos encontrar 03 famílias agricultoras da Serra do Maracajá que ainda fazem uso da meação como forma de complementar suas produções. Na fala dos agricultores que se utilizam dessa estratégia, pudemos perceber algumas das dificuldades informadas por essas famílias:

(Planto) De meia. Porque aqui é pouco, é um hectare de terra com pedra com tudo. Mas de todo jeito aqui é bom, porque no de meia você só tem direito de comer quando partir e aqui não. Choveu eu já vou plantando, né? (IPB, 59 anos, agricultora)

⁶³ Em relação às outras atividades exercidas no sítio.

⁶⁴ Atividades como, caça, pesca e extração vegetal não obtiveram valores significativos já que ou os pais das famílias não conseguiram quantificar esses valores ou essas atividades não são exercidas por eles.

⁶⁵ Os mínimos vitais e sociais, segundo Antônio Cândido (1989), referem-se aos mínimos necessários para suprir as necessidades alimentares mais básicas de um indivíduo ou grupo, sejam eles a manutenção biológica do corpo, mínimo vital, ou mesmo mínimos necessários para festividades, rituais de passagens etc, mínimos sociais. A aquisição desses mínimos envolve esforço físico e rito.

⁶⁶ A meação tratada aqui diz respeito à condição de trabalho na qual o agricultor não proprietário realiza o trabalho em terras de outros dando ao proprietário da terra metade ou uma outra porcentagem previamente acordada, esse pré-acordo envolve também área e produtos a serem cultivados. Em alguns casos, essa organização é chamada de “terça”, quando os frutos da produção são divididos em três partes iguais, sendo que a porcentagem destinada aos proprietários das terras é decidida em acordo, podendo ser 1/3 ou 2/3 da produção.

No relato acima, percebemos que, apesar da meação ser uma alternativa viável para algumas famílias, os problemas enfrentados nessa relação de produção são vários, desde a submissão aos momentos do plantio, que são estipulados pelos proprietários do sítio onde o trabalho é realizado, até a espera daquele que trabalha tem de enfrentar para receber sua parte, já que é apenas no final na colheita que as partes recebem os frutos da colheita. Essa espera, que não ocorre quando o agricultor é proprietário do sítio, fragiliza a renda e a dieta alimentar da família que emprega o trabalho, pois o roçado fruto da meação não pode ser utilizado em um momento de crise.

Além disso, encontramos cinco famílias que possuem membros exercendo trabalho alugado. Além da baixa remuneração proporcionada por essa condição de trabalho, importa ressaltar que para obter esse recurso é preciso trabalhar todos os dias da semana, não havendo trabalho, não há ingresso de dinheiro. Curiosamente, as famílias cujos membros estão submetidos ao trabalho alugado possuem renda *per capita* de R\$ 564,00 reais mensais, mais do que a média da renda *per capita* geral, que é R\$ 527,00 reais mensais *per capita*⁶⁷. No entanto, acreditamos que esse dado pode estar camuflado pelo fato dessas famílias contabilizarem a renda de todos os familiares residentes naquele sítio e não apenas no domicílio em questão. Como apenas uma casa fora entrevistada, apenas os moradores dali foram contabilizados, o que poderiam gerar um aumento do número de moradores totais, enquanto a renda permaneceria basicamente a mesma. Essa possibilidade fica mais evidente quando relacionamos os dados das famílias que possuem membros alugados com sua situação de segurança alimentar. Nessas famílias, há um índice de insegurança alimentar leve de 40%, e de insegurança alimentar moderada também de 40%, quando a média total do Sítio é de 32,5% para insegurança alimentar do tipo leve e 9,3% para o tipo moderado. A média de hectares dessas famílias também é menor, cerca de 2,7 hectares por sítio. A indivisibilidade do rendimento obtido por uma família agricultora é tratada por Wanderley (2009), de forma que “(...) o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra” (WANDERLEY, 2009, p.139). Apesar de Wanderley (2009) estar se referindo ao fruto dos trabalhos no campo, acreditamos que em famílias extensas isso possa se prolongar para todos os rendimentos, mesmo aqueles que não são obtidos através da agricultura.

A precariedade dessa condição de trabalho caracteriza-se pela não cobertura de direitos trabalhistas, ao controle das horas trabalhadas, segurança, etc, assim como seguro desemprego,

⁶⁷ Todos os valores que se referem à renda dessas famílias agricultoras foram obtidos a partir da autodeclaração dos próprios agricultores, que tomam como base o acesso em dinheiro, excluindo o autoconsumo.

entre outros. Esses são uns dos trabalhadores mais marginalizados da agricultura familiar, fazendo parte da massa que temos denominado de miseráveis do campo. São indivíduos que possuem apenas a terra e mais nenhuma outra condição de investir na sua própria área. No momento da pesquisa, constatamos que a diária acordada variava entre R\$ 50,00 e R\$ 60,00 reais pagas por no mínimo oito horas de trabalho, sendo o fornecimento das refeições previamente acordado entre as partes.

4.4 Produção e autoconsumo

Cerca de 81% das famílias entrevistadas afirmou não comercializar sua produção agrícola, destinando a mesma para consumo da família ou mesmo para a alimentação dos animais. Em nenhuma das famílias entrevistadas encontramos agricultores que realizassem uma atividade agrícola organizada em função do mercado. Entre aqueles que comercializam sua produção, 62% o faz diretamente com o consumidor e o restante se divide entre comercialização em feiras, através de cooperativa ou atravessador.

Apenas uma das famílias afirmou não ter plantado no último inverno e em três dos entrevistados o sítio era utilizado apenas para o lazer em finais de semana e feriados. Dentre os gêneros comumente plantados obtivemos os seguintes dados (quadro 14):

Quadro 14: Gêneros alimentícios no Sítio Serra do Maracajá

Gênero alimentício	Porcentagem de famílias que plantaram	Quantidade colhida (em saco de 60 kg)	Quantidade vendida (em saco de 60 kg)
Milho	90,7%	106,5	12
Feijão	87,7%	94,5	5
Fava	65,1%	19,45	0,5
Macaxeira	32,6%	6,7	1
Mandioca	23,8%	3,2	1
Batata-doce	23,8%	3,2	0
Hortaliças	16,3%	*68	*

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

* As famílias agricultoras, devido à natureza do gênero alimentício em questão, não souberam precisar quantos quilos foram colhidos e/ou vendidos, já que esses são contabilizados de diferentes maneiras (pés, para as alfaces, unidade para os repolhos, etc.).

Dos entrevistados que plantaram no último inverno, 15,4% afirmaram ter perdido toda a plantação de milho, 10,5% perdeu toda a plantação de feijão, 10,3% toda a plantação de fava, 21,4% macaxeira e 10% da plantação de mandioca. A maior parte dos entrevistados não soube informar quantos hectares fora destinado para cada plantação, uma vez que muitos deles se misturam, a exemplo do milho e do feijão ou fava. Houve, também, bastante dificuldade em precisar a quantidade colhida e comercializada de cada gênero. A fava, apesar de muito valorizada, teve um percentual menor de famílias que a plantaram e, conseqüentemente, de sacos colhidos. Como a fava é utilizada na substituição do feijão carioquinha tradicional, gênero mais cultivado de feijão, juntamente com o macassar, mas consumida apenas em feriados e finais de semana por ser considerada de difícil digestão, é esperado que ela tenha um índice menor de plantio. Tanto a macaxeira quanto a mandioca e a batata-doce têm um percentual mais baixo de plantio se comparados ao milho e feijão. Isso pode ser explicado pelo longo tempo que a mandioca e a macaxeira levam do plantio até a colheita, chegando algumas vezes a ultrapassar o período de um ano, a depender da espécie. Já a batata-doce levaria cerca de três meses, contudo, enfrenta o problema de exigir um roçado à parte, não podendo ser cultivado em associação, como ocorre com o milho e o feijão. Problema semelhante ocorre também com a macaxeira e a mandioca, que podem dividir o mesmo roçado apenas entre si. Essas questões se tornam importantes na tomada de decisão de quais gêneros plantar tendo em vista o tamanho limitado dos sítios. É necessário levar em consideração que essas famílias agricultoras acreditam ser arriscado ocupar as terras durante todo um ano produtivo com um gênero que não pode ser armazenado, o que não acontece com o feijão, que, além de ser consumido diariamente, pode ser armazenado depois da colheita. Situação semelhante ocorre com o milho, que além de ser muito valorizado o seu consumo verde, ainda pode ser armazenado com a finalidade de servir como ração animal.

Em relação à renda obtida através do autoconsumo, as famílias encontraram bastante dificuldade de quantificá-la. Entre aquelas que conseguiram estabelecer um valor⁶⁹ obtivemos que, em média, R\$ 106,00 são gerados através do autoconsumo por mês. No entanto, acreditamos que esse valor é superior ao citado e que a dificuldade de perceber o valor economizado no dia a dia com o autoconsumo ocorre devido à complexidade desse cálculo, principalmente em famílias extensas.

⁶⁹ Cerca de 17 famílias conseguiram expressar esses valores, por isso, os dados trazidos aqui se referem a apenas a esses casos.

4.5 Consumo e acesso aos mercados

Ao questionarmos as famílias sobre a aquisição de alimentos que compõem suas dietas, obtivemos como resposta uma extensa e variada relação de produtos. Visto que a quantidade de itens adquiridos pelas famílias por meio da compra no mercado era significativa, invertemos a pergunta e passamos a questionar sobre quais alimentos não eram comprados pela família, dessa forma, a questão tornou-se mais objetiva, apontando para um grau elevado de dependência das famílias em relação ao mercado e na condição de consumidores dos produtos básicos que compõem sua dieta alimentar, quais sejam: feijão, arroz, fubá, farinha, leite, ovos, tubérculos, verduras, laticínios, legumes, pães, bolos, biscoitos e carne. Diante disso, tivemos um percentual de 31,1% das famílias que precisam comprar todos os alimentos que compõem a sua dieta básica.

O feijão é o alimento de menor índice de compra, cerca de 67% das famílias precisam comprar esse item, seguido pelo ovo de galinha, com 77,8% de famílias que compram tal item. A compra do leite acontece em 80% dos estabelecimentos familiares; já a aquisição dos tubérculos é efetuada em 95,6%, e a compra farinha de mandioca e a de verduras e legumes é realizada em 97,8% dos estabelecimentos visitados. Todos os outros alimentos componentes da dieta dessas famílias, como arroz, fubá, carne de gado⁷⁰, pães, bolos, biscoitos, café e laticínios são obtidos em sua totalidade⁷¹ através dos mercados. Na fala da agricultora IPB, de 59 anos podemos perceber essa fragilidade:

Emilly: Mas o feijão dá pro ano todo? O que planta ainda fica aqui?

IPB: Minha filha, acho que não, acho que não. Porque eles tem dois [filhos], o pequenininho com um ano e quatro meses já come feijão [em referência ao neto]. Essa daqui é ela, um marido e um menino, a gente com mais I e V [em referência aos filhos], dá não. Lucramos, com tudo, daqui pra MT (vizinha), entre cinco ou seis sacos, mas se a seca puxar a gente ainda compra.

Emilly: E é, tem que comprar?

IPB: Tem que comprar.

Emilly: Aí tem que arrumar né? tem que dar um jeitinho?

IPB: É minha fia, e num é. Eu tava dizendo, se eu me aposentar, num era uma benção? Porque eu já tinha de onde, quando for pra comprar já tinha uma

⁷⁰ Como o abate dos animais de grande parte não é realizado por nenhuma das famílias entrevistadas que pratica pecuária de corte, é necessário que elas adquiram a carne por outras vias.

⁷¹ Com exceção dos laticínios que possuem 4,6% de famílias que produzem parte ou todo os laticínios que consomem, como queijos, iogurtes e coalhadas.

demão né? Sem sofrer tanto, porque não tem ganho por aqui não, jeito nenhum.

A compra dos alimentos que compõem a dieta básica das famílias agricultoras⁷² ocorre em 90% dos casos nos supermercados locais e feiras locais. Cerca de 21% dos entrevistados afirmaram comprar de vizinhos. As outras formas de aquisição desses alimentos não têm presença significativa, possuindo menos de 5% das respostas, lembrando que mais de uma resposta poderia ser fornecida nesse quesito. Visto que os únicos alimentos que não são comprados são feijão, leite, ovo e em poucos casos a farinha de mandioca e tubérculos/raízes, implica diretamente na afirmação de que essas famílias terão que adquirir o restante dos ingredientes que irão compor suas dietas através de outras formas, a exemplo dos mercados e supermercados locais, ou mesmo através de trocas ou compras entre vizinhos ou com atravessadores.

A partir dos dados obtidos através da aplicação do EBIA, pudemos aferir que 32,5% dos entrevistados estão em situação de insegurança alimentar leve, índice maior que o do Estado da Paraíba, que é de 23,5%, e 9,3% em situação de insegurança alimentar moderada, menor que o do estado, que é de 13%. Os índices de (in)segurança alimentar representam um indicador direto dos níveis de desigualdades sociais através da visibilidade daqueles sujeitos que se encontram mais vulneráveis econômica e socialmente. Dessa forma, esses dados nos sugerem que apesar de todos os esforços via políticas públicas para o grupo, muito ainda precisa ser feito para que esses sujeitos possam ter melhores condições de vida.

4.6 Instituições e políticas públicas acessadas: serviços, assistência técnica, crédito e formas de associação

O acesso aos serviços comunitários é restrito no sítio Serra do Maracajá, que conta com apenas com um posto de saúde. Esse não dispõe de nenhuma infraestrutura além da sala de atendimento. Para esse prédio, são designadas duas funcionárias, que devem revezar os horários e promover atendimento das 8hs às 17h, no entanto, elas não possuem capacitação técnica na área de saúde, portanto, se algum morador precisar de um atendimento de emergência deverá se deslocar até o centro da cidade de Puxinanã. É nesse posto, também, que um médico realiza

⁷² Mais de uma resposta poderia ser fornecida.

uma visita mensal, sobre a qual os moradores devem ser previamente avisados pela agente de saúde designada ao sítio, já que o dia não é fixado pela prefeitura. É também a agente de saúde quem deve avisar sobre as campanhas de vacinação e seus respectivos dias, tanto humana como animal.

O Sítio contava com um Grupo Escolar de gestão municipal, que atendia crianças em idade escolar durante toda a Educação Infantil, mas foi fechado no final do ano de 2017. Segundo a prefeitura da cidade de Puxinanã, o fechamento ocorreu devido ao corte de gastos, pois, segundo eles, não havia mais crianças suficientes para justificar o seu funcionamento. Dessa forma, todas as crianças em idade escolar devem ser deslocadas para a cidade, sendo esse deslocamento realizado através do ônibus escolar fornecido pela prefeitura. O fechamento do Grupo Escolar foi alvo de muitas críticas por parte da população da Serra, que afirmam ser inválida a alegação utilizada pela prefeitura, pois, segundo eles, haveria sim, um número considerável de crianças aptas. É inegável o prejuízo para os pais das crianças menores, que têm de optar entre enviar suas crianças sozinhas no ônibus escolar ou acompanhá-las e perder ao menos um turno do dia esperando que elas saiam da escola, visto que o ônibus escolar só retorna para o Sítio após a saída das crianças da escola. O fechamento do Grupo Escolar mostrou-se como a perda do direito fundamental das crianças sitiantes, que é o do direito do livre e fácil acesso das crianças para frequentar a escola, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 53, parágrafo: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;” e parágrafo “V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.”⁷³

Em relação à assistência técnica para produção agrícola, apenas uma família afirmou recebê-la, sendo realizada pela Conab. Todas as outras famílias afirmaram nunca ter recebido nenhuma assistência desse tipo. Nenhuma das famílias mencionou estar vinculada à Associação de Moradores da Serra do Maracajá ou ao Clube de Mães. Em 2013, durante a pesquisa para o mestrado, percebi uma presença mais marcante dessas associações, o que nos levou a acreditar que tais associações poderiam estar perdendo sua capacidade de cooptação de associados. Para obter informações sobre a situação da Associação entrevistei o Sr. PI, até então presidente da Associação. Fui informada por ele que essa havia sido encerrada em 2016, dentre os motivos para isso foram elencados a pouca motivação e a fraca participação dos associados, segundo a sua fala:

⁷³ Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019, disponível em: https://brasil.mylex.net/legislacao/estatuto-crianca-adolescente-eca-art53_67214.html. Acessado em: 03/02/2020.

Era muita luta, povo só está de cima quando é para levar vantagem. Quando é para dividir responsabilidade ninguém quer. Aí eu, para não ficar doido [deixei]... porque quem levava o prejuízo era eu.[...] Quem levou [os produtos fabricados] nunca devolveu, né? Teve uns que comprou e nunca pagou, outros que levaram para vender nunca mais apareceram, outros morreram. E o prejuízo aumentando, aumentando, aí vamos parar, vamos parar, para não ficar doido. [...] Eu só tive dor de cabeça, porque quando você luta com uma comunidade unida é uma coisa, mas com uma comunidade desunida, dá trabalho demais.

Segundo o sr. Idalino, a Associação de Moradores da Serra do Maracajá, que fora fundada em 2012, chegou a ter mais de 150 associados. Ele continua explicando como foi a formação e quais os projetos da Associação:

Eu fazia parte do Conselho do Município, né? E no conselho disseram que o cooperado estava franquindo muito pra projeto produtivo. E [era] a possibilidade que a gente tinha. [Nos] reunimos e eles mesmo escolheram fazer sacola retornável, que era naquela época que estavam projetando acabar com o plástico, aí depois disseram que o comércio pra sacola era difícil, aí mudaram pra pano de prato e na última reunião que a gente teve ficou definido pano de prato. [...] Com relação a associação rural é assim, se você tiver debaixo dos pés do prefeito você obtém algumas vantagens.

Segundo a fala desse agricultor, além do pouco empenho da comunidade, para que as associações rurais tenham êxito, é fundamental o apoio do prefeito. Esse apoio, segundo foi entendido durante a entrevista, é trocado pelo uso da imagem do prefeito, de forma que as benfeitorias conquistadas através da Associação fiquem associadas à imagem política desse. Essa imagem positiva criada em torno do prefeito tem por intuito obter votos nas eleições. O uso político das associações não é novidade para as comunidades rurais nordestinas. Segundo relatório desenvolvido pelo MDA/SDT, a pouca participação política pode ser explicada por vários fatores:

As regiões mais carentes de desenvolvimento são exatamente aquelas que apresentam os mais altos índices de analfabetismo e que sofrem, desde muito tempo, processos de exclusão social, de migração e de desqualificação dos serviços públicos. Essas regiões estão dentre as mais pobres do País e, geralmente, possuem capital social pouco desenvolvido, devido a fatores econômicos (falta de meios, pobreza, desemprego); sociais (dependência, subordinação, pouca organização social); geográficos (isolamento, dificuldade de comunicações, limitantes naturais); educacionais (educação formal deficiente, analfabetismo, baixa informação e capacitação); e práticas políticas (pouca participação, clientelismo). Esses elementos desfavoráveis reduziram dramaticamente as chances da cidadania e da participação,

acentuando as assimetrias sociais, econômicas e políticas. (MDA/SDT, 2005, p. 13)

Esses fatores apresentados corroboram, em parte, com a fala do Sr. PI e acrescentam a reflexão sobre as causas do fracasso das cooperativas e associações rurais entre populações carentes, que vão muito além da responsabilidade individual de cada associado e que se devem, em muito, a fatores externos e alheios a essas comunidades rurais.

Foi através do contato com o sr. PI, também, que fui informada sobre as histórias de outras associações formadas na Serra, dentre elas a mais importante fora formada na década de 1990 com o intuito de beneficiar castanha-de-caju, tendo em vista o potencial para a produção desse produto. Segundo a fala do Sr. PI:

Deu certo, deu certo, até que alguns funcionários queriam ter mordomia, como se fosse uma grande empresa, terminou falindo. (...) Aí eles beneficiavam, eles tinham um forno pra cozinhar e a maquinha pra descascar. Dava um bom dinheiro, porque aquilo é caro que só a gota, mas aí tiveram que comprar castanha fora, a daqui não dava, porque era frágil e pouca, aí aumentaram o custo de produção e diminuíram o lucro, né? Aí os funcionários ficam ganhando merreca, aí o cara desamina.

Apesar de ter se mostrado como uma boa promessa para esses agricultores familiares a associação não deu certo, o “desamino”, como ficou claro na fala do sr. Idalino, se deu pelo fato de a castanha começar a ser trazida de fora, ao invés de obtida através dos agricultores do Sítio, o que tornava a margem de lucro maior, tanto pela eliminação dos custos de transporte como pelo maior poder de negociação dos preços dessa matéria prima.

Em relação ao financiamento para atividade pecuária, 40,9% das famílias praticantes dessa atividade afirmaram nunca ter recebido nenhum financiamento, 36,4% afirmou não receber mais e apenas 13,6% afirmou ainda receber⁷⁴. Quando questionados sobre qual era o programa, foi respondido que ele se referia ao PRONAF B em 20% dos casos e o CREDIAMIGO, de responsabilidade do Banco do Nordeste, em 70% dos casos⁷⁵. Entre aqueles que afirmaram não receber mais esse benefício, 66,7% disseram que o motivo do fim do vínculo seria o medo de ficar endividado e 16,7% a falta de oportunidade⁷⁶. A assistência técnica para atividade pecuária fora fornecida em apenas 4,5% das famílias entrevistadas, nesses casos, fora fornecida igualmente pela EMPAER e pelo Banco do Nordeste. O número

⁷⁴ 9,1% das famílias entrevistadas não soube ou não quis responder.

⁷⁵ 10% das famílias entrevistadas não soube ou não quis responder.

⁷⁶ 16,6% das famílias entrevistadas não soube ou não quis responder.

de famílias que recebem essas assistências/incentivos à produção agropecuária é baixo e demonstra que as políticas públicas que são propostas para o grupo não vêm atingindo o alcance necessário para provocar algum tipo de mudança ou impacto significativo na vida desses grupos familiares.

4.7 Necessidades, objetivos e desejos: uma reflexão acerca da vida no campo

A importância da satisfação das necessidades e do bem-estar subjetivo é fruto de debates que são de interesse de várias áreas da ciência, sejam essas ciências humanas ou biológicas. O questionamento principal é o mesmo: como e por que nos tornamos felizes? O impacto da satisfação das necessidades e do bem-estar positivo é atestado regularmente por várias pesquisas. Entre eles estão a melhoria da saúde física e mental, melhor desempenho no trabalho, menor índice de conflito e criminalidade, entre muitos outros. Esses são, em parte, o motivo pelo qual as políticas públicas estão constantemente preocupadas em suprir tais necessidades e aumentar os índices de bem-estar subjetivo⁷⁷. Dessa forma, entendemos que a satisfação das necessidades é um fenômeno subjetivo, tendo, por isso, mais características psicológicas, sociais e culturais do que de características determinadas externamente (RODRIGUES e SILVA, 2010).

Durante a aplicação do questionário, foram realizadas 07 perguntas abertas a fim de avaliar o grau de satisfação e de bem-estar subjetivo daqueles indivíduos frente à vida na agricultura, dessa forma, tais perguntas foram realizadas apenas entre aqueles que se consideravam agricultores. Diante da primeira pergunta: “Sente-se feliz/realizado na agricultura?”, 95% dos entrevistados responderam que sim. As respostas fornecidas para explicar por que esses agricultores familiares se consideravam felizes foram organizadas e agrupadas com um total de 13 respostas (Quadro 15):

Quadro 15: Por que se considera feliz na agricultura? – Sítio Serra do Maracajá

Respostas fornecidas	Nº de casos	Percentual
A agricultura é a única coisa que possuo	3	7,9
Gosto de plantar e colher	5	13,2
Gosto dessa vida	9	23,7
É a única coisa que sei fazer	6	15,8

⁷⁷ Para Pereira e Costa (2007), apud Oishi e Lucas (2003), o Bem-Estar Subjetivo, também denominado de BES, se refere ao que o senso comum denomina de felicidade, prazer ou satisfação com a vida.

Tenho uma vida calma	6	15,8
Gosto da Natureza	1	2,6
Consigo o que comer	1	2,6
Gosto da fartura que a coelheira oferece	1	2,6
Vivo no que é meu	1	2,6
Acostumei-me com essa vida	1	2,6
Gosto da liberdade que a natureza proporciona	1	2,6
Tenho autonomia	2	5,3
Prefiro mais viver no Sítio que na cidade	1	2,6
Total	38	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A maior parte das respostas denota que a felicidade desses indivíduos advém de uma associação positiva com o exercício da agricultura. Se somadas as respostas "Gosto de plantar e colher", "Gosto dessa vida", "Tenho uma vida calma", "Gosto da Natureza", "Consigo o que comer", "Gosto da fartura que a colheita oferece", "Vivo no que é meu", "Gosto da liberdade que a natureza proporciona", "Tenho autonomia" e "Prefiro mais viver no Sítio que na cidade", temos um percentual de 73,6% das respostas. São respostas que fazem uma associação positiva, ora com o contato com a natureza, ora com a autonomia que a vida na agricultura possibilita. Culturalmente, no Brasil, o contato com a natureza evoca sentimentos de paz e tranquilidade, dessa forma, para alguns desses indivíduos, trabalhar com a agricultura se mostra como um diferencial, como nos fora relatado: "Enquanto muitos vêm pra cá pra desopilar e descansar da vida, essa é nossa vida, nossa lida.". O contato constante com a natureza ou a associação dessa forma de forma de vida como uma vida calma aparece como justificativa para a felicidade de 36,8% desses indivíduos. Já a felicidade obtida diretamente com o exercício dessa atividade ou com os frutos que agricultura proporciona, que aparecem em respostas como "Gosto dessa vida", "Consigo o que comer", "Gosto da fartura que a coelheira oferece", "Vivo no que é meu" e "Tenho autonomia", justifica a felicidade de 40,4% desses indivíduos.

Já as respostas "A agricultura é a única coisa que possuo", "É a única coisa que sei fazer", e "Acostumei-me com essa vida", que somam 26,3% das respostas válidas, denotam que a felicidade admitida advém da falta de opção que essas pessoas possuem para exercer outras profissões ou se inserirem em outros contextos. Muitas vezes, os entrevistados relataram a seguinte expressão: "Tenho que gostar, senão enlouqueço", o que nos sugere que, diante de situações limitantes, seja de aprofundar os estudos ou de migrar para outras regiões em busca de outros caminhos, esses indivíduos buscaram ser felizes com a opção que tinham.

Outra possibilidade de análise é a que a precariedade do exercício da agricultura sob o contexto nordestino, de baixa ou nenhuma infraestrutura, escassez hídrica, entre outros problemas, poderia levar a esse pensamento. No entanto, essas são apenas conjecturas e podem não fazer jus ao sentimento real desses indivíduos. Dentre os 26,3% que responderam não serem felizes, metade respondeu que esse sentimento se devia à dificuldade para conquistar bens materiais e a outra metade pelo fato de não gostar da agricultura. A pouca valorização da agricultura, o pouco acesso às políticas públicas, a penosidade do trabalho, a insegurança, entre outros fatores, podem estar relacionados com tais respostas.

Na segunda pergunta, “Sente que poderia viver melhor através da agricultura?”, 75% dos entrevistados respondeu que sim, quando indagados como poderiam viver melhor obtivemos as seguintes respostas (Quadro 16):

Quadro 16: Como poderia viver melhor? – Sítio Serra do Maracajá

Respostas fornecidas	Nº de casos	Percentual
Se agricultura/produtos fossem mais valorizados	7	23,3
Com mais recursos	6	20,0
Com mais chuva/Recurso hídrico	13	43,3
Se tivesse saúde/idade	1	3,3
Se tivesse terras férteis	1	3,3
Se tivesse chuva e terras férteis	1	3,3
Não sabe ou não respondeu	1	3,3
Total	30	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Tais respostas confirmam algumas das hipóteses levantadas para a questão 01, já que dentre as formas elencadas para se viver melhor está possuir melhores infraestruturas, valorização da agricultura e ou dos seus produtos. Entretanto, a resposta mais fornecida se refere ao acesso dos recursos hídricos, com 46,6% das respostas⁷⁸, refletindo o peso que o acesso a esse recurso tem na vida desses indivíduos.

Entre aqueles que afirmaram que não poderiam viver melhor, 30% disse já estar satisfeito, 40% afirmou que com a agricultura só daria para chegar até aquele ponto e 30% não

⁷⁸ Para obter esse número somamos as respostas “Com mais chuva/Recurso hídrico” e “Se tivesse chuva e terras férteis”.

soube ou não quis responder. Essas respostas refletem que uma parte desses indivíduos já alcançou o que almejava ou esperava dessa vida ou conformou-se com aquilo que adquiriu ao longo da vida na agricultura. Na terceira pergunta: “Aspira alguma mudança ou transformação (tanto na vida como agricultor quanto na propriedade)?”, 52,5% afirmou que sim, quando questionados sobre quais mudanças tivemos as seguintes respostas (Quadro 17):

Quadro 17: Qual a mudança? – Sítio Serra do Maracajá

Respostas fornecidas	Nº de casos	Percentual
Irrigação	2	9,5
Investir em insumos	2	9,5
Cercar o sítio	5	23,8
Reformar a casa	5	23,8
Criar porcos	1	4,8
Fazer uma cisterna	1	4,8
Outras benfeitorias no sítio	1	4,8
Não sabe ou não respondeu	4	19,0
Total	21	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Mesmo havendo espaço na pergunta para mudanças ou transformações na vida, esses indivíduos elegeram fazer benfeitorias no sítio ou na casa de moradia em 100% dos casos. Dentre os que responderam não almejar nenhuma mudança/transformação, 10,5% justificaram não ser proprietário das terras, 26,3% justificaram que já estão satisfeitos e 63,2% não souberam ou não quiseram responder. Na quarta pergunta, “Sente vontade de migrar para outro Sítio ou para a zona urbana?”, 85% responderam que não, 7,5% responderam que gostariam de migrar para outro sítio e 7,5% que gostariam de migrar para a zona urbana. Quando questionados sobre por que sentiam vontade de migrar, 50% responderam que gostariam de mudar para um sítio melhor, 33,3% gostariam de migrar por conta da dificuldade no transporte e 16,7% responderam que desejariam ir para um sítio próprio. Dentre aqueles cuja resposta fora negativa a migração, obtivemos as seguintes respostas (ver Quadro 18):

Quadro 18: Por que não deseja migrar? – Sítio Serra do Maracajá

Respostas fornecidas	Nº de casos	Percentual
Porque gosto	12	35,3
Nos outros lugares pode ser pior	1	2,9
Sossego/Tranquilidade	4	11,8
Estou satisfeito	1	2,9

A idade não me permite	1	2,9
Acostumei-me	4	11,8
Não desejo sair	1	2,9
Não sabe ou não respondeu	10	29,4
Total	34	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018

Esses dados demonstram que, apesar das dificuldades encontradas, esses indivíduos demonstram grande apego ou mesmo satisfação com o sítio de moradia, que é, para alguns, o único local conhecido durante toda a vida. Essa satisfação é transmitida através das respostas “Porque gosto”, “Sossego/Tranquilidade”, “Estou satisfeito” e “Não desejo sair”, que somam 52,9% das respostas. Esse sentimento de apego e de pertencimento foi relatado diversas vezes pelos agricultores e pode ser notado até mesmo nas casas, como na foto abaixo (ver Figura 18):

Figura 18: Gravura na parede de uma casa – Sítio Serra do Maracajá



Fonte: Acervo da autora, 2020.

A inscrição nas paredes desse sítio demonstra um pouco da resiliência dessas famílias agricultoras, que conseguem amar seu local de vida e trabalho mesmo com todas as dificuldades. Um apego que acaba por se refletir na felicidade e no bem-estar desses indivíduos. No que diz respeito às respostas: “Nos outros lugares pode ser pior”, “A idade não me permite” e “Acostumei-me”, somando 17,6% das respostas, denotam que talvez a saída tenha sido desejada, mas foi impossibilitada por algum motivo, fazendo com que esses indivíduos deixassem de desejar a saída para outro lugar.

Na quinta pergunta: “Gostaria que os filhos trabalhassem na agricultura?”, 43,5% responderam que sim, 41% respondeu que não e 15,4% não soube ou não quis responder. Dentre os que responderam não desejar ver os filhos na agricultura, 43,8% justificou que essa é uma atividade perigosa/difícil, 37,6% preferem que os filhos estudem e se dediquem a outra profissão e 18,4% não soube ou não quis responder. Essas respostas indicam que, para esses indivíduos, os pontos negativos que cercam essa atividade se sobressaem sobre os pontos positivos.

Dentre aqueles que gostariam de ver os filhos na agricultura, obtivemos as seguintes justificativas (Quadro 19):

Quadro 19: Por que gostaria que os filhos trabalhassem na agricultura? – Sítio Serra do Maracajá

Respostas fornecidas	Nº de casos	Percentual
Para que eles fiquem por perto	3	17,6
Porque valorizo a vida no sítio	5	29,4
Porque é uma vida digna	5	29,4
Não sabe ou não respondeu	4	23,5
Total	17	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

As respostas “Porque valorizo a vida no sítio” e “Porque é uma vida digna”, somando 58,8% das respostas, demonstram que o exercício da agricultura é entendido com um viés positivo, sendo associada a uma vida justa. Existe no Brasil, especialmente no Nordeste brasileiro, uma associação entre a penosidade de um trabalho e o valor que os frutos dele conquistam, de forma que quanto mais penoso for a conquista desse fruto, mais significativo ela será. Já a resposta “Para que eles fiquem por perto”, que representou 17,6% das respostas, indica já a importância do capital social para esses agricultores familiares.

A sexta questão pedia para que os sitiantes elencassem as dificuldades encontradas no dia a dia devido à vida na agricultura, havendo a opção de não encontrar nenhuma dificuldade, o que foi o caso de 2,5% dos entrevistados, o restante das respostas foi organizado da seguinte forma (quadro 20):

Quadro 20: Dificuldades que encontra devido à vida na agricultura – Sítio Serra do Maracajá

Respostas fornecidas	Nº de casos	Percentual
Não encontrou nenhuma	1	2,5
Falta de chuvas/ recurso hídrico	3	7,5
Falta de chuvas/Instabilidade	20	50,0
Arriscado/Instável	2	5,0
Pouco valorizado	3	7,5
Instável e pouco valorizado	2	5,0
Transporte/ Assistência médica	5	12,5
Vida que não permite estudar	2	5,0
Viver com pouco	1	2,5
Não sabe ou não respondeu	1	2,5
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

As respostas que fazem referência aos recursos hídricos e à instabilidade da agricultura somam 67,5%, reforçando a importância desse recurso para essa população e, ao mesmo tempo a preocupação com os riscos desse modo de vida. A desvalorização da agricultura aparece como uma desvantagem na vida na agricultura para 12,5% dos entrevistados, a falta de transporte e assistência médica obteve também 12,5%. Tendo em vista que a instabilidade ou risco da agricultura colocada por esses indivíduos enquanto dificuldade no exercício da mesma se refere à extrema dependência climática, podemos afirmar que todos os problemas levantados, com exceção da pouca valorização da agricultura, são problemas que poderiam ser resolvidos com investimento em infraestrutura. Tais respostas mostram-nos como é crucial o papel das políticas públicas para que esses indivíduos conquistem direitos que são considerados como básicos segundo a Constituição de 1986.

A sétima e última questão pedia que os entrevistados elencassem as vantagens/facilidades encontradas no dia a dia devido à vida na agricultura, havendo também a opção de não encontrar nenhuma facilidade. A disposição das respostas foi dada da seguinte maneira (Quadro 21):

Quadro 21: Elencar facilidades/vantagens que encontra devido à vida na agricultura – Sítio Serra do Maracajá

Respostas fornecidas	Nº de casos	Percentual
Não encontrou nenhuma	21	52,5
Possibilidade de sobreviver	1	2,5
Ter o que comer	4	10,0
Não precisa pagar água e energia	1	2,5
Sossego/Tranquilidade	7	17,5
Fartura	1	2,5
Crédito e políticas públicas	1	2,5
Ter onde morar	1	2,5
Estar com a família	1	2,5
Não sabe ou não respondeu	2	5,0
Total	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Mais da metade dos entrevistados não conseguiu elencar nenhuma facilidade ou vantagem que a vida na agricultura possibilita. Essa percepção da penosidade atrelada ao exercício da agricultura é bastante sintomática de uma população fragilizada, seja pela falta de políticas públicas, seja pela instabilidade ou desvalorização desse modo de vida. O fato de não conseguir encontrar pontos positivos no exercício da agricultura, nem mesmo pelos frutos do seu trabalho, aponta que esses agricultores familiares se encontram cotidianamente pressionados pelos problemas cotidianos, ao ponto de não conseguir perceber nenhuma vantagem na vida que levam. Dentre aqueles que conseguiram elencar alguma característica desse tipo, cerca de 36%⁷⁹ apontaram o “Sossego/Tranquilidade” que a vida no campo possibilita.

⁷⁹ Esse número se refere àqueles indivíduos que, sendo agricultores, conseguiram elencar alguma facilidade/vantagem.

5 “PLANTAR PARA NÃO FALTAR O QUE COMER” - ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO SÍTIO ALMEIDA – PB

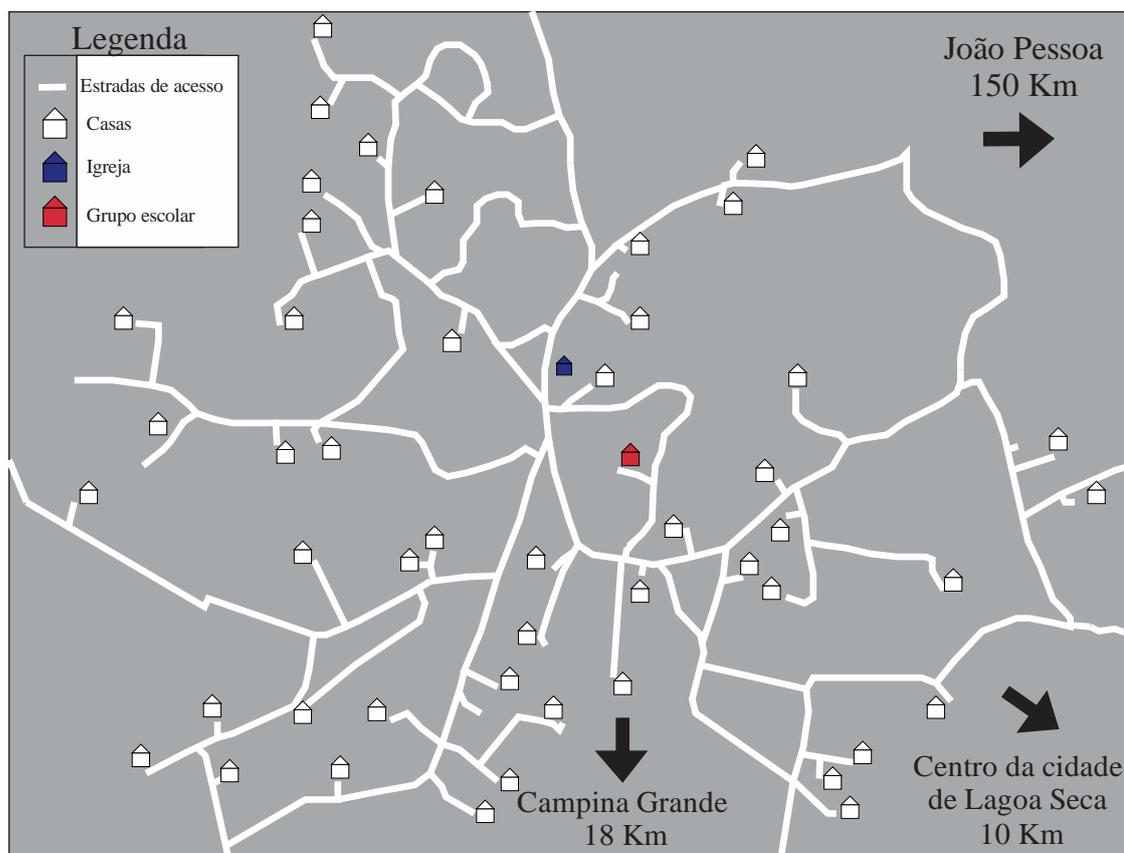
Neste capítulo, são descritas as estratégias produtivas dos agricultores familiares situados no Sítio Almeida – PB” a partir dos dados empíricos. Aqui, são detalhadas algumas características mais objetivas acerca desses agricultores familiares, como fontes de renda, condições de moradia, entre outros, assim como questões mais subjetivas, a exemplo dos seus desejos para o futuro e a satisfação de suas necessidades. Entre os dados utilizados, estão as informações colhidas através dos questionários que foram inseridas no SPSS. Também foram utilizadas as informações obtidas em entrevistas formais e informais, tanto com os moradores do Almeida, quanto com assessores e técnicos da Empaer e da AS-PTA. Além disso, utilizamos também as informações fornecidas pela Prefeitura de Lagoa Seca e suas respectivas Secretarias. Esse capítulo foi organizado da mesma forma que o Capítulo 3, referente às famílias agricultoras da Serra do Maracajá, para que possamos abordar de maneira detalhada os mesmos aspectos em ambos os lócus, possibilitando, assim, uma comparação dos agricultores familiares das duas localidades estudadas no capítulo que se segue.

5.1 Estratégias produtivas dos agricultores familiares no Sítio Almeida: cenários de trabalho e geração de renda

A vegetação do Sítio Almeida é formada por vegetação típica do agreste⁸⁰, possuindo poucas formações rochosas aparentes. São inúmeros os caminhos que ligam as propriedades, por isso acaba sendo bastante fácil para aqueles que não conhecem bem o local se perderem. As casas geralmente localizam-se na frente das pequenas estradas (ver Figura 19).

⁸⁰ Floresta subcaducifólia e formações florestais.

Figura 19: Croqui do Sítio Almeida



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Os sítios geralmente são cercados por arame farpado, o que lhes fornece um limite visível, possuindo fruteiras, sendo as mangueiras e os cajueiros os mais presentes. Quase todos os sítios possuem pelo menos uma cisterna para armazenamento de água da chuva construída com financiamento público ou privado e muitos contam com poço artesiano construído, o que é favorecido pelo fato de a área ser propícia à formação de pequenos lençóis, os chamados “veios de água”.⁸¹

O Sítio não possui muitas rochas aparentes, o que facilita o aproveitamento das terras para a agricultura. Como o subsolo é rico em rochas de baixa permeabilidade (denominadas cristalinas), a formação de aquíferos subterrâneos é um pouco limitada. A penetração da água no subsolo é também dificultada pelo regime de chuvas rápidas e fortes, porém inconstantes⁸². Além disso, a falta das rochas aparentes impede os sítiantes que ali residem de construírem

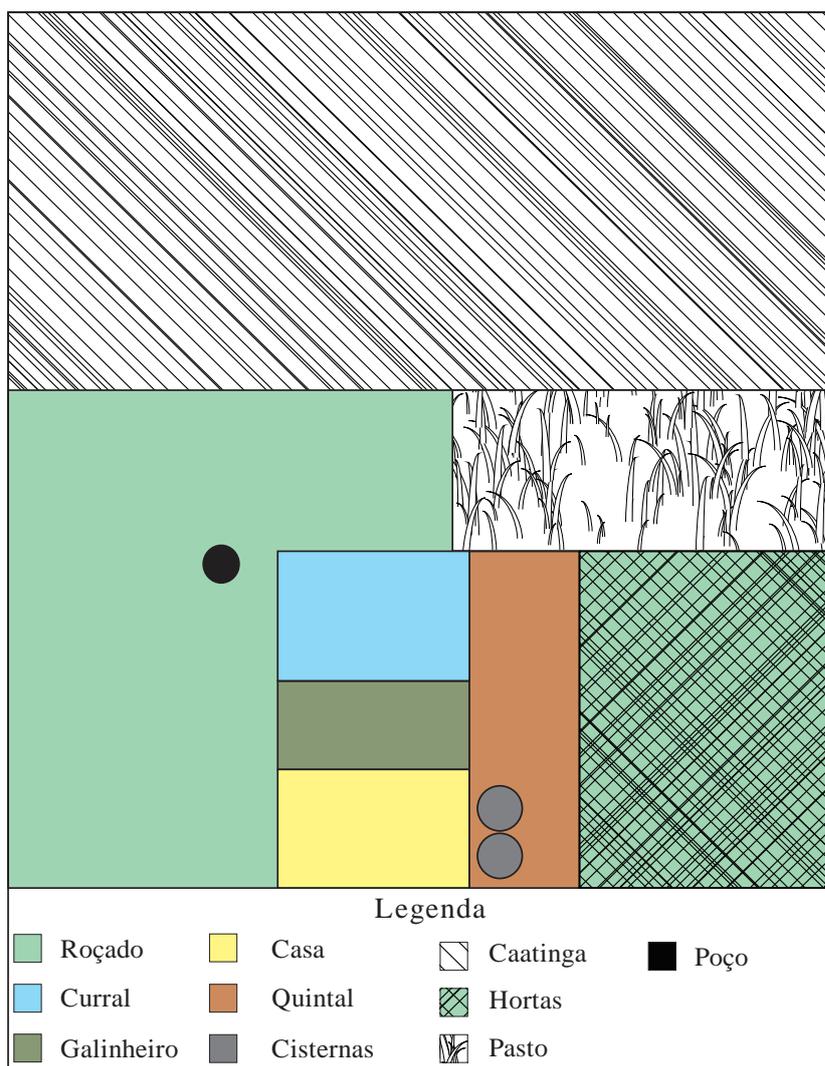
⁸¹ Esses dados foram obtidos em entrevista com um ex-funcionário do Sindicato de Trabalhadores Rurais que realizou juntamente com AS-PTA um diagnóstico de toda a área rural de Lagoa Seca.

⁸² Dados obtidos em: <http://www.bibliotekevirtual.org/simposios/8SBCMAC/8sbcmac-a054.pdf>. Acessado em: 21/01/2014.

tanques de água natural. A dificuldade de acesso à água também aparece como uma ameaça à reprodução dessas famílias, fazendo com que os agricultores fiquem suscetíveis aos interesses dos políticos locais, que em épocas de seca fazem da água uma espécie de moeda de troca. Também é comum o tráfego de carros-pipa e a troca de favores políticos por água.

O esquema de organização espacial do sítio pode ser visualizado na figura abaixo (figura 20):

Figura 20: Esquema de organização espacial dos sítios no Sítio Almeida



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

A paisagem é composta pela vegetação típica da caatinga, que cede lugar à casa de morada dos sítiantes, assim como a área destinada aos roçados, hortas e ao pasto para os animais. Os pés de caju, manga, goiaba e acerola são principais espécies vistas no Sítio e se concentram, especialmente, nos quintais. Nos anos em que não há estiagem, o período de

chuvas inicia-se em março, sendo o dia 19 de março, dia de São José, um marco para esses agricultores familiares. Havendo chuva nesse dia, alguns começam o trabalho nos roçados imediatamente. A regularidade das chuvas nos meses de abril e maio é muito importante, pois o período de chuvas dura em torno de 03, 04 meses, indo até no máximo o mês de setembro, e para que as famílias tenham êxito em suas plantações, é preciso iniciar as lavouras algumas semanas após a queda das primeiras chuvas de inverno, já que o milho leva pelo menos 100 dias para colher e o feijão leva cerca de 90 dias do plantio até a colheita⁸³, não levando em conta o tempo da limpa, corte e preparo para que a terra esteja em condições de plantio.

O Sítio possui uma casa para fabricação de farinha, fruto da iniciativa do Governo do Estado em parceria com a Energisa⁸⁴, obra essa que custou 500 mil reais. Não possui, no entanto, um posto de saúde, sendo necessário o deslocamento até o Sítio vizinho para atendimento médico. Nesse posto, há a visita diária um médico. Possui um Grupo Escolar de gestão municipal, que atende crianças em idade escolar até a quarta série.

O acesso ao Sítio é feito através da rodovia BR-104, principal acesso à Almeida, assim como também pelas estradas de terra que recortam o Sítio. Essas não são recomendadas em momentos de chuva, devido à pouca preparação desses terrenos para o tráfego de veículos. O acesso ao local é possível tanto através de veículo particular, quanto de empresa de transportes pública que faz o trajeto, como também pelo ônibus escolar disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Lagoa Seca, trafegando nos três turnos escolares.

Os sítios pesquisados no Almeida variam entre 0,5 hectare e 22,5 hectares⁸⁵, sendo a área média dos estabelecimentos cerca de 2,65 hectares. O tamanho desses estabelecimentos familiares é inferior ao tamanho da área prescrita no conceito de tipo ideal de agricultura familiar que nos é informada através das políticas públicas, tendo como limite máximo para estabelecimentos familiares o valor de 04 módulos fiscais⁸⁶. No município de Lagoa Seca, um módulo fiscal corresponde a 12 hectares, o que implica dizer que um estabelecimento familiar,

⁸³ Há variação do tempo de colheita do acordo com a espécie da semente plantada.

⁸⁴ O Grupo Energisa é uma holding privada formada por 18 empresas, sendo 13 delas empresas de distribuição de energia elétrica. É o sexto maior Grupo de distribuição de energia do Brasil, com aproximadamente seis milhões de clientes e atende uma população de quase 16 milhões de pessoas.

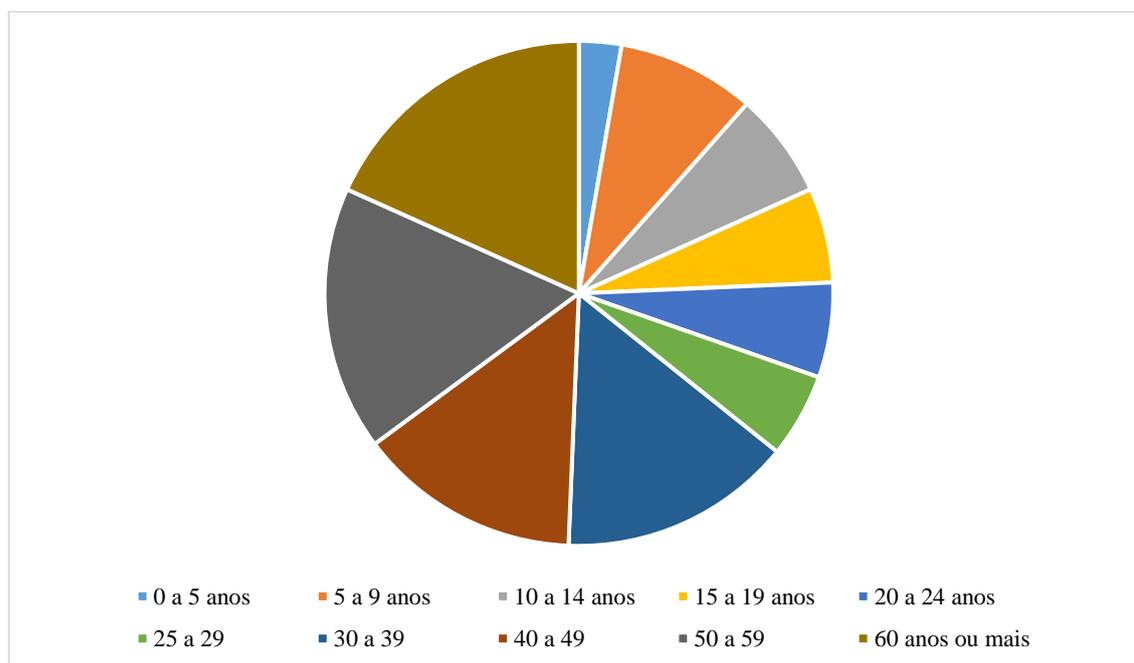
⁸⁵ Ressaltamos aqui que os valores apresentados se referem aos sítios pesquisados e não fazem referência a valores censitários, já que em apenas uma amostra não aleatória fora selecionada para a realização dos questionários.

⁸⁶ O módulo fiscal varia em cada município com base no Decreto nº84.685 de 06 de maio de 1980. Art. 1º o Módulo Fiscal de cada Município previsto no parágrafo segundo do Art. 50 da Lei 4.504, de 30/11/64, com a nova redação dada pela Lei 6.746, de 10 de dezembro de 1979, e calculado na forma do art. 4 do Decreto nº84.685, de 06 de maio de 1980, será o constante da tabela anexa. Art. 2º A presente Instrução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. (Para mais informações ver: http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_especial/IE20_280580.pdf . Acessado em: 06/02/2020.

para se enquadrar como tal, pode ter até 48 hectares, valor aproximadamente 18 vezes maior do que a média encontrada no Almeida. É interessante perceber que os valores estabelecidos através dos módulos fiscais se baseiam em cálculos que se consideram ideias, em termos de hectare x produtividade, para que uma família agricultora possa garantir sua reprodução econômica e social. Assim, estar muito abaixo do índice máximo permitido pode significar que suas terras não sejam suficientes para garantir a sobrevivência da família exclusivamente através da agricultura.

Os pais da família possuem, em média, 52 anos. 24,4% deles não possuem instrução formal, 68,3% possuem o Ensino Fundamental incompleto, 2,4% possuem o Ensino Fundamental completo e cerca de 4,8% possuem o Ensino Médio, seja este completo ou incompleto. Já as mães possuem em média 50 anos, 15,6% não possuem instrução formal, 75,6% possuem o Ensino Fundamental incompleto, 6,6% possuem o Ensino Médio completo ou incompleto e 2,2% possuem Ensino Superior incompleto. Cerca de 10% das famílias são chefiadas por mulheres. A distribuição por faixa etária ocorre da seguinte forma:

Gráfico 6: Distribuição por faixa etária – Sítio Almeida



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A maior parte dos moradores do Sítio Serra tem entre 40 ou mais anos de idade, somando 49% de pessoas nessa condição. As pessoas com 60 anos ou mais representam cerca de 18,24%

do total. Em relação à origem e/ou migração dessas famílias, 50% dos entrevistados citaram que a família nunca residiu em outro lugar. Dentre aqueles que residiram em outro local, 8,7% afirmaram ter residido no Sudeste; todo o restante residiu em cidades circunvizinhas, com maior porcentagem para a cidade de Campina Grande, com cerca de 30% do percentual válido. Cerca de 39% dos entrevistados que migraram afirmaram ter voltado por causa da família ou por ser o Sítio o seu local de origem. Cerca de 13,4% dos entrevistados afirmaram que residem no Sítio por gostar do ambiente rural ou porque o Almeida se mostrou uma oportunidade melhor que o seu Sítio anterior. Cerca de 80% das famílias entrevistadas têm no Sítio o seu local de origem ou mora lá por conta da família. Com exceção disso, pudemos encontrar durante a aplicação dos questionários 1 família que afirmou não residir no sítio, utilizando-o apenas lazer nos fins de semana, feriados e férias.

Dentre as famílias entrevistadas, 95,7% afirmaram ser proprietárias ou parentes diretos dos proprietários e apenas 4,3% das famílias residentes afirmaram não estar na condição acima citada. Dentre os não proprietários, pudemos encontrar sítiantes atuando como moradores ou caseiros. Esclarecemos que o objetivo da pergunta não era identificar se o grupo familiar tinha a posse legal do estabelecimento, mas saber qual era a condição de propriedade e trabalho das famílias agricultoras.

5.1.1 Infraestrutura dos sítios e condições de produzir

No que diz respeito à infraestrutura e às condições necessárias para viabilizar a produção, 100% das famílias afirmaram possuir ferramentas de trabalho. Essas se referem, geralmente, a pás, enxadas, foices, carroças de mão, etc. Sendo que apenas 19,1% dos entrevistados possuem carroça de tração animal e 38,3% dos domicílios entrevistados possuem algum tipo de maquinário motorizado destinado a agricultura. Um dos exemplos disso é o sítio do Sr. OM, que pratica agricultura orgânica em conjunto com a família, como é possível ver na fotografia abaixo (Figura 21).

Figura 21: O microtrator



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Na Figura 21, é possível ver OMF, filho do senhor OM, mostrando com orgulho o funcionamento do microtrator recém adquirido. O uso de equipamentos motorizados facilita o trabalho ao diminuir a penosidade e o tempo necessário para algumas atividades. Esse equipamento mostrado na foto “roça” a terra, tirando a vegetação rasteira e tornando-a solta para que possa aceitar melhor a formação dos leirões e, posteriormente, o plantio. O fato de a enxada ter sido deixada de lado na foto acima é bastante simbólico, pois mostra o encontro e a organização entre o velho, e por isso já conhecido, e o novo. Destarte, para van der Ploeg (2009),

Uma segunda característica que distingue a agricultura camponesa é que a base de recursos disponível para cada unidade de produção e consumo é limitada e está sob crescente pressão. Isso decorre de mecanismos internos, tais como questões envolvendo herança, que implicam principalmente a partilha de recursos entre um número crescente de núcleos familiares. Também se deve a pressões externas sobre os recursos como, por exemplo, mudanças climáticas e/ou usurpação de recursos por interesses de grandes corporações voltadas para a exportação. (...) A (relativa) escassez de recursos disponíveis eleva a importância do aprimoramento da eficiência técnica. Na agricultura camponesa, isso significa obter níveis máximos de saídas com os recursos disponíveis, mas sem deteriorar sua qualidade. (PLOEG, 2009, p.21).

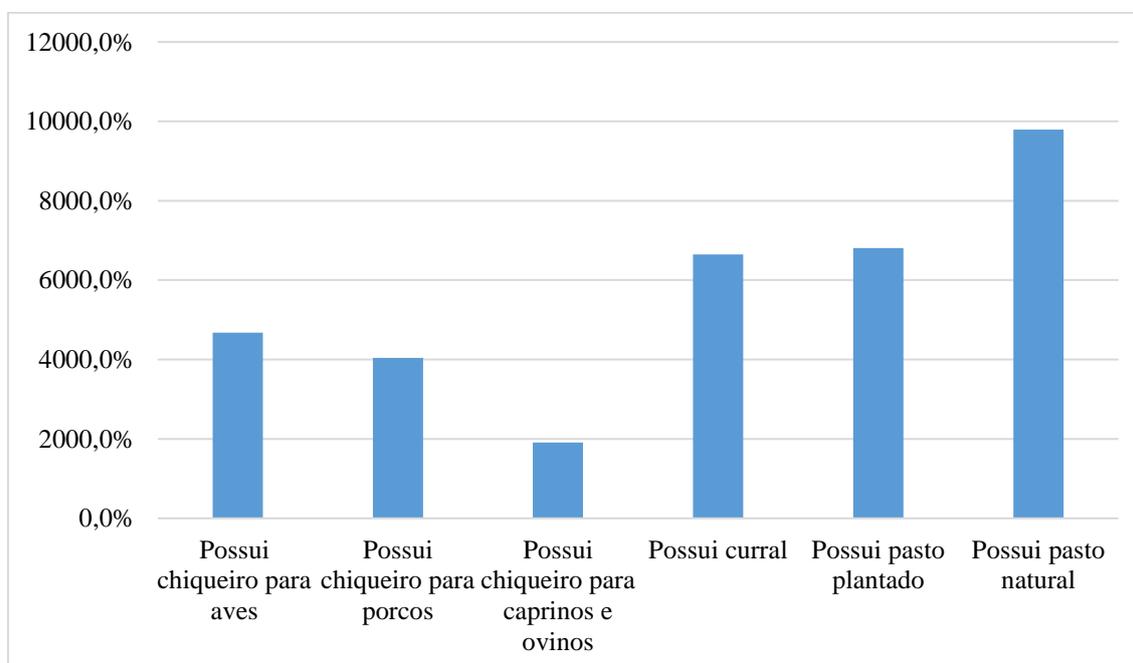
Dessa forma, o investimento em insumos, máquinas e equipamentos agrícolas é uma estratégia que os agricultores encontram com o intuito de maximizar o resultado dos trabalhos

no campo, compensando tanto questões internas e referentes a organização dessas famílias, como falta de mão-de-obra, pouca disponibilidade de terras, entre outros, ou mesmo fatores externos, que são alheios ao controle da família, como oscilações de mercado e clima, por exemplo.

Todas as casas do Almeida são de alvenaria, sendo que apenas 17% dessas casas já existiam no momento de formação da família e 83% foram construídas depois da formação da família. No que se refere ao acesso a sementes para plantio, 68,1% das famílias entrevistadas afirmaram que as sementes utilizadas por eles são obtidas a partir da reserva que fazem da produção do ano anterior e, de modo bastante artesanal, logo após a secagem desses grãos. Além disso, o armazenamento é feito em silos. As sementes utilizadas não passam por nenhum processo de seleção ou melhoramento genético. Por outro lado, o fato deles próprios adquirirem as sementes para plantar implica dizer, que, ao menos nesse aspecto, essas famílias não mantêm uma relação de dependência com agentes externos.

O gráfico a seguir informa a infraestrutura que as famílias dispõem para desenvolver a atividade pecuária (Gráfico 7):

Gráfico 7: Infraestrutura para atividade pecuária no Sítio Almeida



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A infraestrutura para desenvolver atividade pecuária nesses estabelecimentos é bastante modesta, não contando com aprisco, sala de ordenha, curral de manejo, entre outros. Entre as

estruturas para a criação animal a de maior porcentagem é o curral, com 66% de sítios que o possuem. Quase 100% dos sítios possui pasto natural e cerca de 70% possui pasto plantado.

5.1.2 Acesso à água

A água é um recurso natural valioso para essas famílias, de forma que quanto mais benfeitorias existem no sítio para armazenagem e captação de água, mais valorizado ele é. Como não há nenhum tipo de abastecimento regular no Sítio, em 83% dos domicílios a água para beber vem das cisternas, 12,8% de poço e 4,3% tanto de poço quanto de cisterna. A maioria dos poços encontrados no Sítio Almeida são do tipo simples, cavados manualmente e de pouca profundidade. Esse tipo de poço está mais sujeito à contaminação pela água da chuva, queda de animais ou insetos devido a sua pouca profundidade, também tendem a secar mais rapidamente no verão, voltando a encher com o retorno das chuvas no inverno. Isso se deve ao fato de contar com reservas mais superficiais. Os reservatórios utilizados para a água de beber são próprios em 95,7% das famílias entrevistadas.

Já a água para o gasto⁸⁷ vem principalmente das cisternas, sendo que 59,6% das famílias utilizam apenas essa fonte de obtenção de água e 27,7% utilizam os poços. Se somarmos o uso das cisternas associados a outras fontes de captação de água temos cerca de 70% de famílias que utilizam esse tipo de reservatório no suprimento da água para o gasto. Apenas uma família afirmou utilizar água de barreiro para gasto e uma família afirmou utilizar água advinda tanto de tanque natural quanto de cisterna. Como a capacidade de armazenamento das cisternas é bastante restrito, muitas famílias afirmaram que tinham que comprar água durante o período de estiagem, o que compromete o orçamento dessas famílias e coloca em risco sua sobrevivência. Em 96% dos sítios o reservatório utilizado para retirada da água para o gasto era próprio. Cerca de 48% das famílias utilizam bomba para retirada da água até a residência.

Durantes as pesquisas, encontramos cerca de 15 famílias que utilizavam água armazenada para irrigação, a qual advém, geralmente, dos poços, principalmente os artesianos. Em um dos sítios visitados no Almeida, deparamo-nos com uma família que utilizava água para irrigação. Ao questionar de onde vinha a água que estava sendo utilizada, já que estávamos em período de estiagem, fui informada que a água, seja para irrigação ou seja para uso da família, provinha de dois poços artesianos cujas águas eram puxadas por uma bomba elétrica e jogada em duas cisternas, uma de 20 mil litros, utilizada para a agricultura e uma outra menor, reservada ao

⁸⁷ Denominamos para gasto a água utilizada nas atividades diárias, como cozinhar, tomar banho, lavar roupa, entre outros.

consumo da família. A família não soube informar quantos litros de água eram retirados por dia, mas que a água era suficiente tanto para as necessidades da plantação quanto para o consumo da casa (ver Figura 22).

Figura 22: Agricultor familiar no Sítio Almeida mostrando a captação de água de poço



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Figura 23: Irrigação de horta no Sítio Almeida



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Também me foi mostrado o processo de irrigação por gotejamento, método mais utilizado por eles, que estavam irrigando manualmente naquele dia devido às altas temperaturas daquela semana (ver Figura 23). Na fala de um dos agricultores, é possível entender um pouco da situação atual do município:

SM: Nós estamos na região de roçado onde a perfuração tubular tem sido imensa, imensa. Eu acredito que hoje Lagoa Seca tá uma tábua de pirulito. Deve ter, mais ou menos, uns 2200 poços cavados. Isso é ruim pra natureza, isso não é bom. Eu mesmo pra escapar dessa seca tive que cavar um pequeno poço, mas eu pudesse eu nunca teria feito. Se eu tivesse como armazenar o que choveu em 2011 eu tinha água pra 50 anos.

Emilly: O pessoal aqui parece que tem mais poço do que cisterna aqui, né?

SM: Cisterna tem muito aqui também. Só que a cisterna, a maioria, são de 16 mil litros, só pra beber. Uma família de seis pessoas (consegue) cozinhar e beber por seis meses, é suficiente. Mas já fizeram bastante calçadão⁸⁸ aqui de 52 mil litros. Com financiamento do governo federal. Essas cisternas são justamente pra fazer uma verdurinha, uma hortaliça pra manter a família. Só que as vezes ele não sabe controlar a água.

A dificuldade de armazenamento de água não é o único problema com esse recurso, segundo nos fora relatado, mas também o despreparo em relação ao manejo da água, que é pouca nos tempos de estiagem prolongada. Nesse ponto, é importante ressaltar que, muitas vezes, investir em políticas públicas que tenham como foco a infraestrutura de armazenamento de água pode não ser suficiente. Saber decidir como e quando usar a água advinda de reservatórios, muitas vezes, pode ser decisivo para o sucesso de uma família agricultora em tempos de estiagem.

5.1.3 O cenário das estratégias produtivas e de geração de renda

No Sítio Almeida, a agricultura é a principal atividade produtiva e geradora de renda, no entanto, dentre as respostas fornecidas pelas famílias agricultoras, entre as que são produtivas e geradoras de renda, destacamos (ver Quadro 22):

Quadro 22: Principais atividades produtivas desenvolvidas no Sítio Almeida

Tipo de atividade	Frequência	Porcentagem válida
Agricultura/Pecuária	38	84,5
Agricultura/Pecuária/Aposentadoria	4	8,9
Agricultura/Comércio	1	2,2
Construção civil/Agricultura	2	4,4

⁸⁸ Terminologia usada para se referir a um tipo específico de cisterna.

Não soube ou não respondeu	0	0
Total	45 ⁸⁹	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Por questões práticas, foram agrupadas as respostas onde eram fornecidas como atividades principais a agricultura e ou a pecuária. Somando todas as respostas em que a agricultura/pecuária aparece associada a outras respostas têm-se 100% do total das famílias. Isso significa que nestes a agricultura/pecuária é a principal atividade do grupo familiar, ou pelo menos uma das atividades principais da família.

5.1.3.1 Produtos cultivados

Os agricultores familiares da Serra do Maracajá cultivam basicamente os produtos que Garcia e Heredia (2009, p. 233) denominam de *lavouras para o gasto*, ou o que Cândido chama de “triângulo básico da alimentação caipira” (CANDIDO, 1989, p. 64), que são milho, feijão e mandioca, nesse caso são acrescentados a macaxeira, a batata-doce e as verduras/vegetais. Apenas 02 famílias afirmaram não ter plantado no último inverno, já que essas duas famílias, que agora vivem da aposentadoria, não se consideram mais agricultoras e nem exercem mais nenhuma atividade agrícola. Desse modo, temos 100% de percentual válido das famílias que plantaram no último inverno.

Cerca de 95,6% das famílias entrevistadas plantam feijão, já o milho é cultivado por 93,3% das famílias e 37,8% plantaram fava. A plantação de outros gêneros alimentares aparece, também, de forma bastante significativa. A batata-doce, por exemplo, foi plantada por 77,8% das famílias e a macaxeira e mandioca tiveram, respectivamente 77,3% e 54,5% de famílias que as plantaram no último inverno. Cerca de 44,5% das famílias asseguraram possuir plantio de hortaliças. As razões para o alto índice de cultivo desses plantios se devem, em parte, pela tradição que a cidade de Lagoa Seca possui em relação ao plantio de verduras e legumes. Por toda a cidade, mesmo andando ainda na parte urbana dela, é possível visualizar as hortas, que se destacam com um verde claro brilhante em meio ao verde escuro da vegetação. Como pode ser visto na figura a seguir (ver Figura 24):

⁸⁹ Por se tratar de atividades produtivas, os entrevistados que responderam ser a aposentadoria a principal atividade da família não foram computados nesses dados, nessa situação tivemos 02 famílias.

Figura 24: Imagem de satélite da cidade de Lagoa Seca - PB



Fonte: Google Earth, 2020.

O principal cultivo dessas hortas é a alface, seja ela tradicional, americana, lisa, crespa, roxa ou de outra espécie, mas outros tipos também aparecem de forma significativa. Gêneros como abobrinha, repolho, coentro, couve-flor, couve-manteiga, entre outros, também podem ser facilmente encontrados. O destaque para a alface ocorre, no entanto, pela rapidez que esse cultivo leva do plantio até colheita, que dura entre 55 e 130 dias, a depender da espécie. Além disso, a alface possui um valor comercial bastante atrativo para os agricultores, que, muitas vezes, aderem ao diferencial do orgânico para valorizar ainda mais os seus produtos. O fato dessas famílias agricultoras conseguirem promover a irrigação em suas plantações é outro motivo que explica a grande adesão a esse tipo de cultivo, que necessita de água constante para crescer.

Um exemplo disso é a família M, sitiante no Almeida há quase 30 anos. A família saiu da zona rural da cidade de Queimadas - PB, a 25 km de Lagoa Seca, por conta da seca e da falta de perspectiva. A primeira dificuldade foi a de fazer um empreendimento arriscado, já que devido à diferença de valorização entre as duas localidades foi necessário vender os 10 hectares que a família possuía em Queimadas para comprar apenas 1 hectare em Lagoa Seca. Desse hectare de terra, o seu OM, pai da família, afirmou que apenas menos da metade disso estava sendo utilizado para a agricultura e alguns aspectos do processo produtivo, como a produção de mudas e prevenção de pragas. A segunda dificuldade, nas palavras dele:

OM: Chegando aqui nos apanhamos um pouco, porque a gente não conhecia o procedimento da terra, né? Não conhecia, não sabia fazer leirão, encamar o

chão pra plantar a plantação né? Foi um pouquinho difícil, mas a gente aprendeu.

Emilly: E quem foi que ensinou?

OM: A gente mesmo, trabalhando na terra a gente foi aprendendo a fazer

Emilly: Foi aprendendo sozinho? Não veio ninguém pra ajudar, nem vizinho?

OM: Os vizinhos veio, mas a gente que aprendeu [a fazer sozinho].

Diante da variedade de formas que a agricultura familiar abriga, não é incomum encontrar situações como essa, em que as tradições e saberes que são requeridas para um contexto específico não funcionam em outros contextos. Cabe ao agricultor familiar aprender a desenvolver as novas formas de plantio. Esse aprendizado pode ser feito através de técnicos, de vizinhos já residentes no local ou mesmo através de consecutivas tentativas, que foi o caso dessa família.

No sítio da família M pude ver o que eles denominam de “verduras”, que apesar da denominação utilizada por eles possuía bem mais do que apenas verduras e legumes para o consumo humano. Ao me mostrar o caminho que levava até as “verduras”, seu OM mostrava orgulhoso cada tipo de planta que poderia se encontrar ali. Dentre elas, desde as mais usuais na mesa do consumidor brasileiro, como alface-comum, hortelã, jiló, berinjela, couve-folha, couve-manteiga, cebola-roxa, beterraba, quanto outras menos comuns na alimentação desses indivíduos, como rúcula, alface-lisa, alface-americana, alface-roxa, espinafre, brócolis, couve-flor, repolho roxo, pepino japonês, tomate cereja e muitas outras. Durante o período de estiagem, as verduras são irrigadas, porque necessitam de uma quantidade maior de água, no entanto, a água não é suficiente para todas as plantações:

Emilly: Mas o roçado não é irrigado, né?

OM: Não, só chuva. Se ele der, tá bom.

Emilly: Se der chuva deu, e se não choveu e o Sr. tiver vendo que vai perder?

OM: O tempo é quem diz, a gente espera pelo [bom] tempo.

Emilly: Porque tem que controlar a água também, né?

OM: Infelizmente a gente não tem água pra irrigar essas plantações todinhas, de milho e feijão, né? Se o tempo não ajudar se perde.

Devido à quantidade de água disponível, é feita a escolha de irrigar apenas as verduras, que possuem maior rotatividade e representam uma parcela maior no rendimento dessas famílias, assim:

OM: A verdura leva 40 dias colher e o roçado leva três meses. A gente fica esperando que a planta dê, né? Que o feijão dê, que o milho dê. (...) A verdura é contínua, é tirando e plantando, tirando e plantando.

Emilly: E o mercado é melhor também? Pra verdura?

OM: Pra verdura é (...) um pezinho assim (mostrando a palma da mão), a gente vende por R\$ 1,00 real o pé. Bom demais, né?

Além da rapidez entre o plantio e a colheita, outro incentivo que esses agricultores encontram no plantio das verduras é a facilidade de vender esses itens, que são mais valorizados que os produtos advindos do roçado, como o milho e o feijão, por exemplo. No cálculo que essas famílias fazem, o plantio das verduras se mostra mais vantajoso, mesmo que demandem mais tempo de trabalho, mais água e mais insumos, porém, eles ainda permanecem fazendo os roçados para o consumo da família. O plantio do roçado é orientado tendo em vista a subsistência da família, sendo apenas o seu excesso comercializado; já o plantio das verduras é orientado tendo em vista o mercado.

Nas “verduras” dessa família há também o cultivo de algumas espécies não comestíveis, como alguns tipos de plantas floríferas, como a gerbara e “carinho-de-mãe”, cuja maior parte já havia sido colhida para comercialização nos cemitérios do dia de finados, o que havia ocorrido dois dias antes de uma das visitas a esse sítio. Além disso, pude perceber que o plantio dessas espécies também era organizado tendo em vista o mercado, já que não havia nenhum uso para elas na família, servindo apenas para o comércio. Pude presenciar o plantio dessas espécies também em outros sítios, todos com a mesma finalidade: o dia de finados. As próprias famílias ficavam encarregadas de vender nas portas dos cemitérios as flores e arranjos, o que afirmaram ser mais lucrativo, já que, ao evitar intermediários, o ganho costumava ser maior.

Situações como essa explicitam o que Zander Navarro e Maria Thereza Macedo Pedroso (2011) colocam:

O pressuposto mais geral associado àquela noção é que o capitalismo tem como uma de suas características principais o adensamento e a multiplicação do que tem sido chamado de processos de mercantilização (via monetarização) da vida social, através da formação de múltiplos mercados. Ou seja, a interação humana e os comportamentos sociais, ao se integrarem a novos espaços mercantis, são lentamente alterados no significado de sua ação, impondo uma nova racionalidade, geradora de uma nova sociabilidade, determinada em grande parte por essa multiplicação de mercados. (NAVARRO, PEDROSO, 2011, p. 24)

Diante dos novos contextos que surgem no meio rural, estariam se desenvolvendo uma nova racionalidade, diferentes formas de agir e novas estratégias, de forma que o novo e importante papel do mercado, que passa a ser visto como uma realidade externa e objetiva, estaria modificando as práticas da população rural. Como continuam esses autores (2011),

Tais processos não são apenas sociais e econômicos, mas igualmente culturais e políticos, e implicam no desenvolvimento de formas de comportamento sociais que refletem uma sociabilidade, a qual, com o tempo e a contínua expansão econômica, enraízam até mesmo uma moralidade dominante, naturalizando-os com o passar dos anos. (NAVARRO, PEDROSO, 2011, p. 24)

Seu OM é também participante do PNAE e do PAA e afirmou que tem potencial para fornecer mais produtos além da cota enviada para essas políticas públicas, mas que perdeu o interesse devido a uma série de problemas que enfrentou nos últimos anos, principalmente com o PAA:

Emilly: Fornecia o que pro PAA?

OM: Alface, couve, coentro. Tudo que tivesse.

Emilly: Mas e o PNAE, o sr. Participa ainda?

OM: Participo, mas é atrasado, atrasado demais (...) eles jogam vantagem em cima da gente. Cada agricultor tem [direito a cota] pra botar R\$ 20 mil reais, durante o ano, né? A gente não bota três mil contos, a gente não bota. E o ano passado eu só botei uma vez só. (...) eu botava duas, três vezes no decorrer do ano. (...) Coloquei [por exemplo], esse mês pra só receber no dia 10 do outro mês. (...) [Antes] a gente botava [hoje] bem cedo e recebia de tarde, amanhã ou hoje de tarde. Aí começou a falhar.

Segundo a fala desse agricultor, o potencial dessa política pública para o agricultor familiar vem decaindo desde o seu lançamento, tendo piorado principalmente a partir de 2016, quando as cotas para os agricultores foram diminuídas e começou a haver um atraso no pagamento dos produtos, o que estaria desestimulando muitos agricultores a ingressarem nessa política.

Para a família M, seria possível viver da agricultura de forma sustentável e com pouca terra, desde que algumas condições fossem atendidas, como é possível ver na fala do senhor SM, irmão do senhor OM:

Qualquer 1 hectare de terra hoje, não precisa ser uma grande extensão pra você ter uma grande produtividade, pra você ter manejo e prática de fazer as coisas no controle, tendo conhecimento do que você vai fazer. Não precisa você ter uma área grande para você ser feliz da vida. Uma área pequena bem cuidada sobra alimento, sobra produção. Tem que ter comércio para absorver (...) A maioria acha que a agricultura se faz de qualquer forma. Aqui que tá o segredo. A questão de conhecimento de manejo de solo, manejo ecológico, manejo de muda, acompanhamento, que é o manejo total. Você tem que ter uma visão: “Não, isso aqui dá de qualquer jeito. Se tá molhado dá de qualquer jeito.” (em referência ao pensamento de outros agricultores). Nem olha para trás, porque não tem nada que pesquisar. Aí o crescimento dele não é diversificado, ele não sai do lugar. Se perguntar a ele como é que foi as coisas ele não sabe dizer.

A fala desse agricultor reflete bastante o discurso dos movimentos sociais no campo⁹⁰, que procuram numa produção agroecológica os mecanismos para consolidar a agricultura familiar no mercado. Nesse sentido, é possível perceber também o valor dado ao conhecimento técnico na prática da agricultura, que deve ser planejada levando-se em consideração fatores como clima, solo, disponibilidade de água, mercado, entre outros. A agricultura mostra-se aqui, além de um modo de vida, como uma profissão que demanda estudo e conhecimento e que não deve ser executada de qualquer maneira, sob pena de estar fadada ao fracasso. Nesse ponto, é interessante perceber que há uma mediação entre o tradicional e o moderno, entre as práticas seculares e as estratégias instrumentalizadas e baseadas no conhecimento científico. Para Jonatta Paulino e Ramonildes Gomes (2015):

A chamada *tradição* não se oporia historicamente à modernidade e aos avanços científicos, mas seria um modo de desenvolvimento e aplicação de tais saberes que são um tanto distintos do padrão dominante de racionalidade dos setores mais desenvolvidos e que não se aplicam eficazmente às esferas pobres do rural. Neste sentido, os movimentos sociais revivem e inventam tradições na própria modernidade: a linguagem toma formas específicas, como a do direito civil, de algumas peculiaridades religiosas, ou de um orgulho agroecológico que respalda as bases para um desenvolvimento alternativo, ou, ainda, para uma alternativa ao desenvolvimento. (PAULINO e GOMES, 2015, p. 526).

A mediação entre o tradicional e o moderno se apresenta, de toda forma, como um mecanismo de resistência, já que possibilita a permanência do agricultor no campo. Adotar práticas modernas não implica, entretanto, em afirmar que as práticas tradicionais desses agricultores tenham sido eliminadas, mas que há uma abertura maior e uma melhor aceitação das práticas entendidas como modernas, fato que reafirma nosso entendimento desses agricultores como globalizados.

No entanto, nem todas as famílias residentes no Sítio Almeida conseguem garantir a reprodução familiar exclusivamente através da agricultura, como é o caso do casal de

⁹⁰ O artigo de Alberto Broch, Altemir Tartelli e João Pedro Stédile (2009), trabalha os discursos e as aspirações das maiores representações dos movimentos sociais no campo. Nas palavras do autor: “Contag, Fetraf e MST participam da Coordenação Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e têm se integrado a várias ações convergentes promovidas pela ANA, buscando influenciar a elaboração de políticas públicas orientadas para o fortalecimento da produção familiar de base ecológica.” (BROCH, STÉDILE, 2009, p. 153). Sílvio Gomes Almeida (2009), coloca ainda que: “O enfoque agroecológico passou a integrar as agendas de grande parte dos movimentos como dimensão constitutiva de suas propostas e reivindicações. Em alguns casos, a Agroecologia se inscreve como um dos elementos estruturadores das propostas. Em outros, ela constitui um foco no conjunto das pautas, entendida como um campo de inovação a ser exercitado pelos movimentos e fortalecido pelas políticas públicas” (ALMEIDA, 2009, p. 67).

agricultores D e MSO. Devido à não disponibilidade de água para irrigação e ao tamanho do sítio, que possui menos de 1 hectare, esses agricultores lançam mão de outras estratégias. Além de plantar no sistema de arrendamento e do uso da terra em parceria com familiares, esses agricultores procuram por “bicos” para complementar a renda da família:

Emilly: Vocês ainda plantam aqui?

MSO: Mulher, aqui, aqui a gente não planta, porque a gente nem (inaudível), mas lá embaixo a gente planta.

Emilly: E lá embaixo é de quem?

MSO: Vamos dizer que é minha, porque tem [contando nos dedos] meu sogro, dois cunhados, três cunhados [totalizando 04 famílias]. Minha filha, nesse pedaço de terra é dividido pra esse povo todinho, cada um planta a sua [parte]. Lá tem um chãozinho, uma partezinha. Planta feijão, planta milho, pouquinho, mas planta, todo mundo planta.

Emilly: Mas não chegam a fazer verdura não?

MSO: Não. Tem um cunhado meu que mora aqui na parte de cima que ele planta verdura.

Emilly: Pra vender?

MSO: Pra vender. É um pouquinho assim, reservado. Porque é uma tirinha boa [de terra], sabe? Aí na terra tem uma cacimba⁹¹, tem água. (...) é uma cacimba de herdeiro, todo mundo que precisa vai lá pegar. E também tem o pedacinho de terra do meu tio, que inclusive eu tenho contrato de comodato e tudo com ele. Sempre que dá a gente vai lá e planta alguma coisa. Meu marido gosta muito da agricultura, a gente trabalha, na realidade, mesmo que a gente faça bico, mas a gente vive mais é na agricultura, né? E a gente que mora no sítio tem que fazer alguma coisa, porque não dá pra você viver tudo da compra. E quem tá acostumado a morar no sítio gosta de trabalhar na agricultura, né? Não tem melhor uma verdura sem agrotóxico, né? Você vê lá uma batata, uma macaxeira, é bom demais. Na época do milho, é ótimo. (...) quando dá pra gente plantar realmente a gente [planta], mas também quando aparece outros serviços ele vai embora, porque a agricultura não tá ajudando totalmente.

Apesar de não haver uma dedicação integral da família, eles se denominam como agricultores e possuem toda uma tradição que valoriza a vida e os frutos da agricultura. Contudo, assumem que não conseguem obter a reprodução da família totalmente através da agricultura, tendo que recorrer a outras estratégias. Segundo essa agricultora, o plantio de verduras fora cogitado, mas essa estratégia fora descartada por conta do pequeno tamanho da terra e de não haver uma fonte de água disponível além da cacimba, que é uma fonte de água

⁹¹ Segundo o dicionário da ABL (2012), cacimba é um substantivo feminino com os seguintes significados: 1. cova aberta em terreno úmido ou pantanoso, para recolher a água presente no solo que nela se acumula por ressumação. 2. buraco que se cava até atingir um lençol de água subterrâneo; poço, cisterna.

da qual dependem muitas famílias. Além disso, essa agricultora apontou sobre a dificuldade em se arrendar terras:

Emilly: Aí qual é o acordo que faz?

MSO: É assim, é tipo a gente arrenda um pedaço de terra. Por exemplo, esse vizinho aqui tem terra sobrando, aí eu arrendo por um ano. Digo: *o senhor me empresta esse pedacinho de terra pra mim trabalhar?* Por que arrendar? Porque hoje emprestar é complicado, entendeu? Você empresta, antigamente não, a palavra era suficiente, mas hoje em dia as pessoas passa seis meses, um ano cuidando do pedaço de terra de outros pessoas já é dono, entende?

Emilly: Aí ninguém quer [arrendar] né?

MSO: Ninguém quer. Aí a maioria das pessoas diz: *vamos arrendar?* Aí eu tenho direito de trabalhar naquele pedaço de terra um ano.

Emilly: Aí paga quanto?

MSO: A gente não paga, a gente dá meia. Se eu lucrar alguma coisa... porque tem gente que paga, que faz aquele contrato pago, mas quem trabalha na terra pode fazer também dividindo o que lucra.

Por conta do medo dos proprietários de perderem as terras, os acordos envolvendo as terras têm sido feitos formalmente, já que com os acordos informais não asseguram os proprietários de terras dos termos acordados. Por outro lado, é perceptível na fala dessa agricultora a crença de que o pagamento de aluguel da terra na forma da meação não seria de fato um pagamento, mas a parte que é por direito devida ao proprietário da terra.

5.1.3.2 A atividade pecuária no Sítio Almeida

A criação animal no Sítio compreende as seguintes espécies: galinhas, bovinos, asininos, equinos, caprinos, ovinos e suínos. No que diz respeito às atividades pecuárias, constata-se que, das 47 famílias entrevistadas, 24 afirmaram exercer atividade pecuária no momento da pesquisa, o que representa 51,1% do total. Em relação ao sistema de criação adotado, em nenhum dos estabelecimentos a pecuária é feita de modo intensivo, uma vez que apenas 2 das 24 famílias que praticam a pecuária o fazem de maneira mais sistemática⁹²; um desses estabelecimentos possui criação de bovinos e em outro destaca-se a criação de suínos. A criação de galinhas é feita por quase metade desses agricultores, cerca de 44,7%, com aproximadamente 245 animais dessa espécie no total.

Com relação à pecuária, constatou-se que a criação de bovinos se destaca da criação de animais de outras espécies: 42,2% das famílias praticam a pecuária bovina. Em segundo lugar,

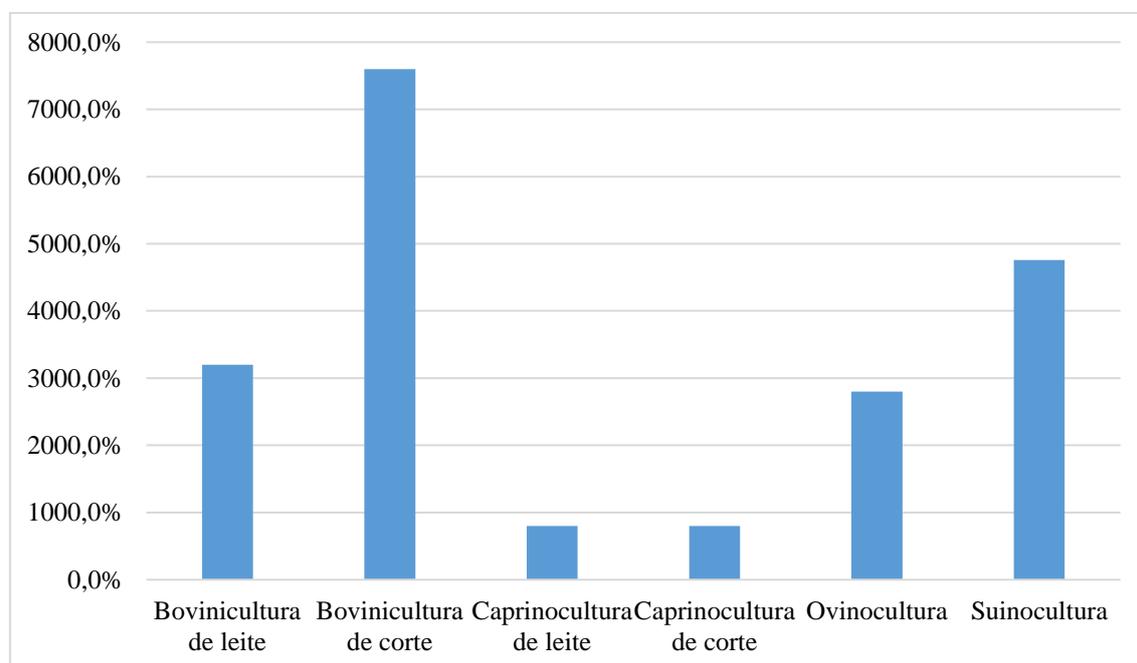
⁹² Entendemos que tais criações são orientadas por uma lógica que envolve investimentos em animais de raça e uma quantidade de animais superior aos demais rebanhos.

vem a criação de suínos, com 28,8%. A criação de ovinos e caprinos é a menor porcentagem entre as espécies já mencionadas, apenas 17,7% e 4,3% respectivamente das famílias adeptas da pecuária fazem criação desses animais. Tais números guardam certa herança da tradição que a bovinocultura tem na região, já que 88% das famílias que exerciam atividade pecuária, no momento da pesquisa, afirmaram que aprenderam a criar animais com os pais e 80% das famílias informaram ter iniciado na pecuária com a criação de gado.

80% dessas famílias agricultoras disseram nunca ter recebido assistência técnica para a pecuária e 4% receberam, mas hoje em dia não mais. Dentre aqueles que ainda recebem, 50% obtêm essa assistência da EMPAER ou do Banco do Nordeste, os outros 50% não souberam ou não quiseram responder. Em relação ao financiamento para a atividade pecuária, 36% afirmaram nunca ter recebido e 12% afirmaram não receber mais. Dos 52% que ainda recebem financiamento, 12,5% têm recebido através do PRONAF e 68,8% do Banco do Nordeste⁹³.

A distribuição do tipo de pecuária entre aqueles que afirmaram exercê-la se deu da seguinte maneira (Gráfico 8):

Gráfico 8: Tipo de pecuária exercida no Sítio Almeida



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

⁹³ 12,5% não soube ou não quis responder.

É perceptível que a pecuária bovina no Sítio Almeida se destina prioritariamente à pecuária de corte. A explicação para isso foi dada por um dos agricultores entrevistados: “É ruim pra vaca aqui, porque é pequeno. A vaca come muito e merece muito cuidado uma vaca. O que tem mais aqui é garrote, porque se passa um ou dois anos com um garrote aí vende e compra outro e assim vai levando.”. Segundo a fala desse agricultor, o maior impedimento para a pecuária bovina no Sítio é o pequeno tamanho dos sítios e, conseqüentemente, o alto custo para alimentar esses animais em terras que onde é necessário equilibrar sabiamente as áreas destinadas à agricultura e as áreas destinadas à plantação de pasto, tornando-se um empreendimento arriscado para aqueles que o praticam. Tal cálculo levaria esses agricultores a criarem bois e não vacas, já que esses podem ser vendidos mais rapidamente e com melhores preços, enquanto as fêmeas são mais bem vistas entre aqueles que pretendem aumentar o rebanho ou priorizar a bovinocultura de leite.

A quantidade de animais por espécie apresenta-se de forma bastante homogênea, com exceção dos equinos e asinos, que apresentam uma criação discreta. A pecuária exercida pela maioria das famílias não é realizada de forma sistematizada e diversificar nas espécies criadas se apresenta como uma forma de diminuir os riscos da criação, seja pela variação do mercado, propagação de doenças, entre outros. Assim, criar mais de uma espécie aparece aqui como uma forma de assegurar os ganhos da criação. No cuidado diário, os animais não são diferenciados por raça, não recebem ração especial, alimentando-se de capim a maior parte do ano e, na falta dele, recebem palma forrageira, ou milho e/ou torta quando a família tem condições para isso, com exceção dos suínos, que são alimentados com restos de comidas, geralmente conseguidos em restaurantes. Nem sempre há um criatório próprio que comporte a criação dos mesmos e a maioria desses agricultores não exercem a pecuária tendo em vista um mercado específico. No momento da decisão da venda, procuram por interessados dentro do próprio Sítio ou vendem a atravessadores/matadouros, a depender da melhor oferta.

5.1.4 Solidariedade e reciprocidade

Durante a pesquisa de campo, presenciei uma das reuniões da Associação dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca. Todas as últimas sextas no mês há uma reunião com os agricultores participantes da feira agroecológica, ou com aqueles que desejam nela ingressar, para que sejam informados os avisos e discutidas algumas questões. Nessas reuniões, o conceito da Feira Agroecológica é colocado como sendo baseado nos princípios de solidariedade e de reciprocidade. Isso ocorre tanto entre os integrantes da feira quanto entre eles e os

consumidores. Todos os participantes dessa reunião afirmaram que estar na feira era uma grande responsabilidade, já que eles iriam representar tanto o nome da Ecoborborema, instituição que regula e orienta os feirantes agroecológicos, quanto também a reputação de todos os feirantes agroecológicos do Brasil. Para elucidar esse fato, foi citada a reportagem mostrada no Fantástico no início de 2017, que trazia falsos feirantes agroecológicos. Segundo eles, essa reportagem afetou todos os feirantes agroecológicos do Brasil e serviu de lembrete de toda a responsabilidade que eles carregam ao ter que zelar pelo nome de uma produção desse tipo. Segundo Ostrom (2005):

Those who place a value on reciprocity, fairness, and being trustworthy can be thought of as adding a subjective delta parameter to actions (of themselves or others) that are consistent or not consistent with their norms. This approach allows individuals to start with a predisposition to act in a certain way, but it allows preferences to adapt within a generation (rather than over many generations) given the objective payoffs received depending on the interpretation of the evolutionary dynamics. (OSTROM, 2005, p.127).

Nessa situação, é possível perceber que, quanto mais fortes forem os laços de confiança, de solidariedade e de reciprocidade entre os agricultores agroecológicos, mais satisfatória essa relação será, já que eles carregam a responsabilidade de representar, através dos seus produtos, os princípios da agroecologia e, por isso mesmo, a reputação de cada colega de trabalho. Segundo Cláudia Schmitt e Daniel Tygel (2009):

Vale destacar que, no Brasil, o processo de constituição do que hoje identificamos como campo agroecológico mobilizou, com diferentes níveis de engajamento e em diversas escalas, não apenas organizações formais de camponeses e agricultores (as) familiares. O sucesso de muitas dessas iniciativas esteve fortemente relacionado à sua capacidade de mobilizar e ativar laços de proximidade, reciprocidade e parentesco, presentes no dia-a-dia das comunidades rurais, fortalecendo estratégias individuais ou coletivas de reprodução econômica e social e de manejo dos recursos naturais que já vinham sendo desenvolvidas pelos próprios produtores(as) familiares. (SCHMITT, TYGEL, 2009, p.112).

Por esse motivo, para que um novo membro seja aceito, é necessário que ele seja conhecido pela comunidade em que vive e trabalha, para que se conheça a sua reputação, minimizando os riscos que a adição de cada membro novo implica. Esse é um exemplo de reciprocidade que sofreu um processo de institucionalização, tendo em vista legitimá-la enquanto prática. Além disso, fora-nos relatado que os próprios agricultores se ajudam, dividem experiências e aprendizados, como é possível ver na fala de um dos agricultores agroecológicos:

E te digo com sinceridade, quantas vezes eu já não fui chamado para uma propriedade e me pediram, me ajude aqui, me dê uma orientação aqui. E eu vou lá e dou a orientação para ele. Então aqui ninguém nasceu aprendido na realidade, a gente aprende um com o outro. Só que a gente aperfeiçoa o trabalho de uma forma que você desenvolve e capacita mais até aquele que começou primeiro que você. Quantas vezes eu passei a noite inteira de sono pensando como é que eu ia fazer uma coisa que eu não conhecia, até que descobri o que fazer. Para quem quer aprender o próprio trabalho ensina. Não existe um professor melhor do que o trabalho. Então nós estamos aqui em Lagoa Seca tentando melhorar, mas não sou eu só que vou fazer tudo sozinho. (SM, 70 anos, agricultor).

Essas redes de solidariedade se formam com iniciativa dos próprios agricultores, mas também com um incentivo de algumas instituições, como a Associação de moradores e a ASP-TA, mostrando-se como uma importante estratégia para enfrentar as adversidades através do auxílio mútuo e da troca de saberes. Esse tipo de solidariedade, que é essencialmente horizontal, aumenta o prestígio moral das pessoas que fornecem esse auxílio e facilita o fluxo das informações. Entre os assuntos trazidos na reunião, esteve também a comemoração dos 17 anos da 1ª Feira Agro, iniciada em dezembro de 2000 em Lagoa Seca, que, pela proximidade com o Natal, foi chamada de “Natal Sem Veneno”. Nesse momento, todos aqueles que estiveram presentes na primeira feira fizeram questão de colocar as dificuldades e os percalços enfrentados para que a feira chegasse no patamar que havia chegado. As dificuldades e burocracias de participar da feira também foram colocadas, como por exemplo a necessidade de realização de um cadastro junto ao ministério da agricultura, denominado de “CS”. Além da questão do transporte dos produtos a serem comercializados na feira. Nessa mesma reunião, presenciei a fala de um dos agricultores que questionava a possibilidade de ajuda para escoar as mercadorias para a cidade. Já que muitos agricultores não possuíam carro próprio para fazer esse trabalho, foi dada a ideia de que aqueles que possuíam carros ficassem incumbidos de se dividir em rotas para ajudar os outros (SABOURIN, 2011).

Essas relações de cooperação são explicadas através do conceito de *capital social* de Putnam (2002), que surge diante do questionamento do que levaria algumas instituições a serem mais eficientes que outras, levantando a hipótese de que os contextos econômico, social e cultural interfeririam na criação e manutenção de instituições mais eficazes. Dessa forma, *capital social* seria um conceito mais amplo do que capital humano, nas palavras de Putnam: “Aqui o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.” (PUTNAM, 2002, p. 177). O capital social seria o motor das relações de

cooperação do tipo espontânea, de forma que, quanto mais capital social uma determinada comunidade possui, mais participação, igualdade política, solidariedade e confiança ela terá. A confiança é, sem dúvidas, o elemento chave do conceito de *capital social* de Putnam, que explica como indivíduos decidem cooperar entre si mesmos quando essa não é a ação mais esperada do ponto de vista da racionalidade utilitarista. Segundo esse autor, a principal explicação da falta de cooperação entre os indivíduos seria a incerteza se essa cooperação seria retribuída.

Além disso, segundo fora passado pela EMPAER, como forma de complementar suas produções para comercialização, os agricultores agroecológicos são incentivados a comprar dos seus vizinhos. Essa estratégia tem como objetivo evitar que a falta dos produtos para venda os agricultores comprem da EMPASA (Empresa Paraibana de Serviços Agrícolas)⁹⁴. Como consequência dessa prática é gerada uma rede de ajudas mútuas.

No que tange à relação entre consumidor/produtor, foi possível perceber que ela aparece envolta de um sentimento de empatia e de reciprocidade. “Eu desejo para os outros aquilo que desejo para a minha família”. Nesse sentido, foram citados casos de consumidores portadores de enfermidades que os deixam muito mais sensíveis ao consumo de agrotóxicos, sendo relatados casos de consumidores que passariam mal logo após o consumo de algum alimento contaminado com agrotóxico. Esse exemplo serviu para suscitar mais uma vez a importância da honestidade por parte dos agricultores, que precisariam se manter vigilantes aos processos produtivos e manter sempre uma postura ética.

Para que a relação entre o agricultor agroecológico e consumidor seja produtiva, é necessário, também, um certo grau de confiança. Em alguns casos, como fora relatado acima, quando o consumo dos alimentos comprados impacta diretamente na saúde dos consumidores, é possível visualizar mais claramente a confiança dessa relação. No entanto, mesmo em outras situações mais ordinárias, essa confiança ainda existe. É importante que o consumidor de produtos orgânicos acredite e confie na procedência dos produtos adquiridos e que esses obedeçam aos princípios da agroecologia⁹⁵. Dessa forma, tais relações só conseguem existir

⁹⁴ A EMPASA, Empresa Paraibana de Serviços Agrícolas, é a instituição que organiza a venda e distribuição de produtos hortigranjeiros em toda a Paraíba. Em Campina Grande conta com uma sede onde são comercializados esses produtos.

⁹⁵ Apesar de haver vários conceitos sobre o seu significado, segundo texto de Ana Maria Primavesi para o site da ASP-TA encontramos o conceito bastante pertinente. Assim, segundo essa autora: “Trabalhar ecologicamente significa manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida. Sempre que os manejos agrícolas são realizados conforme as características locais do ambiente, alterando-as o mínimo possível, o potencial natural dos solos é aproveitado. Por essa razão, a Agroecologia depende muito da sabedoria de cada agricultor desenvolvida a partir de suas experiências e observações locais”. Disponível em <http://aspta.org.br/article/agroecologia-e-manejo-do-solo/>. Acessado em: 12/02/2020.

quando há um grau de confiança e de conhecimento das informações envolvidas no processo, de forma que se gere a credibilidade necessária. Segundo a fala de um dos agricultores entrevistados, a prática de uma agricultura orgânica já se mostra, por si só, como uma prática solidária.

Emilly: O senhor acha que uma pessoa que faz uma plantação orgânica faz porque pesa o lado financeiro né? Mas faz isso porque pensa mais em que lado? Por que a diferença de lucro não é muito grande, né? Ou o senhor acha que é? Entre uma plantação orgânica e uma que não é orgânica.

SM: Olhe, a plantação orgânica não é valorizada. Aqui ninguém sabe valorizar o orgânico, essa é que é a verdade. Por isso que o plantador orgânico tá igual com os outros em termo de preço, agora em termos de quantidade isso aqui tá menor. Mas isso tá mudando. Porque o número de câncer no ser humano tá uma coisa expressiva. A gente tá comendo carne de gente que tá contaminada com câncer? Não tá. Então de onde é que vem? Da alimentação, vem do campo. O campo teve educação para produzir alimento de qualidade? Ele pensou em si, pensou nos outros? A gente conhece propriedades aqui de gente que joga veneno no campo sem misericórdia nenhuma e em tudo bota veneno, não sei pra quê, não tem nem necessidade pra isso. Aí o que acontece, *mas tu come isso daí?* (em referência ao questionamento que ele faz) – *Não, o que eu como tá li reservado* (em resposta). A gente vive muito isso aqui no nosso diagnóstico. A gente já encontrou informação de gente que já morreu com veneno. Gente que já ficou paralisado. A gente conhece gente que já ficou paralisado com veneno. E isso faz bem a ninguém, Emilly? Graças a Deus a gente está sossegado nesse ponto.

Emilly: Então o senhor acha que quem faz uma plantação orgânica ou sustentável, faz porque tem um grau de consciência maior?

SM: Esse é o fator principal. Eu quero ver você bem de vida, com saúde. Porque também se eu trabalho aqui com veneno, eu posso não comer essa mercadoria, mas eu me contago com ela. Isso está na cara. *Ah, mas eu não tô comendo*, mas e o reservatório de água? E o lençol freático? E como é que fica o ar? Se fosse um sozinho no mundo não era muita coisa não, mas está no universo todo.

Foi possível perceber, também, que o uso da terminologia “veneno” para denominar os agrotóxicos se mostrou bastante corriqueira entre os agricultores agroecológicos. A expressão elucidava toda a carga negativa com que esses agricultores familiares encaravam o agrotóxico, enquanto algo que seria capaz de roubar vidas ou mesmo de fazer definhar aqueles que mantinham algum tipo de contato com esses. A preocupação com os problemas gerados com o uso de agrotóxicos foi também bastante recorrente. Os agricultores entrevistados citaram, em mais de uma ocasião, o número crescente de casos de câncer em Lagoa Seca e sua possível relação com o uso dos agrotóxicos, problemas esses sofridos tanto pelos agricultores quanto pelos consumidores. Outra terminologia com emprego negativo foi dada à EMPASA, apelidada de “roçado do vizinho”, para elucidar as situações em que o agricultor, não tendo o que comercializar, procura o “roçado do vizinho” para resolver essa questão. Esse ato foi totalmente

condenado, já que desvirtuava a feira enquanto um negócio agroecológico, pois é sabido que os produtos comercializados na EMPASA advêm de plantações praticantes do uso de agrotóxicos e de uma produção não sustentável.

Para Ploeg (2009), a adoção de produções agroecológicas por parte dos agricultores familiares faz parte daquilo que esse autor denomina de “terceira forma de resistência”, assim:

O que quero destacar é que a terceira forma de resistência – a intervenção direta nos processos produtivos e no trabalho e sua alteração – está onipresente na agricultura de hoje. Está presente no florescimento da Agroecologia, assim como é a principal força motriz das muitas formas de desenvolvimento rural autóctone que estamos testemunhando na Europa (PLOEG, 2009, p.26).

Essas estratégias são desenvolvidas e trabalhadas como uma forma de superar as adversidades colocadas pelo meio, seja a escassez de água e recursos ou mesmo como uma forma de superar os problemas advindos com o crescimento do agronegócio e, por isso, são consideradas como formas de resistência da agricultura familiar, que busca sobreviver em meio às condições que não lhes são favoráveis.

5.2 Trabalho, braços e renda monetária

No Sítio Almeida, as famílias agricultoras contam com cerca de 2,8 membros em idade produtiva por domicílio, os quais fazem parte daquilo que denominamos de mão-de-obra potencialmente disponível⁹⁶. Essa mão de obra se refere também àqueles indivíduos que por algum motivo não se dedicam integralmente às atividades agropecuárias, dedicando-se a outras atividades de trabalho ou estudo, mas que são utilizadas como solução para momentos em que há pico de trabalho. Já em relação aos indivíduos envolvidos diretamente nas atividades agrícolas e/ou pecuárias, esse número é de 2,1 indivíduos por domicílio. Nesse sentido, é possível inferir que há pelo menos um indivíduo em cada domicílio que desenvolve alguma atividade não-agrícola. Esse dado é revelador de que cada vez mais surgem outras oportunidades de ocupação para os indivíduos agricultores ou filhos destes, sejam oportunidades de emprego, sejam de estudos.

⁹⁶ Para esse cálculo, utilizamos como referências as pesquisas de HELFAND *et al* (2014), que consideram como adultos os maiores de 14 anos e como ½ adulto os que se encontram abaixo dessa idade, sendo indiferente nesse caso homens e mulheres.

No que se refere às rendas não agrícolas, obtivemos as seguintes respostas (Quadro 23):

Quadro 23: Fontes de renda não-agrícola no Sítio Almeida

Rendas não agrícolas	Nº de casos	Percentual
Não possui renda não agrícola	3	6,4
Aposentadoria	13	27,7
Comércio/Programa Assistencial	3	6,4
Programa Assistencial	12	25,5
Salário	1	2,1
Comércio	1	2,1
Aposentadoria e Programa Assistencial	4	8,5
Salário e Programa Assistencial	4	8,5
Aposentadoria e salário	4	8,5
Aposentadoria e Comércio	1	2,1
Não sabe ou não respondeu	1	2,1
Total	47	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Constatamos que a média da renda monetária *per capita* autodeclarada por esses indivíduos é de R\$ 440,00 reais mensais. Em 27,7% dos domicílios, a aposentadoria aparece como a única fonte de renda não agrícola da família. Quando somada a outras respostas em que a aposentadoria aparece associada, esse valor sobe para 46,8%, que revela a importância da previdência social para à agricultura familiar. Situação semelhante ocorre com os auxílios governamentais, a exemplo do Garantia Safra e do Bolsa Família, e com as rendas obtidas através de salário/comércio, que funcionam como suporte para os tempos mais difíceis ou mesmo quando a organização reprodutiva da família não funciona como o esperado.

De forma geral, obter rendas de fora da agricultura é uma das estratégias que as famílias agricultoras encontram para se manter na agricultura, pois é uma maneira de garantir a reprodução do grupo familiar. Essa estratégia se torna essencial quando a família não consegue assegurar sua reprodução apenas com os frutos da agricultura. No entanto, em 03 dos domicílios entrevistados, encontramos famílias que afirmaram não ter nenhuma renda não agrícola.

5.3 Organização do trabalho, o tempo e o projeto familiar

Sobre a organização do tempo e a distribuição de responsabilidades entre os membros do grupo familiar e relacionadas ao trabalho e à geração de rendas dentro e fora do sítio, identificou-se que o chefe de família exerce a agricultura/pecuária em 97,6%⁹⁷ das famílias, sendo que esses se dedicam mais à agricultura em 87,2% dos casos⁹⁸. Já a pecuária é a atividade na qual eles mais dedicam seu tempo, estando presente em 21,8% das famílias⁹⁹. Em relação à mãe de família, observou-se que há um percentual de participação na agricultura/pecuária em 80% das famílias. Esta se dedica mais à agricultura do que à pecuária em 91,7% dos domicílios, sendo o restante do tempo dividido entre o cuidado com os quintais, a criação de aves e a pecuária. Em 25,6% das famílias com filhos menores de 18 anos, foi afirmado que esses exerciam a agricultura, pecuária ou o cuidado das aves.

Além disso, encontramos 02 famílias que afirmaram ter algum membro trabalhando sob o regime do que denominamos de “trabalho alugado”, como diaristas nas terras dos vizinhos, dentro ou fora do Sítio Almeida, representando um percentual de 4,3% das famílias entrevistadas. O sistema de trabalho é conhecido como diária, já que o pagamento e o acerto sobre o serviço são acordados diariamente. As famílias que possuem algum membro exercendo o trabalho alugado possuem renda *per capita* de R\$ 345,00 reais mensais, quase cem reais menor que a média *per capita* geral no Sítio, que é de R\$ 440,00 reais mensais *per capita*¹⁰⁰. Uma dessas famílias encontra-se em situação de segurança alimentar e a outra em situação de insegurança alimentar leve.

5.4 Produção e autoconsumo

Cerca de 51,2% das famílias entrevistadas afirmaram não comercializar sua produção agrícola, destinando a mesma para consumo da família ou mesmo para a alimentação dos animais. Entre aqueles que comercializam sua produção, 40,9% o faz através de feiras, 36,3%

⁹⁷ Todos os dados relacionados às atividades rurais desenvolvidas no sítio se referem às famílias que afirmaram desempenhar alguma atividade agropecuária.

⁹⁸ Em relação às outras atividades exercidas no sítio.

⁹⁹ Atividades como, caça, pesca e extração vegetal não obtiveram valores significativos já que ou os pais das famílias não conseguiram quantificar esses valores ou essas atividades não são exercidas por eles.

¹⁰⁰ Todos os valores que se referem à renda dessas famílias agricultoras foram obtidos a partir da autodeclaração dos próprios agricultores, que tomam como base os recursos que têm acesso em dinheiro, excluindo o autoconsumo.

diretamente com o consumidor, 22,7% através de atravessador e o restante se divide entre essas três formas de comercialização já citadas. Das famílias agricultoras que comercializam sua produção, encontramos 10 que realizavam uma atividade agrícola organizada em função do mercado. Dentre os gêneros comumente plantados obtivemos os seguintes dados (ver quadro 24):

Quadro 24: Gêneros alimentícios cultivados no Sítio Almeida

Gêneros alimentícios cultivados	Porcentagem de famílias que plantaram	Quantidade colhida (em saco de 60 Kg)	Quantidade vendida (em saco de 60 kg)
Milho	93,3%	83,5	21,5
Feijão	95,6%	83	24,3
Fava	37,8%	3,92	1
Macaxeira	73,3%	75,5	30,2
Mandioca	54,5%	192,1	58,3
Batata-doce	77,8%	197,1	178
Hortaliças	44,4%	*101	*

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A maior parte dos entrevistados não soube informar quantos hectares foram destinados para cada plantação, uma vez que muitos deles se misturam, a exemplo do milho e do feijão ou fava. Houve, também, bastante dificuldade em precisar a quantidade colhida e plantada de cada gênero. A dificuldade em precisar tais números ocorria, segundo nos fora relatado, devido ao fato da colheita e a venda não serem realizadas de maneira contínua em alguns gêneros, mas de forma espaçada e de acordo com a necessidade de cada família, ou mesmo conforme a oportunidade de venda aparecia, o que dificultava a memorização desses dados.

Dos entrevistados que plantaram no último inverno, 9,5% afirmaram ter perdido toda a plantação de milho, 4,7% perderam toda a plantação de feijão, 6,3% toda a plantação de fava,

* As famílias agricultoras, devido à natureza do gênero alimentício em questão, não souberam precisar quantos quilos foram colhidos e/ou vendidos, já que esses são contabilizados de diferentes maneiras (pés, para as alfaces, unidade para os repolhos etc.).

3% toda a plantação de macaxeira e 5,7% toda a plantação de batata-doce. Nenhuma família, porém, chegou a perder a plantação de mandioca. Em relação à renda obtida através do autoconsumo as famílias encontraram bastante dificuldade de quantificá-la. Entre aquelas que conseguiram estabelecer um valor¹⁰² obtivemos que, em média, R\$ 210,00 é gerado (são gerados) através do autoconsumo por mês para cada família. No entanto, acreditamos que esse valor é superior ao citado e que a dificuldade de perceber o valor economizado no dia a dia com o autoconsumo ocorre devido à complexidade desse cálculo, principalmente em famílias extensas.

O plantio de hortaliças também apresentou uma quantidade significativa de adeptos, uma vez que quase metade das famílias entrevistadas afirmaram possuir horta em casa, o que nos dá um total de 20 famílias. Dessas 20 famílias produtoras de hortaliças, 12 famílias afirmaram comercializar sua produção e 08 afirmaram que toda a produção era utilizada para o consumo da família, o que nos leva a acreditar que o plantio de hortaliças não aparece apenas como fruto da tradição de comércio de hortaliças que está inserida na cidade, mas que esses indivíduos também consomem esses vegetais produzidos e que, por isso, eles façam parte de dieta dessas famílias.

Percebemos também, que quase 80% das hortas destinadas ao mercado se enquadravam nos critérios agroecológicos, segundo os agricultores. Segundo Wilkinson (2003), esse tipo de estratégia está:

Amparada em noções de inovação que valorizam os conhecimentos tácitos e as complementaridades dinâmicas de relações interpessoais e de proximidade, a promoção de “sistemas locais de inovação” ou “arranjos produtivos locais” caminha na mesma direção (WILKINSON, 2003, p.63).

E complementa: “A noção que unifica essas abordagens tem sido aquela de ‘valor agregado’ pensado como mecanismo tanto para aumentar como para reter as rendas no âmbito da economia local.” (WILKINSON, 2003, p. 73). Diante das dificuldades que a agricultura familiar enfrenta, a produção de orgânicos aparece como um mecanismo de resistência através da adaptação. Por meio da apropriação do discurso que alerta para os impactos do agronegócio e para a importância de uma produção preocupada com o meio ambiente e com o consumidor, os agricultores adeptos desses princípios agregam valor mercadológico aos seus produtos e

¹⁰² Apenas oito famílias conseguiram expressar esses valores, assim, os dados trazidos aqui se referem exclusivamente a esses casos.

conseguem, assim, reafirmar a importância do seu papel na sociedade. Segundo Ploeg (2009), esses produtos se destacam, porque:

Os consumidores valorizam cada vez mais a autenticidade, os produtos recém-colhidos, o sabor e a diversidade e estão dispostos a remunerar produtores engajados em novas e apropriadas formas de sustentabilidade. Esse processo requer o compartilhamento do conhecimento a respeito da origem dos produtos e serviços, o que ajuda a criar e sustentar mercados que oferecem preços diferenciados (um pouco acima do valor convencional) (PLOEG, 2009, p.29).

Destarte,

A estratégia de “qualidade superior” tem se baseado, na prática e na teoria, no modelo francês de construção de *appellations de origine*. Este modelo se difundiu como uma estratégia mais generalizada de alternativa para a agricultura familiar francesa a partir dos anos 60. Ele tinha o seu foco no nicho de produtos artesanais em contexto de forte apoio público, inclusive com os subsídios da Política Agrícola Comum (PAC), e se baseava em sistemas muito formalizados de legitimação a partir do protótipo elaborado para os vinhos. Atualmente, e no contexto da América Latina, uma série de fatores indica que o sucesso da estratégia de “denominação de origem” dependerá da capacidade de se ir além do puro mimetismo para desenhar modelos mais adaptados à evolução dos mercados e ao novo quadro institucional (WILKINSON, 2003, p. 75).

Entretanto, segundo esse mesmo autor, a principal barreira para os mercados de orgânicos seria a dificuldade de obter certificação. Apesar do mercado de orgânicos aparecer como uma oportunidade de inserção da agricultura familiar, as exigências tecnológicas e mercadológicas mostram-se como entraves para que essa seja uma inserção plena, já que, para se manter em tais mercados, ela deverá alcançar novos níveis de qualidade e de produtividade, através da aquisição de maquinários e implementação de processos produtivos que não condizem com a realidade da maioria dessas famílias agricultoras.

5.5 Consumo e acesso aos mercados

Ao questionarmos as famílias sobre a aquisição de alimentos que compõem sua dieta, obtivemos como resposta uma extensa e variada relação de produtos. Visto que a quantidade de itens adquiridos pelas famílias por meio da compra no mercado era significativa, invertamos a pergunta e passamos a questionar sobre quais alimentos não eram comprados pela família.

Dessa forma, a questão tornou-se mais objetiva, apontando para um grau elevado de dependência das famílias em relação ao mercado e na condição de consumidores de produtos básicos que compõem sua dieta alimentar, quais sejam: feijão, arroz, fubá, farinha, leite, ovos, tubérculos, verduras, laticínios, legumes, pães, bolos, biscoitos e carne. Diante disso, tivemos um percentual de 19,1% das famílias que precisam comprar todos os alimentos que compõem a sua dieta básica.

O feijão é o alimento de menor índice de compra: cerca de 31,9% das famílias precisam comprar esse item, seguido pelos tubérculos, com 34% de famílias que compram tal item. Em terceiro ficam os legumes e verduras, com cerca de 72% de famílias que precisam comprá-los. Os ovos de galinha, o leite e a farinha de mandioca apresentam, respectivamente 93,6%, 95,7% e 97,9% de famílias que possuem essa necessidade de compra. Todos os outros alimentos componentes da dieta dessas famílias, como arroz, fubá, carne de gado¹⁰³, pães, bolos, biscoitos, café e laticínios, são obtidos em sua totalidade através dos mercados, feiras, supermercados ou através de trocas ou compras com os vizinhos. A compra dos alimentos que compõem a dieta básica das famílias agricultoras¹⁰⁴ ocorre em 91,5% dos casos nos mercados, supermercados locais e feiras locais. Cerca de 36,2% dos entrevistados afirmaram comprar de vizinhos. As outras formas de aquisição desses alimentos não têm presença significativa, possuindo menos de 5% das respostas. Visto que os únicos alimentos que não são comprados são feijão, tubérculos/raízes, leite, ovo e em poucos casos a farinha de mandioca¹⁰⁵, implica diretamente na afirmação de que essas famílias terão que adquirir o restante dos ingredientes que irão compor suas dietas através de outras formas, a exemplo dos mercados e supermercados locais, ou mesmo através de trocas ou compras entre vizinhos ou com atravessadores.

O plantio de raízes/tubérculos e verduras e legumes se apresenta como uma estratégia importante para a alimentação dessas famílias que, além de poder atestar a qualidade desses alimentos e de ter uma variação alimentar significativa, conseguem inserir tais alimentos em várias refeições. A batata-doce e a macaxeira, por exemplo, são bastante utilizadas tanto no café da manhã, quanto no almoço e no jantar, sendo uma fonte alternativa de carboidrato que pode ser facilmente utilizada no lugar do cuscuz de milho, do arroz ou do macarrão, por exemplo.

¹⁰³ Como o abate dos animais de grande parte não é realizado por nenhuma das famílias entrevistadas que pratica pecuária de corte, é necessário que elas adquiram a carne por outras vias.

¹⁰⁴ Mais de uma resposta poderia ser fornecida para a pergunta: “Onde a família adquire os alimentos que não produz?”.

¹⁰⁵ Não inserimos o milho nesse contexto pelo fato do consumo humano desse alimento ocorrer apenas de forma sazonal.

Assim, na impossibilidade de comprar ou de obter tais alimentos, por quaisquer motivos, a segurança alimentar das famílias que cultivam tais gêneros fica assegurada.

No entanto, ainda há uma grande dependência dessas famílias em relação ao mercado. Essa dependência nos aparece como um agravante quando analisamos os dados obtidos através da aplicação do EBIA, indicando que 31,9% dos entrevistados estão em situação de insegurança alimentar leve, índice maior que o do Estado da Paraíba, que é de 23,5%, e 6,38% em situação de insegurança alimentar moderada. O índice está menor que o do estado, que é de 13%. Os índices de (in)segurança alimentar representam um indicador direto dos níveis de desigualdades sociais através da visibilidade daqueles sujeitos que se encontram mais vulneráveis econômica e socialmente. Dessa forma, esses dados nos sugerem que apesar de todos os esforços via políticas públicas para o grupo, muito ainda precisa ser feito para que esses sujeitos possam ter melhores condições de vida.

5.6 Instituições e políticas públicas acessadas: serviços, assistência técnica, crédito e formas de associação

O acesso aos serviços comunitários é restrito no Sítio Almeida, que conta com um grupo escolar, no entanto, não conta com posto de saúde localizado no Sítio. O posto de saúde, localizado no Sítio vizinho, é simples e não conta com nenhuma infraestrutura além da sala de atendimento. Para ele, é designada uma funcionária, que atende das 8h às 17h, porém, ela não possui capacitação técnica na área de saúde, portanto, se algum morador precisar de um atendimento de emergência deverá se deslocar até o centro da cidade de Lagoa Seca. É nesse posto, também, que um médico realiza atendimentos eletivos diários. O Sítio conta com um Grupo Escolar de gestão municipal, que atende crianças em idade escolar durante toda a Educação Infantil. Quando iniciam os estudos no Ensino Fundamental, as crianças são encaminhadas para a zona urbana de Lagoa Seca. Para o transporte dessas crianças e dos outros estudantes, é disponibilizado pela Prefeitura da cidade um ônibus escolar que circula durante os três turnos escolares.

Os moradores do Almeida contam também com uma Associação de Moradores, que organiza as pautas, busca políticas e verbas para os empreendimentos. Segundo o último presidente da Associação e irmão da atual presidente, que ocupou o cargo durante 14 anos, tendo também exercido cargo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, o Sr. SM,

a presença da Associação é de grande importância para os sítiantes. Segundo ele nos relatou em entrevista,

A Associação são grupos de pessoas que tratam do bem-estar social das famílias. E a Associação é para discutir justamente propostas. A viabilidade dos projetos, de buscar vários projetos. A associação nossa tem buscado vários projetos, vários cursos aqui. Cresceu muito a questão do Agroamigo, do Crediamigo na nossa comunidade, buscado pela Associação e o pessoal tá feliz com isso. Mas ainda tem aqueles lá trás que não querem, que tem medo [...] Então, enquanto a sociedade não disser assim, eu sou forte junto com a minha assembleia, vai ficar tudo derrotado. [...] Nosso sonho é construir uma propriedade modelo e a gente não conseguiu, a não ser por essa daqui. Essa propriedade daqui já foi muito pesquisada, já veio gente até dos Estados Unidos... (em referência ao sítio do irmão, que pratica uma agricultura orgânica)

Em relação à assistência técnica para produção agrícola, 68% das famílias afirmaram que recebem tal assistência. Desses, 40% afirmaram que essa assistência é promovida pela EMPAER, 13,3% pela ASP-TA, 20% pela EMPAER e pela Associação de Moradores e 13,3% pela EMPAER e pela ASP-TA. Quando somadas as respostas em que a EMPAER aparece, temos 73,3% de famílias que recebem assistência dessa instituição. Em conversa com o Sr. SM, foi relatado que a presença de instituições que promovem assistência técnica no Sítio ainda é pequena, assim, segundo ele:

Tem alguns dados pluviométricos [afirmando que chove cerca] de 1600mm anual, isso a média [em relação ao município]. Então, se a gente tivesse um acompanhamento técnico de bom conhecimento, porque muitas vezes o técnico chega no campo, é só o técnico, eu fiz o meu curso técnico, mas eu não vou chegar no campo pra impor nada numa agricultura de ninguém. Eu me associo a ele, pra buscar os conhecimentos dele, juntar com o meu e juntos a gente vai fazer uma proposta pra administrar essa propriedade, essa pequena propriedade, que renda. Isso aqui é feito assim, se ele aceitar bem, eu não vou impor, eu vou te mostrar como eu sei fazer. Então a gente tem técnico hoje muito parado, a gente tem técnico bom também, mas também tem técnico que desmancha tudo que já foi feito. (SM, agricultor, 70 anos).

Segundo o Sr. SM nos relata, ainda há muito para ser conquistado quando o assunto se refere à assistência técnica no município de Lagoa Seca. De acordo com ele, muitas vezes os técnicos acabam atrapalhando os agricultores ao não respeitar o saber fazer e as tradições dessas famílias. Apesar desse dado, ele reitera a importância de instituições como a ASP-TA, que atua no município há mais de 15 anos e ajudou a construir a agricultura que se encontra lá atualmente. No entanto, ele afirmou que: “A ASP-TA já atou muito em Lagoa Seca, hoje ela atua mais no Curimataú. Lagoa Seca tem como andar com os pés dela.”.

A AS-PTA, nas palavras do próprio site da instituição, “(...) é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1993, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.”. A AS-PTA tem atuação no Rio de Janeiro, Paraíba e Paraná. Na Paraíba, a AS-PTA atua na região do Agreste, em 15 municípios, região de abrangência do Polo Sindical, tendo como objetivo:

(...) fortalecer as capacidades sócio organizativas, técnicas e políticas do Polo e de suas organizações para que formulem, defendam e executem um projeto de desenvolvimento rural na região baseado nos princípios da sustentabilidade socioambiental por meio da agroecologia.¹⁰⁶.

No que tange às famílias praticantes da atividade pecuária, 36% delas afirmaram nunca ter recebido financiamento para a atividade pecuária, 12% citaram não receber mais e apenas 52% afirmaram ainda receber. Quando questionados sobre qual era o programa financiador, foi respondido que o financiamento veio do Banco do Nordeste em 68.8% dos casos, do Pronaf B em 18,8% dos casos, 12,5% não souberam ou não quiseram responder. Entre aqueles que afirmaram não receber mais esse benefício, 66% apontaram que o motivo do fim do vínculo seria o medo de ficar endividado. A assistência técnica para atividade pecuária fora fornecida em 12% das famílias entrevistadas, nesses casos, o fornecimento ocorreu igualmente pela EMPAER e pelo Banco do Nordeste.

5.7 Necessidades, objetivos e desejos: uma reflexão acerca da vida no campo

Durante a aplicação do questionário, foram realizadas 07 perguntas abertas a fim de avaliar o grau de satisfação daqueles indivíduos frente à vida na agricultura. Dessa forma, tais perguntas foram realizadas apenas entre aqueles que se consideravam agricultores. Diante da primeira pergunta: “Sente-se feliz/realizado na agricultura?”, 95,6% dos entrevistados responderam que sim, as respostas fornecidas para explicar por que esses agricultores familiares se sentiam felizes foi organizada em blocos, gerando o seguinte quadro (ver Quadro 25):

¹⁰⁶ Trecho retirado no site da AS-PTA: <http://aspta.org.br/>

Quadro 25: Por que se considera feliz na agricultura? – Sítio Almeida

Respostas Fornecidas	Nº de casos	Percentual
A agricultura é a única coisa que possuo	1	2,3
Gosto de plantar e colher	2	4,7
Gosto dessa vida	8	18,6
É a única coisa que sei fazer	4	9,3
Tenho uma vida calma	3	7,0
Gosto da Natureza	2	4,7
Consigo o que comer	4	9,3
Acostumei-me	5	11,6
Gosto da liberdade que a natureza proporciona	2	4,7
Tenho autonomia	2	4,7
Prefiro mais viver no Sítio que na cidade	1	2,3
Vivo uma vida saudável	1	2,3
Não preciso comprar aquilo que colho	1	2,3
Liberdade/Ter o que comer	1	2,3
Tenho de tudo	1	2,3
Consigo estar com a família	1	2,3
Não me acostumei com outra coisa	1	2,3
Não soube ou não quis responder	3	7,0
Total	43	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Foram fornecidas 18 respostas para essa pergunta, a maior parte delas denota que a felicidade desses indivíduos advém de uma associação positiva com o exercício da agricultura. Se somadas as respostas "Gosto de plantar e colher", "Gosto dessa vida", "Tenho uma vida calma", "Gosto da Natureza", "Consigo o que comer", "Gosto da natureza", "Vivo no que é meu", "Gosto da liberdade que a natureza proporciona", "Tenho autonomia", "Prefiro mais viver no Sítio que na cidade", "Vivo uma vida saudável", "Não preciso comprar aquilo que colho", "Liberdade/Ter o que comer", "Tenho de tudo" e "Consigo estar com a família", temos um percentual de 67,5% das respostas válidas. Essa relação positiva é de grande importância e tem impacto significativo na saúde mental e física dessas pessoas.

Nas respostas “Tenho uma vida calma”, “Consigno o que comer”, “Vivo no que é meu”, “Tenho autonomia”, “Vivo uma vida saudável”, “Não preciso comprar aquilo que colho”, “Liberdade/Ter o que comer”, “Tenho de tudo” e “Consigno estar com a família”, somando 32,5%, denotam que a felicidade desses indivíduos advém das consequências da prática da agricultura, seja através da possibilidade de se reproduzir social e economicamente, sob os termos “tenho o que comer” e “não preciso comprar o que colho”, por exemplo, ou mesmo pela autonomia e direito de decisão sobre as próprias escolhas, tempo e corpo, que são trazidos sob os termos “autonomia” e “liberdade”, por exemplo. A resposta “Consigno estar com a família” denota a importância do capital social e da formação de laços para a felicidade. Ademais, aparece em uma das respostas a preocupação com a saúde, na resposta “Vivo uma vida saudável”, enquanto justificativa da felicidade, que denota a existência de uma preocupação com a saúde. Essa preocupação é bastante perceptível no discurso das instituições que se inserem no Sítio e faz parte, também, do discurso levantado pelos agricultores agroecológicos, que colocam a saúde e bem-estar no topo dos debates sobre sustentabilidade e agroecologia. As respostas “Gosto de plantar e colher” “Gosto dessa vida”, somando 23,3% das respostas, denotam que a felicidade desses indivíduos vem do próprio exercício da agricultura. Nas respostas “Gosto da Natureza”, “Gosto da liberdade que a natureza proporciona” e “Prefiro mais viver no Sítio que na cidade”, somando 11,7% das respostas, denotam que a felicidade desses indivíduos advém do contato ou da proximidade com a natureza.

Em relação às respostas “A agricultura é a única coisa que posso”, “É a única coisa que sei fazer”, “Acostumei-me” e “Não me acostumei com outra coisa”, que somam 25,5% do percentual válido, é possível interpretar que a felicidade admitida advém, talvez, da falta de opção dessas pessoas para exercer outras profissões ou se inserirem em outros contextos, e que essa felicidade, muito provavelmente, ocorre devido à capacidade de ressignificação e de resiliência que esses indivíduos possuem. Dentre aqueles que responderem não serem felizes, metade respondeu que esse sentimento se devia à dificuldade para conquistar bens materiais e a outra metade pelo fato de não gostar da agricultura. A pouca valorização da agricultura, a dificuldade de acesso as políticas públicas, a penosidade do trabalho, a insegurança, entre outros fatores, podem estar relacionados com tais respostas, além disso, como já fora pontuado, a falta de oportunidades para iniciar novas trajetórias fora da agricultura ou do ambiente rural podem ser explicações plausíveis para esse contexto.

Na segunda pergunta, “Sente que poderia viver melhor através da agricultura?”, 71,1% dos entrevistados responderam que sim. Quando indagados como poderiam viver melhor, obtivemos as seguintes respostas (ver Quadro 26):

Quadro 26: Como poderia viver melhor? – Sítio Almeida

Respostas Fornecidas	Nº de Casos	Percentual
Com mais recursos/financiamentos	10	30,3
Com mais chuva/Recurso hídrico	15	45,5
Com mais segurança	1	3,0
Se conseguisse plantar mais	2	6,1
Não sabe ou não respondeu	5	15,1
Total	33	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Todas as respostas fornecidas, com exceção da resposta “Com mais segurança”, tratam ou fazem referência ao acesso à infraestrutura que capacite e possibilite novas oportunidades de vida e de trabalho. A possibilidade de acesso aos recursos hídricos é requerida por 45,5% dos entrevistados e 30,3% afirma que poderia viver melhor se houvessem mais investimentos para a agricultura. Todos esses requerimentos podem ser amparados através de políticas públicas que percebam as necessidades e os problemas enfrentados por esses agricultores familiares. Entre aqueles que responderam que não poderiam viver melhor, 20% responderam que com a agricultura só se consegue chegar até ali, 10% afirmaram já estar satisfeitos, 10% afirmaram que não possuem mais idade e 10% culpavam a pouca valorização da agricultura. 40% não souberam ou não quiseram responder.

Na terceira pergunta: “Aspira a alguma mudança ou transformação (tanto na vida como agricultor quanto na propriedade)”, 46,7% afirmaram que sim. Quando questionados sobre quais seriam essas mudanças tivemos as seguintes respostas (ver Quadro 27):

Quadro 27: Qual a mudança? – Sítio Almeida

Respostas Fornecidas	Nº de Casos	Percentual
Investir em insumos	2	8,3
Cercar o sítio	1	4,2
Reformar a casa	3	12,5
Fazer uma cisterna	1	4,2
Benfeitorias no sítio	12	50,0

Comprar mais terras	1	4,2
Não sabe ou não respondeu	4	16,7
Total	24	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Apesar de haver a possibilidade de requerer mudanças na vida na agricultura, as repostas se referem apenas a modificações nos sítios, na casa, investimentos em insumos ou compra de mais terras. Tais respostas complementam-se com a segunda pergunta, “Sente que poderia viver melhor através da agricultura?” e mostra que essas pessoas sabem o que desejam para o futuro e quais as condições para que haja uma melhoria em suas vidas. Assim como na pergunta anterior, os requerimentos levantados aqui podem ser resolvidos através do acesso às políticas públicas já existentes ou mesmo com a formulação de novas políticas que atendam tais anseios. Dentre os que responderam não almejar nenhuma mudança/transformação, 13,6% afirmaram não ter mais idade ou saúde para desejar mudança, 9,1% justificaram não ser o proprietário das terras, 4,5% justificaram que já estaria satisfeito e 72,7% não souberam ou não quiseram responder.

Na quarta pergunta “Sente vontade de migrar para outro Sítio ou para a zona urbana?”, 82,2% responderam que não deseja migrar, 8,9% responderam que gostaria de migrar para outro sítio e 8,9% que gostariam de migrar para a zona urbana. Quando questionados sobre a justificativa para a vontade de migrar, 25% responderam que gostariam de mudar para um sítio maior, 25% gostariam de migrar para se juntar à família, 25% responderam que gostariam de se mudar para um sítio melhor ou mais próximo da cidade, 12,5% gostariam de se mudar por conta da violência e 12,5% não souberam ou não quiseram responder. Dentre aqueles cuja resposta fora negativa a migração, obtivemos as seguintes respostas (ver Quadro 28):

Quadro 28: Por que não gostaria de migrar? – Sítio Almeida

Respostas Fornecidas	Nº de casos	Percentual
Porque gosto	12	32,4
Devido aos parentes	1	2,7
Sossego/Tranquilidade	2	5,4
Estou satisfeito	2	5,4
Acostumei-me	5	13,5
Não sabe ou não respondeu	15	40,5
Total	37	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Dentre as respostas fornecidas, 37,8% afirmaram que não gostariam de migrar porque gostam do sítio onde vivem ou que está satisfeito com o lugar ou a situação. 5,4% fazem referência ao sossego/tranquilidade como resposta do porquê não migrar. Geralmente essa resposta era dada em contraposição à ideia de viver na cidade, cuja agitação era vista com uma conotação negativa. 2,7% explicaram que não gostariam de migrar para não se afastar da família e 13,5% afirmaram ter se acostumado com a vida no ambiente rural ou mesmo com o próprio sítio de moradia. Cerca de 40% dos entrevistados não souberam ou não quiseram explicar o motivo de porque não gostaria de migrar. Essa alta porcentagem pode ser explicada devido à complexidade de sentimentos que levam as pessoas a gostarem ou ficarem em um lugar. Provavelmente, devido à subjetividade da pergunta, seria necessário mais tempo para que esses indivíduos elaborassem alguma justificativa para essa resposta.

Na quinta pergunta: “Gostaria que os filhos trabalhassem na agricultura?”, 53,3% responderam que sim, 35,6% responderam que não e 11,1% não souberam ou não quiseram responder. Dentre os que responderam que não, 52,6% preferem que os filhos estudem e/ou que se dediquem a outra profissão, 26,3% justificaram que essa é uma atividade perigosa/difícil, 5,3% afirmaram que as terras não são suficientes e 15,8% não souberam ou não quiseram responder. A penosidade, a instabilidade e a pouca valorização da agricultura são vistas aqui como uma atividade sacrificante e difícil, de forma que esses agricultores familiares preferem que os filhos desenvolvam outras atividades. Ao mesmo tempo, é possível perceber que na resposta “Não há terras suficientes”, existe a preocupação em relação ao pequeno tamanho dos sítios e com a logística de uma infraestrutura que não comportaria mais mão-de-obra, mas que poderia ser vista de outra maneira caso tal condição mudasse.

Dentre aqueles que gostariam de ver os filhos na agricultura, obtivemos as seguintes justificativas (ver Quadro 29):

Quadro 29: Por que gostaria que os filhos trabalhassem na agricultura? – Sítio Almeida

Respostas Fornecidas	Nº de Casos	Percentual
Para que eles fiquem por perto	2	8,0
Porque valorizo a vida no sítio	4	16,0
Porque é uma vida digna	3	12,0
Porque é a única opção	2	8,0
Pela autonomia	1	4,0
Não sabe ou não respondeu	13	52,0
Total	25	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

As respostas “Porque valorizo a vida no sítio”, “Porque é uma vida digna” e “Pela autonomia”, que somam 32% das respostas, demonstram que a vontade de ver os filhos na agricultura advém de uma perspectiva que valoriza a agricultura enquanto atividade de produção e geração de renda em que os indivíduos são donos do seu corpo e do seu tempo. A resposta “Para que eles fiquem por perto” demonstra a importância dada à integridade dos laços familiares através da formação das famílias extensas, que permitem o contato e o cuidado cotidiano com os filhos, mesmo depois de adultos. A resposta “Porque é a única opção”, que representa 8% das respostas, aparece como a visão de que não existiria outra possibilidade para os filhos. Essa resposta vinha sempre acompanhada da frase: “Eles não querem estudar, não tem outra saída.”, demonstrando que, nesses casos, a agricultura não seria uma escolha, mas sim uma solução para a falta de outras oportunidades. 52% dos entrevistados não souberam ou não quiseram justificar sua resposta. Assim como no caso anterior, esse número pode ser explicado por causa da subjetividade da pergunta. Além disso, outra possibilidade seria a falta de confiança do entrevistado em relação ao entrevistador, que poderia não deixar espaço suficiente para a exploração de assuntos sobre questões familiares.

A sexta questão pedia para que os agricultores elencassem as dificuldades encontradas no dia a dia devido à vida na agricultura, havendo a opção de não encontrar nenhuma dificuldade, o que foi o caso de 22,2% dos entrevistados, o restante das respostas foi organizado da seguinte forma (ver Quadro 30):

Quadro 30: Dificuldades encontradas devido à vida na agricultura – Sítio Almeida

Respostas Fornecidas	Nº de Casos	Percentual
Falta de chuvas/ recurso hídrico	7	20,0
Falta de chuvas/Instabilidade	4	11,4
Arriscado/Instável	1	2,8
Pouco valorizado	1	2,8
Instável e pouco valorizado	1	2,8
Transporte/Assistência médica	1	2,8
Falta de chuva e investimento	3	8,5
Violência	6	17,1
Falta investimento	4	11,4
Violência/Instabilidade	2	5,6
Penosidade/Violência	3	8,5
Escoamento da mercadoria	1	2,8

Pouca infraestrutura	1	2,8
Total	35	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

As respostas fornecidas foram agrupadas em 13 tópicos que envolvem desde segurança pública, infraestrutura até a desvalorização da agricultura. As respostas que obtiveram os maiores percentuais dizem respeito aos problemas hídricos, com 40% das respostas válidas. Instabilidade e penosidade da agricultura também aparecem repetidas vezes, assim como a violência que, quando somadas todas as respostas em que aparece, temos 24,5% das respostas válidas. As respostas dizem respeito, em sua maioria, aos problemas encontrados no exercício da agricultura e que acabam por dificultar ou impossibilitar o pleno exercício dessa, a exemplo das respostas “Falta de investimento”, “Escoamento da mercadoria” “Pouca infraestrutura” e as respostas que envolvem a falta ou a dificuldade de acesso aos recursos hídricos. Outras questões como “Violência” e “Transporte/Assistência médica” fazem referência aos problemas encontrados na vida no ambiente rural, independente do exercício da agricultura¹⁰⁷.

A sétima e última questão pedia que os entrevistados elencassem as vantagens/facilidades encontradas no dia a dia devido à vida na agricultura, havendo também a opção de não encontrar nenhuma facilidade, o que ocorreu com quase 50% dos entrevistados. A disposição das respostas ocorreu da seguinte maneira (ver Quadro 31):

Quadro 31: Elencar facilidades/vantagens que encontra devido a vida na agricultura – Sítio Almeida

Respostas Fornecidas	Nº de Casos	Percentual
Possibilidade de sobreviver	1	4,3
Ter o que comer	7	30,4
Não precisar pagar água e economia de energia ¹⁰⁸	1	4,3
Sossego/Tranquilidade	4	17,5
Saber a qualidade do que consome	1	4,3
Viver por conta própria	2	8,7
Ter onde trabalhar	1	4,3
Não precisar comprar aquilo que colhe	2	8,7

¹⁰⁷ Esse número se refere àqueles indivíduos que, sendo agricultores, conseguiram elencar alguma dificuldade.

¹⁰⁸ A economia na conta de energia referida aqui diz respeito aos descontos fornecidos aos moradores da zona rural. Esse desconto foi revogado durante o governo do presidente Michel Temer, em 2018.

Solidariedade/Trocas com vizinhos	1	4,3
Autonomia/Liberdade	3	13,0
Total	23	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A resposta de maior porcentagem foi “Ter o que comer”, com 30,4% das respostas, se somadas a ela respostas como “Possibilidade de sobreviver”, “Não precisar pagar água e economia de energia”, “Ter onde trabalhar”, “Não precisar comprar aquilo que colhe” e “Solidariedade/Trocas com vizinhos”, que somam 56,3% das respostas fornecidas. É possível perceber na fala desses agricultores a importância da agricultura enquanto geradora de excedentes, assim como a importância do autoconsumo, da vida em ambiente rural e dos laços de solidariedade que ocorrem entre os vizinhos e se mostram como estratégias para superar as adversidades e, por isso mesmo, surgem como possibilitadores da segurança alimentar e da reprodução econômica e social desses agricultores familiares, que têm que dispor de inúmeros outros gastos na cidade, seja na alimentação, com a compra integral dos alimentos que compõem suas dietas, seja em despesas como água, gás e energia, entre outros. Além disso, na cidade, esses estariam sujeitos a uma inserção exitosa no mercado de trabalho, o que é transmitido na resposta “Ter onde trabalhar”. As respostas “Viver por conta própria” e “Autonomia/Liberdade” trazem mais uma vez a importância do controle do corpo e do próprio tempo dada por esses agricultores familiares. A tranquilidade e o sossego possibilitados pela vida na agricultura são também trazidos aqui, com 17,5% do percentual válido. No que diz respeito à resposta “Saber a qualidade do que consome”, entendemos, aqui, como sendo parte do discurso envolto na agroecologia, que prega a preocupação e o cuidado com a produção e o consumo de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos. No entanto, saber a qualidade do que se consome ainda não é a preocupação ou o pensamento mais corrente para a maioria desses agricultores familiares, que ainda estão preocupadas com o básico: ter o que comer.

6 AS VÁRIAS FACES DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

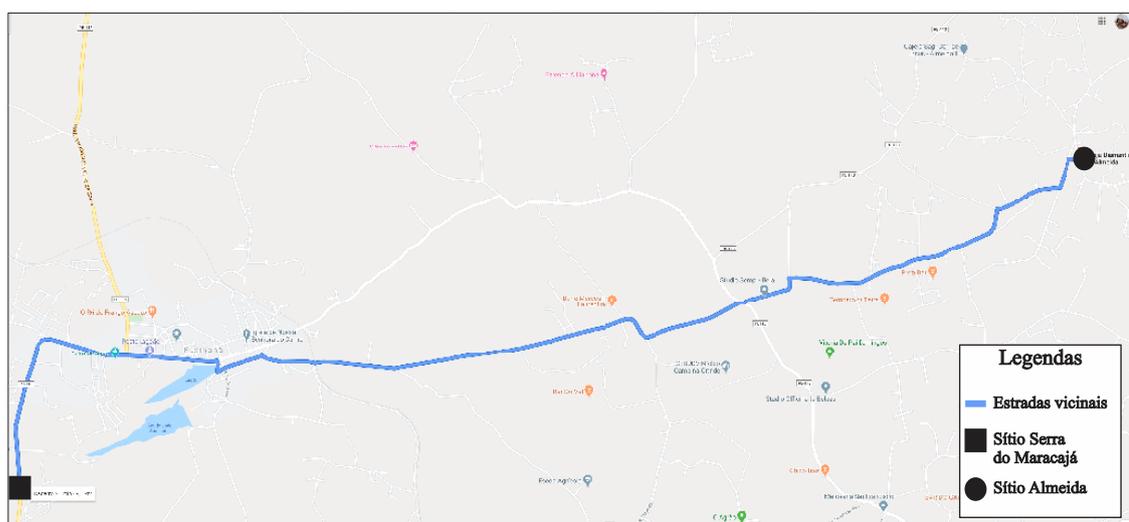
No capítulo de número cinco, intitulado de *As várias faces da agricultura familiar: uma análise comparativa*, são trabalhadas as particularidades e contrastes dos agricultores dos Sítios pertencentes aos lócus de pesquisa com o intuito de perceber de que forma questões como qualidade do solo e acesso à água, por exemplo, assim como como as instituições e as políticas públicas acessadas por esses agricultores, moldam as suas estratégias de sobrevivência e as escolhas produtivas na busca da satisfação de suas necessidades, assim como seus graus de satisfação frente ao modo de vida adotado.

6.1 Semelhanças e particularidades de cada lócus

6.1.1 Clima, vegetação e organização espacial dos sítios

A distância entre os dois Sítios é 9,2 km, através de estradas vicinais, como pode ser visualizado na figura abaixo (ver Figura 25):

Figura 25: Distância entre os Sítios Almeida e Serra do Maracajá



Fonte: Google Maps, 2020.

Os Sítios em questão possuem vegetação e climas bastante parecidos, muito embora possuam paisagens diferentes. A média pluviométrica anual dos municípios diverge, chovendo

cerca de 31% a mais no município de Lagoa Seca, onde se localiza o Sítio Almeida. Os sítios apresentam em comum a utilização das cercas e uma organização espacial bastante similar. Em um trabalho realizado por Marianne Cohen e Ghislaine Duqué (2001), acerca de duas comunidades rurais paraibanas, as autoras colocam:

Outro importante desenvolvimento consiste nas cercas construídas na região e, em particular, pelos habitantes de Belo Monte, para delimitar os espaços agrícolas, depois os recintos, e separar essas rotas nos anos quarenta e cinquenta. Nos anos sessenta, esse movimento cresceu. As cercas tornaram-se uma maneira de privatizar o uso da terra para preservar recursos naturais escassos em tempos de seca (COHEN; DUQUÉ, 2001, p. 99)¹⁰⁹.

O cercamento dos sítios não é uma prática que sempre existiu, mas aparece mais fortemente em meados de 1960 como uma forma de privatizar as terras, preservando seus recursos naturais. Assim, o cercamento dos sítios mostrou-se como uma forma de proteger os frutos do trabalho na agricultura, já que impede o gado que é criado solto em outras terras de invadir os roçados de outras famílias, mas também assegura o monopólio do uso de alguns recursos naturais, a exemplo da água.

As áreas destinadas ao roçado, pasto, galinheiro e curral são organizadas de forma semelhante, sempre nos arredores da casa de moradia, de forma a facilitar o deslocamento cotidiano. Dessa forma, as áreas de vegetação nativa costumam ficar sempre nos fundos ou nas laterais dos sítios. É interessante apontar que, mesmo contando com pequenos lotes de terra, em ambos os Sítios há o costume de deixar parte da terra intocada, de forma a preservar o solo, a vegetação e a fauna, que costumam servir como aporte em tempos difíceis, seja através da extração vegetação ou mesmo da caça. No entanto, os sítios que contam com menos de 01 hectare de terra costumam ser uma exceção a essa regra, sendo todo o sítio utilizado, seja na agricultura ou mesmo na pecuária. Segundo Wanderley (2009a), a preservação e todo o cuidado que o agricultor familiar mantém com o seu sítio se explicam devido ao fato de que o agricultor familiar:

(...) sendo um proprietário que trabalha, o produtor familiar depende, para a sua reprodução social, da preservação – e mesmo ampliação – do seu patrimônio produtivo, aqui tomado globalmente, enquanto o conjunto dos meios necessários à produção. Isto quer dizer que cabe a ele assegurar os recursos necessários para esta reprodução patrimonial (WANDERLEY, 2009a, p.139).

¹⁰⁹ Tradução livre.

A organização espacial dos sítios no Sítio Almeida diferencia-se em relação às hortas, principalmente aquelas destinadas ao mercado, que praticamente inexistem no Sítio Serra. Já os quintais se organizam de maneira similar, sendo esse um espaço para as fruteiras, plantas ornamentais e mesmo para as plantas medicinais e para a plantação de pequenas hortas, quando essa é realizada apenas para o consumo da família. Dentre as fruteiras podemos ver sempre cajueiros, mangueiras, goiabeiras, entre outros. As plantas ornamentais preferidas são as roseiras, mas também é possível encontrar cravos-da-índia, suculentas, margaridas, dalias e muitas outras. As plantas medicinais, no entanto, são as que possuem mais variedade nos quintais, sendo utilizadas também das mais variadas formas, são elas: babosa, boldo, capim-santo, mastruz, cidreira, melissa, macela, mulungu, espinheira santa, entre muitos outros. Os usos dessas plantas são parte de uma tradição secular, passados de pais para filhos. Ainda que estejam sendo trocados pela medicina alopática, mantêm-se presentes no cotidiano familiar e representam, em algumas situações, uma estratégia que evita a dependência extrema dos medicamentos alopáticos. O mastruz, por exemplo, cientificamente denominado de *Dysphania ambrosioides*, é utilizado no tratamento de alguns problemas pulmonares. Já a babosa, cuja denominação científica é *Aloe vera*, costuma ser usada no tratamento de ferimentos superficiais.

Assim, sobre a organização espacial dos sítios:

Tal como já foi discutido (Woortmann, 1983), o sítio não é concebido como uma extensão uniforme; ele é organizado pelo trabalho em espaços diferenciados, nos quais a diversidade e a disponibilidade de solos, com situações distintas quanto à inclinação, à água etc. constituem fatores importantes. Esses espaços e as atividades neles desenvolvidas articulam-se entre si. Essa articulação engendra uma espécie de modelo de insumo-produto, no qual cada espaço-atividade gera insumos para outras atividades. Tal modelo obedece ao princípio de “internalização dos supostos da produção”. Assim, por exemplo, do pasto vem o estrume que dará “força” ao solo destinado a plantação. Esta última fornecerá “palhada” que alimentará as vacas com cria. Da mandioca se extrai o veneno para combater formigas (WOORTMANN, 2009, p.120).

Em ambos os Sítios, os espaços de vida e trabalho são organizados de forma a manter um equilíbrio entre as necessidades, tanto da família quanto produtivas, e as possibilidades produtivas que as famílias encontram diante dos contextos vividos. Dessa forma, visto que as estratégias dessas famílias geralmente são pensadas e executadas através de ciclos, é preciso entender que muitas delas só podem ser compreendidas diante dos cenários e das lógicas que as guiam. Assim, criar gado bovino durante o período de secas, por exemplo, pode não parecer

a estratégia mais pertinente para um observador externo, mas é uma atividade que possui um papel importante na manutenção de toda a lógica produtiva dessas famílias agricultoras.

6.1.2 Perfil das famílias agricultoras

A distribuição das pessoas residentes nesses Sítios por faixa etária se mostrou semelhante. Em ambos, a maioria da população encontra-se com 40 anos ou mais, somando cerca de 50% em ambos os Sítios. No entanto, a população com 60 anos ou mais no Sítio Serra mostrou-se maior do que no Sítio Almeida, sendo 29% no primeiro e 18% no segundo. Por outro lado, a população entre 30 e 39 anos no Sítio Almeida é quase o dobro em relação a mesma população no Sítio Serra. Essa população mais jovem aparece também na média de idade dos pais dessas famílias agricultoras, sendo a média dos pais no Sítio Almeida 11 anos menor em relação ao Sítio Serra. Por sua vez, a média de idade das mães é 07 anos menor no Sítio Almeida em relação ao Sítio Serra. Possuir membros mais jovens na família geralmente significa dispor de mais braços para o trabalho e geração de renda, seja ela dentro ou fora da agricultura, o que ajudaria a garantir a estabilidade reprodutiva da família. Em relação ao nível de instrução, não há diferenças significativas. O que chama atenção em relação a esse dado é o alto número de pais sem nenhuma instrução formal, que em ambos os Sítios corresponde a quase 1/3 desses indivíduos. Segundo Campelo *et al.* (2018):

Ter um dos adultos com ensino fundamental completo no domicílio é um dos requisitos estratégicos de resistência para a família não entrar em situação de pobreza crônica. Significa mais acesso à informação, aproveitamento de oportunidades, expansão do exercício de cidadania. A escolaridade da mãe é um dos determinantes na redução da mortalidade infantil e nas condições de aprendizagem dos filhos. Portanto, é um dos elementos que dimensionam a importância da evolução deste indicador e seus impactos. Em 2002, menos de 7% dos mais pobres concluíam o ensino fundamental. Após 13 anos, esse índice passa para 30,3% (CAMPELO *et al.*, 2018, p. 59).

A educação é um dos problemas correlatos da desigualdade. Pais saudáveis, bem nutridos e bem-educados tendem a ter filhos com características semelhantes, dessa forma, quanto menor forem os anos de estudo dos pais, menor será a chance dos filhos de possuírem melhores condições de vida. Além disso, segundo pesquisa realizada com dados do PNDA de 2014, foi demonstrado que aproximadamente 2/3 dos filhos de pais sem instrução permanecem sem instrução ou não chegam a completar nem mesmo o Ensino Fundamental (NETO, 2019, p. 616).

A origem das famílias pesquisadas mostrou-se bastante semelhante, sendo que, em ambos, quase 50% nunca residiram em outro local. Há também em ambos cerca de 80% de famílias que têm nesses Sítios o seu local de origem ou mora lá por conta da família. Ter origem no Sítio implica dizer que, para essas famílias agricultoras, há a construção de uma história que é compartilhada e que se dá em torno de certos laços de amizade, sejam eles de vizinhança ou de parentesco. A construção de uma história de vida comum possibilita a formação de laços de reciprocidade, assim como a adoção de práticas recíprocas no cotidiano dessas famílias. Quanto mais compartilhada é a história de uma comunidade, mais comuns são os laços de reciprocidade. Dessa forma, torna-se possível a elaboração de uma memória em comum, memória essa que privilegia os laços de parentesco e amizade como forma de construir laços de confiança. Por isso, é comum que os mais novos sejam reconhecidos através dos seus pais ou mesmo dos seus avós: “Essa é a filha do Seu Beto”, como costumeiramente fui apresentada no Sítio Serra do Maracajá, mostrando também a importância dos laços familiares como forma de compreender uma trajetória de vida que é pouco conhecida ou mesmo como forma de determinar o grau de confiança que uma pessoa recebe de acordo com as relações já estabelecidas por seus familiares.

6.1.2.1 Braços para o trabalho, renda monetária e atividades desenvolvidas

Essas famílias agricultoras contam com basicamente a mesma quantidade de mão-de-obra em potencial¹¹⁰, com algumas pequenas diferenças. O Sítio Almeida conta com 0,3 pessoas em idade produtiva a mais que o Sítio Serra, possuindo também um número maior de indivíduos envolvidos diretamente nas atividades agrícolas e/ou pecuárias, sendo essa diferença de 0,4 pessoas por domicílios.

A renda *per capita* autodeclarada no Sítio Serra é de R\$ 527,00 reais, enquanto no Sítio Almeida é de R\$ 440,00, sendo a diferença entre essas rendas de R\$ 87,00 reais. Acreditamos que essa diferença seja explicada por ser o número de aposentados maior no Sítio Serra em relação ao Sítio Almeida. Destarte, a principal renda não agrícola em ambos os Sítios é a aposentadoria, sendo a única fonte de renda não agrícola em cerca de 27% dessas famílias. No Sítio Serra, há pelo menos 1 aposentado em cerca de 63,7% das famílias, já no Sítio Almeida há pelo menos 1 aposentado em 46,8% das famílias. A previdência rural tem um importante papel, já que muitas vezes se mostra como uma forma para os agricultores garantirem a

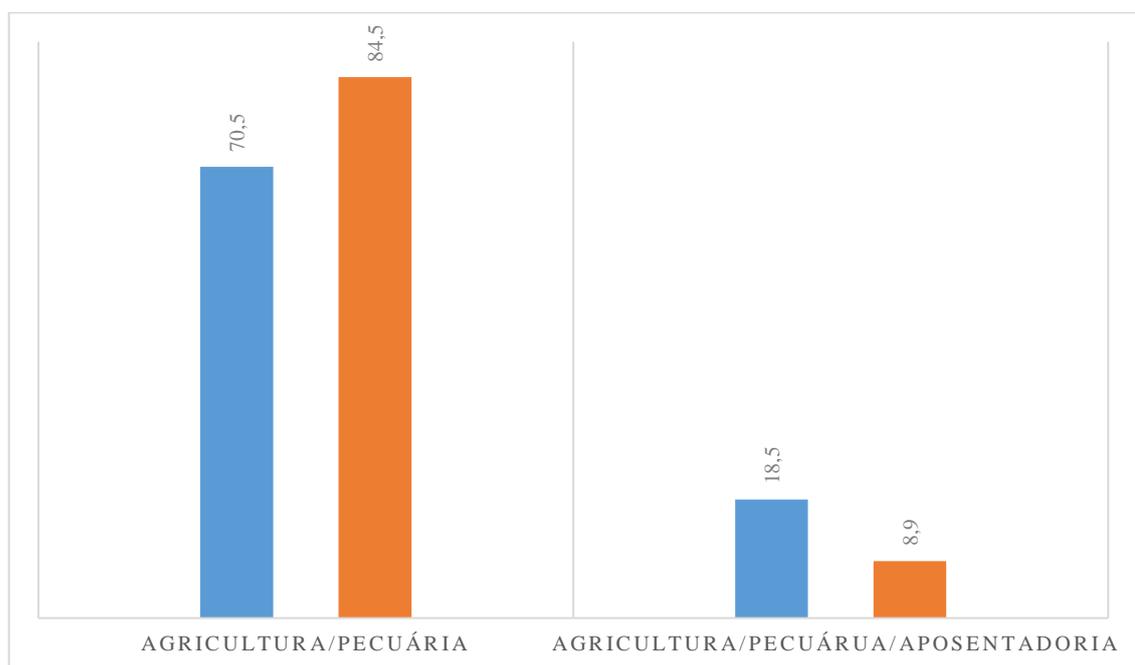
¹¹⁰ HELFAND *et al* (2014).

segurança alimentar de suas famílias, principalmente em tempos de crise. Além disso, em muitos casos, a família agricultora não para de desempenhar suas atividades na agricultura/pecuária após começar a receber a aposentadoria, como normalmente ocorre no meio urbano, mas continua exercendo normalmente suas atividades. O dinheiro obtido através da aposentaria é utilizado para investir no sítio da família.

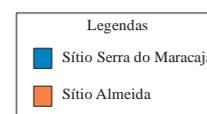
A previdência rural tem um importante papel, já que muitas vezes se mostra como uma forma dos agricultores de garantirem a segurança alimentar de suas famílias, principalmente em tempos de crise. Além disso, apesar da previdência social e das políticas de transferências de assistência social transferirem pequenos valores, os mesmos beneficiam uma parcela mais ampla da sociedade, funcionando, por isso, como elementos de *progressividade* em relação à desigualdade, ou seja, ajudam na diminuição das desigualdades (MEDEIROS, SOUZA, 2013).

A distribuição das principais atividades produtivas encontradas nos Sítios pode ser visualizada no gráfico abaixo (ver Gráfico 9):

Gráfico 9: Principais atividades produtivas desenvolvidas comparadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.



A importância da agricultura enquanto atividade produtiva aparece em ambos os Sítios. Aliado a isso, encontramos também a importância da previdência social, que mesmo não sendo

uma atividade produtiva aparece associada à agricultura e à pecuária. No Sítio Almeida, a porcentagem de famílias que afirmou ser agricultura/pecuária a principal atividade produtiva foi 14% maior em relação ao Sítio Serra. Quando a agricultura/pecuária aparece associada à aposentadoria, o Sítio Serra possui uma porcentagem maior de famílias que se encontram nessa situação, com uma diferença entre ambas de quase 10%. Se excluirmos a aposentadoria dessa somatória, a diferença de porcentagem de famílias agricultoras que afirmaram ser a agricultura/pecuária a principal atividade desenvolvida pela família cai para cerca de 4% a mais de famílias no Sítio Almeida, cuja principal atividade é a agricultura/pecuária.

A migração apareceu como uma constante em ambos os Sítios, tendo sido utilizada por cerca de 50% das famílias entrevistadas. Nessas, pelo menos um membro já havia migrado temporária ou definitivamente. Para Marilda Menezes (2009):

Apesar das diferenças de classificação conceitual entre os autores, há um reconhecimento comum de que as migrações nem sempre expressam uma desintegração do campesinato, mas têm representado uma estratégia de longa duração de reprodução social em contextos que limitam as suas condições de reprodução social (MENEZES, 2009, p.272).

A migração mostrou-se ao longo da história como uma importante estratégia na fuga dos processos de sujeição, já que possibilita aos agricultores que o fazem a possibilidade de acumular capital suficiente para retornar e modificar suas condições (GARCIA, 1989). Segundo Parry Scott (2009):

A migração inter-regional é intensiva, mas fortemente circular. Não representa o abandono de uma estratégia de vida camponesa, mas, sim, uma tentativa de reforçar os próprios grupos domésticos com recursos que há poucos anos se apresentam como “disponíveis” (...) (SCOTT, 2009, p. 264).

Não se pode negar, todavia, que a migração, de uma forma geral, também é um problema para a agricultura familiar, pois deixa o campo defasado de braços capazes para o trabalho, já que são os homens, em sua maioria, aqueles que buscam na migração a oportunidade de garantir a reprodução da família, ficando a agricultura nas mãos das mulheres, das crianças e dos idosos, indivíduos que costumam dedicar-se a uma área de cultivo menor. Nesse sentido, escreve Raquel Queiroz (1963, p. 65) sobre o Nordeste: “A sangria que a mão-de-obra rural sofre, no Nordeste, determina o empobrecimento dos ‘bairros’.”. Muitas vezes, as migrações tornam-se miragens de melhoria econômica e social, preservação cultural e conquista de autonomia. Esses migrantes, ao viver em um universo para o qual não foram preparados, sofrem não apenas uma

degradação econômica, mas também social, já que os valores da vida social urbana diferem em muito da vida social rural.

Em relação à organização do tempo e distribuição das responsabilidades, foi possível perceber alguns padrões. Em ambos os Sítios, a dedicação dos pais geralmente é dividida entre a agricultura e a pecuária, com predomínio de tempo para a agricultura. Já em relação às mães e aos filhos menores que trabalham no sítio, o tempo é dividido entre a agricultura, a pecuária e o cuidado das aves, dos quintais e da casa. Essa divisão de tarefas tem a finalidade de relegar as tarefas menos pesadas às mães e aos filhos menores, principalmente às filhas mulheres, que são deslocados para outras atividades de menor desgaste. No entanto, essa divisão pode ser posta de lado em certas ocasiões, quando se faz necessária uma reorganização dessa lógica de trabalho familiar, seja em decorrência da ausência de um ou mais membros ativos, em momentos de colheita, quando é necessário fazer rapidamente esse trabalho a fim de não perder parte da produção, ou mesmo no plantio, para potencializar o aproveitamento das chuvas. Destarte:

O homem pai de família centraliza as decisões nas atividades agrícolas, ao passo que à mulher mãe de família cabe a responsabilidade pela organização do consumo. Na medida em que é o trabalho no sítio ou roçado que fornece os elementos e as condições de existência da casa, atribui-se à exploração agrícola a condição de pólo dominante na oposição. (GARCIA, HEREDIA, 2009, p.226).

Essa separação de tarefas é pensada tendo em vista o potencial e o gasto energético de cada integrante da família, funcionando, geralmente, num sistema de oposição entre masculino e feminino, assim:

A oposição masculino/feminino inscreve-se dessa maneira na ordenação das tarefas cotidianas, tanto agrícolas como de criação, negócio, artesanato ou de preparo do necessário ao consumo e à restauração da vitalidade (GARCIA, HEREDIA, 2009, p.227).

Essa flexibilização do trabalho, característica da agricultura familiar, mostra-se mais difícil para a agricultura familiar não capitalizada, já que o trabalho desempenhado pelos membros menores, por exemplo, geralmente apresenta uma produtividade inferior aos outros membros das famílias, sendo necessária a contratação do “trabalho alugado”. É importante ressaltar, além disso, que o exercício da pecuária se mostrou como uma atividade notadamente secundária, com ênfase para o exercício da agricultura, segundo o relato dos próprios

agricultores. Entretanto, essa afirmação não implica em dizer que a agricultura seja uma atividade mais rentável e mais atrativa em relação às outras atividades descritas aqui, e sim que outros fatores podem influenciar as escolhas dos indivíduos em priorizar, ou não, a agricultura como atividade geradora de rendas, a exemplo da quantidade de tempo necessária para a realização de cada tarefa ou mesmo a tradição cultural das famílias agricultoras em questão.

Em relação ao trabalho agrícola que chamamos de “trabalho alugado”, encontramos 02 duas famílias no Sítio Almeida e 05 famílias no Sítio Serra que possuem um ou mais membros exercendo trabalho agrícola remunerado em outros sítios. As condições de trabalho também se mostraram semelhantes, já que esses indivíduos são contratados e pagos diariamente e dependem de acordos para decidir sobre valores pagos, refeições e horas trabalhadas.

O trabalho alugado geralmente é um trabalho penoso e cansativo, realizado praticamente na “força do braço”. A precariedade que envolve essa relação de trabalho facilita para que agricultores que dispõem de uma condição um pouco melhor se utilizem dessa forma de contratação de mão-de-obra para poupar o mesmo tipo de serviço de membros do próprio grupo familiar. Esse rearranjo no interior do grupo que conforma as agriculturas familiares só persiste em virtude das desigualdades e diferenciações diversas que existem no meio rural brasileiro. Assim:

(...) deve-se considerar que, tendo em vista, a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural. Isto é, a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução, não só da família, como do próprio estabelecimento familiar (WANDERLEY, 2009a, p. 177-178).

Entretanto,

(...) não se trata simplesmente de demonstrar que os estabelecimentos camponeses não conseguem gerar renda suficiente para manter a família; trata-se, ao contrário, de compreender os mecanismos deste equilíbrio precário e instável, pelos quais o estabelecimento familiar se reproduz, a despeito do trabalho externo e, em muitos casos, em estreita dependência deste mesmo trabalho externo (WANDERLEY, 2009a, p. 178).

Assim, o “trabalho alugado” nos parece também como uma forma de resistência dos pobres do campo, que encontram nessa estratégia uma forma de permanecer na agricultura mesmo em tempos de crise. Essa estratégia possibilita a reprodução de seus modos de vida e aparece para esses indivíduos como um esforço máximo, porém passageiro, diante da esperança de dias melhores. Ressaltamos que, segundo nos fora relatado, a quantidade de “trabalhadores alugados” já fora maior, tendo diminuído após as políticas assistenciais, a exemplo do Bolsa

Família, o que significa uma vitória para aqueles que exercem esse trabalho, mas que se mostra, por outro lado, como uma enorme desvantagem para aqueles que contratam esse serviço. A dificuldade de contratar “trabalhadores alugados” nos fora relatada: “Ninguém quer trabalhar mais não, moça. Depois desse Bolsa Família piorou muito, a gente não acha mais ninguém e quando acha, a pessoa quer cobrar muito caro.”. É possível refletir sobre muitos aspectos a partir dessa fala, no entanto, apenas duas questões mais gerais nos aparecem como mais pertinentes. A primeira delas envolve a notável importância dos programas assistenciais na garantia da reprodução social e econômica de muitas famílias, que podem se dedicar aos trabalhos em suas terras sem o medo e a insegurança sobre a garantia da reprodução familiar. Essa segurança, mesmo que parcial, obtida com os programas de assistência, abre possibilidades para as famílias que almejam dedicar-se a outros projetos e estratégias e tira da miséria milhares de famílias.

Outro ponto a ser colocado diz respeito àqueles que contratam o “trabalho alugado”. Longe de serem os vilões da história, aqui eles nos aparecem como parte da solução em momentos de crise. Muitas vezes, os indivíduos que contratam essa força de trabalho são pessoas idosas, cuja vida de trabalho no campo encontra-se limitada pela saúde. O apego à vida e à tradição do campo os leva a contratar esses trabalhadores como forma de dar continuidade aos trabalhos e à vida no campo. Ver o roçado sendo preparado para o plantio é uma alegria imensa para essas pessoas, cujos parentes, na maior parte das vezes, migraram para outras regiões e para outras atividades, deixando-os sem ninguém para dar continuidade ao trabalho no roçado. Esse abandono do campo pelos mais jovens é, em certa medida, reflexo da desvalorização da agricultura enquanto atividade produtiva.

6.1.3 Infraestrutura dos sítios e condições de produzir

Em relação à utilização dos sítios para o lazer, constatamos que no Sítio Serra do Maracajá existem mais *sítios para lazer* em comparação ao Sítio Almeida. Enquanto no primeiro encontramos 03 sítios nessa situação, no segundo encontramos apenas 01.

A utilização do campo enquanto um espaço de lazer é um dado interessante para a Sociologia Rural. São indivíduos que não fazem parte da população rural, mas modificam a vida e a paisagem local trazendo, muitas vezes, hábitos que não são bem vistos pelos agricultores locais, a exemplo do uso dos aparelhos de som durante festas e eventos. Pudemos ouvir algumas dessas queixas durante a pesquisa de campo. Uma das agricultoras, durante entrevista, afirmou não estar se sentindo bem por não ter conseguido dormir à noite devido ao

barulho de uma festa promovida em um desses *sítios para lazer*. Segundo essa agricultora, um dos maiores benefícios de se morar em ambiente rural é ter uma vida mais calma e sossegada, nas suas palavras: “Fui pra São José da Mata, passei uns dias lá na cidade, mas não me acostumei por causa do barulho. Passa carro, é gente com o som ligado... eu gosto daqui é por isso, aqui a gente tem sossego.”.

Esse fato nos incita a pensar sobre o delicado equilíbrio que configura as relações de vizinhança nos ambientes rurais, principalmente quando há divergências culturais. Por outro lado, situações assim demonstram a existência de novas possibilidades para o rural, como Coloca Ângela Kageyama:

Há no entanto uma nova realidade a que essa visão tradicional não adere mais hoje, no meio rural de praticamente todos os países, há uma grande diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, esportes, lazer), maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural (pelo turismo, artesanato, etc) que pode inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais (KAGEYAMA, 2008, p. 20).

Tais ressignificações transformam a forma como o rural é percebido, alterando e transformando os contextos, gerando novas identidades e novos papéis, tanto para a agricultura quanto para o agricultor familiar. Além disso, a diversidade de contextos e paisagens agrárias favorece a diferenciação da agricultura familiar ao longo do território brasileiro, que se torna ainda mais complexa conforme surgem novos cenários de trabalho e vida.

No que diz respeito à propriedade da terra, encontramos um percentual maior de famílias agricultoras que se denominaram como proprietários no Sítio Almeida em relação ao Sítio Serra, sendo 95,7% no Sítio Almeida e 91,5% no Sítio Serra, havendo, por isso, um número maior de agricultores na condição de caseiro ou morador no Sítio Serra. Quando questionamos essas famílias acerca da posse da terra, comumente os entrevistados de ambos os Sítios rebatiam com outra pergunta: “*É se a gente tem a escritura, porque isso a gente não tem não*”. No cotidiano das famílias ter um documento de posse, a escritura, não parece ser um dado relevante, contudo, quando se trata de acessar algum benefício, a exemplo do Garantia Safra, PRONAF ou mesmo a aposentadoria, ter ou não um documento que comprove a regularidade da propriedade da terra pode fazer diferença, especialmente para dar início aos trâmites burocráticos.

De forma geral, ser ou não proprietário do seu estabelecimento possibilita aos agricultores organizar a vida com mais autonomia, uma vez que estes podem gerenciar o tempo de trabalho

e escolher quais estratégias produtivas adotar. Nessa condição, a família tem a possibilidade de escolher o que plantar, como e quanto plantar, assim como decidir sobre o que será comercializado, consumido, doado ou trocado, diferentemente dos agricultores que estão sujeitos¹¹¹ à condição de moradores, rendeiros ou meeiros. Dispor de certa autonomia, especialmente em relação ao que produzir, é fundamental para orientar o grupo familiar e articular as ações de modo a otimizar a composição da renda familiar, o tempo de trabalho e a distribuição de tarefas e obrigações. Além disso, ser proprietário do seu sítio é um aspecto que projeta segurança na permanência dos indivíduos em determinado local, já que, por si só, possuir uma terra para morar e trabalhar já representa capital econômico e simbólico importantes. A propriedade da terra projeta nessas famílias a possibilidade de serem donos de seus próprios corpos, de terem a liberdade para administrar o seu tempo (GARCIA, 1998).

Em relação ao tamanho dos sítios, pudemos verificar que os localizados no Sítio Almeida possuem metade do tamanho daqueles que se localizam no Sítio Serra do Maracajá¹¹², esse dado, no entanto, não pode ser analisado sozinho. É necessário que outras questões sejam analisadas em conjunto, a exemplo do considerável número de formações rochosas que compõe o Sítio Serra do Maracajá, diminuindo a quantidade de terras disponíveis para a agricultura. É possível que 1 hectare de terra localizado no Sítio Almeida seja equivalente a 2 hectares de terra localizados no Sítio Serra em termos de terras disponíveis para agricultura, contudo, como a análise das paisagens que compõem esses Sítios não fora o foco da presente pesquisa, não há como assegurar que essa afirmação esteja correta. Para além de tais conjecturas, temos a certeza de que em ambos os Sítios pesquisados predominam sítios de pequeno tamanho, que estão significativamente abaixo dos valores máximos permitidos para que essas famílias ainda se enquadrem enquanto agricultores familiares. O acesso à terra, com qualidade e em quantidade suficiente, é fundamental para que uma família agricultora possa garantir a reprodução do seu grupo:

A terra é um meio de produção essencial, na medida em que é sobre ela que os processos produtivos (agrícolas e não agrícolas) se desenvolvem e que os assentamentos humanos (urbanos ou rurais) se estabelecem. Ela é também fonte de vida para uma enorme população rural, cuja estrutura de representação simbólica garante a continuidade das tradições e valores. A terra

¹¹¹ No texto *Sujeitos e Libertos*, Afrânio García (1998) mostra que estar *sujeito* a condição de morador, caseiro, etc, é estar, também, sempre sujeito às vontades do proprietário, essa relação, que é de dominação, implica uma dependência do morador em relação às decisões que envolvem as condições de trabalho, associabilidade, participação na vida social e política, daquele grupo comunidade (Para mais informações ver: GARCÍA, 2009).

¹¹² No Sítio Serra do Maracajá a média dos sítios pesquisados é de 5,2 hectares, enquanto eu no Sítio Almeida a média dos sítios pesquisados foi de 2,65 hectares, ver capítulos 3 e 4.

é, ao fim e ao cabo, a própria natureza, ou seja, o ambiente natural no qual os homens existem (REYDON, 2007, p.228).

Lotes de terras pequenos, como os que possuem menos de 01 hectare de terra, dificultam e até mesmo impedem a adoção de estratégias pluriativas. O acesso à terra em quantidade e com qualidade é, sem dúvidas, uma condição importante no que diz respeito à garantia de autonomia dessas famílias agricultoras (WANDERLEY, 2009a). Assim:

O acesso à terra foi aqui, doloroso e restrito, do que resultou, para a historiografia analisada, as características principais do campesinato brasileiro em sua origem: a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial (WANDERLEY, 2009a, p. 180).

A distribuição desigual da terra no Brasil resulta em inúmeros problemas, como o empobrecimento e o êxodo rural, que resultam em um inchaço das cidades, aumentando, como consequência, os índices da pobreza urbana, já que as altas demandas de força de trabalho alavancam a desvalorização da mão-de-obra e diminui os salários pagos, conduzindo esses indivíduos a uma “sub-existência” (MAZOYER e ROUDART, 2010). Dessa forma, Wanderley (2009^a, p. 115) afirma que “As condições concretas de acesso à terra não liberam, no entanto, o produtor familiar, de outras formas de vinculação com a grande propriedade, em particular através da venda temporária de força de trabalho”.

A posse da terra é de grande importância para uma família agricultora, porém, por si só, não constitui um elemento garantidor da autonomia e da reprodução social e econômica das famílias agricultoras. É necessário que outras questões sejam garantidas de forma a gerar condições para essas agriculturas familiares se consolidem econômica e socialmente.

Um dos fatores que auxilia as famílias agricultoras na garantia de sua reprodução é o acesso às ferramentas de trabalho. No que diz respeito ao acesso às ferramentas manuais para o trabalho na agricultura, o Sítio Almeida apresentou uma maior porcentagem de famílias que afirmaram ter as ferramentas manuais necessárias ao trabalho na agricultura, sendo que em 100% dos sítios pesquisados foi afirmado haver a disponibilidade das mesmas, sejam elas: enxadas, pás, foices, entre outros, enquanto que no Sítio Serra esse número foi de cerca de 91%. Em relação às ferramentas mecanizadas¹¹³ essa diferença, entretanto, se deu de forma mais acentuada, tendo se mostrado os agricultores familiares do Sítio Almeida mais mecanizados do que aqueles residentes no Sítio Serra do Maracajá.

¹¹³ 38% das famílias afirmaram possuir ferramentas motorizadas para a agricultura no Sítio Almeida contra 2% no Sítio Serra (ver capítulos 3 e 4).

6.1.3.1 Acesso à água

Em ambos os Sítios, o acesso à água só é possível através do armazenamento de água da chuva ou mesmo através da compra de água em carros-pipa. No entanto, a capacidade de armazenamento de água da chuva e a origem da água consumida nesses Sítios apresentam algumas distinções. Enquanto no Sítio Serra as famílias revezam a utilização das cisternas e dos tanques naturais, as famílias do Sítio Almeida revezam as cisternas e os poços como mecanismos para armazenamento da água. Ambos os Sítios priorizam as cisternas para a utilização da água de beber¹¹⁴. Em relação à água para o gasto, no Sítio Serra predomina a utilização de tanques naturais, com cerca de 75% das respostas somadas, enquanto no Sítio Almeida cerca de 70% das famílias utilizam as cisternas sozinhas ou associadas a outras formas de captação de água, a exemplo dos poços.

O fato das famílias do Sítio Almeida disporem de água para irrigação, porém, mostrou-se um diferencial, já que essas famílias têm a possibilidade de continuar produzindo mesmo em épocas de estiagem. Com essa possibilidade, aparece também a alternativa de inserção em modos de produção agroecológicos e orgânicos, o que é um diferencial para a família que se insere nesse meio.

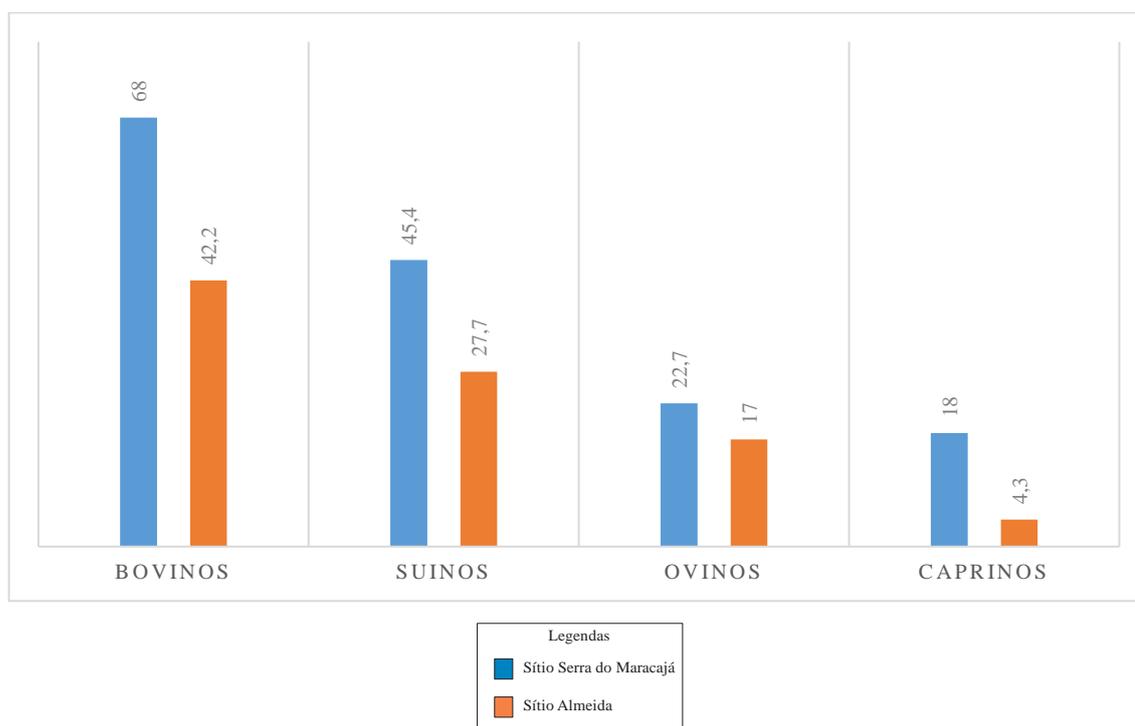
A posse de bombas de água para retirada da água para o gasto ocorreu em 48% das famílias do Sítio Almeida e em 70,5% das famílias do Sítio Serra. Possuir bombas de água é um diferencial para as famílias, já que poupa essas pessoas do esforço de retirar a água manualmente, economizando tempo e dando-lhes o conforto da água encanada. Carregar água manualmente, mesmo que por curtas distâncias, em um contexto onde tais equipamentos custam cerca de 1/8 do salário mínimo vigente, denota a fragilidade econômica dessas famílias e as situações de penosidade as quais elas ainda estão sujeitas.

6.1.3.2 - A atividade pecuária

Os números de famílias que desenvolvem a pecuária são bastante próximos. Em ambos houve cerca de 50% das famílias que afirmaram exercer essa atividade. O tipo de pecuária exercida nesses Sítio é comparado no Gráfico 10 (ver Gráfico 10):

¹¹⁴ A porcentagem de famílias que utilizam essa estratégia é de cerca de 83% em ambos os Sítios.

Gráfico 10: Tipo de pecuária desenvolvida comparada



Fonte: Pesquisa de campo, 2018

No Sítio Serra do Maracajá, a pecuária se apresenta de forma mais intensa, principalmente em relação à bovinocultura e a suinocultura. Apesar desses Sítios possuírem praticamente a mesma quantidade de praticantes da pecuária, no Sítio Serra essa atividade geralmente é exercida com mais de um tipo de criação. O maior problema relatado em ambos os Sítios é a falta de pasto para alimentar os animais durante as épocas de estiagem, principalmente os de maior porte, como equinos e bovinos, o que faz com que, muitas vezes, os agricultores vendam os animais por um preço abaixo do valor que eles realmente teriam, ou gastem muito tempo/dinheiro procurando soluções alternativas com o intuito de alimentar sua criação, como a compra de ração ou capim. A quantidade de estabelecimentos que possuem pasto plantado ou natural é elevada. Em quase 100% dos estabelecimentos há pastos naturais para alimentação animal. A disponibilidade de pasto poderia incentivar o exercício de atividades relacionadas à pecuária, no entanto, boa parte desse pasto seca durante o período de estiagem, diminuindo bastante seu volume, chegando até mesmo a desaparecer em alguns pontos e reaparecendo apenas quando as chuvas retornam.

O exercício da pecuária não é puramente uma forma de gerar rendas, mas é também uma maneira para garantir reservas, já que esses animais constituem uma poupança para situações de emergência, assim, muitas vezes a criação animal aparece como um indicativo da situação

econômica e do contexto no qual esses agricultores estão inseridos (GARCIA e HEREDIA, 2009).

Apesar das dificuldades encontradas no exercício da pecuária, que terminam por tornar essa atividade arriscada para essas famílias agricultoras, que dependem das boas¹¹⁵ condições do clima para obter resultados positivos desse tipo de arranjo, segundo Cohen e Duqué (2001):

Em vista da seca, que é a grande ameaça, os rebanhos são considerados um elemento central para a segurança das famílias. Eles crescem, se reproduzem, aumentando seu número durante "bons anos" para lidar com as principais necessidades criadas pelas crises climáticas: para a família para sobreviver e, eventualmente, pagar dívidas sem ter de precisar vender suas terras ou arriscar a proletarização¹¹⁶ (COHEN e DUQUÉ, 2001, p. 127).

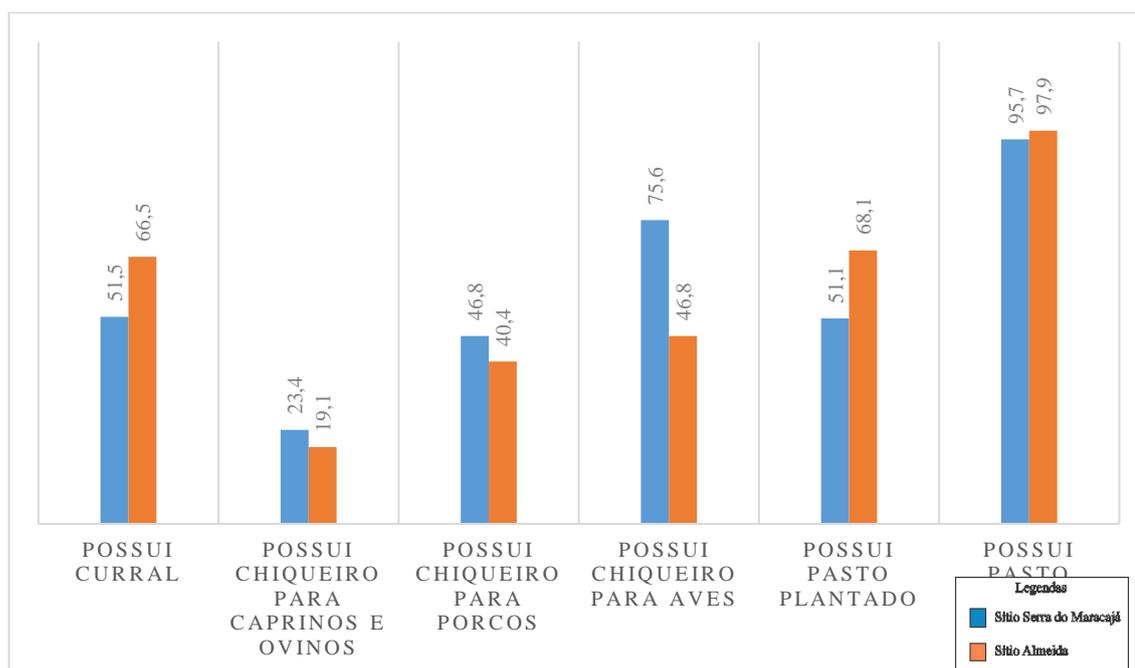
O exercício da pecuária mostra-se como uma possibilidade de construir uma “poupança” para os tempos de seca. Durante os bons anos de inverno, o rebanho é aumentado e engordado de forma que, quando o período de estiagem chega, ele serve como uma reserva para emergências. Essa é uma estratégia que evita a migração temporária ou permanente e aparece, por isso, como uma forma de resistência. Essa característica facilita a compreensão dos motivos que levam essas famílias agricultoras a permanecerem exercendo a pecuária, principalmente a pecuária bovina, em um contexto tão adverso a essa atividade.

O acesso comparado às infraestruturas para a criação animal pode ser visualizado no gráfico abaixo (ver Gráfico 11):

¹¹⁵ Tomamos o termo “boas condições do tempo” para fazer referência a ciclos de maior equilíbrio entre o período de chuvas e estiagem.

¹¹⁶ Tradução livre.

Gráfico 11: Infraestrutura para atividade pecuária comparada



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Quando comparamos os gráficos 10 e 11, percebemos que no Sítio Serra do Maracajá os índices de exercício da pecuária não são correspondentes às estruturas acessadas. Nesse, a porcentagem de praticantes da pecuária é maior que a infraestrutura necessária para essas criações, demonstrando que algumas famílias exercem a pecuária, mas não possuem a infraestrutura minimamente necessária para tal. O inverso acontece com o Sítio Almeida, onde é possível encontrar mais famílias acessando as infraestruturas para a criação animal do que exercendo as respectivas criações animais. Não ter acesso às infraestruturas minimamente necessárias para a realização das atividades pecuárias demonstra a fragilidade econômica e social dessas famílias agricultoras, tornando essa atividade ainda mais instável e aumentando a penosidade e os riscos para esses agricultores familiares. Durante a realização dos questionários e das entrevistas, foram expostos problemas como dificuldades para acessar políticas públicas, instabilidade do mercado e pouca valorização da agricultura/pecuária como justificativas do medo ou da impossibilidade de garantir infraestruturas necessárias para o exercício da pecuária. Em relação aos pastos, sejam eles plantados ou naturais, há praticamente o mesmo percentual de famílias que afirmaram possuí-los em seus sítios.

6.1.4 Estradas, assistência médica e transporte

As estradas que dão acesso aos Sítios se assemelham, sendo ambas de terra batida, estando, por isso, sujeitas às condições do tempo. No inverno, com a chegada das chuvas, essas estradas se transformam em grandes lamaçais e no verão se enchem de buracos e de pequenas lombadas, popularmente conhecidas como “costelas de boi” ou “costelas de Adão”. Em ambas as situações, torna-se difícil trafegar, o que prejudica o escoamento das mercadorias e o acesso diário dessas famílias aos centros urbanos. No entanto, o Sítio Serra do Maracajá tem certa vantagem por se localizar mais próximo de uma rodovia, a PB-115, que se conecta tangencialmente com o Sítio (ver Figura 12) o que torna mais acessível o caminho até os centros urbanos. Além disso, a distância de sua parte mais extrema até o centro comercial do município de Puxinanã é de 8,5 km, sendo 6,5 em estrada de terra, enquanto que no Sítio Almeida são quase 15 km para se chegar até o centro comercial do município de Lagoa Seca, partindo-se do lado mais extremo do Sítio, sendo todo esse percurso realizado em estradas de terra¹¹⁷.

Por outro lado, o Sítio Almeida possui uma linha de transporte urbano, dessa forma, os moradores desse Sítio não dependem exclusivamente de veículos particulares para se deslocar. Ainda que essa forma de transporte não sirva para escoar os produtos produzidos, ela consegue diminuir as distâncias entre o rural e o urbano para as famílias do Sítio Almeida.

Em ambos os Sítios, o escoamento das mercadorias é prejudicado pela dificuldade de se trafegar nas estradas de acesso. Além disso, inexistia no Sítio Serra do Maracajá iniciativa governamental que promova o escoamento dessas mercadorias, como ocorreu no Sítio Almeida durante os anos de estabelecimento financeiro desses agricultores familiares, dessa forma, para os agricultores familiares do Sítio Serra do Maracajá resta apenas a aquisição de veículos próprios ou da contratação de mediadores para venda e conseqüentemente escoamento de suas mercadorias.

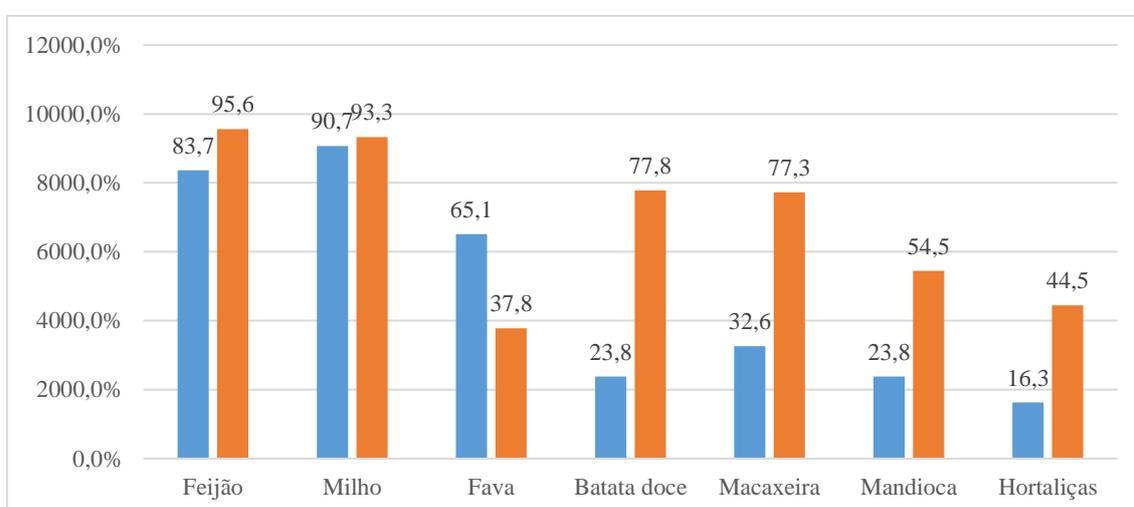
No que diz respeito à assistência médica, o Sítio Serra conta com um posto de saúde básica, enquanto no Sítio Almeida é necessário se deslocar para um Sítio vizinho, no entanto, os moradores do Sítio Serra recebem assistência médica nesse posto apenas uma vez por mês, enquanto os moradores do Sítio Almeida podem obter essa assistência diariamente, segundo nos fora relatado.

¹¹⁷ Na figura 20 é possível visualizar esse caminho como sendo a ligação entre o ponto B e o ponto A, mostrados na imagem, que é de 6,5 km, somamos a essa distância os 2km necessários para se chegar até a parte comercial da cidade de Puxinanã. O mesmo raciocínio foi aplicado ao Sítio Almeida, podendo ser visualizado melhor através da figura 19.

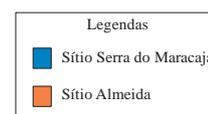
6.1.5 Produção, autoconsumo e acesso aos mercados

Tanto no Sítio Serra como no Sítio Almeida, o sistema de cultivo predominante é a policultura. A porcentagem de plantio no último inverno no Sítio Almeida foi maior em relação ao Sítio Serra, com 95,4%; já no Sítio Serra, esse número foi de 89,4% ¹¹⁸. De forma geral, nos roçados de ambos são plantados milho, feijão, mandioca, macaxeira e batata-doce e em sítios houve também o cultivo de hortaliças. A porcentagem de famílias que plantou cada um desses itens pode ser vista no gráfico abaixo (ver Gráfico 12):

Gráfico 12: Porcentagem de plantio comparado de acordo com o gênero alimentício



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.



Com exceção da fava, em todos os itens houve uma porcentagem de plantio maior no Sítio Almeida, inclusive em relação à macaxeira, que mostra ser um potencial do município de Puxinanã, onde se localiza o Sítio Serra. Para explicar essa situação, algumas hipóteses foram levantadas. Como nos fora afirmando pelos agricultores familiares em questão que os cultivos do roçado¹¹⁹ não são irrigados, a irrigação não poderia explicar a maior porcentagem de cultivo em relação ao Sítio Serra, no entanto, as chuvas se mostraram mais abundantes no município de Lagoa Seca em relação ao município de Puxinanã, chovendo cerca de 31% a mais no primeiro em relação segundo. Dessa forma, acreditamos que os agricultores familiares do Sítio

¹¹⁸ Esses números se referem à todas as famílias pesquisadas.

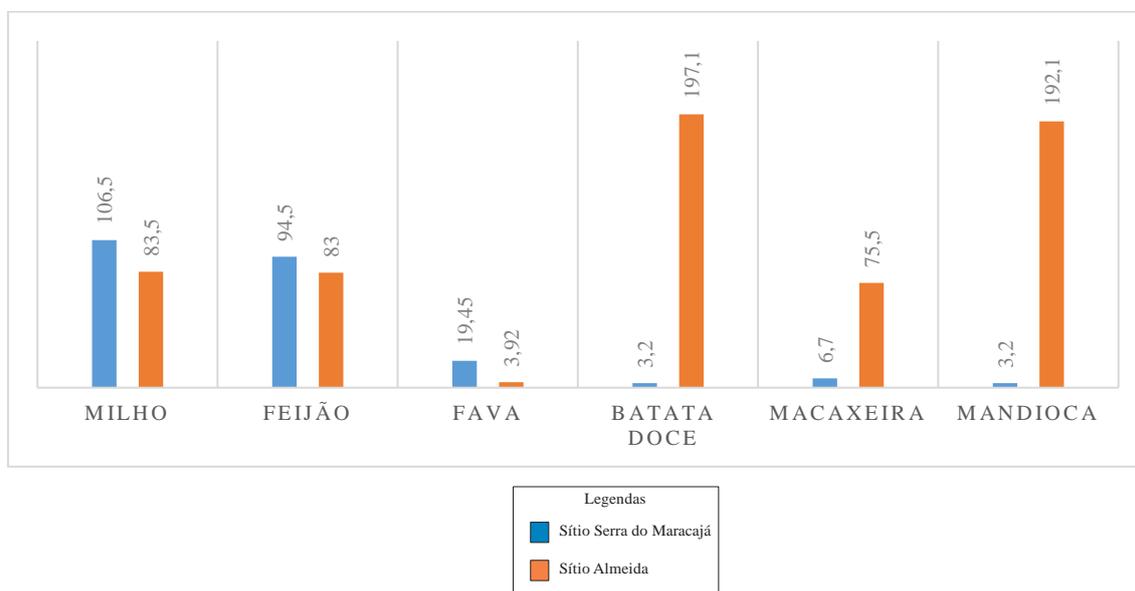
¹¹⁹ Por cultivo de roçado entendemos os cultivos de milho, feijão, batata-doce, mandioca e macaxeira.

Almeida se sintam mais confiantes para promover cultivos mais diversificados. Já para os agricultores familiares residentes do Sítio Serra do Maracajá, a adoção de alguns cultivos pode se mostrar mais arriscada, sendo, por isso, deixada de lado por algumas famílias agricultoras.

De forma geral, as plantações da tríade milho, feijão e arroz têm impacto positivo no emprego de mão-de obra e as plantações de outros gêneros que não os alimentícios teriam impacto negativo nas culturas alimentares. O milho possui uma dupla função no cotidiano dessas famílias, tanto pode ser consumido ainda verde, logo após a colheita, quanto pode ainda ser utilizado na composição da ração para aves, caprinos, ovinos ou suínos. Já o feijão é o ingrediente mais básico na alimentação dessas famílias agricultoras, o que explicaria a alta porcentagem de plantio desse produto. O plantio do feijão, além disso, aparece como uma estratégia para se defender das oscilações do mercado, já que em anos anteriores os agricultores informaram terem sofrido com a alta do preço do feijão, comprometendo tanto o orçamento das famílias quanto à dieta dessas famílias (NEDER et. al. 2014).

A quantidade colhida desses itens pode ser observada no gráfico abaixo (ver Gráfico 13):

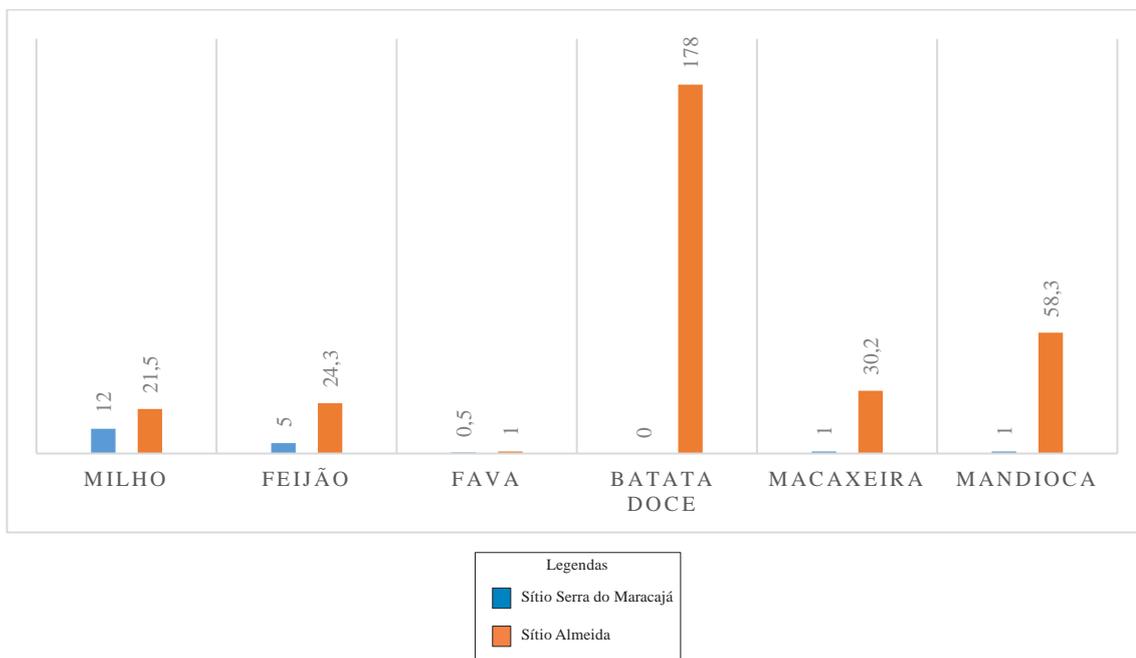
Gráfico 13: Quantidade colhida comparada (em sacos)



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

O Sítio Almeida apresenta maiores quantidades colhidas em relação à batata-doce, macaxeira e mandioca. Em relação ao milho, ao feijão e à fava, é o Sítio Serra que apresenta as maiores porcentagens de colheita. As quantidades vendidas de cada um desses itens são detalhadas no gráfico abaixo (ver Gráfico 14):

Gráfico 14: Quantidade vendida comparada (em sacos)

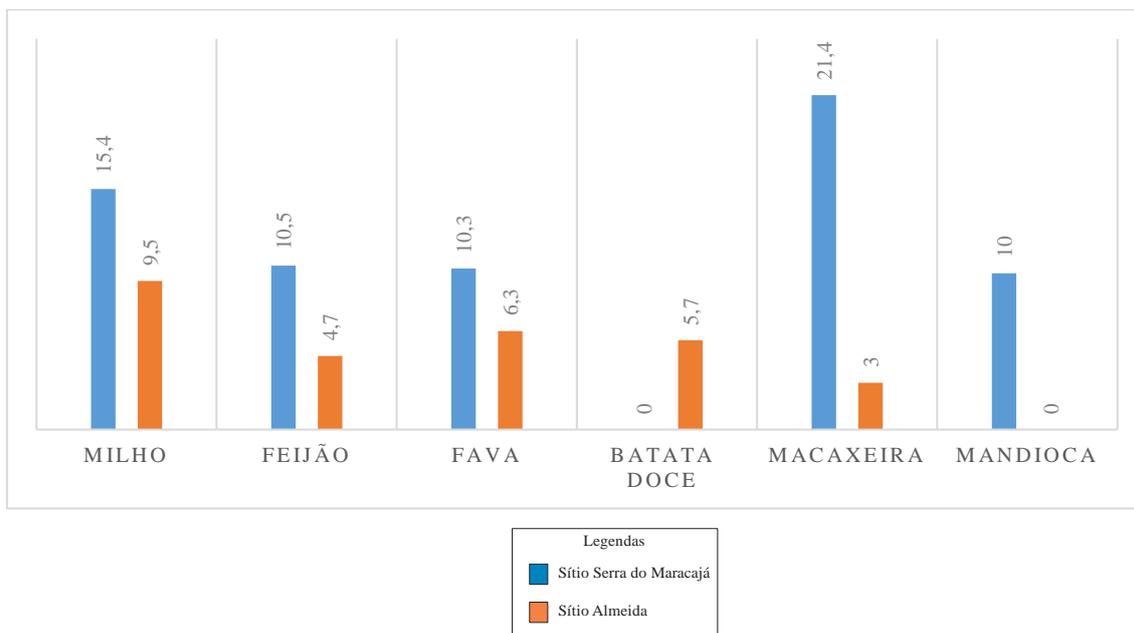


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

O Sítio Almeida possui maiores porcentagens de comercialização de todos os produtos obtidos através da agricultura, com destaque para a comercialização da batata-doce. Todavia, essa discrepância da quantidade comercializada da batata-doce em relação aos outros itens se deve à produção de um dos sítios pesquisados, que possui uma produção mais sistemática desse produto quando comparado aos demais sítios situados no Sítio Almeida. Nesse sítio, a produção da batata-doce é integralmente orientada para o mercado, sendo comercializada principalmente na Empresa. De maneira geral, esse dado nos ajuda a confirmar que o agricultor familiar residente no Sítio Almeida organizaria suas estratégias se orientando para o mercado.

As perdas agrícolas comparadas podem ser visualizadas no gráfico abaixo (ver Gráfico 15):

Gráfico 15: Perdas agrícolas comparadas por família (em porcentagem)

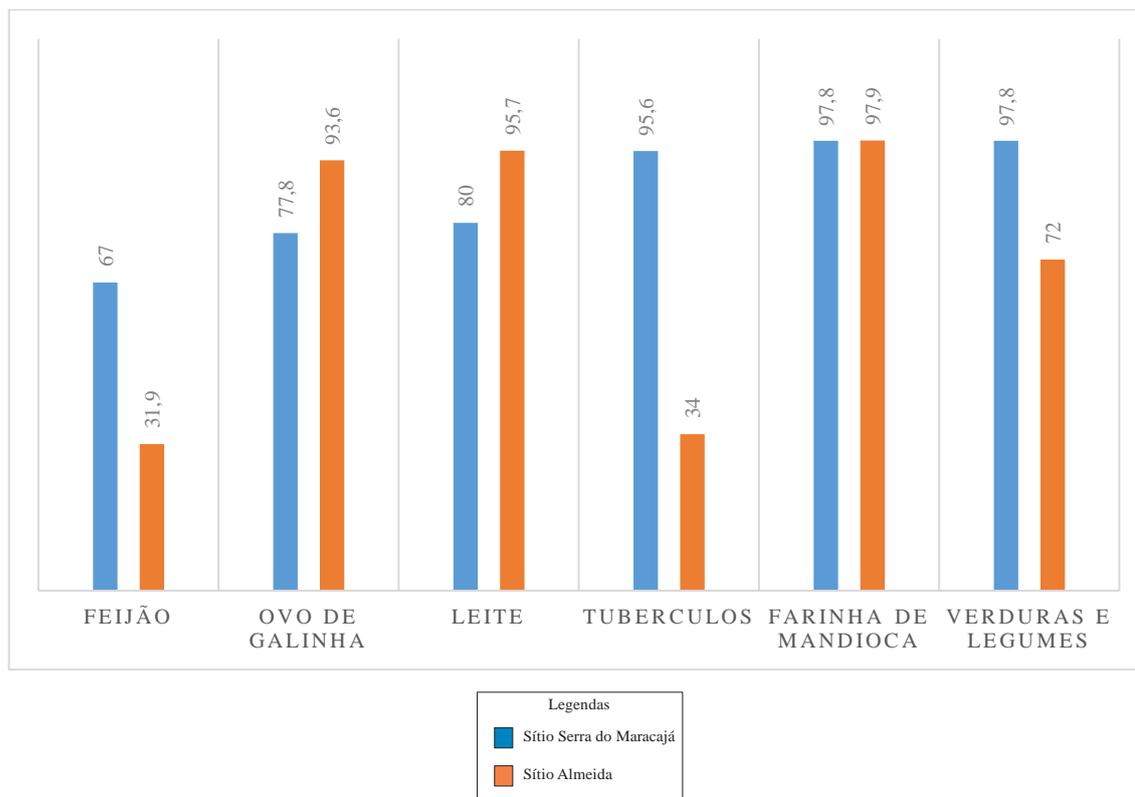


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Essas porcentagens fazem referência às famílias que perderam todo o plantio dos itens citados. O Sítio Serra do Maracajá obteve maior quantidade de famílias que perderam toda a sua plantação, em todos os itens citados, com exceção da batata-doce. O plantio que obteve a maior quantidade de perdas foi o da macaxeira para o Sítio Serra e o do milho para o Sítio Almeida. A diferença entre as médias pluviométricas para cada município pode estar, também, entre as causas dessas diferenças presentes nas perdas do Sítio Serra e do Sítio Almeida. Em ambos, as plantações do roçado, como as descritas acima, não recebem água advinda da irrigação, o que reitera a hipótese levantada de que, para o agricultor familiar do Sítio Serra do Maracajá, a agricultura seria um empreendimento mais arriscado, por isso, como estratégia, essas famílias agricultoras tenderiam a arriscar menos através de uma menor diversificação de cultivos ou mesmo fazendo áreas de cultivo menores.

No que se refere ao percentual comparado de compra dos itens que compõem a cesta básica dessas famílias, obtivemos os seguintes dados (ver Gráfico 16):

Gráfico 16: Percentual comparado de compra dos itens que compõem a cesta básica



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A menor porcentagem de compra encontrada em ambos os Sítios é a do feijão. Após o feijão, o produto com menor porcentagem de compra é o dos tubérculos no Sítio Almeida. O Sítio Almeida possui as menores porcentagens de compra em relação ao feijão, tubérculos, verduras e legumes, já o Sítio Serra do Maracajá possui menor índice de compra em relação aos ovos de galinha e leite. Em relação à farinha de mandioca, a diferença se mostrou bastante sutil, sendo de apenas 0,1% do Sítio Serra em relação ao Sítio Almeida.

A decisão entre o que será comprado e o que será consumido costuma variar de acordo com fatores internos e externos às famílias agricultoras, dependendo não apenas das variações de preço do mercado, mas também da lógica interna e das necessidades de cada família. Assim:

Essas lavouras denominadas com frequência de “para o gasto” ou de “lavouras brancas”, podem ser objeto de autoconsumo, mas também podem dar origem a mercadorias, objetos de compra e venda de dinheiro. Permitem o gasto da casa em itens imprescindíveis, que não podem faltar à mesa, podendo circular do *sítio* ou do *roçado* para a *casa* ou passarem por circulação mercantil antes do seu consumo final (GARCIA, HEREDIA, 2009, p.233).

Segundo Ploeg (2009): “É dessa forma que interage com o mercado: enquanto uma parte é vendida, a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família camponesa. Assim, permite, direta e indiretamente, a sobrevivência da família e de suas projeções futuras.” (p. 19). O autoconsumo, no entanto, pretende fazer isso de maneira direta, sem intermediários e livre, em certa medida, das oscilações do mercado. No Nordeste rural, o autoconsumo está enraizado não apenas como um hábito, mas como uma tradição secular, onde prevalece a ideia de honra de se produzir o básico de sua alimentação. Quanto mais alimentos da alimentação básica o agricultor familiar produz, mais ele é visto como capaz de garantir a reprodução da sua família e melhor será a sua imagem na comunidade em que vive.

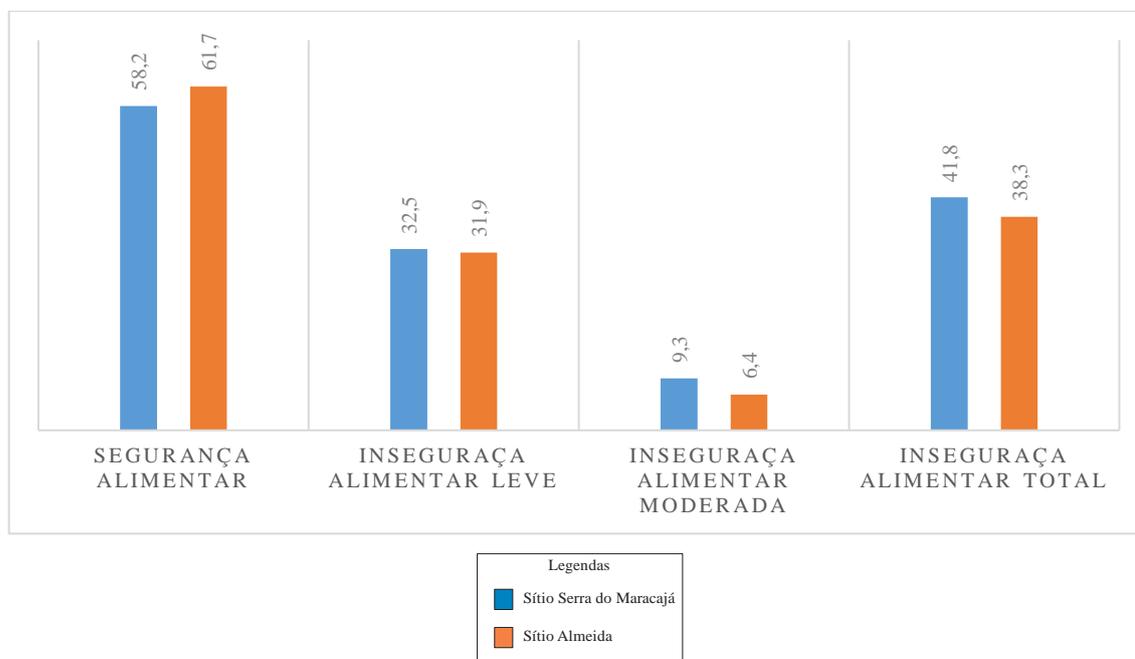
Essa estratégia, escatologicamente acusada de impossibilitar o progresso, seja do agricultor que a pratica, seja do país onde ela ocorre, está passando por uma lenta e gradual mudança, na qual abra-se a possibilidade para entendê-la diante da noção de manutenção e de sustentabilidade, não apenas das famílias que a praticam, mas também e principalmente do ecossistema, já que está baseada em uma lógica que trata os recursos naturais de forma sustentável. Como bem coloca Roberto Moreira (2009), “A agricultura familiar representa uma identidade social construída por relações de coexistência com o ecossistema e por relações de codeterminações com a sociedade brasileira.” (MOREIRA, 2009, p.60).

O autoconsumo funciona como uma garantia da segurança alimentar, por isso, o abandono dessa prática sujeita esses indivíduos às variações do mercado, aos agrotóxicos utilizados pelas produções em larga escala, enfim, retiram do agricultor a confiança de conhecer a procedência daquilo que ele come. Ressalta-se que essa estratégia se configura como uma espécie de renda não-monetária, já que evita que se gaste com a compra daqueles alimentos produzidos e destinados para o consumo. Outro fator desencadeado pelo autoconsumo é sociabilidade, encontrada principalmente na troca de alimentos.

No entanto, a dependência dos mercados por parte das famílias agricultoras não é algo novo, muito menos alarmante por si só, já que nunca existiu uma agricultura familiar totalmente independente e autossuficiente. Até mesmo o camponês tradicional tratado por Wolf (1976) dependia da compra de certos itens para compor a reprodução de seu grupo familiar, fossem roupas, calçados ou mesmo o sal que temperava suas refeições. Contudo, o que deve chamar atenção aqui é a grande dependência dessas famílias agricultoras aos mercados nos quais elas deveriam ter condições de se inserir plenamente também como vendedoras, e não apenas como consumidoras, o que nos leva a refletir a respeito da segurança alimentar dessas famílias agricultoras.

Um dos índices que revelam a segurança alimentar é obtido através da EBIA, os índices comparados acerca da (in)segurança alimentar dessas famílias agricultoras podem ser visualizados no gráfico abaixo (ver Gráfico 17):

Gráfico 17: EBIA Comparada



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Ambos os Sítios possuem porcentagens aproximadas no que diz respeito à (in)segurança alimentar, porém, o Sítio Almeida possui uma porcentagem maior de famílias em situação de segurança alimentar e, conseqüentemente, uma menor porcentagem de famílias em situação de insegurança alimentar, seja ela leve ou moderada. O fato que chama atenção é que, em ambos, cerca de 1/3 das famílias se encontra em situação de insegurança alimentar leve e quase 1/10 deles encontra-se em situação de insegurança alimentar moderada.

É preciso colocar que os critérios acerca da (in)segurança alimentar retratados pelo EBIA não dizem respeito apenas à fome propriamente dita, mas relaciona-se com quatro questões principais: a quantidade, a qualidade, a regularidade e a dignidade dos alimentos consumidos. A quantidade faz referência à adequação do mínimo necessário de calorias que um indivíduo deve ingerir, de acordo com a sua faixa etária e atividades exercidas cotidianamente. A qualidade faz referência a um problema mais difícil de ser percebido, que é acesso a alimentos adequados nutricionalmente. A regularidade refere-se à quantidade de vezes que esses indivíduos se alimentam diariamente. A última e não menos importante questão, a dignidade,

procura entender se a alimentação dos indivíduos em questão estão de acordo com os seus valores morais e éticos (SILVA, TAKAGI, 2007). Assim:

A insegurança alimentar possui diversas facetas, todas bastantes graves. Engloba aqueles que comem pouco por falta de renda; os que comem inadequadamente porque não ingerem os nutrientes necessários para uma vida saudável, embora possam até ingerir a quantidade necessária de calorias e proteínas (muitos, especialmente crianças, podem ter doenças associadas que impedem a absorção dos nutrientes); e também os que comem demasiadamente, necessitando de uma reeducação alimentar (SILVA, TAKAGI, 2007, p. 266).

A fome é, sem dúvidas, um dos problemas envoltos na questão da (in)segurança alimentar, mas um não pode ser resumido no outro. Apesar da fome ser o problema mais crônico e aparente, o conceito de (in)segurança alimentar, além de englobá-la, é capaz de visualizar os pródromos da fome e má alimentação, fazendo com que as políticas públicas possam se antecipar à chegada de problemas mais graves.

Os problemas que levam uma população rural a índices mais elevados de (in)segurança alimentar são multivariados, no entanto, os principais deles são:

A inexistência de condições de produção para o autoconsumo, devido à carência de recursos (água, área útil, etc.), ou, a perda destas condições pela opção à especialização produtiva, são causas da insuficiência alimentar, que se somam aos indicadores de pobreza rural. Já para Svedberg (2000) as principais possibilidades de razões pelas quais indivíduos podem estar subnutridos relacionam-se com a renda familiar, a distribuição intrafamiliar dos alimentos e doenças, destacando que estas teorias podem não ser independentes (FRITZ et. al. P. 11).

É preciso, de toda forma, considerar a seriedade do fato da insegurança alimentar estar inserida em populações que têm, ou deveriam ter, a possibilidade de garantir de forma direta a produção dos alimentos mais básicos da sua alimentação cotidiana, o que nos leva a refletir sobre as condições desiguais nas quais essas populações se inserem e as suas consequências a longo prazo.

6.1.6 - Instituições e políticas públicas acessadas: serviços, assistência técnica, crédito e formas de associação

De forma geral, pudemos perceber uma maior presença no Sítio Almeida das instituições de incentivo e promoção da produção agrícola ou mesmo da pecuária. A força da Associação dos Moradores do Sítio Almeida se mostrou como um grande potencial na busca

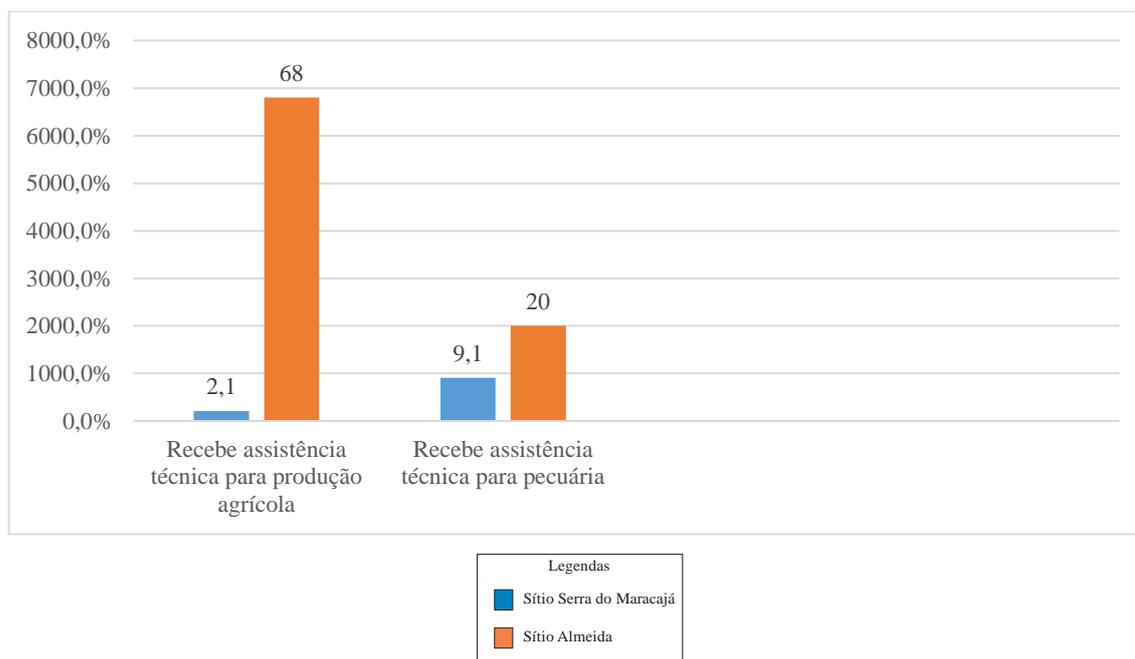
por melhorias na qualidade de vida dos moradores desse Sítio, seja através da captação de políticas públicas destinadas ao setor, na busca de novos projetos e novas associações ou mesmo através da busca de diferentes formas de se inserir no mercado. Segundo nos fora transmitido pelos integrantes dessa Associação, a participação mais acentuada nas políticas públicas, como por exemplo o PRONAF, fora um incentivo obtido graças à articulação promovida pela Associação. A sua importância, no entanto, não se resume à busca e captação de políticas públicas, mas também por conseguir organizar essas famílias agricultoras e fazer com que exerçam voz ativa no cenário político, colocando quais as suas necessidades e reforçando a ideia de uma identidade rural entre esses agricultores (CAVALCANTI et al. 2014). Dessa forma, podemos dizer que essas formas de associação estão inseridas em uma nova perspectiva de desenvolvimento rural, assim:

A nova concepção de desenvolvimento rural sustentável reconhece a existência de uma população rural, excluída do processo de desenvolvimento, cuja trajetória é marcada por experiências de pobreza e precariedade no exercício das formas de produção e de vida que lhes são correspondentes. Consolida-se, progressivamente, uma visão que acolhe a demanda oriunda dessa população, por meio de suas representações sociais, no sentido do apoio ao fortalecimento de outras formas de produção, do reconhecimento do seu enraizamento nos seus lugares de vida e de trabalho e do acesso aos bens e serviços socialmente necessários, em geral, instalados em áreas urbanas (WANDERLEY, 2014, p. 81).

O fato da Associação de moradores no Sítio Serra não ter conseguido prosperar não é indicativo, contudo, de que essas famílias agricultoras não possuam mecanismos de resistências aos cenários vividos pela agricultura familiar atualmente, mas que se utilizam de outras formas para garantir sua existência.

As porcentagens comparadas de famílias que receberam assistência técnica podem ser visualizadas no gráfico abaixo (ver Gráfico 18):

Gráfico 18: Assistência técnica para produção agrícola e pecuária comparada (em porcentagem)

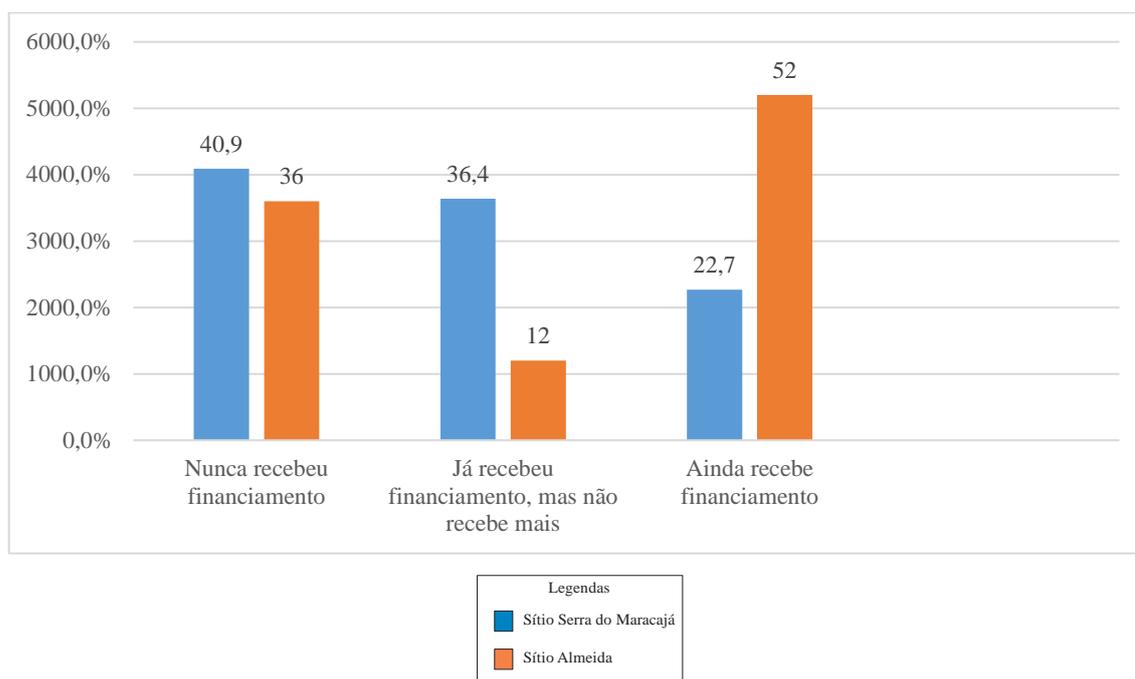


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A maior diferenciação ocorre em relação às assistências técnicas para produção agrícola, que ocorrem em 68% das famílias residentes no Sítio Almeida e em apenas 2,1% das famílias agricultoras que residem no Sítio Serra. A atuação da EMPAER é significativa aqui, já que é responsável por cerca de 70% da prestação dessas assistências¹²⁰. Já em relação ao financiamento para atividade pecuária, obtivemos os seguintes dados (ver Gráfico 19):

¹²⁰ Quando somadas todas as respostas em que a EMPAER aparece.

Gráfico 19: Financiamento para pecuária comparado (em porcentagem)



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Há uma porcentagem maior de famílias que nunca receberam nenhum tipo de financiamento para a pecuária no Sítio Serra quando comparado com o Sítio Almeida. No Sítio Serra, também houve uma maior porcentagem de famílias que já recebeu financiamento, mas não recebe mais, sendo cerca de 3x maior do que a porcentagem obtida no Sítio Almeida. Segundo fora relatado pelos agricultores do Sítio Serra, o maior problema seria o medo em contrair dívidas, num cenário de crise hídrica, como fora até os anos de 2016 e 2017. Já em relação à porcentagem de famílias que afirmaram ainda receber algum tipo de financiamento, no Sítio Almeida encontramos cerca do dobro de famílias nessa situação quando comparado com o Sítio Serra.

No que diz respeito às outras políticas públicas destinadas para a agricultura familiar, encontramos, no momento da pesquisa de campo, apenas 02 famílias residentes no Sítio Almeida que afirmaram estar participando do PNAE, não havendo nenhuma família no Sítio Serra que afirmou participar de alguma política pública desse tipo. No Sítio Almeida, a justificativa dos agricultores para a fraca participação de políticas desse tipo foi o enfraquecimento das próprias políticas, que teriam diminuído as cotas e atrasado os pagamentos, desestimulando muitos agricultores a participarem dessas políticas. No Sítio Serra, segundo os agricultores que lá residem, o problema que os impedia de se inserir nessas políticas públicas seria a dificuldade em se obter água para manter as plantações nos períodos de

estiagem, já que a maior parte das plantações obtidas durante o período de chuvas servia para o consumo da família e a parte destinada à venda não atendia aos critérios pedidos por tais políticas, para os quais é necessário, entre outros critérios, ter uma regularidade produtiva. Uma das explicações que podem justificar problemas como esse é que essas políticas, como PNAE ou o PAA, são pensadas sob um referencial de política pública que liga a pobreza e as desigualdades diretamente à falta de capital. Parte-se do princípio de que se esses indivíduos possuem a estrutura e os instrumentos corretos para a realização de suas atividades e que eles teriam, por isso, a possibilidade de realizar as propostas ofertadas pelas políticas públicas, o que, em muitas situações, não corresponde à realidade.

6.2 Restrições e potencialidades: um balanço

Antes de iniciarmos essa etapa, é necessário esclarecer que parte do conceito que explica a agricultura familiar brasileira diz respeito à sua heterogeneidade de formas e contextos. Assim, segundo nos coloca Wanderley (2009b),

Duas dimensões dessa realidade mereceram uma atenção especial dos estudiosos. Em primeiro lugar, hoje há um consenso de que a população que vive nas áreas rurais brasileiras é bastante diversificada, tomando como referência as formas de ocupação do espaço, as tradições acumuladas e as identidades afirmada. Assim, fazem do meio rural seu lugar de vida famílias que tiram seu sustento de distintas atividades, autônomas ou combinadas entre si, que as definem como pequenos ou médios agricultores, proprietários ou não das terras que trabalham; os assentados dos projetos de reforma agrária; trabalhadores assalariados que permanecem residindo no campo; povos da floresta, dentre os quais, agroextrativistas, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; seringueiros, as comunidades de fundo de pasto, geraiseiros; trabalhadores dos rios e mares, como os caiçaras, pescadores artesanais; ainda comunidades indígenas e quilombolas (WANDERLEY, 2009b, p. 40).

A diferenciação de saberes e culturas, mas também de situações econômicas é uma realidade presente na agricultura familiar brasileira. No entanto, algumas situações podem ajudar a explicar as diferentes situações econômicas e sociais:

1. Restrições de natureza material: o ambiente natural (clima, potencialidades diferentes partes de seu território) e sua situação econômica (espaço disponível, capacidade de poupança e acumulação, etc.); 2. as características do grupo familiar (quantidade e qualidade do trabalho disponíveis, capacidades técnicas, educação, coesão grupo, tradições ...); 3. sua situação na sociedade global (capacidade de pressão ou apresentação em relação ao mercado, forças políticas, etc.); 4. os seus valores e representações quanto ao seu patrimônio (incluindo ecossistemas em que se encaixam), suas atividades, suas futuros: por assim dizer, seus objetivos fundamentais.¹²¹ (COHEN, DUQUE, 2001, p. 37).

Dessa forma, podemos apontar alguns pontos que podem agir como limitantes ou potencializadores em ambas as comunidades rurais aqui estudadas:

- 1) Clima;
- 2) Recursos hídricos;
- 3) Possibilidade de inserção no mercado;
- 4) Acesso à terra;
- 5) Acesso a ferramentas e infraestrutura;
- 6) Características do grupo familiar;
- 7) Capacidade de captar recursos e políticas públicas.
- 8) Capacidade de formar associações (formais ou não formais);
- 9) Disposição para estabelecer relações recíprocas;

De todas as opções citadas acima, a única que foge no controle humano é o clima. Segundo Josué de Castro (2011), o Nordeste passa por surtos agudos e periódicos de seca. Aqui a seca ocorre em ciclos, sejam eles curtos, com secas ditas leves ocorridas a cada 5 anos, moderadas, a cada 10 anos, ou severas, a cada 50 anos. Apesar disso, não se sabe com exatidão quando e em que gravidade será a próxima seca. A seca é uma das poucas certezas que essa população rural possui. Nesse sentido, é importante perceber que a instabilidade climática da qual sofre a Região Nordeste não é a causa principal dos problemas sofridos por seu povo, mas sim fruto da forma como se constitui a estrutura social nessa região.

No Nordeste rural, a luta contra a fome na verdade não é puramente a luta contra a seca, mas sim contra o latifúndio, a monocultura, a exploração agrária e social, o feudalismo e a subcapitalização. No Nordeste, 59% das terras são possuídas por 3% dos proprietários, sem

¹²¹ Tradução livre.

contabilizar aqui os minifúndios improdutivos. Desse modo, não se pode dizer que o rural nordestino pertence à população pobre, mas é certo sim, que a maior parte dos pobres do Nordeste sobrevive nas áreas rurais (CASTRO, 2011). A seca não é um problema novo para a população nordestina e nem pode ser considerada como a culpada absoluta pela miséria urbana e rural dessa população. Contudo, tais incertezas climáticas tornam a agricultura um empreendimento de alto risco, principalmente para aqueles agricultores familiares cuja situação econômica é mais frágil. No Nordeste, a maior parte da agricultura familiar subsiste no contexto das rupturas e dos limites ecológicos, econômicos, técnicos, sociais e políticos do modelo agrário dominante, o latifúndio.

A seca foi um dos problemas mais citados pelos agricultores familiares pesquisados, o que nos leva acreditar que afete ambos os lócus de pesquisa, no entanto, isso ocorre de maneira diferente, tendo em vista as principais queixas e desejos dos agricultores familiares, assim como os seus percentuais de perdas agrícolas.

Em relação aos recursos hídricos, observamos algumas vantagens para os agricultores familiares residentes no Sítio Almeida. Além de possuir uma maior média pluviométrica anual, esses possuem também um maior acesso aos poços enquanto recurso para obtenção de água, tendo, por isso, a possibilidade de manter uma parte dos seus plantios durante os períodos de estiagem através da irrigação. Essa estratégia, apesar de calcada em alicerces frágeis, já que o manejo da água é meticulosamente calculado devido à sua pequena quantidade, ajuda essas famílias agricultoras a se manterem em seus sítios e evita, ainda que de forma parcial, a venda da força de trabalho com o intuito de garantir a reprodução da família. Além disso, a possibilidade de manter uma pequena horta abre possibilidade de inserção de outros mercados, a exemplo do mercado dos alimentos orgânicos e agroecológicos, expandindo as possibilidades que esses agricultores encontram cotidianamente.

Em relação ao terceiro ponto, a possibilidade de inserção no mercado, enxergamos novamente uma vantagem para as famílias residentes no Sítio Almeida, que estão conseguindo se inserir no mercado agroecológico através da comercialização de hortaliças. Assim:

O enfoque agroecológico tem sido traduzido, também, como o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação coletiva, para o estabelecimento de sistemas de controle participativo e democrático no âmbito da produção e da circulação (Guzmán, 2003). Vem sendo definido, ainda, como a abordagem de gestão produtiva dos recursos naturais mais apropriada para o alcance da sustentabilidade da produção familiar (ENA, 2002). Em outros momentos, a Agroecologia é vista como um novo modo de vida rural, capaz de conjugar valores, qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo (PÁDUA (relat.), p. 7) ou,

ainda, como uma ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de outro projeto de agricultura (MMC, Brasil, s/d) (SCHMITT; TYGEL, p. 111)

A agroecologia aparece, nesse contexto, como uma forma de resistência da agricultura familiar, que associa um modo de vida sustentável somado à prática de comportamentos tidos como saudáveis à possibilidade de encontrar espaço no mercado enquanto produtores. Além disso, a inserção da agricultura familiar nos mercados, principalmente naqueles embasados pelo discurso da agroecologia, se apresenta como uma forma de diferenciação das classes agrárias, num sistema que perpassa ora por momentos de integração, ora por momentos de dependência (MOREIRA, 1966; 2009).

Em relação ao quarto ponto apresentado, o acesso à terra, é possível afirmar que em se tratando do Nordeste, a agricultura familiar ocupa, frequentemente, os espaços geográficos “pouco atrativos” para os grandes empreendimentos agropecuários (WANDERLEY, 2009a). Apesar dos sítios no Sítio Serra possuírem o dobro do tamanho daqueles situados no Sítio Almeida, destacamos que esses primeiros se localizam numa área pedregosa e de menor índice pluviométrico, o que a torna menos atrativa para o mercado agrário. De toda forma, um dos entraves para a constituição dessa camada pobre de agricultores familiares é o fato de que, de uma forma ou de outra, a terra não pode ser reproduzida. O acesso à terra ainda é um problema a ser analisado na atual conjuntura política brasileira e funciona como um divisor de águas entre os capacitados a exercer a agricultura e aqueles que não possuem a terra em quantidade e com qualidade para exercê-la de forma plena.

Em ambos os Sítios, pudemos perceber que os agricultores familiares ali residentes encontram maneiras diversas para se adaptar e resistir frente às adversidades encontradas. No Sítio Serra do Maracajá, existe a prática de não divisão de terras, de forma a evitar o fracionamento, já no Sítio Almeida, a alternativa encontrada foi a de inserção no mercado agroecológico. Em ambas as situações, encontramos agricultores familiares dispostos a resistir e perpetuar seus modos de vida.

No que diz respeito ao acesso de ferramentas manuais e mecanizadas, o Sítio Almeida apresentou um percentual maior de famílias que afirmaram possuí-las, com 9% e 36% respectivamente a mais em relação ao Sítio Serra. De forma geral:

A (relativa) escassez de recursos disponíveis eleva a importância do aprimoramento da eficiência técnica. Na agricultura camponesa, isso significa obter níveis máximos de saídas com os recursos disponíveis, mas sem deteriorar sua qualidade (PLOEG, 2009, p.21).

A aquisição de máquinas e ferramentas que diminuam a penosidade dos trabalhos agrícolas auxilia as famílias agricultoras a maximizar e acelerar algumas etapas do trabalho, diminuindo, na maioria das situações, a sujeição dessas famílias agricultoras, contudo:

As inovações em equipamentos e maquinário ou adubos e defensivos agrícolas são rejeitados ou adotados mais pela distribuição das exigências de trabalho que acarretam no momento do pico do ciclo do que pela rentabilidade financeira do investimento realizado (GARCIA, HEREDIA, 2009, p.232).

Nem todas as famílias agricultoras possuem condições financeiras de se inserir nessas novas estratégias, já que muitas experimentam contextos em que nem mesmo o acesso às políticas públicas destinadas à categoria são uma possibilidade, a exemplo daqueles agricultores familiares que possuem famílias extensas e pequenos lotes de terra. Mas é necessário compreender que, além dos fatores econômicos, outras questões influenciam a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. A família agricultora analisa todas as possíveis consequências e benefícios da aquisição de insumos e maquinários para a produção. Dessa forma, muitas vezes a família chega à conclusão de que o risco não compensa os potenciais benefícios, continuando a realizar suas estratégias costumeiras.

O sexto ponto, as características do grupo familiar, diz respeito à mão-de-obra potencial ou diretamente ligada ao trabalho no sítio familiar. Com relação à essa questão, Ploeg (2009) coloca:

Uma segunda característica que distingue a agricultura camponesa é que a base de recursos disponível para cada unidade de produção e consumo é limitada e está sob crescente pressão. Isso decorre de mecanismos internos, tais como questões envolvendo herança, que implicam principalmente a partilha de recursos entre um número crescente de núcleos familiares. Também se deve a pressões externas sobre os recursos como, por exemplo, mudanças climáticas e/ou usurpação de recursos por interesses de grandes corporações voltadas para a exportação (p.21).

A permanência de um ou mais integrantes de uma família agricultora irá depender de vários fatores que se relacionam ora com características internas, como estrutura familiar, tamanho e a disponibilidade de terras agrícolas etc., ora com características externas, como possibilidade de migrar temporária ou definitivamente, possibilidade de obter recursos através de políticas públicas, entre outros. Todos esses pontos possuem em comum uma questão

principal: a possibilidade que esses indivíduos encontram, ou não, para se reproduzir social e economicamente através da agricultura. Dessa forma, pudemos perceber que no Sítio Almeida a oferta de mão-de-obra, potencial ou diretamente ativa no sítio familiar, mostrou-se maior quando comparada com o Sítio Serra. Além de possuir mais membros ativos na agricultura, no Sítio Almeida as famílias se mostraram mais jovens, já que há uma parcela maior de indivíduos em idade ativa, sendo que cerca de 60% dos moradores do Sítio Almeida possuem entre 20 e 59 anos de idade, enquanto que no Sítio Serra esse número é de menos de 50%.

Por outro lado, enquanto o Sítio Almeida possui membros da família mais jovens, o que lhes garantem uma produtividade maior, no Sítio Serra do Maracajá essa defasagem de mão-de-obra é driblada através da injeção de recursos da previdência social, dessa forma, os agricultores familiares ali residentes equilibram uma agricultura familiar menos produtiva sob a ótica capitalista vigente, com a previdência rural dos membros mais velhos do grupo familiar, de forma que é possível afirmar que muitas dessas famílias só podem continuar no campo devido ao equilíbrio entre o dinheiro da previdência rural somado aos frutos advindos da vida no campo. Esses frutos, é preciso que se reforce, vão muito além daquilo que é produzido através agropecuária, mas advém também de relações recíprocas com familiares e vizinhos e da adoção de práticas que envolvem a economia de gastos.

No que diz respeito ao sétimo e oitavo pontos, capacidade de captar recursos e políticas públicas e capacidade de formar associações (formais ou não formais), acreditamos haver, até certo alcance, uma interrelação entre elas. Via de regra, quanto mais força e mobilização uma comunidade possui, mais capacidade de buscar recursos ela terá, porém, o inverso também pode ser verdadeiro. Nesses pontos, o Sítio Almeida se destaca mais uma vez, já que tanto possui uma Associação de moradores bem estabelecida, e possui, também, maiores porcentagens de famílias que acessaram as políticas públicas destinadas ao setor.

O nono e último ponto diz respeito à capacidade desses indivíduos de estabelecerem relações recíprocas. Nesse ponto, as duas comunidades rurais aqui estudadas se mostraram igualmente capazes de construir relações recíprocas, cada uma a seu modo. No entanto, os tipos de relações recíprocas estabelecidas variam de um Sítio para outro. No Sítio Almeida, a maioria das relações recíprocas mostraram-se de tipo formal, em que lá leis e regras bem estabelecidas para gerir e regular tais práticas, enquanto no Sítio Serra as relações recíprocas mostraram ser do tipo informal, geridas e regularizada pelos próprios indivíduos que as praticam. As duas formas são válidas e se mostram como uma estratégia de suma importância, já que alicerçam os mecanismos de resistência que essas famílias exercem, tendo como objetivo tanto

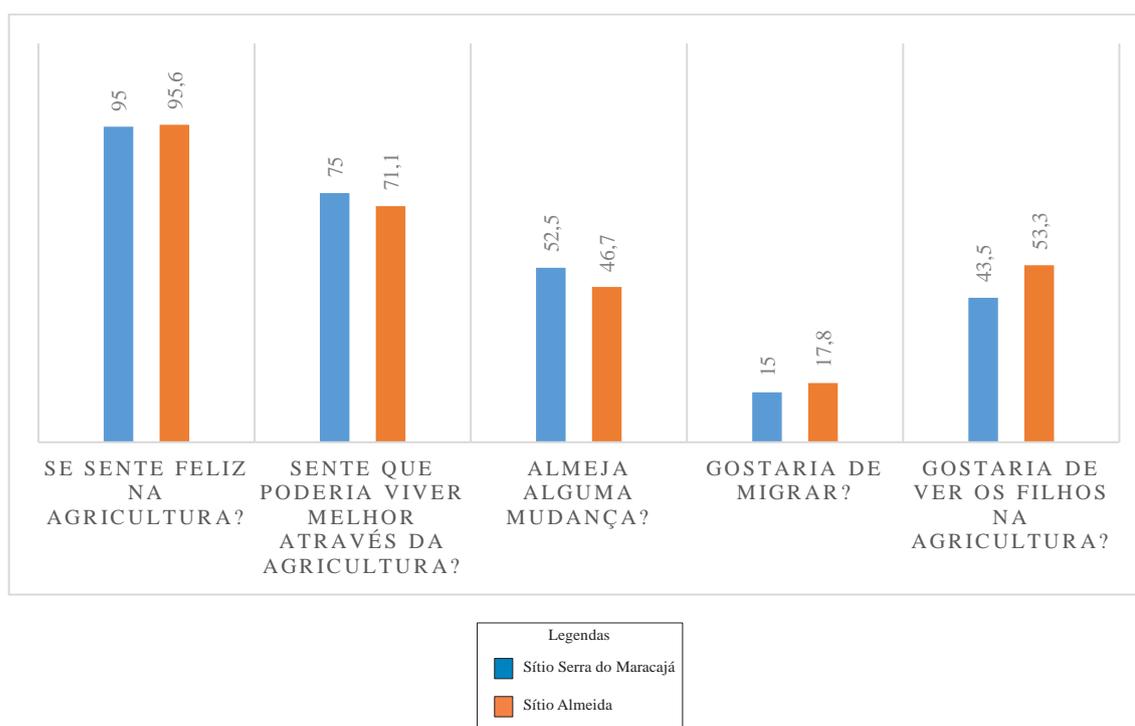
permanecer no sítio de origem quanto garantir a reprodução social e econômica da família (OSTROM, 1998, 2005; MAUSS, 1950).

6.3 Lógicas sociais e racionalidades: resiliência, resistência e adaptabilidade da agricultura familiar

6.3.1 Felicidade e a vida na agricultura

Diante das adversidades que a agricultura familiar brasileira e em especial a nordestina enfrentam, sua existência é tornada possível devido à resistência e adaptabilidade desses indivíduos, que se utilizam das mais variadas estratégias, lançando mão tanto de conhecimentos tradicionais, passados através de gerações, como também de conhecimentos modernos, em consórcio com o que coloca a ciência. Essa adaptabilidade é somada ao apego e à valorização de um estilo de vida considerado pela maioria desses indivíduos como privilegiado. Dessa forma, pudemos aferir que em ambas as comunidades rurais estudadas cerca de 95% dos agricultores entrevistados afirmaram que se sentiam felizes com a vida na agricultura, como é possível visualizar no gráfico abaixo (ver Gráfico 20):

Gráfico 20: Porcentagem comparada de famílias que responderam sim para as perguntas objetivas



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Como as perguntas subjetivas que estruturaram o presente trabalho foram realizadas utilizando-se do termo *felicidade*, foi ele o termo escolhido para ser trabalhado aqui. Dentre as respostas fornecidas para justificar essa felicidade encontramos elementos ligados à valorização da vida e trabalho perto da natureza, a valorização da autonomia que a vida na agricultura proporciona, assim como uma valorização da atividade agrícola de forma geral¹²². Segundo Costa e Pereira (2007), estar no controle da vida é um dos aspectos que torna a felicidade perceptível, já que lhes é possibilitado decidir o que é importante e o que vale o esforço de seus corpos e de suas mentes. Dessa forma, possuir uma vida de trabalho cujo ritmo é ditado pelo próprio trabalhador, que se permite descansar em alguns momentos, mas que tem a possibilidade de acelerar o ritmo do trabalho em outras situações, são alguns dos pontos que possibilitam conquistar níveis mais altos de bem-estar subjetivo (COSTA, PEREIRA, 2007).

Outro ponto que contribui para essa felicidade é capacidade de mobilizar capital social. Dessa forma, quanto mais capital social um indivíduo mobiliza, mais chances de obter níveis elevados de felicidade ele tem. Por isso, estar com a família se mostra não apenas como uma segurança em tempos difíceis, mas também como a permanência e a ressignificação das tradições e dos laços, sejam eles de solidariedade, de confiança ou de cuidado. Mas não é apenas o capital social formado através dos laços familiares que contribui para a felicidade, os laços de reciprocidade e de solidariedade que se formam entre vizinhos nessas comunidades rurais proporcionam, também, um aumento do sentimento de felicidade, assim, segundo Bent Greve (2013):

Aparentemente, a razão é que ter contatos sociais aumenta a probabilidade de não se estar sozinho, de ter sentimentos positivos por outros e de ser valorizado como um indivíduo. Assim, a capacidade de estabelecer redes sociais, ou seja, capital social, é um aspecto importante de uma sociedade feliz (GREVE, 2013, p.129).

¹²² No Sítio Serra do Maracajá, quando somamos as respostas "Gosto de plantar e colher", "Gosto dessa vida", "Tenho uma vida calma", "Gosto da Natureza", "Consigo o que comer", "Gosto da fartura que a colheita oferece", "Vivo no que é meu", "Gosto da liberdade que a natureza proporciona", "Tenho autonomia" e "Prefiro mais viver no Sítio que na cidade", temos um percentual de 73,6% das respostas válidas (ver Capítulo 3). No Sítio Almeida, se somadas as respostas "Gosto de plantar e colher", "Gosto dessa vida", "Tenho uma vida calma", "Gosto da Natureza", "Consigo o que comer", "Gosto da natureza", "Vivo no que é meu", "Gosto da liberdade que a natureza proporciona", "Tenho autonomia", "Prefiro mais viver no Sítio que na cidade", "Vivo uma vida saudável", "Não preciso comprar aquilo que colho", "Liberdade/Ter o que comer", "Tenho de tudo" e "Consigo estar com a família", temos um percentual de 67,5% das respostas válidas (ver Capítulo 3 e 4).

A felicidade da vida na agricultura também fora justificada ~~também~~ através de respostas como: “Possibilidade de sobreviver”, “Ter o que comer” e “Ter onde morar”¹²³, demonstrando que as justificativas de felicidade elencadas por esses indivíduos remontam ao fato de a agricultura possibilitar a reprodução social e econômica desses indivíduos. Ter a capacidade de garantir a reprodução econômica e social do grupo familiar, assim como ter a capacidade de pagar por produtos e serviços básicos está diretamente ligada à obtenção da felicidade (GREVE, 2013).

De forma geral, tais questões refletem no número de famílias que afirmaram ter desejo de migrar, que é em média 16,4% em ambas as comunidades rurais estudadas. Esse dado é demonstrativo que, de forma geral, tais famílias agricultoras estão felizes com a vida na agricultura, ainda que possa haver outras interpretações desse dado, como o apego às tradições familiares e ao local de origem, o medo de iniciar uma trajetória em uma nova atividade, entre outras. No entanto, a falta do desejo de migrar não significa a falta do desejo de mudanças na vida agricultora, que ocorre em cerca de 50% das famílias agricultoras pesquisadas, em média. Nesses casos, a felicidade não significa diretamente satisfação com o contexto vivido, o que é respaldado também pelo fato de que uma média de 73% das famílias agricultoras pesquisadas acreditar que poderia viver melhor através da agricultura, demonstrando que essas famílias têm conhecimento de que melhores condições de vida e de trabalho através da agricultura são possíveis.

Cerca de metade das famílias agricultoras pesquisadas afirmou que não gostaria de ver os filhos na agricultura (ver Gráfico 19), as respostas para justificar essa posição faziam referência à penosidade, instabilidade e desvalorização da vida na agricultura e dos frutos do seu trabalho, revelando que as necessidades de mudança apontadas por essas famílias possuem impacto significativo nas suas decisões e planejamentos para o futuro, informando, também, que essas famílias agricultoras entendem que a vida na agricultura, na forma como essa se encontra, não seria a escolha mais desejável para as próximas gerações.

Essa problemática pode ser visualizada também em relação às dificuldades e facilidades relatadas por esses agricultores familiares. No Sítio Serra, cerca de 52% dos entrevistados afirmaram não encontrar nenhuma facilidade devido à vida na agricultura. Já no Sítio Almeida, esse número foi de 50%, enquanto o número de entrevistados que afirmou não encontrar nenhuma facilidade na vida na agricultura foi de 2,5% e 22% para os Sítio Serra e Sítio Almeida,

¹²³

Ver Capítulos 3 e 4.

respectivamente, o que pode ser demonstrativo de como os problemas cotidianos da vida na agricultura impactam na percepção e na projeção do futuro dessas famílias.

Ainda assim, cerca de 95% desses agricultores familiares declarou estar feliz com a vida na agricultura. Esse dado pode ser revelador porque, apesar de todas as adversidades, esses indivíduos encontram elementos que possibilitem não apenas a sua sobrevivência física, mas também mecanismos que possibilitem a manutenção da sua saúde mental. Entre esses elementos, estão a resistência e a adaptabilidade desses agricultores familiares.

De forma geral, quando comparamos as respostas fornecidas e as questões subjetivas entre os lócus de pesquisa (ver Gráfico 20) é possível visualizar que suas respectivas porcentagens de respostas encontram-se bastante próximas, sendo que a maior diferença percentual entre as respostas fornecidas ocorre em relação ao desejo de ver os filhos na agricultura, com cerca de 10% de diferença entre as duas comunidades rurais pesquisadas, revelando que, de forma geral, existiria uma similaridade cultural em ambos os Sítios.

Ainda que as justificativas para tais respostas viessem a diferir em alguns pontos, encontramos também nesse aspecto singularidades relevantes. Dos 20 tipos de respostas fornecidos, pudemos perceber que 11 delas se repetiam em ambos os lócus, sendo que 09 dessas respostas apareceram como singularidade de um ou outro lócus, demonstrando que, mesmo em questões subjetivas, em relação à satisfação na vida na agricultura, existem similaridades. Dessa forma, as respostas como: “A agricultura é a única coisa que possuo”; “Gosto de plantar e colher”; “A agricultura é a única coisa que possuo”; “Gosto de plantar e colher”; “Gosto dessa vida”; “É a única coisa que sei fazer”; “Tenho uma vida calma”; “Gosto da Natureza”; “Consigo o que comer”; “Acostumei-me com essa vida”; “Gosto da liberdade que a natureza proporciona”, apareceram como justificativa de felicidade em ambos os Sítios.

6.3.2 Resistência e adaptabilidade da agricultura familiar: uma luta por autonomia

Para se manter no campo e dar continuidade a um modo de vida e tradições seculares, o agricultor familiar necessita travar batalhas diárias em busca de sobrevivência. Assim, como coloca Ploeg (2009),

Até recentemente, a resistência foi geralmente conceituada como um fenômeno que ocorre do lado de fora das já bem estabelecidas rotinas que estruturam o trabalho e os processos de produção. Isso se aplica especialmente àquelas formas de resistência que se expressam como lutas abertas: greves, protestos, bloqueio de estradas, ocupações, operações tartaruga, etc. Porém, a luta pode também se dar pelas beiradas, como no caso da resistência cotidiana,

a oculta e camuflada resistência que foi magistralmente descrita por James Scott em sua obra *Weapons of the Weak* (PLOEG, *As armas dos fracos*, em tradução livre), de 1985 (p. 26).

A constante busca pela adaptação já é, por si só, um ato de resistência da agricultura familiar, que busca se ajustar às rápidas e constantes mudanças em um mundo globalizado. Por isso, é preciso pontuar que o agricultor familiar não é avesso à mudança:

O camponês não é obtuso, impermeável a mudança. Ele é observador e cauteloso. Não pode colocar em jogo a reprodução social de sua família só porque alguém em algum gabinete resolveu impor uma inovação tecnológica à “população de baixa renda” (WOORTMAN, 2009, p.128).

Ao contrário do que prega o senso comum, o agricultor familiar não está alheio à mudança, mas é, sim, muito cauteloso em relação a ela, tendo em vista que é do sucesso das suas escolhas que depende a sobrevivência de todo o grupo familiar. Assim:

A existência de uma vida camponesa não envolve meramente uma relação entre camponeses e não-camponeses, mas um tipo de adaptação, uma combinação de atitudes e atividades destinadas a sustentar o cultivador em sua luta pela sobrevivência individual e de toda a sua espécie, dentro de uma ordem social que o ameaça de extinção (WOLF, 1976, p.34).

Dessa forma, procuramos retratar aqui algumas das estratégias lançadas pelos agricultores familiares pesquisados que se mostraram para nós como estratégias de resistência, tendo em vista que, como coloca Ploeg (2009):

Em suma: a resistência reside na multiplicidade de reações (ou respostas ativamente construídas) que tiveram continuidade e/ou que foram criadas, no intuito de confrontar os modos de ordenamento que atualmente dominam nossas sociedades (PLOEG, 2009, p.27).

Algumas dessas estratégias são particulares a cada lócus pesquisado, já outras são comuns a ambos. É necessário reafirmar, porém, que não há aqui a pretensão de esgotar todas as estratégias de resistência das quais essas famílias agricultoras estudadas lançam mão, mas apenas pontuar aquelas que acreditamos terem se destacado. Para tanto, trataremos primeiramente das estratégias que são comuns a ambos os lócus para posteriormente nos voltarmos para as estratégias singulares de cada lócus de pesquisa.

A primeira estratégia comum a ambos os lócus é a migração. Seja ela temporária ou permanente, a migração tem um papel importante na manutenção e garantia da reprodução dessas famílias agricultoras, já que tal processo fornece o suporte financeiro necessário quando a colheita não é suficiente para manter o já constituído grupo familiar (WOORTMANN, 1990).

Em ambos os Sítios, o tipo de migração mais comum é a temporária, tendo como destino o Sudeste do país, em especial o Estado de São Paulo, que segundo as famílias entrevistadas concentraria a maior parte das ofertas de trabalho. Por outro lado, a escolha pelo Estado ocorre, também, devido a uma “corrente migratória”: os mais novos escolhem o mesmo destino porque os mais velhos já fizeram esse mesmo caminho e possuem os conhecimentos necessários para guiar os novos migrantes e ajudá-los a se estabelecerem nessa nova jornada. Além disso, os locais de migração costumam ser os mesmos devido às redes de conhecimento que se formam nos locais de migração, tanto pelas novas amizades estabelecidas, quanto pela presença dos parentes que migraram de forma definitiva, tornando-se ponto de apoio para os novos migrantes.

A migração temporária foi relatada por muitos dos entrevistados em ambos os lócus de pesquisa como meio para obtenção de recursos para a formação de uma nova família. Nesse caso, os migrantes geralmente são mais jovens e sem filhos e costumam ficar pelo menos um ano antes de voltarem e estabelecerem novamente no local de origem. O outro exemplo de migração temporária relatado foi a utilizada em épocas de seca ou de chuva em excesso, quando a plantação é total ou parcialmente perdida. Nesses casos, é geralmente o pai da família quem realiza a migração, deixando o cuidado do sítio à mãe da família e aos filhos mais velhos.

Além disso, foi relatada também as migrações definitivas, realizadas principalmente pelos filhos pertencentes a famílias numerosas, onde não há possibilidade de exercício da agricultura para todos os filhos da família. Nesses casos, a saída de um ou mais filhos, principalmente os solteiros, mostra-se como uma necessidade estrutural, visto que o sítio familiar não comportaria todos os filhos e as novas famílias que se formam.

A segunda estratégia comum é a utilização da solidariedade e da reciprocidade como forma de contornar as adversidades que lhes são impostas. As formas de solidariedade encontradas em ambos os Sítios em muito se assemelham, seja a troca de alimentos prontos ou em natura, principalmente em épocas de colheita, quando há mais fartura de alimentos. Há também a existência de relações recíprocas em relação à troca de sementes, sendo mais comumente trocadas as sementes de milho, feijão e fava. Há também a troca de mudas de batata-doce e macaxeira durante a época do plantio. As sementes e/ou mudas são pedidas ou mesmo ofertadas quando se tem conhecimento de alguma família com o interesse de plantar certo

gênero alimentar, mas que não possui esses exemplares. As famílias que doam essas sementes ou mudas raramente as aceitam de volta como forma de pagamento se ainda possuírem exemplares daquele gênero específico, por isso, é comum que esse favor seja devolvido através da doação de alguma espécie que a família doadora não possua ou com o presenteio de algum alimento elaborado com o fruto da espécie oferecida. Por exemplo, se foram oferecidas sementes de milho e for sabido que a família doadora não necessita dessas sementes, a família recebedora retribui o favor com canjicas, pamonhas, bolos ou outros alimentos típicos logo após a colheita. Esse mecanismo constrói uma rede de troca entre as famílias, criando uma espécie de dádiva, como a trabalhada por Mauss (1950).

As demais estratégias de reciprocidade mostraram-se diferentes nos lócus de pesquisa. No Sítio Almeida, as estratégias de reciprocidade se mostraram ser mais formais e verticais, enquanto no Sítio Serra, as estratégias de reciprocidade observadas geralmente eram horizontais e informais. Enquanto no Sítio Almeida se faz mais presente uma reciprocidade que é organizada por instituições, como a Associação de Moradores do Almeida, que funciona como organizador e mediador de tais práticas, no Sítio Serra do Maracajá essas práticas ocorrem, geralmente, entre vizinhos mais próximos e são geridas pelos próprios agricultores envolvidos. Como exemplo das relações recíprocas ocorridas no Sítio Serra, temos a relação de troca do envolvendo o empréstimo do curral, que fora narrada no Capítulo 3.

Entre as estratégias particulares de cada lócus, pontuamos aquelas que fazem referência à luta pela integralidade da terra, que encontramos mais pronunciadamente no Sítio Serra do Maracajá. As estratégias dos agricultores que evitam o fracionamento da terra¹²⁴ através nomeação de um único herdeiro, por exemplo, aparecem como uma forma de resistência frente a um recurso que não se reproduz, diante de uma família que está constantemente aumentando, assim:

Legalmente, todos os filhos têm direito a uma parte igual da terra dos pais, parentes próximos, a preços módicos, o direito sobre o sítio herdado. Com frequência, a “terra de herdeiros” é recomposta quase na sua integralidade sob um único dono ou poucos donos proximamente aparentados. Evitar o esfacelamento dos sítios é extremamente difícil. A subdivisão pode ser precipitada pela volta de alguns herdeiros de São Paulo ou de outros destinos ou, também, com a resolução de alguns de não abandonarem a terra dos sítios (SCOTT, 2009, p.261).

¹²⁴ Ver Capítulo 3.

A posse da terra é muito valorizada por essas famílias e essa “sublimação” em relação à propriedade da terra está no fato de que ela dá a esses sujeitos a possibilidade de serem donos de seu próprio corpo, assim como de seu tempo, pois significa a garantia de autonomia em relação à construção de suas próprias regras, tanto na produção quanto na vida. Além disso, a garantia da integridade da terra é também uma forma de manutenção da autonomia.

A luta por autonomia, resultante dessa condição, tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tantos recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente (PLOEG, 2009, p.19).

Outra estratégia que possibilita a permanência no campo para os agricultores familiares do Sítio Serra do Maracajá é a formação de famílias extensas, geralmente formada por pais mais velhos e seus filhos e/ou netos. Nesses casos, a renda obtida através da aposentadoria rural que os patriarcas da família recebem funciona como um aporte para a renda da família, principalmente quando os frutos da agricultura não são suficientes para garantir a reprodução da família. Em alguns casos, a aposentadoria é a única renda não agrícola que essas famílias possuem, já que nem mesmo em anos “bons de chuva”, a renda da família não consegue ser garantida através da agricultura, como é o caso de famílias extensas que possuem lotes com menos de 01 hectare de terra.

Uma das estratégias que se mostrou particular ao Sítio Almeida foi o uso de práticas agroecológicas como forma de superar adversidades. Para autores como Ploeg (2009), a inserção em práticas descritas como agroecológicas é uma das formas de resistência inseridas dentro dos processos produtivos.

A produção da agricultura familiar sob os critérios agroecológicos permite a essas famílias agricultoras uma melhor inserção no mercado, com uma maior valorização dos produtos e, como consequência, uma maior abertura às redes de reciprocidade e solidariedade. Uma produção agroecológica aparece para essas famílias como uma estratégia viável, já que demanda poucos insumos, tendo em vista que promove e estimula o (re)aproveitamento de matérias-primas que os agricultores podem encontrar em seus sítios, ou mesmo incentivando a utilização de insumos de baixo custo.

Todas as estratégias elencadas aqui possuem em comum a busca pela possibilidade de sobrevivência através da agricultura, mas também são um demonstrativo de que essas comunidades rurais não estão passivas aos problemas colocados por seus contextos e que a busca por autonomia, progresso e reprodução social são também uma luta para garantir a reprodução de suas tradições e costumes e, de forma mais geral, do seu modo de vida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de dar início a essa etapa do texto é preciso colocar que o processo de construção da presente pesquisa foi também um processo de construção e reconstrução das perspectivas, concepções e dilemas que tenho acerca da agricultura e dos agricultores familiares. Filha e neta de agricultores, estudar e dar o devido peso à agricultura familiar se mostrou, para mim, um dever moral. Demandou também um enorme esforço de desnaturalização e maior observação de processos que acompanhei em vários momentos da minha vida. Relativizar, por isso, nos moldes em que Roberto DaMatta (1987) constrói esse conceito, foi sem dúvidas, um processo importante.

De todas as histórias que ouvi sobre a agricultura e os agricultores familiares, e de tudo já que observei, seja em trabalho de campo ou mesmo acompanhando meus pais durante a vida no Sítio, posso perceber o quanto a vida desses agricultores familiares nordestinos já mudou, melhorando muito em alguns aspectos, em outros, contudo, nem tanto. Todas essas histórias têm em comum uma narrativa ativa e um enredo que conta suas perspectivas frente aos contextos vividos ao longo da história brasileira, histórias de um povo para o qual “luto” é verbo e a resistência se mostrou a regra e não a exceção.

A importância de valorização da agricultura familiar, no entanto, não se resume aos seus saberes, costumes e a sua riqueza cultural, mas também diz respeito à importância desses enquanto mão-de-obra produtiva e recurso econômico, assim como no seu importante papel na manutenção e preservação dos ecossistemas existentes no Brasil.

Assim, reafirmamos que a presente pesquisa teve como proposta analisar as diferentes estratégias reprodutivas, a organização das dinâmicas sociais e os mecanismos utilizados para superar as adversidades em duas comunidades rurais onde prevalece a agricultura familiar, selecionadas como estudos de caso. Através do estudo comparado dos dois casos, buscou desvelar as semelhanças assim como também as particularidades de cada comunidade.

Durante as discussões trabalhadas ao longo dos capítulos anteriores, refletimos sobre as estratégias e os perfis dos agricultores familiares pesquisados, situando um agricultor familiar que não é um sujeito passivo frente aos problemas e assujeitamentos que lhes são colocados, mas um agente ativo de sua própria mudança, ainda que esteja inserido dentro de um contexto limitado de possibilidades. É, também, um indivíduo que age calcado em uma racionalidade que lhe é própria e que está de acordo com sua lógica reprodutiva, sendo essa o resultado de anos de observação e experiências que resultaram em conhecimentos que são fruto da sua trajetória de vida.

Apesar de vivenciar contextos semelhantes, como seca, desvalorização, assujeitamento, entre muitas outras condições que lhes são impostas, os Sítios em questão experimentam diferentes processos sociais, econômicos, culturais, ideológicos e políticos, que lhes conferem dinâmicas, estratégias e formas de operações que lhes são próprios. É certo que adoção de diferentes estratégias implicarão em diferentes resultados, mas é necessário entender de que forma a adoção dessas estratégias impacta a vida desses agricultores familiares, assim como os resultados e impactos dessas estratégias na manutenção da permanência desses indivíduos enquanto agricultores familiares.

A compreensão dos mecanismos envolvidos nas estratégias desenvolvidas pelas famílias agricultoras é uma tarefa árdua e complexa. Essa complexidade se deve, em parte, pela enorme quantidade de processos sociais envolvidos em tais estratégias, assim como por seus intrincados contextos e a flexibilidade de seus papéis. Nesse contexto, para entender a agricultura familiar brasileira de hoje é necessário, primeiramente, compreender três das características responsáveis por essa complexidade: percepção, adaptação e resistência. Essas três características dizem respeito, na verdade, ao principal objetivo da agricultura familiar brasileira: sobreviver em um contexto que não lhe é favorável, garantindo a reprodução dos seus costumes e do seu modo de vida.

Apesar da riqueza de informações e construções teóricas e conceituais a respeito da agricultura familiar brasileira e da sua contribuição para o entendimento e reflexão desses agricultores, esses ainda não conseguem dar conta completamente desse organismo vivo e em constante mutação que tem se mostrado a agricultura familiar no Brasil e no mundo e, talvez, nem mesmo se proponha a tal feito. Por isso, reafirmamos que as reflexões realizadas aqui não esgotam a intrincada e complexa rede de interações sociais e estratégias nas quais esses indivíduos se inserem e desenvolvem, mas fazem parte de um esforço que procurou identificar, analisar e refletir acerca das estratégias utilizadas por esses agricultores familiares, assim como as possibilidades que cada uma delas cria para essas famílias agricultoras.

É necessário colocar que nesse contexto não é possível, nem mesmo desejável, denominar uma ou outra comunidade rural pesquisada como mais ou menos bem-sucedida. As noções de sucesso/fracasso não se encaixam nesse contexto, já que pudemos concluir que ambas conseguem alcançar os seus objetivos lançando mão de diferentes estratégias. Por isso mesmo, não entendemos aqui as estratégias utilizadas por esses agricultores como melhores ou piores, mas sim enquanto abordagens e respostas diferentes para contextos também diferentes.

De forma geral, em ambos os Sítios pesquisados encontramos agricultores familiares que foram e são contidamente impossibilitados de buscar melhores condições de vida, no entanto,

esses agricultores familiares lutam cotidianamente contra essas adversidades. Dentre os fatores que levam a essa marginalização econômica e social, elencamos cinco pontos, sendo eles: o (1) *acesso precário a terras* em quantidade e com qualidade para garantir a reprodução social dessas famílias agricultoras; (2) *dificuldade para obter uma inserção plena nos mercados enquanto vendedores*; a dificuldade em acessar (3) *políticas públicas* que levem em consideração suas particularidades; o precário (4) *acesso a ferramentas, infraestruturas e condições de trabalho* que possam potencializar e organizar o trabalho exercido por essas famílias agricultoras e o (5) *distanciamento*, seja ele *físico ou potencial*¹²⁵;

O primeiro dos pontos elencados, a (1) *necessidade do acesso à terra*, é um dos principais motivos que levam o homem do campo a situações de sujeição através do estabelecimento de relações de trabalho precárias, limitando e muitas vezes, impedindo a reprodução da agricultura familiar. O acesso à terra ainda é um entrave para a execução da agricultura familiar brasileira, que contam, na grande maioria das vezes com lotes de terra pequenos e de difícil execução da agricultura.

(2) *A dificuldade para estabelecer uma inserção plena nos mercados* nos apareceu como uma queixa frequente entre os agricultores familiares pesquisados. Essa problemática, no entanto, depende diretamente de que as famílias agricultoras tenham já lidado com os problemas relacionados a terra e ao acesso a ferramentas de trabalho, afinal, para se inserir no mercado enquanto vendedores é necessário que as condições de produção tenham sido viabilizadas. Ainda assim, mesmo que nesses dois aspectos ainda sejam encontrados problemas, esses agricultores familiares encontram formas de se inserirem nos mercados. A grande questão, afinal, é de como superar e encontrar espaço em um contexto que privilegia, de uma forma ou de outra, o agronegócio e as produções em larga escala.

(3) *Em relação à dificuldade de inserção nas políticas públicas* é necessário colocar que, primeiramente, a eficácia das políticas públicas depende da adesão dos atores sociais envolvidos e para que essa adesão tenha chances de ocorrer é necessário que tais políticas façam sentido para os grupos aos quais são destinadas, encaixando-se de forma harmônica no contexto desses atores, (finalizar período) por isso, apenas injetar recursos não se mostra como uma abordagem eficaz para incentivar as dinâmicas locais, mas seria necessário que novas formas de governabilidade sejam construídas fora das instituições clássicas. É nesse sentido que autores como Raynaut (2014), colocam que a eficácia de políticas públicas dependeria muito mais de

¹²⁵ Entendemos como distanciamento físico o distanciamento real ou geográfico dessas famílias agricultoras, já o distanciamento potencial se refere ao isolamento ou a marginalização econômica, social e política infligidas à essas famílias agricultoras, é preciso colocar que esses conceitos em muito se entrelaçam.

facilitadores do que de especialistas, visto que os primeiros teriam como objetivo criar condições para a participação desses atores. Até mesmo as populações rurais mais carentes possuem competência técnica e profundo conhecimento do seu território para refletir quais estratégias podem ou não funcionar. (RAYNAUT, 2014).

É preciso ainda que tais políticas estejam inseridas em um movimento que promova um desenvolvimento rural sustentável, percebendo as parcelas excluídas da população rural, procurando promover o fortalecimento de outras estratégias produtivas e que reconheça o rural como um lugar de trabalho e de vida (WANDERLEY, 2014). Assim: “Em outras palavras, inclusão social para os produtores significa o reconhecimento de sua condição de agricultor, de suas formas de trabalhar e produzir, cujas potencialidades devem ser apoiadas pelas políticas públicas.” (WANDERLEY, 2014, p. 343).

Para tanto, a criação e o fortalecimento de uma identidade rural é fundamental, mas essa identidade deve partir de dentro e ser parte de debates gerados pelos próprios agricultores familiares para que seja realmente útil na promoção da igualdade desses grupos. A criação das associações é apenas uma das formas concretas que essa identidade rural toma, mas ela é evidenciada também através da realização de práticas recíprocas e solidárias, por isso, deve ser papel do Estado a promoção e o incentivo de práticas desse tipo.

(4) *O acesso a ferramentas e infraestruturas e condições de trabalho* é um dos importantes pontos para a garantia de execução da agricultura familiar e uma das formas diretas de luta contra as adversidades. Diante de um contexto em que terra e mão-de-obra são limitados, o agricultor familiar tem, ou deveria ter, a possibilidade de encontrar no acesso a máquinas e ferramentas modernas uma estratégia que possibilite transpor ou pelo menos amenizar tais dificuldades, entretanto, a realidade é que o acesso a essas ferramentas de trabalho se encontra limitado.

(5) *A dificuldade de acessar serviços essenciais devido ao distanciamento* é também uma queixa recorrente para os agricultores familiares de ambas as comunidades pesquisadas. Esse distanciamento é primeiramente físico, pois as comunidades rurais no Brasil, de forma geral, encontram-se afastadas dos centros urbanos, mas é, sem dúvida, um indicativo das formas desiguais com que os serviços mais básicos são acessados no contexto brasileiro, onde as comunidades rurais encontram-se alijadas dos serviços médicos hospitalares, de educação, de telefonia e comunicação e até mesmo do acesso à água de qualidade, escoamento sanitário e energia elétrica. Para essas comunidades rurais, o distanciamento vai muito além da distância física, mas se mostra também como um elemento que marca a desigualdade política, econômica e social da qual sofrem. De toda forma, condições de acesso a bens e serviços, assim como o

direito de encurtar distâncias, que são entendidos como direitos básicos para uma parte da população mostram-se como “não-direitos” para outra parte dessa. Esses aspectos aparecem como elementos limitantes e entreves estruturais ao desenvolvimento e ao acesso às oportunidades de melhorias na qualidade de vida (CAMPELO *et al*, 2018).

As estratégias que esses agricultores familiares lançam são, em grande parte, uma tentativa para driblar tais dificuldades ou restrições que são encontradas ao logo de suas vivências e, de forma geral, tem como intenção possibilitar e permitir a reprodução dos seus modos de vida. Apesar de todos os obstáculos enfrentados, essas famílias agricultoras encontram formas de lutar e contornar as dificuldades através da adoção de uma série de estratégias, utilizando-se da *percepção*, *adaptação* e *resistência*. Quanto a essas características, é necessário levantar algumas reflexões.

Os agricultores familiares aqui retratados encontram-se num constante movimento de luta por autonomia e garantia de sua sobrevivência. Nesse processo, essas famílias se utilizam da percepção, que diz respeito à capacidade que esses agricultores familiares possuem para avaliar criticamente as situações, os contextos e as relações nas quais se inserem. Essa sensibilidade de avaliação, geralmente percebida sob a forma da aversão à mudança, se refere, na verdade, à cautela e à racionalidade, seja ela instrumental ou não, para escolher determinadas ações, dadas as opções em questão. De acordo com a análise da situação, parte-se, quando necessário, para a adaptação. É nesse momento que estratégias como migração, engajamento em ações e relações recíprocas, reorganização produtiva, por exemplo, são postas em ação. Essa adaptação envolve a capacidade de rever quais estratégias podem ou não funcionar enquanto forma de transpor as dificuldades que lhes são apresentadas. Quando somadas, a percepção e adaptação, utilizadas por essas famílias agricultoras, são geradas formas de resistência.

Ainda há muito para contar sobre essas agriculturas familiares que o Nordeste e o Brasil abrigam e espero ter dado aqui uma contribuição, mesmo que pequena, frente ao tamanho de sua importância na construção da história e das práticas desses. Por fim, acreditamos que as reflexões aqui citadas dão conta dos questionamentos que impulsionaram a construção desse trabalho, assim como dão conta dos objetivos gerais e específicos colocados no início desse trabalho, todavia, é necessário reafirmar que não esgotam os questionamentos levantados sobre a temática ou mesmo superam a complexidade das formas de viver e de exercer a agricultura familiar brasileira. Dessa forma, esperamos que as reflexões sociológicas aqui apresentadas lancem luz para o rural brasileiro e para os agricultores familiares que nele residem, mostrando seus potenciais, suas riquezas culturais e seu valor enquanto trabalhadores da terra.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2007.
- ALMEIDA, Sílvio Gomes de. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, Paulo. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**, vol. 33, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- AQUINO, Joacir Rufino de.; RAMDOMSKY, Guilherme F. W.; SPOHR, Gabriela.; PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes.; RAMDOMSKY, Camila W. Dimensão e características do público potencial do grupo B do Pronaf na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. In: SCHNEIDER, S.; BRANCOLINA, F.; ALVES, F. (orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, 2014. p. 77 – 106. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_aspectos_multidimensionais.pdf. Acessado em: 08/05/2014.
- BENDINI, M. I.; CAVALCANTI, J. S. B; LARA FLORES, S. Una mirada sobre el campo de la Sociología Rural en América Latina. In: **Tratado Latino-americano de Sociología**. Anthropos Editorial, México: Universidad Autónoma Metropolitana - Iztapalapa, 2006. p. 247-263.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.
- BROCH, Alberto; STÉDILE, João Pedro. A Agroecologia e os movimentos sociais do campo. In: PETERSEN, Paulo (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**, vol. 33, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Editora 34, 1989.
- CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. 1997. p. 70-82. Disponível em: [http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_estado_lutas_sociais/Politica_publica_e_agricultura_familiar_leitura_pronaf.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_estado_lutas_sociais/Politica_publica_e_agricultura_familiar_leitura_pronaf.pdf). Acessado em: 29/03/2014.
- CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. *Contexto e diversidade das agriculturas familiares do Nordeste Semiárido*. In: _____. **Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília, EMBRAPA. p. 23 -81. 2003.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.
- CAVALCANTI, Ângela Maria Lopes. **E o suor que perco todo dia, não vale nada? A Comercialização da Produção Familiar em Lagoa Seca – PB**. 114 f. Dissertação (Mestrado em SOCIOLOGIA RURAL) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA, 1997.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André. (Orgs.) **Participação, território e cidadania**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Editora UFPE: Recife. 2014a

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; NIEDERLE, Paulo André; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel; RAYNAUT, Claude. Introdução. In: **Participação, território e cidadania**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Orgs: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti; Maria Nazareth Wanderley; Paulo André Niederle. Editora UFPE: Recife. 2014b. p. 29 – 42.

CAVALCANTI, Josefa Salete. [et al.]. **Lá no território**: um olhar sobre o Programa Territórios da Cidadania – Recife: Editora UFPE; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 205 p

_____. Gênese da abordagem territorial no Brasil. In: **Participação, território e cidadania**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Orgs: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti; Maria Nazareth Wanderley; Paulo André Niederle. Editora UFPE: Recife. 2014. p. 79 – 102.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

COHEN, Marianne. DUQUÉ, Ghislaine. **Les deux visages du Sertão Stratégies paysannes face aux sécheresses (Nordeste du Brésil)**. Paris: Editions de l'IRD, Collection à travers champs, 2001.

COSTA, Luiza Santos Moreira da. PEREIRA, Carlos Américo Alves. **Bem-Estar Subjetivo**: aspectos conceituais. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 59, n. 1, 2007. P. 72 - 80.

FAFARETO, Arilson & SEIFER, Paulo. As diferentes formas de definir o rural brasileiro e algumas tendências recentes – Implicações para políticas de desenvolvimento e combate à pobreza. In: **A nova cara da pobreza rural**: desafio para as políticas públicas. Organizado por: Antonio Marcio Buainain et al. Brasília: IICA (Série de desenvolvimento sustentável, vol. 16). 2012.

FERRAZ, Renata Barbosa. [et. al.] Felicidade: uma revisão. **Rev. Psiq. Clín** 34 (5); p. 234-242, 2007.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Artes e manhas da entrevista compreensiva. In: **Saúde soc.** vol.23 no.3 São Paulo July/Sept. 2014. ISSN 0104-1290. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000300979 . Acessado em: 09/09/2015.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas. GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, 2004, 14 (28),

p. 139 – 152. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004. Acessado em: 10/09/2015.

FREITAS, Geovani Jaco. **O “Ser” e o “Ter”: Camponeses, Práticas Tecnologias E Política (Um Estudo Em Lagoa Seca-Pb)**. 190 f. Dissertação (Mestrado em SOCIOLOGIA RURAL). Instituição de Ensino: (INATIVA) UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/CAMPINA GRANDE, Campina Grande, 1993.

FRITZ, Karen Beltrame Becker. [et al.] A insegurança alimentar no Rio Grande do Sul – uma análise comparativa entre o rural e o urbano. Apresentado em Encontro de Economia Gaúcha (4. 2008 maio: Porto Alegre, RS). **Anais do evento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/473.pdf> . Acessado em: 12/09/2011.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **O Sul: caminho do roçado** – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1998. Coleção Pensamento Antropológico.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF. p. 213 – 244, 2009.

GIACOMONI, Claudia Hofheinz. **Bem-estar subjetivo**: em busca da qualidade de vida. IN: Temas em Psicologia da SBP—2004, Vol. 12, no 1, 43– 50.

GOMES, Ramonildes Alves. **A qualidade de vida das famílias no perímetro irrigado de São Gonçalo**: ética e racionalidade. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituição de ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2005.

GREVE, Bent. **Felicidade**; tradução Pedro Barros.- 1.ed.- São Paulo: Editora Unesp, 211p, 2013.

GUANZIROLI, Carlos E. *PRONAF dez anos depois*: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: **Rev. Econ. Sociol. Rural**. Vol.45 N° 2. Brasília Apr./Jun 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200004. Acessado em: 11/04/2014.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio; CONTERATO, Marcelo Antônio. A Produção Para Autoconsumo no Brasil: Uma Análise a partir do Censo Agropecuário 2006. IN: **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Orgs: Sergio Schneider, Brancolina Ferreira, Fabio Alves. – Brasília: Ipea, 2014. 387 p.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, p. 201-210. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acessado em: 14/11/2019.

HELFAND, Steven M.; MOREIRA, Ajax R. B.; JUNIOR, Edward W. Bresnyan. (2014) Agricultura familiar, produtividade e pobreza no Brasil: evidências do Censo Agropecuário 2006. In: **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Orgs.: Sergio Schneider, Brancolina Ferreira, Fabio Alves. – Brasília :

Ipea, 2014. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_aspectos_multidimensionais.pdf. Acessado em: 08/05/2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acessado em: 20/05/2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amostra de domicílios de 2009**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html> Acessado em: 05/10/2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf Acessado em: 05/10/2018.

LAMARCHE, Hugues (Org.). **A agricultura familiar**: comparação internacional: uma realidade multiforme. Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Do mito à realidade. Campinas: UNICAMP, 1998.

MARQUES, Emilly de Assis. **Afinal de que Agricultura Familiar estamos falando?:** um estudo sobre as famílias agricultoras do Sítio Serra do Maracajá - Puxinanã-PB. 137 f. Dissertação (Mestrado em CIÊNCIAS SOCIAIS). Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Campina Grande, 2015).

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo**: do Neolítico à Crise Contemporânea. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo/Brasília: Edunesp/NEAD/MDA. 2010. 568p.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Edições 70: Lisboa – Portugal. 1950.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3594546. Acessado em: 06/06/2014.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. **História dos movimentos sociais no campo**. FASE: Rio de Janeiro. 1989. 216 p.

MENDRAS, Henri. Sociologia do meio rural. In: **Sociologia Rural**. Zahar Editores, 1969.

MENESES, Marilda Aparecida de. Migrações: um experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo, UNESP, Brasília MDA, 2009. 9 volumes. p. 269-288.

MENESES, Valdênio de Freitas (2014). **Associativismo e caprinocultura: políticas públicas e “politicagem” no Cariri paraibano**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - UFCG.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SDT. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: MDA/SDT, 2005.

MOREIRA, Roberto. Mercado de Trabalho Rural e Parceria: Constituição originária e ideologia de subsistência. **Revista Políticas Agrícolas**. REDCAPA, Año II, vol. II, n. 2, p. 49 – 56. 1966.

_____. Uma nova visão do papel da agricultura familiar no Brasil. In: **Novos cadernos NAEA**, Belém – PA, v. 12, n. 2, p. 27 -88, dezembro de 2009.

MÜLLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/mestrado/PGDR_M_62_MULLER.pdf. Acessado em: 08/05/2014.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 248 p. (Texto para Discussão, 42).

NEDER, Henrique Dantas. [et. al.]. As implicações sociais e econômicas das alterações no padrão de produção agrícola no Brasil: produção de biobustíveis, agricultura familiar, desenvolvimento rural e segurança alimentar. In: **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006 / organizadores Sergio Schneider, Brancolina Ferreira, Fabio Alves**. – Brasília : Ipea, 2014. Disponível em: [_____imensionais.pdf](#). Acessado em: 08/05/2014.

NETO, Manuel Pereira do Nascimento. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Lagoa Seca – PB: análise das transformações vivenciadas na agricultura familiar**. 166 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Instituição: Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

NETO, Armínio Fraga. **Estado, desigualdade e crescimento no Brasil**. Novos Estudos. CEBRAP. V. 38, N. 3, p. 613 – 634, 2019.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar e mercado de trabalho. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Volume 5. Nº 1. Abril: 1997. p. 7 – 24. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/103/99>. Acessado em: 02/05/2014

_____. Quadros institucionais e configurações de Políticas Públicas. In: **Quadros e programas institucionais em Políticas Públicas**. Orgs: Delma Pessanha Neves, Ramonildes Alves Gomes e Pedro Fonseca Leal. Campina Grande: UDUEPB. p. 15 – 27.

NUNES, Aldo Manoel Branquinho (2011). **A (re)pecuarização do semiárido nordestino: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE)**. Dissertação de mestrado. Campina Grande-PB: UFCG

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2008.

OSTROM, E. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. **American Political Science Review**, Washington, v. 92, n. 01, p. 1-21, Mar. 1998. Disponível em: <http://10x10learning.com/wp-content/uploads/2016/05/Ostrom-A-Behavioural-Approach-to-Collective-choice.pdf>. Acessado em: 20/12/2018.

_____. **Understanding institutional diversity**. Princeton: Princeton University Press, 2005, 355 p.

PAULINO, Jonatta Sousa; GOMES, Ramonildes Alves. Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição. In: **RESR**. Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 03, p. 517-528, Jul/Set 2015 – Impressa em Novembro de 2015.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009 v.33, 2009.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a ex-periência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RAMOS, Nerize Laurentino. **O Poder do Discurso: As condições sociais de emergência do agricultor familiar como sujeito propositivo**. 175 f. Dissertação (Mestrado em SOCIOLOGIA RURAL). Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA, 1999.

RAYNAUT, Claude. A gênese da abordagem territorial e participativa do desenvolvimento rural: evidências a partir da experiência francesa. In: **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Orgs: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti; Maria Nazareth Wanderley; Paulo André Niederle. Editora UFPE: Recife. 2014. p. 55 – 78.

REYDON, Bastiaan Philip. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil: uma necessidade urgente. In: **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Org: Pedro ramos. Brasília: MDA. 2007. p. 226 – 262.

RODRIGUES, A. Silva JA. O papel das características sociodemográficas na felicidade. **PsicoUSF**, v.15(1):113-23. 2010.

SABOURIN, Eric. **Sociedade e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SOUZA, Wallace Ferreira de. **Famílias, Território e Espiritualidades: Uma etnografia de Caiana dos Crioulos-PB**. 120 f. Tese (Doutorado em CIÊNCIAS SOCIAIS) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Campina Grande, 2014.

SCHMITT. Cláudia Job; TYGEL, Daniel. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, Paulo (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009 v.33, 2009.

SCOTT, Parry Russel. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativoiro” e o “meio do mundo”. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo, UNESP, Brasília MDA, 2009. 9 volumes. p. 245-268.

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acessado em: 10/09/2017.

SILVA, José Graziano da. TAKAGI, Maya. Fome Zero: política pública e cidadania. In: **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Org: Pedro ramos. Brasília: MDA. 2007. p. 263 – 282.

TEXEIRA, Islandia Bezerra da Costa & GOMES DA SILVA, Aldenor. A realidade do padrão alimentar de famílias rurais no Nordeste. In: **Financiamento rural**: dos objetivos as escolhas efetivas. Organizado por: Aldenor Gomes da Silva. Porto Alegre: Sulina. 2008.

WANDERLEY, M. N. B. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. **XX Encontro Anual da ANPOCS**, GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, outubro de 1996. 18 pags. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>. Acessado em: 07 de maio de 2015.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 21, Rio de Janeiro: outubro, 2003, p. 42-61.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, E. F. O Saber Camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo, UNESP, Brasília MDA, 2009. 9 volumes. p. 119-130.

WOORTMANN, K. “Com parentes não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, 87. Brasília, UnB, 1990.

WILKINSON, J. (2003) "A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América Latina", **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.21. Disponível em: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/administracao/agroindustria/artigos/> Acessado em: 20/02/2020.

ZANONI, Magda. Prefácio. In: **Participação, território e cidadania**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Orgs: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti; Maria Nazareth Wanderley; Paulo André Niederle. Editora UFPE: Recife. 2014. p. 23 -28.

**APÊNDICE A QUESTIONÁRIO 1: CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR
AGROPECUÁRIA**

Sítio: _____ N° do quest. _____

Nome do entrevistado: _____

A. DADOS SOBRE A FAMÍLIA

1- Nome da família: _____ Lote: _____

2 – A família reside no sítio?

() Sim () Não. Especificar _____

3- A família mora/trabalha/possui há quanto tempo (n)esse Sítio? _____

4 – Qual a principal atividade da família? _____

4.1 – Há quanto tempo desenvolve essa atividade? _____

5 – Morou em outro local antes?

() Sim () Não. Onde ? _____

6 – Por que decidiu vir morar nesse local? **(mais de uma opção pode ser marcada)**

() sempre residiu ali

() por causa da família

() por motivo de trabalho

() por indicação de alguém

() porque é o lugar de origem

() porque recebeu herança

() Outros motivos _____

7 – A casa de moradia é uma construção do tipo:

() Casa de taipa construída

() Instalações de alvenaria já existentes na área

() Inicialmente casa de taipa e depois reformada para alvenaria

() Outro. Especificar: _____

8 – Há mais de uma casa no sítio?

() Sim. Quantas? _____ Quem reside? _____

() Não

9 – Quantas famílias ao todo residem no sítio? _____

15.1 – Caso seja proprietário, quanto foi pago pela terra e ano da compra? _____

() Recebeu de herança

() Não é proprietário

16 – Se pudesse compraria mais terras?

() Sim

() Não. Especificar _____

16.1 – Caso sim o que impede? _____

17 - Na propriedade tem: **(mais de uma opção pode ser marcada)**

() Chiqueiro/ aves

() Chiqueiro/ porco

() Chiqueiro/ caprinos e ovinos

() Curral

() Área de pasto natural (solta)

() Pasto plantado (capineira)

() Carroça

() Forrageira

() Ferramentas de trabalho

() Sementes

() Cisterna

() Outros _____

INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE AGRÍCOLA

18 - O que foi plantado no ultimo inverno e quanto foi colhido?

() Não plantou no ultimo inverno

Gênero plantado	Quantidade plantada (ha)	Quantidade colhida	Quantidade comercializada
Milho			
Feijão			
Fava			
Macaxeira			
Mandioca			
Batata doce			
Hortaliças			
Frutas			

19 - Como a produção agrícola é comercializada?¹²⁶ **(mais de uma opção pode ser marcada)**

- () Não comercializa
 () Através de associação/cooperativa
 () Através de feiras. Especificar _____
 () Diretamente com o comprador
 () Através de atravessador
 () Através de programa do governo. Especificar _____

20 - A família recebe algum tipo de assistência técnica para a produção agrícola?

- () Sim. Especificar: _____ () Não

21- A família participa de algum cultivo coletivo?

- () Sim. Especificar _____ () Não

22 - Qual o sistema de cultivo adotado:

- () rotação de culturas
 () consórcio de culturas
 () monocultura
 () policultura
 () Outro. Qual? _____

23 – Guarda sementes para a plantação seguinte?

- () Sim
 () Não

C. ATIVIDADE DA PECUÁRIA/CRIAÇÃO DE ANIMAIS

24 - Que animais a família cria?

- () Não cria
 () Galináceos. Quantos? _____
 () Bovinos. Quantos? _____
 () Caprinos. Quantos? _____
 () Ovinos. Quantos? _____
 () Equinos/asinos. Quantos? _____
 () Suínos. Quantos? _____
 () Peixes

Caso não exerça pecuária pular para questão 35

25 - Caso exerça pecuária do tipo bovina/caprina/ovina/suína/equina, determinar o tipo: **(mais de uma opção pode ser marcada)**

¹²⁶ Responder mesmo que a família não tenha plantado no ultimo inverno mas costume plantar, tendo em vista que 2017 foi um ano de seca.

- Não exerce (passar para questão...)
- Bovinocultura de leite
- Bovinocultura de corte
- Caprinocultura de leite
- Caprinocultura de corte
- Ovinocultura
- Suinocultura
- Equinocultura

26 - De que maneira começou nesse tipo de pecuária? **(mais de uma opção pode ser marcada)**

- Aprendeu a atividade com os parentes (pais, avós etc.)
- Através de associação com os vizinhos
- Aquisição de animais com recursos próprios
- Aquisição de animais a partir de incentivos de programas (SEBRAE, etc)
- A partir de incentivo de crédito pelo PRONAF
- PAA- Leite
- Outros . Especificar _____

27 - A família já começou nesse tipo de pecuária a família?

- Sim Não. (Antes trabalhava com o que? _____)

- Caso responda apenas as atividades ligadas a produção de leite não responder à questão 28
- Caso responda as atividades apenas ligadas a pecuária de corte não responder questão 29

28 - Qual o destino da produção da pecuária de corte na propriedade? **(mais de uma pode ser marcada)**

- Feira de animais. Especificar _____
- Diretamente com o consumidor
- Consumo próprio
- Atravessador
- Matadouro
- Frigorífico/açougues
- Supermercados
- Programa governamental. Especificar _____
- Outro. Qual? _____

29- Qual o destino da produção leiteira na propriedade? **(mais de uma pode ser marcada)**

- Feiras. Especificar _____
- Consumo próprio
- Venda direta com o consumidor

- () Atravessador
- () PAA- Leite
- () Usina
- () Outro. Qual? _____

30 – Participa de algum programa de incentivo à pecuária?

- () Sim. Qual (is) ? _____
- () Não

31- Recebe ou recebe algum tipo de assistência técnica para a atividade da pecuária?

- () Nunca recebeu
- () Não recebe mais. Motivo do fim do vínculo _____
- () Ainda recebe. Qual? _____

32 - Recebeu ou recebe algum tipo de financiamento para a atividade da pecuária?

- () Nunca recebeu
- () Não recebe mais. Porque? _____
- () Ainda recebe. Qual? _____

33 - Quais instalações possui para a atividade da pecuária na propriedade? **(mais de uma opção pode ser marcada)**

- () Aprisco
- () Sala de ordenha
- () Curral de Manejo. (Caso tiver, perguntar se é de alvenaria)
- () Cabriteiro
- () Plantação de forragem

34 - Como faz para alimentar o rebanho? **(mais de uma opção pode ser marcada)**

- () Ração
- () Capim
- () Forragem
- () Silagem
- () Outro. Especificar _____

C. INFORMAÇÕES SOBRE TRABALHO E RENDA

35 - Quantos membros da família trabalham na propriedade?

36 - Quais atividades rurais o pai da família exerce? Numerar por ordem de dedicação

- () Agricultura () Pesca () Caça () Atividade Pecuária () lenhador
- () Criação de aves () Cuidado com os quintais () Não exerce
- () Outros _____

37 - O pai da família exerceu ou exerce outros tipos de trabalho além da pecuária e da agricultura?

Não

Sim. Quais trabalhos? _____

38- Quais atividades rurais a mãe da família exerce? Numerar por ordem de dedicação

Agricultura cultivo de horta Criação de bovinos ou caprinos

Criação de aves Cuidado com os quintais Não exerce

Outros _____

39- A mãe da família exerceu ou exerce outros tipos de trabalho além da pecuária e da agricultura?

Não

Sim. Quais trabalhos? _____

40 - Quais atividades rurais os filhos (crianças e adolescentes) exercem? Numerar por ordem de dedicação

Não possuem filhos menores

Não exercem

Agricultura

Criação de bovinos ou caprinos

Criação de aves

Cuidado com os quintais

Outros

41- Há contratação de mão de obra externa à família? (Caso a resposta seja não pular a X)

Sim Em que época? _____

Não

41.1- Qual a frequência?

Diária

Semanal

Mensal

Anual

42 - Quais as fontes de renda não-agrícolas que a família possui? **(mais de uma opção pode ser marcada)**

Não possui renda não-agrícola

Aposentadoria.

Programas assistências dos governo federal, estadual ou municipal.

Quais? _____

Salário

Comércio

Transferência de rendas privadas

43 - Algum membro da família exerce alguma atividade não agrícola remunerada?

Sim. Qual? _____

Onde? _____

() Não

44 - Algum membro da família exerce alguma atividade agrícola remunerada fora da área familiar?

() Sim Quem e onde? _____
 Com que frequência? _____
 Qual a forma de assalariamento? _____

() Não

45- Qual o valor de renda mensal e monetária a família obtém? (Aproximado)

46- Qual o valor estimado de renda não monetária (autoconsumo) a família obtém?

D. USO DOS RECURSOS NATURAIS

47 - Onde vocês pegam água para beber? **(mais de uma opção pode ser marcada)**

- () Açude. Qual? _____
 () Tanque natural. Qual? _____
 () Poço. Qual? _____
 () Cisterna. Qual? _____
 () Barreiro. Qual? _____
 () Adutora

47.1- O reservatório é próprio ou comunitário? () Próprio () Comunitário

47.2 – Em caso de ser comunitário, com que frequência a família pega água para beber?

- () uma vez por semana
 () duas vezes por semana
 () três vezes por semana
 () Todos os dias
 () Outros/l.

48 - Onde vocês buscam água para gasto? **(mais de uma opção pode ser marcada)**

- () Açude. Qual? _____
 () Tanque natural. Qual? _____
 () Poço. Qual? _____
 () Cisterna. Qual? _____
 () Barreira. Qual? _____
 () Adutora

48.1- Com que frequência vocês buscam água para o gasto?

- () uma vez por semana

- duas vezes por semana
- três vezes por semana
- Todos os dias

48.2- O reservatório é próprio ou comunitário? Próprio Comunitário

49 - Como a família faz para dar água aos animais? **(mais de uma opção pode ser marcada)**

- Animais vão beber em açude. Qual? _____
- Animais vão beber em tanque natural. Qual? _____
- Família pega água de poço. Qual? _____
- Família usa água de cisterna. Qual? _____
- Animais vão beber em um barreiro. Qual? _____
- Pega água da adutora

49.1- Com que frequência vocês buscam água para os animais?

- uma vez por semana
- duas vezes por semana
- três vezes por semana
- Todos os dias

49.2- O reservatório é próprio ou comunitário? Próprio Comunitário

E - ALIMENTAÇÃO E DIETA

50- Quantas refeições a família faz diariamente? _____

50.1- Quais? **(mais de uma opção pode ser marcada)**

- Café da manhã
- Lanche da manhã
- Almoço
- Lanche da tarde
- Jantar
- Ceia

51- A dieta muda durante os finais de semana?

- Sim Não

Quais alimentos são acrescentados?

52- A dieta muda ao decorrer do ano?

- Sim Não

Quais alimentos são acrescentados?

53- A família consome alimentos variados e saudáveis? () Sim () Não
Se sim, quais dos alimentos presentes na alimentação considera saudáveis?

54- Onde são adquiridos os alimentos que a família não produz? **(mais de uma opção pode ser marcada)**

- () Feiras locais
() Mercados locais
() Supermercados da cidade
() Através de trocas com outros agricultores e vizinhos
() Trocas com atravessadores
() Outros

55- Quais alimentos não precisam ser comprados?

- () Precisa comprar tudo
-

F – SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES/REALIZAÇÃO NA AGRICULTURA¹²⁷

56 - Sente-se feliz/realizado na agricultura?

() Sim _____

() Não _____

57 - Sente que poderia viver melhor através da agricultura?

() Sim _____

() Não _____

58 - Aspira alguma mudança ou algum tipo de transformação (tanto na vida como agricultor quanto na propriedade)?

() Sim _____

() Não _____

59 - Sente vontade de migrar p/ outro Sítio ou p/ a zona urbana?

() Outro Sítio _____

¹²⁷ Apenas para aqueles que se afirmam agricultores.

Zona urbana _____

Não

60 - Gostaria que os filhos trabalhassem na agricultura?

Sim

Não. Especificar _____

61 - Elencar dificuldades encontradas no dia a dia devido a vida na agricultura.

Não encontra nenhuma

62 - Elencar facilidades/vantagens encontradas no dia a dia devido a vida na agricultura.

Não encontra nenhuma

ANEXO A QUESTIONÁRIO 2: EBIA: ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

Entrevistador:

- ✓ todas as questões da **EBIA Hoje** se referem aos **últimos 3 meses**.
- ✓ verifique no quadro de demografia se tem na família pessoas com menos de 18 anos e:

0 não tem menores de 18 anos => avance na EBIA até a questão 8, observando as condições após a questão 4.

1 tem menores de 18 anos que comem habitualmente na casa => avance na EBIA até o final, observando as condições após a questão 4.

Questão 132 - EBIA Hoje

1. Nos últimos 3 meses, algum morador deste domicílio teve a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

2. Nos últimos 3 meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

3. Nos últimos 3 meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

4. Nos últimos 3 meses os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

Entrevistador: observar as respostas das questões 1 a 4:

- ✓ Se **todas** as respostas foram **Não** => vá para a questão 9 da EBIA se houver menor ou vá para a questão 133 se não houver menores de 18 anos na casa.
- ✓ Se **pelo menos uma** resposta foi **Sim** => continue perguntando.

5. Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

6. Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

7. Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

8. Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

Entrevistador:

- ✓ As questões 9 a 14 são **apenas** para os domicílios que têm pessoas de **0 a 17 anos**.
- ✓ Se o domicílio **não** tiver menores de 18 anos => vá para a questão 133.

9. Nos últimos 3 meses, os moradores com menos de 18 anos de idade, não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

10. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia porque não havia dinheiro para comprar a comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

11. Nos últimos 3 meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

12. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

13. Nos últimos 3 meses algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

14. Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

Scores para tabulação de EBIA (Pontos de Corte)

Classificação	Soma de Respostas Positivas	
	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos
S.A. (Segurança Alimentar)	0.	0
I Leve (Insegurança Leve)	1-5.	1-3.
I Moderada (Insegurança Moderada)	6-10.	4-6.
I Grave (Insegurança Grave)	11-14.	7-8.